

CESALTINA MARIA DA LUZ SILVA ANES

IMIGRANTES EM PORTUGAL

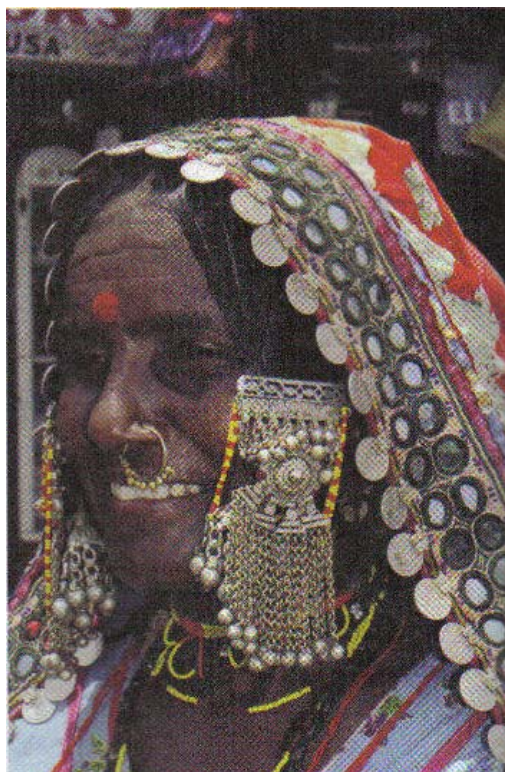
FILHOS OU ENTEADOS DE UMA NOVA NAÇÃO?

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM COMUNICAÇÃO EM SAÚDE

Orientadora: Professora Doutora Natália Ramos

Universidade Aberta

Lisboa 2006



Fotografia 1: Mulher de Karnataka - Índia

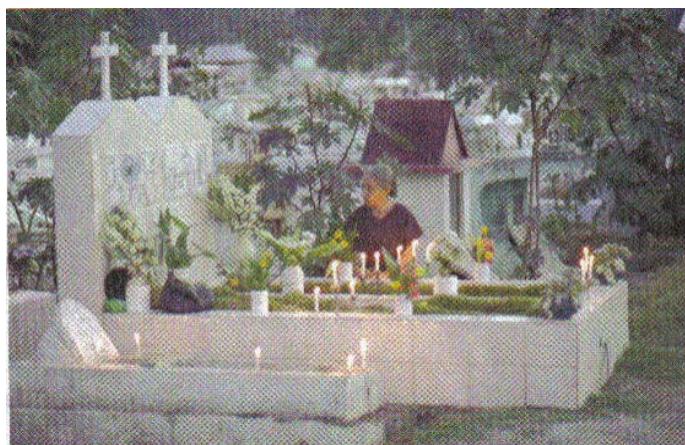
Quero contar-vos uma história que ouvi no Rajastão, uma lenda da antiga e sábia Índia. Viviam em paz e prosperidade um pequeno estado do Norte da Índia, a sua capital de lindas construções abobadadas, ao estilo Morgul, ficava na costa e possuía um porto muito movimentado. O seu Marajá era culto e um mecenas das artes e ofícios, o que muito contribuía para o esplendor do seu reino.

Uma grande convulsão abateu-se sobre uma região da Pérsia, com guerras, perseguições e genocídios. Alguns sobreviventes desesperados embarcaram à pressa, tentando salvar a vida e alguns poucos haveres que tinham conseguido transportar. Abandonaram o Médio Oriente e rumaram a Nascente, em busca de uma terra que os acolhesse, e onde esses refugiados pudessem refazer a sua vida.

Os navios persas entraram na baía fronteira à cidade do Marajá e fundearam a uma certa distância. Foi mandado a terra um emissário com uma missiva para o Marajá: “Perdemos tudo, vimos só com os nossos sonhos e as nossas mãos, pedimos acolhimento.”

Após alguns instantes, o Marajá encheu com cuidado um copo de leite mesmo até à borda, e mandou-o de volta como resposta, sem uma palavra, como a dizer, “estamos cheios”. Quando o emissário entregou o copo de leite ao comandante da frota, homem erudito e poeta, após alguma reflexão, juntou algum açúcar ao leite e mandou-o de volta, também sem uma palavra. O Marajá que era fino, percebeu a resposta: “nós dissolvemo-nos... e o teu reino será mais doce”. Ainda hoje a comunidade Parsi que habita essa região, vive em harmonia com os locais. São laboriosos e cultos.

Pedro Mota (Revista Cais, 2006)



Fotografia 2: Cemitério de Santa Cruz - Timor

“É fim de tarde, um lusco-fusco alaranjado dá um ambiente de cripta ao cemitério de Santa Cruz. Aqui as pedras ainda gritam! Os olhos marejam-se de lágrimas, ao vermos diversas lápides partidas por balas, buracos de bala por cima dos nomes dos que aqui repousam. Vejo uma senhora velhinha, acendendo velas em torno de uma campa. As velas têm uma chama estranha, parecem archotes, tal é o fulgor da sua luz. A senhora, toda envolta em negro, de tez acobreada e olhos fundos, é uma imagem linda, mas a minha câmara está virada para o chão, respeitosamente. Nunca devasso a intimidade alheia, nem acho que se deve fotografar à socapa, só com autorização e o máximo respeito. Este lindo enquadramento ficaria só na minha memória. Sorri... não custa nada ser correcto! (...) Estava embrenhado nessas cogitações, quando a senhora me chamou com um sorriso triste. “O senhor é português?”... “Sou sim senhora!”... “Obrigada!”... Havia-me agradecido por ser português, isto não fazia sentido! “Este que aqui repousa é o meu marido! Faz-me o favor de contar a história dele em Portugal?”... “Com certeza, senhora... se estiver ao meu alcance”... “Ele foi funcionário público e tinha grande orgulho em Portugal. Enquanto outros iam às lutas de galos, ele ficava a ouvir fados, a dizer como gostava de ir a Lisboa. Quando fomos invadidos, ele sofreu muito por ser funcionário público, antes... perdeu o emprego. Depois, saiu aquela lei que proibia falar em português. Ele era orgulhoso. Um dia foi apanhado na rua a falar em português. Foi por isso preso e bateram-lhe muito. Acabaria por falecer por causa dos maus-tratos, mas até expirar falou sempre em português... O senhor faz-me o favor de contar a história dele lá em Portugal”. Não respondi logo, tinha a voz embargada, a língua entaramelada. Aquele homem havia morrido, somente por falar em português e fazer gala nisso. Foi então que recebi um grande choque, levantei os olhos e li na lápide o nome do homem... Chamava-se Bartolomeu Dias. Que enorme coincidência, não queria acreditar. Ainda me pediu que a fotografasse ao lado da campa... não sei como a fotografia não saiu tremida. Cá estou eu a cumprir o prometido... comovido!”

Pedro Mota em Timor (Revista Cais, 2006)

AGRADECIMENTOS

“Um dia conheci numa livraria um contador de estórias, que procurava livros que a maioria das pessoas não procurava. Essa pessoa era o Pedro Mota. (...) Trazia então, na sacola, um número infinito de estórias, contadas por pessoas diferentes de nós. Vivem em sítios que eu não conheço, vestem-se de forma diferente da minha, têm hábitos diferentes dos meus, rituais religiosos que não existem à minha volta. E falam línguas que soam de forma estranha. Mas são exactamente o mesmo ser humano que todos nós somos há 100.000 anos. Lá por dentro é tudo igual.”

Isabel do Carmo (Revista Cais, 2006)

Obrigado a todos os “Pedro Mota” que nos dão conta de outras gentes dispersas pelo mundo através das suas histórias, mostrando-nos que, apesar de tão distantes e tão diferentes as suas histórias poderiam ser as nossas histórias.

Obrigado à minha família, em especial à minha mãe, pelo incentivo constante e pelo enorme apoio nas pequenas grandes tarefas do dia-a-dia.

Obrigado ao meu marido e à minha filha pelo grande Amor e compreensão pelas horas “roubadas” à vossa companhia.

Obrigado à Professora Doutora Natália Ramos pela sua constante presença, orientação, sabedoria e incentivo, nunca me deixando perder o ânimo.

Obrigado a todos quantos aceitaram ser entrevistados para este trabalho, especialmente os que se encontram em situação ilegal, por terem vencido o medo e me acharem merecedora deste voto de confiança. Obrigado por partilharem connosco uma parte das vossas vidas.

Por fim, Obrigado a todos os amigos pelo Amor e carinho que sempre me demonstraram.

ÍNDICE

RESUMO	10
ABSTRACT	12
INTRODUÇÃO	14
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	20
1. GLOBALIZAÇÃO.....	21
2. CULTURA	24
2.1. MODOS DE TRANSMISSÃO CULTURAL	26
2.1.1. Enculturação.....	26
2.1.2. Aculturação.....	27
2.1.2.1. Stress da aculturação	31
2.2. COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL	34
3. MIGRAÇÕES.....	37
3.1 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS	38
3.2. PERCURSO MIGRATÓRIO	43
3.2.1. Razões de partir	50
3.3. O ASSOCIATIVISMO DE MIGRANTES.....	51
3.4. MIGRAÇÃO E RELAÇÕES SOCIAIS	53
3.4.1. Estereótipos e Preconceitos	54
3.4.2. Racismo e Xenofobia.....	56
3.4.3. Medidas de intervenção	58
3.5. MIGRAÇÃO E SAÚDE	62
3.5.1. Conceitos de Saúde.....	62
3.5.2. Desigualdades Sociais em Saúde.....	65
3.5.2.1. Desenvolvimento e Saúde	65
3.5.2.2. Pobreza e Saúde	66
3.5.3. A Cultura e suas Repercussões na Saúde em Contexto Migratório ...	71
3.5.4. Cuidados de saúde.....	75
3.5.4.1. Os Profissionais de Saúde	77
3.5.4.2. O Doente Migrante em Contexto Hospitalar	81
3.6. REALIDADE PORTUGUESA	85
3.6.1. Portugal Emigrante.....	87
3.6.2. Portugal Imigrante.....	93
3.6.2.1 Como são vistos os imigrantes pelos portugueses	118
3.6.2.2. Como são vistos os portugueses pelos imigrantes	120

PARTE II - INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA.....	125
4. METODOLOGIA	126
4.1. TIPO DE ESTUDO	129
4.2. POPULAÇÃO ALVO.....	130
4.3. SELECÇÃO DA AMOSTRA	131
4.4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	132
4.4.1. Construção do Instrumento de Colheita de Dados	133
4.4.2. Aplicação do Instrumento de Colheita de Dados	134
4.4.3. Limitações do Estudo.....	134
4.4.4. Organização e Tratamento dos Dados	135
5. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	137
5.1. RESUMO DAS HISTÓRIAS MIGRATÓRIAS DOS PARTICIPANTES	138
5.2. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA DOS PARTICIPANTES	151
5.3. ANÁLISE DE CONTEÚDO	159
5.3.1. Decisão de Saída	159
5.3.1.1. Razões da Emigração	160
5.3.1.2. Trajecto Migratório	163
5.3.1.3. Tempo de Permanência em Portugal.....	163
5.3.1.4. Escolha do País	164
5.3.1.5. Com quem veio	165
5.3.1.6. Deixou alguém significativo para trás	166
5.3.2. País de Acolhimento.....	167
5.3.2.1. Presença de Conhecidos ou Familiares	168
5.3.2.2. Legalização	169
5.3.2.3. Com quem reside	172
5.3.2.4. Problemas encontrados à chegada.....	173
5.3.2.5. Abertura dos Portugueses aos Imigrantes	179
5.3.2.6. Discriminação	183
5.3.2.7. Integração.....	187
5.3.2.8. Cuidados de Saúde	191
5.3.3. Projectos Futuros	196
5.3.3.1. Qual o destino do seu dinheiro.....	196
5.3.3.2. Regresso ao País de Origem.....	198
5.3.3.3. Arrependimento da opção tomada	201
5.3.4. Sugestões para o Acolhimento ao Imigrante	202
CONCLUSÃO	208
BIBLIOGRAFIA.....	215
ANEXOS.....	221
ANEXO I – INQUÉRITO POR ENTREVISTA.....	222

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Percentagem de estrangeiros por total da população residente em países da OCDE.....	41
Quadro 2 – Percentagem da população activa estrangeira por total da população activa	42
Quadro 3 – Emigrantes legais portugueses por países de destino de 1956-1988.....	89
Quadro 4 – Diáspora Portuguesa em 2002.....	92
Quadro 5 – Evolução da população estrangeira em Portugal entre 2001-2003	95
Quadro 6 – Estimativas da população em Portugal por grandes grupos etários em 2004	96
Quadro 7 – Total de imigrantes não comunitários e cidadãos estrangeiros da União Europeia entre 2000-2004	97
Quadro 8 – Número de imigrantes em Portugal por distrito.....	98
Quadro 9 – Nacionalidades de imigrantes não comunitários mais numerosas em 2004	102
Quadro 10 – Imigrantes com autorização de residência por sexo em 2004.....	104
Quadro 11 – Idade média dos estrangeiros por nacionalidade em 2001	105
Quadro 12 – População activa segundo escalão etário em 2001	106
Quadro 13 – Pessoas singulares estrangeiras activas inscritas na Segurança Social por país de origem entre 2000-2004.....	108
Quadro 14 – Taxas de natalidade e fecundidade das populações de nacionalidade portuguesa e estrangeira em 2001	110
Quadro 15 – Distribuição percentual de imigrantes por nível de qualificação académica em 2001	111
Quadro 16 – Distribuição da população estrangeira por grupos sócio-económicos em 2001.....	112
Quadro 17 – Sinistralidade laboral mortal de estrangeiros por sector de actividade entre 2001-2003	114
Quadro 18 – Distribuição da amostra segundo o sexo, a naturalidade e habilitações literárias.....	155
Quadro 19 – Distribuição da amostra segundo a profissão no país de origem e no país de acolhimento.....	158
Quadro 20 – Distribuição da amostra segundo as vivências de situações de discriminação e sentimento de integração.....	190
Quadro 21 – Distribuição da amostra segundo a situação de legalização e desejo de regressar ao país de origem.....	202

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição da amostra segundo o sexo.....	152
Gráfico 2: Distribuição da amostra segundo o grupo etário	152
Gráfico 3: Distribuição da amostra segundo a nacionalidade	153
Gráfico 4: Distribuição da amostra segundo o estado civil e o sexo	154
Gráfico 5: Distribuição da amostra segundo a convicção religiosa	156
Gráfico 6: Distribuição da amostra segundo o país de primeira opção.....	163
Gráfico 7: Distribuição da amostra segundo o tempo de permanência em Portugal	164
Gráfico 8: Distribuição da amostra segundo o sexo e acompanhamento na sua vinda para Portugal	166
Gráfico 9: Distribuição da amostra segundo a presença de familiares no país de origem	167
Gráfico 10: Distribuição da amostra segundo a presença de familiares/amigos em Portugal	168
Gráfico 11: Distribuição da amostra segundo a situação de legalização	169
Gráfico 12: Distribuição da amostra segundo a partilha de habitação.....	172
Gráfico 13: Distribuição da amostra segundo a vivência de situações de discriminação	183
Gráfico 14: Distribuição da amostra segundo o sentimento de integração.....	187
Gráfico 15: Distribuição da amostra segundo a alteração do estado de saúde.....	193
Gráfico 16: Distribuição da amostra segundo o envio de economias para o país de origem	197
Gráfico 17: Distribuição da amostra segundo o desejo de regressar ao país de origem.....	199

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Percurso Migratório	46
-------------------------------------	----

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Mulher de Karnataka - Índia	2
Fotografia 2: Cemitério de Santa Cruz - Timor	3
Fotografia 3: Bairro da Cova da Moura - Portugal	20
Fotografia 4: Junbai - Portugal.....	125

LISTA DE SIGLAS

ACIME – Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas

AP – Autorização de Permanência

AR – Autorização de Residência

CDS/PP – Centro Democrático Social/Partido Popular

EURO 2004 – Campeonato Europeu de Futebol 2004

EXPO 98 – Exposição Mundial 1998

FNUAP – Fundo das Nações Unidas para a População

INE – Instituto Nacional de Estatística

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMS – Organização Mundial de Saúde

PALOP – Países de Língua Oficial Portuguesa

PCP – Partido Comunista Português

PIB – Produto Interno Bruto

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SOPEMI – Sistema Permanente de Observação das Migrações

UN – United Nations

UNESCO – United Nations Educational Scientific and Cultural Organization

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

RESUMO

As migrações têm estado presentes na história da humanidade desde os tempos mais remotos, só se tornando objecto de estudo dos vários ramos da ciência quando as deslocções territoriais passaram a ser feitas em número considerável e com repercussões significativas a nível político, cultural, social e económico quer no país de origem como no país de acolhimento.

Sendo este um processo complexo e multifacetado, a sua etiologia é variada podendo englobar motivações de ordem política, de emergência, étnicas, sociais e económicas. No entanto as últimas, causadas pelas acentuadas diferenças entre os níveis de desenvolvimento e de riqueza entre os países parecem ser a causa principal que leva as pessoas a optarem pela emigração. Forçados a abandonarem as suas famílias, quebrando os laços familiares e culturais presentes desde sempre, os migrantes vêm-se obrigados a terem de aprender novas realidades culturais e sociais, na maioria das vezes sem qualquer tipo de apoio, a viverem em condições de extrema pobreza, em habitações degradadas e sem saneamento básico, excluídos da sociedade de acolhimento e sendo vítimas de práticas discriminatórias. Este conjunto de factores podem originar graves problemas físicos, mentais e emocionais e cujas manifestações, muitas vezes apenas se tornam visíveis decorridos alguns anos

Portugal, um país de natureza emigratória, tem vindo a receber um número considerável de imigrantes desde a segunda metade da década de 70. Sem uma política de imigração definida e consistente, tem sido particularmente difícil fazer face aos problemas resultantes desse crescimento cultural e social.

Sendo frequentemente apontados como a principal causa do desemprego, da criminalidade e da crise sócio-económica que o país atravessa, os imigrantes são encarados com desconfiança e preconceito.

As suas poucas ou nenhuma qualificações académicas, a urgência em auferir algum rendimento vitais à sobrevivência, aliadas à ilegalidade, forçam-nos a

aceitar todo o tipo de trabalho, quase sempre os menos diferenciados, fazendo deles alvos fáceis de exploração e maus-tratos.

Visando conhecer e compreender o percurso migratório e os principais problemas dos imigrantes de diferentes nacionalidades no distrito de Lisboa, este estudo teve como objectivos:

- Conhecer as motivações que levaram o migrante a «abandonar» o seu país de origem
- Identificar quais os problemas encontrados no país de acolhimento a nível social, sanitário, educativo, económico e laboral
- Perceber que estratégias de adaptação foram utilizadas para fazer face a estes problemas
- Identificar quais os problemas de saúde mais comuns e perceber qual a sua relação com a pessoal de saúde dentro das unidades de saúde.

Para os atingir foi realizado um estudo exploratório, descritivo, indutivo e transversal, baseado numa abordagem qualitativa. A aplicação de um inquérito por entrevista, semi-estruturado permitiu saber a versão do imigrante relativamente à sua vivência de ser imigrante em Portugal mais concretamente em Lisboa.

Principais conclusões:

- Portugal é o país de primeira escolha para a grande maioria dos participantes, por questões de afinidade linguística, cultural e pela pouca severidade relativamente à imigração, em particular à imigração ilegal
- O factor económico é o principal motivador do processo migratório
- Os principais problemas encontrados pelos participantes:
 - A língua – o seu desconhecimento ou fraco domínio, condicionam relações sociais e profissionais
 - A burocracia – referida por muitos como excessiva e extensiva a quase todas as áreas
 - A discriminação – presente ou não, consoante o país de origem fazendo-se notar a nível social, profissional, cultural e institucional

Palavras-chave: Cultura, imigração, emigração, aculturação, interculturalidade, relações interculturais, cuidados de saúde multiculturais.

ABSTRACT

Migrations have been happening in human history ever since the beginning of times, but have only become object of scientific studies, when human flows reached significant proportions, with political, cultural, social and economic consequences in both original and destination countries.

There are various causes for migration (political, emergency, ethnical, social, economic, etc.) but the economic ones are suggested as the main cause.

Migrants are forced to leave their families behind, breaking the bonds with their culture and having to learn and integrate new realities. They do this mostly on their own. The fact that they are forced to live in degraded houses with no sanitation conditions, many times in extreme poverty, excluded from society and being victims of discrimination, can cause serious physical, mental and emotional problems.

Portugal is an emigration country by nature. However it has been receiving a considerate number of immigrants since the mid seventies. With no political immigration policy, it has been difficult to face the problems resulting from this cultural and social outgrowing. Often seen as the cause of unemployment, criminality and the financial crisis the country is going through, migrants are looked upon with mistrust and prejudice.

With few academic and/or professional skills and with no legalization papers, they are forced to accept all kind of work, usually the least differentiated, becoming easy targets for exploitation and abuse.

With this present study, we want to learn and understand the migration path and the main problems that immigrants of different nationalities face in Lisbon.

Our aims are:

- To understand what drove them to leave their countries
- Identify the main problems they face, in the country of destination at social, sanitarium, educational, economical, labor and cultural levels
- Learn about the adaptation strategies they use to face these problems

- Identify what were the most common health problems they faced and how is their relationship with the caregivers within health facilities.

To achieve them, we conducted an exploratory, descriptive, inductive and transversal study, based on a qualitative methodology, using semi-structured interviews as data collection methods. With this methodology we were able to learn about their own version of what it is like to be a migrant in Portugal-Lisbon.

Conclusions:

- Portugal is the country of choice for most of the immigrants studied
- Economic reasons are the main cause of immigration
- Immigrants main problems:
 - Language
 - Extensive official procedures
 - Discrimination

Key Words: Culture, immigration, emmigration, acculturation, interculturality, intercultural relationship, multicultural health care.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em emigração ou fenómeno migratório estamos perante um processo de carácter colectivo, complexo e multifacetado, contextualizado com as realidades, políticas, sociais, económicas e culturais que têm vindo a suceder no mundo nas últimas décadas.

As grandes diferenças estruturais, sociais, de desenvolvimento e de riqueza entre os diversos países, têm forçado um número cada vez maior de indivíduos e populações a abandonarem os seus países de origem, com a esperança e o intuito de proporcionarem a si e à sua família uma melhoria das suas, muitas vezes básicas, condições de vida.

Esta decisão acarreta contudo diversas implicações. As várias rupturas a nível familiar, cultural, social e laboral vão-se sucedendo, trazendo consigo a desorganização do seu mundo deixando-o, bem como à sua família, altamente vulneráveis e conseqüentemente expostos a todo o tipo de agressões. Na verdade, a família é uma das partes mais afectadas deste processo, pois vê alterada, toda a sua estrutura e dinâmica, ocorrendo muitas vezes uma inversão dos papéis familiares até então em vigor.

Sem o apoio da “sua” comunidade e tendo de sobreviver num mundo onde desconhece a língua, a cultura, a organização social e relacional, é forte o sentimento de ameaça e desenraizamento que os leva a excluírem-se e a serem excluídos pela sociedade de acolhimento.

Todas estas mudanças, obrigam o indivíduo a vivenciar várias crises de identidade com conseqüências graves para a sua saúde mental. Ramos (2002^a, p.466), considera que *“As famílias, quando separadas do seu grupo social cultural e familiar, desenraizadas e isoladas, apresentam muitas vezes, dificuldades psico-sociais, emocionais e adaptativas”*.

É por isso importante que o migrante disponha de sólidos recursos psicológicos sócio-afectivos e comunitários que o ajudem a fazer face a toda essa problemática. A cultura, grande força impulsionadora que permite ao indivíduo enfrentar as vicissitudes e adversidades com que se vai deparando, constitui a base da formação da sua personalidade e consolidação da sua identidade.

O conhecimento dos padrões culturais, assumem assim extrema relevância no entendimento dos acontecimentos da vida quotidiana, crenças, valores e comportamentos.

Acompanhando a conjuntura mundial, Portugal viu igualmente alterada a sua matriz cultural e social de forma significativa durante os últimos anos.

Portugal não é, nem nunca foi um país de cultura homogénea. Durante séculos cruzaram-se e fundiram-se povos de diversas culturas que foram deixando impressas as suas características, nas mais diversas áreas. Numa verdadeira mestiçagem biológica e cultural, foi-se assistindo ao esbater das diferenças e à construção de uma identidade comum.

No início do século XX, motivada pela ausência de condições económicas e sociais, os portugueses intensificaram um até então discreto ciclo migratório, com saída progressiva de fluxos populacionais significativos com destino ao Brasil.

Na década de 50, a Europa, saída da II Grande Guerra com marcas profundas, passou a ser o destino mais apetecido, com a França e a Alemanha a necessitarem de mão-de-obra para a sua reconstrução e desenvolvimento económico-social. Portugal aderiu em massa.

Este intercâmbio durou mais de duas décadas, altura em que, na metade da década de 70, se verificou uma inversão dos fluxos migratórios até então observados. A chamada crise petrolífera, com repercussões a nível mundial, levou os países, até então de destino, a imporem sérias medidas restritivas à entrada de novos estrangeiros e a incentivarem o regresso aos países de origem dos que lá se encontravam. Isto provocou um natural decréscimo no

caudal emigratório português. Com a mudança do regime político em vigor e com a perda das suas ex-colónias, Portugal deixa de ser apenas palco de partidas, para acolher movimentos migratórios de proveniências diversas, proporcionando-se assim uma tendência para a mestiçagem biológica e cultural.

Além de cidadãos provenientes das ex-colónias portuguesas, verifica-se actualmente um aumento de cidadãos de outras nacionalidades, em busca de melhores condições de vida, sendo os provenientes da Europa do Leste e do Brasil, os mais significativos (Ramos, 2006).

Vêm atraídos pela relativa estabilidade económica existente, pela necessidade de mão-de-obra para levar a cabo os projectos de desenvolvimento em curso, pela necessidade de renovação populacional, ocasionada pelo aumento progressivo da população idosa e de uma baixa significativa das taxas de natalidade e fecundidade e, pela relativa brandura com que Portugal lida com os imigrantes comparativamente aos restantes países da Europa.

Sem uma política de imigração consistente que permitisse a integração dos imigrantes legais e a tomada de medidas eficazes relativamente aos imigrantes ilegais, o país viu-se confrontado com um aumento desordenado de bairros degradados nas zonas suburbanas, com habitações clandestinas sem o mínimo de infra-estruturas, com problemas de falta de higiene, problemas alimentares, com elevados índices de pobreza, fome e problemas de saúde. A conjugação de todos estes factores gerou, na população autóctone, sentimentos de insegurança levando-os a encarar os imigrantes como sendo os principais responsáveis pelos problemas do país como o desemprego, a crise sócio-económica e a criminalidade. Como consequência, começaram a surgir por parte da maioria da sociedade portuguesa, atitudes preconceituosas, discriminatórias e comportamentos xenófobos.

Num país que se rege pelo princípio da igualdade, como nos diz o artigo 13º, nº 2 da Constituição da República Portuguesa *“Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, convicções políticas e ideológicas, instrução, situação económica ou condição*

social”, as soluções encontradas para os inúmeros problemas existentes, carecem de isenção e adequação como salienta Ramos (2004, p.240) “...as estruturas sociais, de saúde e educativas não oferecem, frequentemente resposta ou fazem-no de uma forma descoordenada e inadequada, não prestando cuidados adaptados às diversidades e necessidades dos indivíduos e das populações e não respeitando a identidade cultural e étnica de cada um”.

Sendo a própria investigadora deste estudo fruto de mestiçagem biológica e cultural e, como tal, particularmente atenta à problemática da multiculturalidade, várias foram as dúvidas surgidas após uma reflexão cuidada sobre a conjuntura migratória que se vive em Portugal:

◆ Por que provações passaram os imigrantes desde a sua chegada a Portugal?

◆ Como sentem que foram recebidos pelos portugueses?

◆ Como são vistos por eles?

◆ Como se foram reestruturando?

◆ Como se relacionam e como se posicionam face à sociedade portuguesa?

De todas estas questões emergiu uma pergunta orientadora de todo o processo de investigação:

◆ *Conhecer e compreender o percurso migratório e os principais problemas dos imigrantes de diferentes nacionalidades no distrito de Lisboa.*

Para ajudar a balizar este estudo, foram traçados os seguintes objectivos:

✎ Conhecer qual as motivações que levaram o migrante a “abandonar” o seu país de origem.

✎ Identificar quais os problemas encontrados no país de acolhimento a nível cultural, social, sanitário, educativo, económico e laboral.

✎ Perceber que estratégias de adaptação foram utilizadas para fazer face a estes problemas.

✎ Identificar quais os problemas de saúde mais comuns.

✎ Perceber qual a sua relação com o pessoal de saúde dentro das unidades de saúde.

Ao longo de todo este processo de investigação, sentimos ser fundamental conhecer os sujeitos de forma mais aprofundada, dando espaço para que verbalizem as suas opiniões, sentimentos e experiências, sem se sentirem limitados quer pelo tempo quer por balizas impostas pelo investigador. Desse modo optámos por uma abordagem qualitativa, onde foi utilizada a entrevista semi-estruturada como método de recolha de dados.

É um estudo exploratório, descritivo, indutivo e transversal estruturado em seis capítulos.

No primeiro, é feita uma contextualização sobre a globalização, processo à escala mundial que permite a unificação de vários pontos do planeta, através de redes estabelecidas entre diversas estruturas colocadas à disposição de todos.

O segundo capítulo é dedicado à cultura, salientando a sua importância na construção e estruturação de qualquer indivíduo e sociedade. São abordados também os modos de transmissão dos valores culturais e comunicacionais, com especial relevância para a importância da comunicação intercultural.

O terceiro capítulo é totalmente orientado para a temática das migrações, abordada nas suas vertentes principais. São focados aspectos como as relações sociais em contexto migratório, a importância do associativismo e o impacto da migração na saúde. É dado especial enfoque à realidade migratória portuguesa, em especial à sua faceta imigratória, de forma a contextualizar o cenário do nosso estudo.

O quarto capítulo aborda os procedimentos metodológicos utilizados na concretização deste estudo, seguido do quinto capítulo onde é efectuada a apresentação, análise e discussão dos resultados do mesmo.

A finalizar teremos a apresentação das principais conclusões obtidas.

“...Não se pode pôr em causa a presença de imigrantes nos países de acolhimento, porque o mundo actual é um mundo de circulação, de cruzamento de culturas. A «aldeia global», em que o mundo se tornou, deixou de ser apenas um slogan para passar a ser uma realidade. É necessário que as sociedades receptoras reconheçam, quanto antes, que terminou o tempo das

comunidades isoladas, e aceitem a presença, nos espaços públicos, dos indivíduos e das comunidades com culturas diferentes” (Soares, 2003, p.67).

Como refere também Levy-Strauss (1989):

“A diversidade das culturas está atrás de nós, à nossa volta e à nossa frente. A única exigência que nós possamos fazer valer (criadora para cada indivíduo de deveres correspondentes) é que ela se realize sob formas pelas quais cada uma seja uma contribuição à maior generosidade das outras” (citado por Guerreiro, 1999, p.26).

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO



Fotografia 3: Bairro da Cova da Moura - Portugal (1992)

“Este é um momento de abismo e desesperanças. Mas pode ser, ao mesmo tempo, um tempo de crescimento. Confrontados com as nossas mais profundas fragilidades, cabe-nos criar um novo olhar, inventar outras falas, ensaiar outras escritas. (...) A Nossa própria responsabilidade histórica de criar uma outra história.”

Mia Couto (1995)

1. GLOBALIZAÇÃO

“As novas problemáticas, individuais e grupais, que se têm vindo a registar nas sociedades contemporâneas derivadas da globalização, da mobilidade das populações e da multiculturalidade, tanto em Portugal como noutros países e continentes, colocam novas questões às sociedades, às diferentes instituições e serviços e às políticas do século XXI” (Ramos, 2006, p.329).

A abolição de fronteiras a nível económico, a nível cultural e em algumas situações a nível político, prende-se, em última análise, com o grande aumento da população mundial, que se faz sentir de maneira mais intensa nos países menos desenvolvidos e menos industrializados.

Seitz (1994, p.47) citado por Sousa (2003, p.22), alerta-nos para este facto ao afirmar *“...A população mundial está a aumentar. Ninguém ficará espantado com esta frase, o que é assustador é a taxa de crescimento e o facto de o crescimento actual não ter precedentes na história da humanidade...”*.

Delors (1996, p.32), caracteriza esse crescimento populacional tendo em conta o grau de desenvolvimento dos países. *“...A parte correspondente aos países em desenvolvimento, no conjunto da população mundial, passou de 77% em 1950 para 93% em 1990; no final deste século atingirá os 95%. Nos países industrializados, pelo contrário, o crescimento demográfico ou enfraqueceu ou estagnou totalmente e a taxa de fecundidade é igual ou inferior aos valores mínimos necessários para ir substituindo as gerações...”*.

Isto leva a que *“...nestes países de fraco crescimento demográfico, a proporção de pessoas com mais de 65 anos subirá em flecha, passando de 12% em 1990 para 16% em 2010 e para 19% em 2025, e o envelhecimento da população não deixará de se reflectir nas formas e no nível de vida, assim como no funcionamento das despesas colectivas...”* Delors (1996, p.32).

Este panorama, em constante mutação, acentua cada vez mais as diferenças entre os níveis de riqueza e de pobreza dos países, o que parece ser a causa principal do aumento do fluxo populacional entre os diversos territórios.

No entanto, os tempos mudaram e, passou a ser possível decidir para onde ir, de uma maneira consciente e informada. As pessoas já não têm necessidade de se aventurarem no desconhecido, escolhendo o país para onde se deslocar apenas com base em informações imprecisas e vagas. Com a abertura das fronteiras e o grande desenvolvimento das tecnologias e das redes de comunicação, o acesso à informação passou a ser uma realidade, podendo estar disponível quase simultaneamente ao momento do acontecimento. O mundo ficou ao alcance da nossa mão através *“...de dispositivos de informação que põem os cinco continentes em contacto permanente, repercutindo instantaneamente através do planeta, não só os acontecimentos mas, sobretudo, as ideias, os modelos, os estilos e os modos de vida...”* (Rodrigues, 1994, p.14).

Sousa reforça esta ideia ao afirmar que *“A explosão das redes de comunicações trouxeram o «longe para perto», o «inatingível ao alcance da mão».* *“... trouxeram, propagandearam ou simplesmente mostraram novas formas de vida, novas formas de estar”* (2003, p.19).

Todos esses factores resultaram numa verdadeira *“...«explosion» des contacts entre peuples et cultures...”* (Camilleri 1989, p.13) e criaram novas realidades quer a nível político, social, cultural, económico, familiar e comunicacional. Perante esse processo incontornável que é a constituição deste *“...Champ humain planétaire...”* (ibidem), os organismos responsáveis

terão de encontrar respostas adequadas, de modo a tirar o melhor partido da interacção de um mundo tão diversificado a que hoje se chama globalização.

Hell et al (1999), citados por Castles (2002, p.132), definem globalização como sendo:

“...Um processo (ou conjunto de processos) que incorpora transformações na organização espacial das relações e das transacções sociais – consideradas em termos da sua extensão, da sua intensidade, da sua velocidade e do seu impacto, gerando fluxos transcontinentais ou inter-regionais e redes de actividade, interacção e o exercício do poder...”

Para muitos no entanto, fica a dúvida do que é realmente a globalização e qual o seu real impacto, quer a nível individual, quer a nível mundial, havendo mesmo quem a classifique apenas como um gigantesco fenómeno económico. Guiddens (1999) citado por Sousa (2003, p.25) no entanto esclarece-nos que ela não se resume a isso ao afirmar: *“...creio que nem os cépticos nem os radicais compreenderam inteiramente o que é a globalização ou quais são as suas implicações em relação às nossas vidas. Para ambos os grupos trata-se, antes de tudo, de um fenómeno de natureza económica. O que é um erro. A globalização é política, tecnológica e cultural, além de económica”*.

“A nossa riqueza provém da nossa disponibilidade de efectuarmos trocas culturais com os outros (...) Habilidade em trocarmos culturas e produzirmos mestiçagens.”

Mia Couto (1995)

2. CULTURA

Tendo em conta esse “campo humano planetário”, há que definir o papel e a importância da cultura neste processo globalizante.

De acordo com Camilleri (1989, p.27):

“La culture est l’ensemble plus ou moins fortement lié des significations acquises les plus persistantes et les plus partagées que les membres d’un groupe, de par leur affiliation à ce groupe, sont amenés à distribuer de façon prévalente sur les stimuli provenant de leur environnement et d’eux-mêmes, induisant vis-a-vis de ces stimuli des attitudes, des représentations et des comportements comuns valorisés, dont ils tendent à assurer la reproduction par des voies non génétiques.”

A cultura assume um papel fundamental e está na base da estrutura de todo o ser humano. É ela que fornece a grelha de sentidos ou de significações que nos permitem ter acesso, interpretar e conseqüentemente funcionar no mundo real. A sua influência faz-se sentir na forma como lemos e agimos sobre o real. Ela determina os nossos estados mentais e emocionais, os nossos comportamentos, o nosso modo de pensar, a nossa maneira de agir consoante a leitura que fazemos do contexto em que nos encontramos, a maneira como nos estruturamos a individual e colectivamente, os nossos códigos comunicacionais, o nosso saber adquirido e a sua aplicação no real.

“Cada cultura é única pelo que a compreensão dos elementos que a compõem não pode ser procurada à luz dos códigos de interpretação de outra cultura, mas tem de ser buscada no contexto global dos seus próprios significados, valores e formas de expressão” (Silva, 2004, p.9).

Dentro da mesma linha de pensamento Ramos afirma que:

“...la culture permet d’appréhender tout à la fois des composantes particulières et générales de l’espace de vie de l’homme à deux niveaux: un niveau symbolique ou «subjectif» (les représentations collectives, les significations liées aux comportements ou aux objects, etc.) et un niveau matériel (notamment les comportements et les produits de l’activité humaine” (Ramos 1993, p.30).

Para Bruner (1991), a cultura é *“Une boîte à outils composée de techniques et de procédures permettant de comprendre et de gérer notre monde”* (citado por Ramos, 2001, p.163).

Apesar da sua enorme importância na formação estrutural do indivíduo como ser único e simultaneamente membro de um determinado grupo social, esta relação não é estática nem unilateral mas, caracteriza-se por ser um processo dinâmico, repleto de acções e interacções, onde as mudanças são operadas nos dois sentidos. *“ O indivíduo não é somente produto da sua cultura, mas também a constrói, a reconstrói, a recria, em função das problemáticas e das estratégias diversificadas e num contexto marcado pela diversidade e pela pluralidade”* (Ramos, 2001, p.165).

Ruth Benedict corrobora esta opinião ao afirmar que *“...la nature humaine n’est pas une système fermé et donné une fois par toutes; c’est un grand éventail de possibles dont chacun est réalisé par une figure culturelle particulière. L’ensemble des cultures constituerait un dévoilement progressif de l’humain. Et notre nature consisterait en un réaménagement continuel, à la lumière d’un project jamais entièrement dévoilé, des constantes de notre équipement génétique dont nous ne pourrions, cependant, jamais nous dissocier”* (citado por Camilleri, 1989, p.37).

O facto de existirem constantes fluxos humanos devido às mudanças operadas nos diversos contextos políticos, sociais, económicos, educacionais, familiares

e culturais, faz com que o outro, a diferença, as relações interculturais e os novos padrões culturais sejam, não só uma realidade, como uma constante em qualquer parte do mundo, atribuindo à cultura e ao meio social onde nos movemos uma forte vertente de mestiçagem.

A criança cedo contacta com essa pluralidade de referências culturais que acabam por ter o seu reflexo nos processos de transmissão de valores.

“Les relations de l’enfant avec le milieu dans lequel il se développe, s’établissent grâce à une ensemble d’identifications, des normes, de valeurs, qui vont structurer sa personnalité. Par ce processus, l’enfant acquière les modèles, les éléments socio-culturels de son milieu, les intègre à la structure de sa personnalité et par là s’adapte à l’environnement social et culturel dans lequel il vit” (Ramos, 1993, p.31-32).

Serres (1991) vai mais longe e alarga o conceito de mestiçagem à própria aprendizagem *“L’apprentissage consiste en un métissage. Étrange et original, déjà mélangé des genes de son père et de sa mère, l’enfant n’évolue que par ces nouveaux croisements”* (citado por Ramos, 2001, p.161).

2.1. MODOS DE TRANSMISSÃO CULTURAL

Num mundo onde a variedade cultural faz parte da nossa realidade diária, há que definir as várias formas de transmissão e consequente apreensão das referências culturais. Elas são essencialmente duas e, embora com uma fonética semelhante, são na sua essência diferentes.

2.1.1. Enculturação

É o processo através do qual o indivíduo apreende as referências culturais do meio onde está inserido enquanto membro de um grupo social, tendo estas sido transmitido pelos seus pares sociais.

Podendo ser considerado parte de um processo mais globalizante que é a socialização, Camileri considera enculturação ou endoculturação como sendo *“...l’ensemble des processus conduisant à l’appropriation par l’individu de la culture de son groupe”* (1989, p.28).

Ramos (2001), defende que a cultura constitui um dos factores de maior relevância na construção da identidade, quer pessoal quer social. Confrontados desde muito cedo com referências culturais, estas tornam-se a base da estruturação da nossa personalidade.

Assim, com base nos estudos de Mead, a autora define enculturação do seguinte modo: *“Il s’agit d’un processus d’intériorisation par l’individu des traditions, systèmes de références et valeurs de son groupe, processus qui procède essentiellement par voie inconsciente. Il se distingue de la socialisation qui relève des influences exercées consciemment sur le sujet par le milieu environnant avec lequel il est en interaction”* (Ramos, 1993, p.31-32).

A enculturação e/ou a socialização, são processos interactivos e dinâmicos, resultantes de diversas interações com o meio social e cultural e onde a inversão de papéis está sempre à espreita. O agente socializador pode, a qualquer momento, passar a agente socializado. O meio familiar desempenha um papel primordial constituindo, na grande maioria das vezes, a primeira e a principal via de socialização.

2.1.2. Aculturação

A aculturação envolve permutas culturais através do contacto directo, entre dois ou mais grupos.

Ramos (2004, p.217), dá-nos a conhecer a definição de aculturação elaborada pela primeira vez por Herkovitz (1936) como sendo *“...o conjunto de fenómenos que resultam do contacto directo e contínuo entre grupos de indivíduos de culturas diferentes, com mudanças subsequentes nos tipos e modalidades culturais de um ou dos restantes grupos.”*

Para Cabral (1983) citado por Seabra (2005, p.31), a aculturação *“...é o fenómeno psicossocial em que duas culturas exercem reciprocamente uma acção de que vai resultar a transformação de cada uma delas, por interpenetração de conteúdos culturais e invenção – descoberta de novos conteúdos. A interpenetração de conteúdos acontece no sujeito e pelo sujeito*

que os transforma, ora por assunção diferenciada dos mesmos, ora também por invenção – descoberta, conforme a riqueza desses conteúdos, a variedade das formas e a proporção entre os elementos universais e as possibilidades de invenção dentro de cada grupo, assim como do estatuto e do papel dos sujeitos no grupo.”

Mas o processo de aculturação nem sempre se realiza de forma semelhante pois, tem na sua base, diversos factores que o influenciam.

Camilleri (1989, p.30) aponta cinco parâmetros distinguidos pela análise cultural como particularmente importantes na aculturação:

- ◆ *“Son origine, selon qu’il est endogène, qu’il provient du groupe où il s’effectue, ou au contraire exogène;*
- ◆ *Sa vitesse, ou rythme d’effectuation;*
- ◆ *Son étendu, selon le nombre de sous-systèmes et de «traits» atteints par la transformation;*
- ◆ *Sa profondeur, selon la distance de ce qui est affecté par le changement au «noyau» de la culture;*
- ◆ *Sa «reliabilité», selon que ses produits peuvent s’accorder ou non avec le contexte dans lequel ils s’insèrent.*

As estruturas relacionais entre diversos grupos de pessoas conferem, por si só, um carácter subjectivo ao processo.

“A aculturação implica a aprendizagem de uma nova cultura, assim como escolhas por vezes difíceis entre o que o imigrante gostaria de manter e o que tem de abandonar dos hábitos e cultura de origem. Dúvidas e ansiedade podem surgir, encontrando-se o indivíduo dividido entre o desejo de integrar os elementos da cultura do país de acolhimento e o desejo de manter tradições e hábitos de origem profundamente enraizados desde há muito tempo” (Ramos, 1993, p.562).

A autora (1993), faz referência aos quatro tipos de estratégias de adaptação citados por Berry (1989) e do qual resultam quatro modos de aculturação:

Assimilação – Processo unilateral pelo qual os membros de um grupo se apropriam dos elementos culturais de um outro grupo em detrimento dos seus padrões culturais. Isto tem como consequência directa a subjugação do grupo minoritário pelo grupo maioritário com a respectiva perda da sua identidade.

Integração – Manutenção parcial das características, padrões, identidade e integridade cultural do país de origem, aliadas a uma participação mais ou menos activa dos indivíduos na nova sociedade.

Separação – Quando o indivíduo, numa tentativa de preservar a sua identidade cultural, rejeita estabelecer qualquer relação com a comunidade dominante.

Marginalização – Quando o grupo maioritário impede o indivíduo de participar na sua vida social e no funcionamento das instituições, devido a práticas discriminatórias.

A integração é, sem sombra de dúvida, o modo de aculturação mais desejado pois é menos doloroso, mais saudável e mais adaptativo.

Perotti in Clanet (1990) citado por Ramos (2004, p.259) pronuncia-se do seguinte modo sobre a integração:

“O conceito de integração opõe-se à noção de assimilação e significa a capacidade de confrontar e de mudar numa posição de igualdade e de participação – valores, normas, modelos de comportamento – tanto da parte do imigrante como da sociedade de acolhimento”

Como síntese citamos Ramos (2001, p.165) quando salienta que *“...o processo de aculturação acompanha-se de mudanças culturais diversas, espaciais e temporais e provoca a perda, a aquisição, a transformação, a substituição e a reinterpretação de traços culturais dos grupos em presença.”*

As mudanças operadas em contexto intercultural, nomeadamente em contexto migratório, processam-se em várias áreas e vão desde as mudanças físicas, biológicas, sociais, culturais até às mudanças psicológicas.

Ramos (2004), situa estas mudanças ao nível das motivações, das aptidões, da identidade individual e cultural do indivíduo.

Para Graves (1967) citado por Seabra (2005, p.33), a aculturação psicológica *“...refere-se a mudanças que um indivíduo experiencia em resultado de estar em contacto com outras culturas e de participar no processo de aculturação por que passa o seu grupo cultural ou étnico.”*

Tal como referido anteriormente por Ramos (2001), as mudanças operam-se a nível do comportamento, da identidade, dos valores e das atitudes.

Estas mudanças não são isentas de consequências podendo ter um cariz positivo e/ou negativo.

Para Erikson (1968) citado por Ramos (2004, p.257) *“As numerosas mudanças (...) obrigam o indivíduo a atravessar várias crises de identidade com reajustamentos sucessivos ao nível psíquico e podem ser traumatizantes para a formação do sentimento de identidade.”*

Já para Ramos (1993, p.563) *“Algumas destas mudanças poderão ter consequências positivas, nomeadamente no que diz respeito à melhoria das condições sócio-económicas, à educação, à saúde, outras poderão manifestar-se de uma forma negativa, sob a forma de dificuldades de adaptação, problemas psicológicos, stress de aculturação.”*

2.1.2.1. Stress da aculturação

Sinónimo de pressão e exigência, o stress foi definido por Lazarus e Folkman (1984) citados por Ramos (2004, p.267) como sendo “...*uma relação particular entre o indivíduo e o ambiente, a qual é avaliada e considerada pelo indivíduo como algo que sobrecarrega ou ultrapassa os seus recursos e prejudica o seu bem-estar.*”

As teorias de Lazarus et al (1984) e de Seligman (1975, 1987), têm por base a ideia de que o stress ocorre sempre que os sujeitos avaliam os acontecimentos como potencialmente prejudiciais, ou quando percebem os seus recursos, quer pessoais como sociais, como insuficientes para fazer face ou impedir um acontecimento adverso (Ramos, 2004).

A mesma autora faz igualmente referência a Rahe (1981) que afirma, na mesma linha de pensamento, que os acontecimentos da vida de um indivíduo, ameaçam mais ou menos, e aumentam os riscos de doença consoante o grau de ameaça e perigo com que são percebidos.

Existe no entanto, um grau de risco real, na medida em que os acontecimentos de vida obrigam muitas vezes a uma alteração nos hábitos, nas relações sociais, nos padrões de actividade e nos estilos de vida. Assim, segundo Ramos (1993, p.567) “...*pode-se falar de patologia de aculturação quando há efeitos desorganizadores sobre o comportamento dos indivíduos, devido à coexistência de dois códigos de conduta, por vezes contraditórios ou mesmo conflituosos, que lhe são fornecidos pelos modelos da sociedade de acolhimento, e da sua sociedade de origem.*”

Como salienta esta autora “*O migrante carrega muito frequentemente uma dupla vulnerabilidade (psicológica e social) e uma dupla exclusão (do país de origem e do país de acolhimento)*” (Ramos, 2004, p.257).

Berry (1989) afirma que as relações entre a aculturação e o stress são influenciadas pelas características sócio-demográficas e psicológicas do

indivíduo, as particularidades da sociedade dominante, os tipos e os modos de aculturação (Ramos 2004).

Para Neto (1993) e Moreira (1997), a migração coloca o sujeito em conflito permanente, na medida em que ele luta para preservar a sua identidade, ao mesmo tempo que tenta dar resposta ao novo meio sócio-económico, cultural e político no qual se quer integrar.

“O choque migratório, simultâneo à quebra de laços com o grupo de pertença, pode despoletar o vazio psicológico e a angústia, o stress de aculturação, sobretudo quando a opção é a fusão brusca no novo grupo cultural” (Neto 1993) citado por Moreira (1997, p.34).

Em pacientes que vivenciaram o traumático processo da migração, Miriam Fridman-Wenger constata uma actualização maciça das angústias e a verdadeiras ameaças de desmoronamento do «Eu» (Almen, 1994) citado por Moreira (1997).

O stress de aculturação manifesta-se segundo Neto (1993) citado por Sousa (2003, p.44) por *“...problemas de saúde mental (confusão, depressão, angústia, etc.), sentimentos de marginalidade e de alienação, aumento do nível de sintomas psicossomáticos e dificuldades identificatórias...”*

Para conseguir fazer face às exigências do meio ambiente e/ou a situações de agressão, o indivíduo terá de se valer dos seus recursos internos, mais especificamente dos chamados mecanismos de adaptação ou de coping.

Para Folkman et al. (1986) citados por Ramos (2004, p.269) mecanismos de coping são:

“Os esforços cognitivos e comportamentais de um indivíduo para gerir (reduzir, minimizar, controlar ou tolerar) as exigências internas e externas de interacção entre o indivíduo e o ambiente, as quais são avaliadas como excessivas ou ultrapassando os recursos do indivíduo.”

Um dos recursos internos mais poderosos do qual o indivíduo migrante se pode valer é a resiliência. Ramos (2004, p.133) define-a como *“...A capacidade do*

indivíduo para resistir, adoptar um funcionamento positivo ou competência face a uma situação de adversidade, face a riscos e a ameaças externas e internas, para ultrapassar de modo favorável um acontecimento negativo ou, ainda, a capacidade de reconstrução na sequência de uma experiência traumática.”

Sendo um processo dinâmico, evolutivo e adaptativo, a resiliência permite que o indivíduo consiga um equilíbrio entre os seus factores de protecção internos (recursos afectivos, cognitivos, personalidade e auto-estima), os factores externos (família alargada, suporte comunitário e rede social) e os elementos adversos circundantes ao longo das diferentes etapas do seu desenvolvimento (Ramos, 2004).

Para Hobfoll (1989) citado por Ramos (2004), o nível de stress está directamente ligado à quantidade de recursos que o indivíduo perde e Serra (1999), acentua que o stress é inversamente proporcional ao apoio social que o indivíduo tem acesso.

Por rede social de apoio entende-se os contactos sociais e as pessoas com quem o indivíduo contacta, capazes de proporcionar uma ajuda eficaz e duradoura a si e à sua família (Ramos, 2004). Estes podem ser de carácter formal (os técnicos e os serviços), ou de carácter informal (amigos, familiares e vizinhos).

Em qualquer das situações é reconhecida a sua importância no bem-estar do indivíduo.

“As grandes redes sociais, uma boa integração e um nível de apoio/suporte social elevado fornecem aos indivíduos experiências positivas, todo um conjunto de papéis sociais estáveis na comunidade e sentimentos de pertença, de serem amados e reconhecidos, o que poderá conduzir a estilos de vida mais saudáveis, melhorar a saúde física e o bem-estar e saúde mental” (Cohen e Wills, 1985) citados por Ramos (2004, p.271).

“A saúde psicológica só é possível quando o âmago essencial da pessoa é aceite, amado e respeitado pelos outros e pelo próprio. O principal caminho

para a saúde e auto-satisfação é através da gratificação das necessidades básicas e não pela frustração. As necessidades básicas são: fisiológicas; protecção e segurança; sentido de pertença, amizade, amor; respeito estima aprovação, dignidade, respeito por si próprio e liberdade para o desenvolvimento máximo dos próprios talentos e capacidades e autenticidade ” (Pestana 1995, p.33).

2.2. COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL

“A comunicação é um conceito integrador, o qual permite redimensionar e repensar os contactos, as relações entre o indivíduo e a sociedade, entre a sociedade e a cultura” (Ramos, 2001, p.157).

Assim, e segundo Ramos (2001, 2004), podemos afirmar que, longe de ser um processo estático, a comunicação assume um carácter dinâmico e interactivo e inscreve-se num determinado contexto físico, social e cultural.

Para esta autora (2001, p.159) *“A comunicação é um fenómeno social complexo, cada acto de transmissão de uma mensagem estando integrado numa matriz cultural, constituindo a comunicação social o conjunto códigos e de regras que tornam possíveis e mantêm as relações e interacções entre os membros de uma mesma cultura ou sub cultura.”*

Bateson (1981, 1988) citado por Ramos (2001), através de uma abordagem sistémica baseou a sua teoria em alguns princípios fundamentais:

- ◆ Para além de reforçar o carácter interactivo da comunicação, afirma que não a podemos reduzir apenas à sua mensagem verbal.
- ◆ Todas as manifestações não verbais como gestos, expressões faciais, posturas e comportamentos, representam mensagens e são formas de comunicação igualmente válidas, podendo servir como reforço ou negando a mensagem verbal enviada.
- ◆ Toda a mensagem engloba dois níveis de significação; um que exprime algo sobre a relação dos seus interlocutores e um outro de conteúdo informativo.

◆ A comunicação é determinada pelo contexto no qual se insere, sendo que este envolve as relações entre as pessoas, o espaço onde se desenrola a acção e a situação que coloca em interacção os seus protagonistas.

Funcionando como elemento aglutinador, o contexto representa um espaço de cariz simbólico portador de normas, regras, modelos e rituais de interpretação.

Num contexto onde determinantes externos tais como a globalização, os fluxos migratórios e os intercâmbios culturais são uma constante, temos que repensar a nossa forma de comunicar, pois ela processa-se num universo mais lato, devendo inscrever-se na esfera das relações interculturais.

Para Ramos (2001, p.166) *“A comunicação intercultural envolve problemas e processos de interacção verbais e não verbais entre indivíduos pertencentes a grupos ou sub grupos culturais diferentes em contextos situacionais variados e a variação cultural na percepção dos objectos e dos acontecimentos sociais.”*

Edmond Lipiansky (1989) citado por Soares (2003, p.127) afirma que *“La communication interculturelle implique la prise en compte de la dispatrité des codes culturels et la conscience des attitudes et mécanismes psychologiques suscites par l’alterité”*.

Porque os padrões e referências culturais são distintos e diversos, indivíduos de diferentes culturas tendem a fazer diferentes interpretações duma mesma situação, o que pode originar problemas comunicacionais, conflitos e incompreensão mútua (Ramos 2004).

Em contexto multicultural, a língua constitui um aspecto importante na comunicação pois é o meio mais imediato de entendimento.

Para Moreira (1997), as línguas sempre mantiveram uma relação com o poder, desempenhando um papel relevante a nível da identidade cultural de um povo.

“A língua de um povo é a substancialização da sua identidade cultural” (ibidem, p. 24).

No entanto, ela por si só, não é suficiente para prevenir problemas comunicacionais. A comunicação não verbal assume igual protagonismo. O conhecimento de elementos como os gestos, as expressões faciais, os olhares, as posturas, os movimentos, os toques, o vestuário, o silêncio, o tom, as entoações e o ritmo e volume da voz poderão ajudar a ultrapassar algumas dificuldades (Ramos 2004).

Para Samovar et al. (1981) citados por Ramos (2004, p.302) *“...um princípio fundamental da comunicação intercultural é a consciencialização de que o mundo que percebemos e em relação ao qual comunicamos, poderá não ser o mesmo mundo, vivenciado por uma pessoa de outra cultura e que ela procura exprimir.”*

Isto implica que para comunicar eficazmente devemos desenvolver as nossas aptidões comunicacionais ao nível intercultural, de modo a facilitar a compreensão recíproca entre indivíduos de diferentes culturas. Tendo por base esse objectivo, Ramos (2004) propõe algumas medidas, nomeadamente:

- ◆ Desenvolver a compreensão da cultura
- ◆ Aprender a conhecer-se a si mesmo e à sua própria cultura
- ◆ Aprender a descobrir os quadros de referência dos outros
- ◆ Evitar julgamentos rápidos e superficiais, evitar os estereótipos e as atitudes egocêntricas
- ◆ Desenvolver a empatia
- ◆ Dispor de tempo para comunicar
- ◆ Desenvolver estratégias e intervenções educativas interculturais
- ◆ Implementar uma formação sólida e adequada dos diferentes profissionais

“Everyone has the right to leave any country including his own, and to return to his country.”

Article 13(2), Universal Declaration of Human Rights

3. MIGRAÇÕES

Desde os tempos mais remotos é possível observar a existência de contactos entre povos de diferentes culturas, que falam línguas diferentes e cuja organização sócio-económica e política assenta em premissas distintas. Embora nem sempre pacífica, não nos podemos esquecer das situações de subjugação e domínio, estabelecidas por parte de culturas mais agressivas e desenvolvidas, relativamente a culturas mais discretas, em circunstâncias de grande conflito como sendo as guerras, esta convivência foi sendo conseguida.

Ao longo dos tempos o panorama geral mundial sofreu profundas alterações a diversos níveis. Não obstante, continua a ser possível observar essa mesma convivência, entre gentes diferentes, com hábitos de vida diferentes, com vestes e religiões diferentes, que falam diferente, que comem diferente e que se relacionam de maneira diferente.

Esta paisagem populacional diversificada, é sobretudo um reflexo das mudanças económicas, políticas, sociais e culturais que se têm vindo a suceder em todo o mundo nas últimas décadas e que contribuíram grandemente para o clima de incerteza e insegurança que se vive actualmente.

O constante e progressivo aumento das diferenças de desenvolvimento e dos níveis de distribuição de riqueza entre os diversos países, conduzem a sentimentos de impotência, de desespero e a uma ausência de perspectivas de futuro que, aliadas a uma quase total inexistência de recursos dentro do seu contexto envolvente, torna infrutífera qualquer tentativa para reverter os resultados.

Para fazer face a tal instabilidade e melhorar o seu nível sócio-económico e familiar, as pessoas lançam-se à aventura, deslocando-se pelos diversos territórios em busca de segurança no presente mas, acima de tudo, esperança no futuro.

3.1 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Originalmente derivado do latim “*migrare*”, o termo migração significa passar de um local para o outro.

Em consonância, Birou (1982) citado por Ramos (2006, p.334) define migração como “...*um movimento de população de um local para outro, quer seja por um tempo determinado quer por uma fixação permanente.*”

Quando essa deslocação territorial é efectuada dentro do mesmo país, com fuga das zonas rurais, geralmente mais carenciadas, para as grandes zonas urbanas com um maior nível de desenvolvimento e de recursos alternativos, estamos perante situações de migração interna.

Quando a busca de novos horizontes e de melhoria das condições de vida é feita com a deslocação para o exterior, implicando a saída do seu território de origem para países mais industrializados, encontramos perante migrações internacionais, que se traduzem na prática por uma maior diversidade cultural com os problemas daí inerentes.

“Todas as migrações de pessoas pressupõem a sua deslocação do território de onde são originários e a subsequente permanência, mais ou menos duradoura, em qualquer outro território. Quando a deslocação envolve a transposição das fronteiras de um Estado soberano, trata-se de migrações internacionais” (Rocha-Trindade 1995, p.297).

Para Ramos no entanto “...*a migração não implica apenas a deslocação espacial, mas constitui um processo complexo, contraditório, uma experiência de perda, ruptura, mudança, vivenciada pelo indivíduo de uma forma mais ou*

menos traumatizante ou harmoniosa, segundo os seus recursos psicológicos e sociais, as características da sociedade dominante e as condições de acolhimento do país receptor” (2006, p.335).

Isso faz das migrações internacionais fenómenos muito complexos porque se inserem numa perspectiva multifactorial e requerem uma atenção cuidada e atenta.

“As migrações internacionais inserem-se num conjunto de relações sociais (económicas, sociológicas, mas também políticas, demográficas, culturais, linguísticas, psicológicas), exigindo uma análise pluridisciplinar” (Ramos 1996, p.254).

Rocha-Trindade (1995, p.195), caracteriza esta problemática fazendo referência ao relatório do FNUAP “A Situação da População Mundial” (1993, p.15): *“A migração é um barómetro de circunstâncias sociais, económicas e políticas em transformação, a nível nacional e internacional. Em ambos os casos, a migração é um sinal de grandes disparidades, relativamente às condições económicas e sociais, entre o local de origem e o de destino.”*

Estas disparidades cada vez mais profundas, originam fluxos migratórios globais cada vez maiores, movimentando milhares de pessoas de um lugar para qualquer outro do mundo. Na prática, isto traduz-se por um determinado número de imigrantes de primeira geração que, se radicados e inseridos de forma aproximadamente irreversível, irão dar origem a novas gerações de descendentes de imigrantes, atingindo números significativos. (Rocha-Trindade, 1995)

Segundo dados divulgados na *United Nations Convention on Migrants Rights*, cujo relatório foi publicado pela UNESCO em 2005, o número de imigrantes internacionais nos dias que correm situa-se entre 185 e 192 milhões, tendo sofrido um acréscimo de mais do dobro do seu valor em apenas uma geração.

O secretário-geral das Nações Unidas, manifesta a sua preocupação por esta problemática e, considera fundamental, que se entendam as forças motivadoras que estão na origem de todo esse processo ao afirmar:

“It is time to take a more comprehensive look at the various dimensions of the migration issue, which involves hundreds of millions of people, and affects countries of origins, transit and destination. We need to understand better the causes of international flows of people and their complex interrelationship with development” (Secretário Geral das Nações Unidas, Koffi Annan, 2002, p.6).

Devido à estabilidade económica alcançada pela grande maioria dos países europeus e, com a posterior formação da União Europeia, o panorama migratório na Europa alterou-se. *“A imigração é um fenómeno que se tornou estrutural na Europa devido a várias transformações: a passagem de uma imigração de trabalho a uma imigração permanente; o acréscimo da diversidade étnica; a aceleração da concentração urbana da população imigrante; as necessidades específicas de mão-de-obra, nomeadamente, sectoriais e sazonais; a evolução demográfica e a redução da população em idade activa. A União Europeia recebe milhões de imigrantes oriundos dos mais diversos países, no entanto, continua a carecer de um quadro jurídico e de vontade política em matéria de admissão de imigrantes e refugiados”* (Ramos, 2003^a), citado por Seabra (2005, p.5).

Como um estado membro da União Europeia, também Portugal vê alterado o seu “caudal migratório”.

O quadro 1 mostra a evolução da população migrante nos países da OCDE entre 1992 e 2002, com especial relevância para a realidade portuguesa.

Nele podemos observar, que Portugal apresenta um acréscimo significativo superior ao dobro, passando de 1,3% para 4% desde o início até ao final da década representada. No entanto, e tendo em conta uma perspectiva geral, é dos países com menor percentagem de imigrantes residentes, ficando apenas à frente da Finlândia, República Checa, Itália e Espanha. Esse valor assume-se como relativamente insignificante quando comparado com países como Luxemburgo (38,1%) e Reino Unido (34,5%).

Quadro 1 – Percentagem de estrangeiros por total da população residente em países da OCDE

País	1992	1995	1998	2001	2002
Áustria	7,9	8,5	8,6	8,8	8,8
Bélgica	9	9	8,7	8,2	8,2
Rep. Checa	0,4	1,5	2,1	2	2,3
Dinamarca	3,5	4,2	4,8	5	4,9
Finlândia	0,9	1,3	1,6	1,9	2
Alemanha	8	8,8	8,9	8,9	8,9
Irlanda	2,7	2,7	3	4	4,8
Itália	1,6	1,7	2,1	2,4	2,6
Luxemburgo	31	33,4	35,6	37,5	38,1
Holanda	5	4,7	4,2	4,3	4,3
Noruega	3,6	3,7	3,7	4,1	4,3
Portugal	1,3	1,7	1,8	3,4	4
Espanha	1	1,3	1,8	2,7	3,1
Suécia	5,7	5,2	5,6	5,3	5,3
Suiça	17,6	18,9	19	19,7	19,9
Reino Unido	3,5	3,4	3,8	4,4	34,5

Fonte: SOPEMI 2004

O quadro 2 abaixo representado, revela-nos a percentagem da população activa estrangeira por total de população activa.

Mais uma vez é de salientar os valores representativos do Luxemburgo em 2002 onde, com o valor percentual de 62,1%, os 177.6 mil imigrantes constituem mais de metade da população activa do país.

Segue-se a Áustria com 10,9% para 370.6 mil imigrantes e a Alemanha com 9.2% para 3634.0 no mesmo ano.

Os países que apresentam menor percentagem de população activa estrangeira, todas abaixo de 1%, são a República Checa, Japão e Coreia com 0.2%, 0.3% e 0.6% respectivamente.

Quadro 2 – Percentagem da população activa estrangeira por total da população activa

País	1992	1995	1998	2001	2002
Áustria	295.9	325.2	327.1	359.9	370.6
%	9.1	9.9		11.0	10.9
Bélgica	325.6	328.3	345.0	359.9	359.6
%	7.8	7.8	8.1	8.4	8.3
República Checa		111.9	111.2	103.7	101.2
%		2.2	2.1	2.0	1.9
Dinamarca	74.0	83.8	98.3	100.6	101.9
%	2.6	3.0	3.4	3.5	3.6
França	1517.8	1573.3	1586.7	1617.6	1623.8
%	6.0	6.2	6.1	6.2	6.2
Alemanha			3501.0	3616.0	3634.0
%			8.7	9.1	9.2
Hungria	15.7	21.0	22.4	38.6	42.7
%	0.3	0.5	0.6	0.9	1.0
Irlanda	40.4	42.1	53.7	84.2	101.7
%	3.0	2.9	3.3	4.7	5.5
Itália	296.8	332.2	614.6	800.7	840.8
%	1.4	1.7	2.7	3.8	3.8
Japão	85.5	88.0	119.0	168.8	179.6
%	0.1	0.1	0.2	0.2	0.3
Coreia		52.2	76.8	128.5	137.3
%		0.3	0.4	0.6	0.6
Luxemburgo	98.2	111.8	134.6	170.7	177.6
%	49.2	52.4	57.7	61.7	62.1
Holanda	229.0	282.1	269.5	302.6	295.9
%	3.5	4.0	3.6	3.8	3.7
Noruega	46.6	52.6	66.9	133.7	138.4
%	2.3	2.5	3.0	5.9	6.1
Portugal	59.2	84.3	88.6	233.6	285.7
%	1.3	1.8	1.8	4.4	5.3
República Eslovaca	5.0	3.9	5.9	4.4	4.7
%		0.2	0.2	0.2	0.2
Espanha	139.4	139.0	197.1	607.1	831.7
%	0.9	0.9	1.2	3.4	4.5
Suécia	233.0	220.0	219.0	227.0	218
%	5.3	5.1	5.1	5.1	4.9
Suíça	716.7	728.7	691.1	738.8	829.6
%	18.3	18.6	17.4	18.1	
Reino Unido	902.0	862.0	1039.0	1229.0	1303
%	3.6	3.4	3.9	4.4	4.6

Fonte: SOPEMI 2004

Em Portugal, o número de imigrantes activos em 2002 era de 285.7 mil, constituindo 5,3% da sua população activa. Analisando a sua evolução ao longo da década representada verificamos um aumento significativo da

população activa estrangeira entre 1998 e 2001, passando respectivamente de 1,8% (88.6 mil) para 4,4% (233.6 mil).

Este facto poderá ser explicado por acontecimentos de grande projecção económica e social como a EXPO 98 e o EURO 2004, que serviram como pólos de atracção para mão-de-obra diversa.

“...Ora na realidade a Europa Ocidental tem vindo a tornar-se num espaço especialmente apetecido para os cidadãos de países em vias de desenvolvimento que aqui procuram trabalho, aforro e residência para si e suas famílias, vindos da África, da Ásia, da América Latina e desde a queda do muro de Berlim, dos países do Leste Europeu...” (Rocha-Trindade, 1993) citado por Pestana (1995, p.43).

A migração tornou-se num fenómeno global. Os migrantes, forçados a sair dos seus países de origem para locais onde a sua presença, por ser necessária é tolerada, são atraídos por panoramas políticos, sociais e económicos mais estáveis e atractivos.

“International migration is thus not only a South-North or East-West process. It is a multi-directional phenomenon, in which many countries are both emigration and immigration countries at the same time” (United Nations Convention on Migrants Rights, 2005, p.6).

3.2. PERCURSO MIGRATÓRIO

*“... O termo **emigração** designa tradicionalmente o acto de emigrar, isto é, a saída de alguém com ausência suposta de duração significativa, do país que é seu por relação de nacionalidade e por vivência no território que politicamente lhe está adstrito”* (Rocha-Trindade, 1995, 31).

Decisão complexa e com vários contornos, resulta duma interacção dinâmica entre a variável humana, o país de origem e o país de destino ou de acolhimento. Deles irá depender a decisão de partir e a escolha do país.

Valdez (1927) citado por Ramos (2004, p.245) define o imigrante internacional como sendo *“Todo o indivíduo que deixa o seu país para se estabelecer no*

estrangeiro, seja de forma permanente ou temporária, com o objectivo de satisfazer necessidades consideradas essenciais.”

Todavia, a imagem e o estatuto social que lhe são atribuídos, dependem essencialmente de quem olha. Sob a perspectiva do país de origem, estes sujeitos são denominados emigrantes; *“...um nacional ausente, com perda pouco significativa de direitos no país de onde provém e, talvez até, uma certa diminuição dos deveres e obrigações inerentes à sua qualidade de cidadão”* (Rocha-Trindade 1995, 31).

Sob o ponto de vista do país de acolhimento eles são considerados imigrantes *“...um estranho vindo de fora, encontrando uma sociedade que provavelmente desconhece e onde terá de inserir-se, sujeitando-se às leis que a administram.”* Desse modo, para além de ver perpetuada a sua condição de cidadão estrangeiro, constata que *“...lhe limitam os direitos e prerrogativas e não deixam, por outro lado, de lhe criar os mesmos deveres e obrigações a que os nacionais desse país estão sujeitos”* (ibidem).

Actualmente, o termo mais comumente utilizado é simplesmente migrante. Segundo Rocha-Trindade (1995, 33), *“...organismos internacionais (...) consagram por via jurídica, uma designação (migrante) (...) por bem corresponder à realidade social que descreve: a da existência de movimentos que, de unidireccionais, se transformam tipicamente em oscilatórios, sem distinção explícita entre origem e destino, entre quem parte e quem chega.”*

O percurso migratório pode ser entendido como *“...o conjunto de passos, acções ou situações, dados ou experimentados por um indivíduo migrante, com relevância para o processo em que se encontra envolvido”* (Rocha-Trindade, 1995, 37). Nesta definição, é de ressaltar o significado implícito da sua natureza sequencial cronológica e a sua aplicação predominante em situações de migração internacional.

Segundo a autora, é um processo que engloba várias fases, sendo a primeira a *intenção de partir*. Esta é o resultado da inter-relação de um conjunto de dados

que o sujeito foi recolhendo/armazenando ao longo de um determinado período de tempo, tais como insatisfação com a situação presente, dificuldades económicas, ausência de recursos, falta de perspectivas de futuro, informações sobre possibilidades existentes nos outros países e que fizeram nascer nele a vontade de melhorar a sua presente situação.

A concretização dessa intenção de partir dá início a uma segunda fase; a dos *preparativos de partida*. Aqui encetam-se medidas para efectivar a partida, tais como, obtenção de documentação necessária, título de transporte e tomada de decisões, muitas vezes difíceis, sobre aspectos relativos à sua vida laboral, social, económica, emocional e familiar remanescente.

Segue-se a fase da *viagem* propriamente dita, que dependerá essencialmente dos recursos investidos e da localização do local de destino escolhido.

A fase de *primeira instalação*, é uma fase que se espera transitória e que tem início logo após a chegada. Corresponde às primeiras medidas desenvolvidas para encontrar residência, o que na maioria das vezes se revela temporário, procura de emprego, estabelecimento das primeiras relações pessoais e sociais. A duração desta fase depende, não só da personalidade e capacidade de adaptação do migrante, bem como das estruturas colocadas à sua disposição pelo país de acolhimento.

Posteriormente temos a fase de *inserção*, onde o migrante adquire uma certa estabilidade resultante das iniciativas levadas a cabo na fase anterior. Associadas a esta estabilidade vêm determinadas decisões, reveladoras da seriedade com que a migração está a ser encarada por parte do sujeito. Decisões sobre relações familiares, quer se tratem da constituição de uma nova família quer se tratem de reagrupamento familiar, a definição e investimento no campo laboral, o cimentar de laços afectivos e o domínio da língua falada e escrita, são indicadores seguros de que esta é, com toda a certeza, a fase mais importante de todo este processo.

A ultima etapa de todo este percurso migratório pode ter dois desfechos possíveis: A *fixação*, que nos indicia o carácter permanente da decisão tomada anteriormente e geralmente formalizada com a obtenção de uma nova nacionalidade, significando para muitos o reconhecimento de todo um esforço e a confirmação de uma nova opção de vida; E o *regresso* ao país de origem, opção tomada por alguns imigrantes por motivos vários, que podem ir desde o atingir dos objectivos propostos inicialmente, até à mudança das condições motivadoras da partida no país de origem. No entanto, para os que optam pelo regresso, a questão não se revela tão linear como se poderá pensar. Ou porque estiveram longe do seu país de origem, ou porque apenas estiveram lá por curtos períodos durante o tempo que durou o período migratório, estas pessoas não vivenciaram as consequências das mudanças económicas, políticas, sociais e culturais que se foram operando, podendo necessitar de uma *fase de reinserção* para se ajustarem à sua nova “velha” realidade.

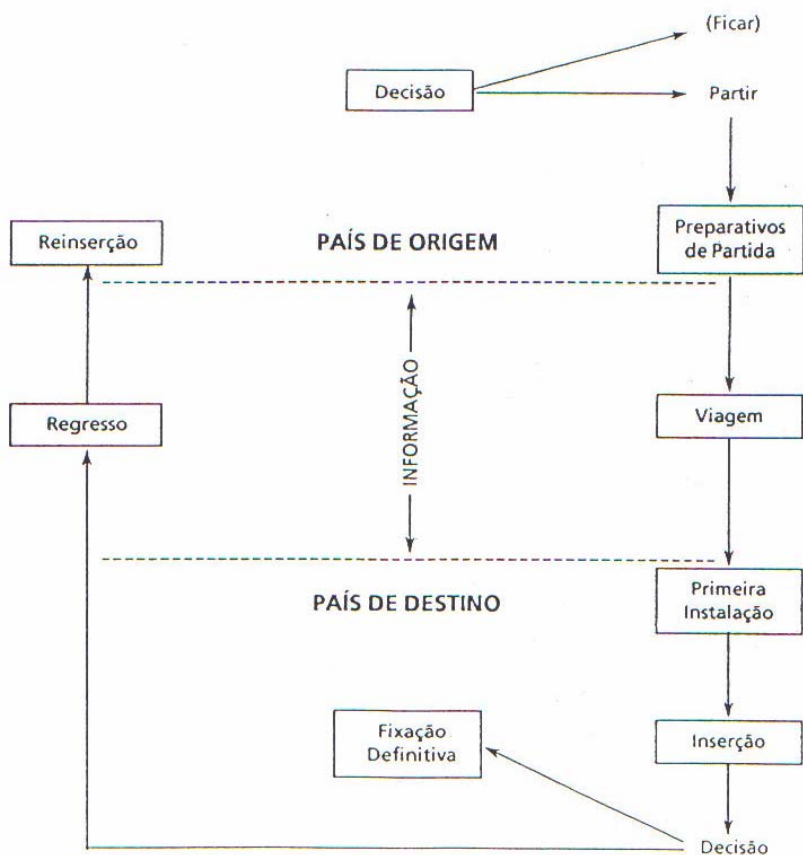


Figura 1: Percurso Migratório - Fonte: Sociologia das Migrações (1995)

Carmo (2001), baseado em Castles e Miller (1993) e Weeks (1996) e citado por Soares (2003) fala-nos de outro modelo de adaptação em contexto migratório, O Modelo das Quatro Fases, baseado no tipo de estadia dos imigrantes no país de acolhimento:

Primeira Fase ⇒ Numa perspectiva puramente económica, a estadia do sujeito que vem só, pretende ser breve, havendo apenas uma adaptação ou ajustamento ao meio físico e social de residência, de modo a assegurar uma inserção mais fácil na vida quotidiana da sociedade receptora.

Segunda Fase ⇒ Verifica-se um prolongamento do tempo de estadia inicial e um desenvolvimento de redes sociais de apoio com base no parentesco e em indivíduos com a mesma origem.

Terceira Fase ⇒ Implicando uma maior consciência de fixação permanente no país de acolhimento, esta fase é caracterizada pelo reagrupamento familiar e pelo aparecimento de comunidades étnicas com instituições próprias como sejam as associações. As profundas marcas da aculturação traduzem-se na prática pela adopção da língua do país de acolhimento, adopção de novos hábitos alimentares, novas maneiras de estar e novas relações de amizade fora do seu grupo de pertença. Os eventuais filhos que tenham, irão ser alvos de uma maior exposição à nova cultura e, conseqüentemente, influenciarão a restante família.

Quarta Fase ⇒ Nesta fase, a fixação assume carácter permanente e dá-se a assimilação, podendo inclusive surgir casamentos com elementos da sociedade de acolhimento.

Para Ramos (1993, 2001, 2004), a migração não é um fenómeno pacífico nem linear. É acima de tudo um processo complexo, contraditório e traumático, que envolve rupturas físicas, emocionais, sociais, culturais, políticas, familiares e ambientais. Este número significativo de perdas não é inócuo, implicando mudanças aos mais variados níveis, que o indivíduo terá de gerir a fim de se

reconstruir e recuperar o seu equilíbrio. Se for bem sucedido, reencontrar-se-á nesta nova sociedade.

A autora afirma que o processo migratório, englobando três fases *“Não é simplesmente sinónimo de encontro cultural, já que implica uma adaptação social e psicológica à cultura de acolhimento, a um meio novo, desconhecido ou hostil. Esta adaptação vai depender de factores múltiplos relacionados com aspectos específicos da aculturação”* (Ramos, 1993, p.561).

Assim, a *primeira fase* é marcada pela saída do país de origem e pela chegada ao país de acolhimento e caracteriza-se por uma série de rupturas com o passado e com dificuldades habitacionais, legais, sociais, comunicacionais e relacionais com o meio envolvente presente. A *segunda fase*, a fase do confronto, é sobretudo um período de aprendizagem, onde o migrante reintegra novos hábitos, valores e padrões de vida. Finalmente numa *terceira fase* o indivíduo adopta diferentes comportamentos e estratégias de adaptação facilitadoras ou não de integração. Há uma consciencialização do carácter definitivo ou temporário da escolha migratória (Ramos, 2004).

Na aculturação em contexto migratório, duas forças poderosas assumem igual protagonismo e, quando mal geridas, podem provocar danos irreparáveis. O passado e o presente, a cultura de origem e a cultura de acolhimento, o quadro de referências interiorizado e as referências recém-adquiridas medem forças e, cabe ao indivíduo, fazer a gestão destes ganhos e perdas de modo a conseguir um equilíbrio estável e duradouro.

“É uma operação sempre laboriosa desenraizar hábitos que o tempo cravou em nós (...) Para que tais transformações sejam profundas, uma vida individual não chega para as realizar. Não é suficiente uma geração, para desfazer a obra realizada por várias gerações, para colocar um Homem novo no lugar do Homem antigo” (Durkheim 1978) citado por Ramos (1993, p.562).

De igual modo, Margarida Marques afirma que *“A ideia de que é possível para um indivíduo que foi socializado numa determinada cultura, ao emigrar para um*

outro país ser assimilado a ponto de esquecer tudo aquilo que foi a sua história é um mito...” (s/d)

Camilleri (1989) considera fundamental ter sempre presente o facto de que, o projecto migratório é específico de cada indivíduo. Partir é um acto individual, baseado numa decisão pessoal e sustentada por fortes motivações e uma vontade intensa de mudança. Contudo, essa decisão deve ser contextualizada numa perspectiva histórica, política, económica e familiar.

A decisão de partir não é totalmente cega uma vez que, de uma forma mais ligeira ou mais intensa, o migrante já terá entrado em contacto com a cultura ocidental e portanto sofrido um processo de aculturação, especialmente nos casos em que a migração se processa para o país que outrora foi colonizador do seu país de origem. *“Il a déjà connu au pays un processus de changement culturel (acculturation), plus pregnant pour les migrants venant de pays autrefois colonisés (...) et certains de ces modèles culturels, bien que conflictuels, ont été adoptés déjà dans le pays d’origine par une partie de la population”* (Camilleri, 1989, p.81).

A família desempenha um papel fundamental no processo de integração do migrante na sociedade de acolhimento, assistindo-se muitas vezes a um processo de reconstituição da família no estrangeiro subsequentemente à emigração do primeiro dos seus membros. O chamado reagrupamento familiar. A família acaba por ser o seu único refúgio onde reencontra as suas referências, as suas raízes e o seu sentimento de pertença quer nos actos mais simples do dia-a-dia quer nos momentos mais especiais. Os filhos tornam-se muitas vezes o centro das suas aspirações, tornando-se o seu objectivo principal, proporcioná-los tudo o que não conseguiu obter para si. *“...Face aux déceptions rencontrées dans la réalité de la société d’accueil, réalité qui heurte ses rêves, face à la solitude, l’humiliation et la discrimination, une de ses consolations est que les enfants réalisent ce qu’il n’a pu réussir...”* (Camilleri, 1989, p.85).

3.2.1. Razões de partir

Migração é sinónimo de ruptura com um quotidiano conhecido, em função de uma nova perspectiva de vida. Essencialmente dependente das condições sociais, económicas, políticas e culturais do país de origem, do país de acolhimento e das necessidades individuais e familiares, mais do que o desejo de partir, o migrante vê-se na maior parte das vezes forçado a fazê-lo.

Mas esta decisão não pode ser determinada apenas por um factor específico. Isto seria encarar este processo multifacetado sob uma perspectiva redutora e simplista. Ela é o culminar de uma série de acontecimentos que se vão sucedendo, onde múltiplos factores se cruzam, acabando por gerar no indivíduo, sentimentos de frustração e impotência de proporções tais que o levam a procurar soluções fora do seu meio envolvente.

Inseridas em contextos específicos, as migrações classificam-se em função das motivações prioritárias que conduzem o migrante a uma deslocação territorial:

- As razões económicas são apontadas, de uma maneira geral, como sendo as mais determinantes na tomada de decisão em partir. As diferenças entre os níveis de riqueza e de desenvolvimento entre os países mais industrializados e com maiores recursos e os países mais carenciados, conduz a que as populações decidam partir, em busca de melhores condições de vida para si e para a sua família. Tratam-se portanto de migrações económicas;

- As migrações políticas, têm como factor preponderante causas políticas como sejam desajustes graves entre o sistema político de um país e a sua aceitação por parte de alguns dos seus cidadãos. Neste tipo de migrações, verifica-se uma saída forçada dos indivíduos, pelo sistema político em vigor, uma vez que a sua permanência no país de origem pode por em risco a sua liberdade, a sua integridade física ou mesmo a sua vida;

- Situações de grande catástrofe como as invasões, as guerras, os terremotos, a fome, etc., obrigam ao êxodo em massa das populações bastante carenciadas e desprovidas de recursos, de forma a garantir a sua sobrevivência. São as chamadas migrações de emergência;

- As migrações étnico-culturais vão-se sucedendo com alguma frequência e caracterizam-se pela saída de minorias de origem étnica e cultural diferenciada, numa tentativa de preservarem a sua identidade, de modo a evitar a sua absorção por sociedades maioritárias de raiz cultural diferente.

É de ressaltar no entanto que, num processo complexo resultante da interação de múltiplos factores, existem inúmeras situações que podem conduzir o(s) indivíduo(s) a abandonar(em) o seu país de origem, em busca de outras perspectivas de vida e que não estão aqui mencionadas dada a impossibilidade em enumerá-las todas.

3.3. O ASSOCIATIVISMO DE MIGRANTES

Ao fazer com que o indivíduo se afaste das suas raízes culturais, sociais e familiares, distanciando-se gradualmente das suas práticas e tradições, a migração deixa-o desprotegido e vulnerável. Paralelamente a isto, o contacto inevitável com novos costumes, com uma nova cultura, com novas regras sociais e relacionais, leva-o a questionar os seus próprios alicerces. Se entendermos a adaptação em contexto migratório como “...a capacidade que o sujeito imigrante tem de entrar nas estruturas sociais pré-existentes no país receptor e de nele utilizar os meios disponíveis” (Viegas, 1997, p.43), entenderemos porquê, numa tentativa de se adaptar a esta nova realidade, o migrante abraça determinados valores muitas vezes contraditórios aos seus, deixando-o dividido entre um passado a que sempre pertenceu e um futuro ao qual deseja pertencer.

Para Rocha-Trindade (1995), Viegas (1997) e Monteiro (2005), o migrante, numa tentativa de preservar a sua identidade e proteger-se das agressões

provenientes da sociedade de acolhimento, tende a fixar-se em zonas, segundo as suas afinidades culturais, constituindo pequenos aglomerados.

Esta aproximação, não é no entanto suficiente para ultrapassar os problemas advindos do desenraizamento, resultantes da saída do seu país de origem.

Assim, emerge a real necessidade de congregar esforços, formando grupos que posteriormente reconhecem ser imperativo formalizar a sua existência, a fim de lhes ser reconhecido algum poder reivindicativo, para se atingir objectivos comuns ou para obter apoios no plano social, económico ou cultural.

A tendência para o associativismo, encontra a sua expressão concreta no espaço das comunidades pois, embora numa fase inicial haja a preocupação de congregar redes de conhecimentos e amizades já constituídas, as associações têm como objectivo principal dar resposta a propósitos colectivos, resultantes da interacção com o país de acolhimento e, funcionando também, como meios de preservação da herança cultural do grupo reforçando a sua própria identidade.

Rex (1994) citado por Viegas (1997), distingue quatro funções primordiais das associações de migrantes: ajudar a combater o isolamento social; afirmar os valores e crenças do grupo; proporcionar uma rede de apoio e assistência para os seus membros e resolver conflitos com a sociedade de acolhimento agindo sempre em defesa dos interesses da própria associação.

Segundo o autor, estas funções dão resposta às necessidades de preservação da comunidade e congrega objectivos de natureza comunal e associativa.

Como atenuante dos problemas de desenraizamento resultantes da mudança, as associações recriam os modos de sociabilidade antigos e criam novas formas de sociabilidade. Leandro (1993) citado por Viegas (1997, p.47) afirma que *“Em matéria de laços sociais, elas tornam-se, muitas vezes, no principal elo de ligação colectiva entre os indivíduos e os pequenos grupos no contexto social de imigração. Nesta perspectiva podemos considerá-las como um factor de coesão e de reinvenção de novos laços sociais que se reactivam e*

actualizam segundo a transformação das próprias sociedades, das mentalidades e dos comportamentos.”

Quanto ao seu papel de guardiãs de uma tradição cultural, elas permitem reactivar e/ou perpetuar o elo de ligação às raízes e, simultaneamente, promovem a transmissão de uma herança cultural às gerações descendentes. Isto é conseguido através de iniciativas que acabam por ter tradução no quotidiano, como por exemplo: a manutenção da língua materna no contexto familiar, comunitário ou associativo e o seu ensino formal às crianças desde a mais tenra idade; a comemoração de datas festivas de carácter religioso ou profano; a realização de festas e convívios; a constituição de grupos de cariz cultural que investigam e recriam as tradições originais, etc.

Estas actividades, desenrolam-se na grande maioria das vezes, longe do olhar de estranhos, pelo menos numa fase inicial (Viegas (1997, p.48).

Para Rocha-Trindade, esse grau de coesão e de reserva resulta do confronto com a sociedade de acolhimento, muitas vezes hostil, tornando o movimento associativista mais motivado e activo do que aconteceria em terra própria. Deste modo, o migrante garante *“...uma certa privacidade social nas manifestações da cultura do grupo, enquanto este não sente ainda a força e a coragem de extroverter a sua identidade no meio de inserção – o que fará quando atingir a dimensão e a confiança para tal necessárias”* (1995, p.189).

3.4. MIGRAÇÃO E RELAÇÕES SOCIAIS

A migração implica a coexistência e, a consequente convivência, de várias culturas num mesmo espaço físico. Apesar da predominância das referências culturais e sociais da sociedade receptora, as manifestações culturais das populações migrantes, de características bem diferentes, têm a sua expressão nos modos de vida diárias, nas tradições que herdaram e que praticam, na língua que utilizam como veículo de comunicação entre si, nas suas práticas religiosas e nas suas atitudes e comportamentos no dia-a-dia.

3.4.1. Estereótipos e Preconceitos

Segundo Rocha-Trindade (1995), entre imigrantes e autóctones, cada um deles submetidos a processos de socialização diferentes e orientados por padrões culturais diferentes, geram-se incompatibilidades, conduzindo a práticas competitivas e atitudes de conflito. Em sequência desses conflitos, poderão surgir, por parte da sociedade de acolhimento, comportamentos e atitudes de exclusão, contribuindo desse modo para a formação de guetos entre os grupos minoritários. Quanto maior for a diferenciação e a competição entre os grupos, mais negativa é a imagem recíproca que cada grupo forma.

“Il est indiscutable que les différences du milieu culturel et des différences physiques marquées entre les groupes encouragent les réactions discriminatoires envers les membres d’un out-group. Il est indiscutable que de telles différences contribuent à l’hostilité et aux préjugés intergroupes” (M.Sherif, 1971) citado por Guerreiro (1999, p.68).

Esta relação intergrupar, acaba por assumir as características de um ciclo vicioso, uma vez que o grupo dominante tende a conceber imagens relativamente ao grupo minoritário – estereótipos - usando-as como forma de justificar e perpetuar o seu domínio. Este, por seu lado, com o intuito de defender os seus direitos e satisfazer as suas necessidades e interesses, adopta determinadas atitudes, que à luz das ideias pré-concebidas, irão ser interpretadas como ameaçadoras, resultando daí atitudes ainda mais repressivas.

Pereira (2004) faz referência à definição de estereótipo de Amâncio (1994), quando nos diz que o estereótipo é a imagem interposta entre o indivíduo e a realidade.

Rocha-Trindade (1995, p.366), define estereótipo como sendo *“A ideia pré-concebida e estandardizada, partilhada por parte significativa de um grupo ou*

de uma sociedade, relativamente a uma determinada categoria de indivíduos, sem ter em conta as diferenças particulares dos elementos que a integram.”

Isso faz com que as atitudes mediante estas imagens falseadas, sejam igualmente descentradas da realidade, condicionando fortemente a relação entre os diferentes grupos.

A existência de estereótipos, em conjunto com o preconceito, definido por Rocha-Trindade (1995, p.375) como uma *“Ideia pré-concebida, inflexível e, geralmente, pejorativa sobre uma determinada categoria de indivíduos ou sobre certos grupos sociais, baseada nas suas presumíveis características”*, pode ser indicativo de uma predisposição para evitar contactos próximos e manter um certo distanciamento entre grupos, face aos quais existem sentimentos negativos e pejorativos.

Neto (1998) citado por Pereira (2004), defende que as atitudes são indicativas do modo como pensamos e sentimos relativamente a pessoas, objectos e questões, permitindo deste modo antecipar o modo como agiremos em contacto com os alvos das nossas crenças.

O mesmo autor (1998), desta vez citado por Seabra (2005), diz-nos que *“a discriminação é a manifestação comportamental do preconceito”* podendo este comportamento discriminatório ir desde atitudes de evitamento até atitudes de exclusão laboral, habitacional e outras.

Segundo Birou (1982) citado por Seabra (2005, p.41), existe discriminação social *“...quando num grupo ou numa sociedade, parte da população recebe um tratamento diferente e desigual em comparação com o total. Em princípio e de direito, a parte que sofre o efeito da discriminação encontra-se no mesmo estatuto legal que os outros, mas na prática, é lesada nos seus direitos, privada de vantagens comuns ou sobrecarregada com obrigações particulares.”*

Para Cabral (1983) citado por Seabra (2005, p.41) *“A discriminação designa práticas sociais que resultam de atitudes valorativas fundadas sobre o preconceito e dizem respeito a categorias de indivíduos que são reputados inferiores em razão de características raciais, étnicas, políticas, religiosas,*

linguísticas, económicas, sexuais, etárias, etc.”, podendo estas desigualdades sociais e culturais serem perpetuadas, se os indivíduos e grupos assim o desejarem, pois têm sua na origem, preconceitos antigos e motivações de afectividade colectiva.

3.4.2. Racismo e Xenofobia

Sobre o racismo, Rocha-Trindade (1995, p.376), afirma que se trata *“de uma forma agravada de preconceito que incide sobre as diferenças de fenotipo entre as pessoas. Traduz-se por um juízo de inferioridade ou de superioridade relativamente a uma população que partilha determinadas características físicas geneticamente herdadas...”*

Vala (1999) citado por Pereira (2004, p.97), define o racismo como sendo *“uma configuração multidimensional e tendencialmente articulada de crenças, emoções e orientações comportamentais de discriminação, relativamente a membros de um exogrupo, caracterizado e objectivado a partir da cor, sendo aquelas reacções suscitadas pela simples pertença desse indivíduos a esse exogrupo.”*

Touraine (1995) citado por Pereira (2004), defende que o racismo é a representação de uma povo como inferior, tendo por base apenas razões naturais, independentemente das suas acções ou vontade. O indivíduo racista considera o outro como uma ameaça e, identifica-se com valores universais ou como sendo portador de uma cultura superior, tentando proteger a sua sociedade através de medidas de exclusão.

Qualquer das definições de racismo apresentadas, têm por base a ideia que, razões puramente biológicas, podem determinar a superioridade ou inferioridade dos indivíduos que as detêm e, como tal, justificar a desigualdade de tratamento a que são sujeitos.

Estes sentimentos, surgem de forma mais exacerbada em épocas de crise e de recessão, onde os estrangeiros em geral e os imigrantes em particular, são percebidos como estando na origem dos problemas sociais e ameaçadores da estabilidade e da harmonia da sociedade. Resultam de uma profunda insegurança pessoal e de medo face a padrões culturais e sociais diferentes que não compreendem e desconhecem e, traduzindo-se na prática em atitudes de ódio e violência.

Como refere Albuquerque (2001) citado por Seabra (2005, p.55) “...em períodos de recessão económica, o imigrante ou o indivíduo pertencente a uma cultura minoritária é o alvo mais fácil de acusação, o bode expiatório, o objecto ameaçador.”

Em consonância, a *United Nations Convention on Migrant's Rights* (2005, p.20) afirma: “*Being in one way or another perceived as different, migrants often encounter hostility: they are sometimes used as scapegoats, and may face racism and xenophobic violence.*”

Numa clara contradição dos tempos que se vivem actualmente, onde a maior facilidade de circulação de pessoas, acaba por formar em quase todo o mundo, sociedades de matrizes multiculturais; “...o esbater das diferenças pelo contacto entre culturas, ao invés de reforçar uma consciência universal e tender à globalização cultural, tem reforçado o receio da perda das especificidades e faz nascer o racismo ou outras manifestações de rejeição e discriminação dos outros” (Seabra, 2005, p.56).

Assim e segundo Neto (1998) citado por Seabra (2005, p.55), “...embora algumas formas de preconceito racial tenham diminuído nas últimas décadas, outras emergiram como formas mais subtis de racismo moderno.”

Demartis (1999) citado por Seabra (2005), afirma que, actualmente e à luz de recentes investigações, é proposto uma redefinição do conceito de racismo conferindo-lhe um visão mais abrangente, para lá da definição com base nos aspectos biológicos e onde o contexto social é determinante na interpretação das diferenças existentes. Nesta linha de pensamento, Memmi (1993) citado por Seabra (2005, p.56), defende que “o racismo é a valorização, generalizada

e definitiva, de diferenças, reais ou imaginárias, em vantagem do acusador e em prejuízo da vítima.”

Esta diferença é utilizada com o objectivo de dominar o «diferente», traduzindo-se o racismo em comportamentos de opressão e agressão, chegando mesmo a extremos de levar o indivíduo/grupo dominado a acreditar nessa suposta inferioridade.

A xenofobia é um “conceito que descreve a predisposição de um indivíduo ou de um grupo para a aversão ou a rejeição dos indivíduos cujos padrões de cultura e práticas sociais considera diferentes dos seus, sendo por isso encarados como estranhos e indesejáveis” (Rocha-Trindade, 1995, p.381).

Baseada em preconceitos e estereótipos, é o expoente máximo de todos os sentimentos negativos como o medo e o ódio presentes no racismo e dirigidos aos estrangeiros e a todas as coisas estrangeiras ou estranhas.

3.4.3. Medidas de intervenção

Uma das respostas positivas à existência de realidades sociais baseadas em práticas discriminatórias, racistas e xenófobas é a interculturalidade. Ela baseia-se na inter-relação, com trocas interactivas bilaterais das diversas culturas, contribuindo assim para a constituição de espaços de respeito mútuo e entendimento recíproco.

A principal preocupação de um sistema intercultural, é a neutralização de todo o tipo de estereótipos e preconceitos, contribuindo desse modo para a correcção das discriminações de que são alvo as minorias culturais, sendo estas especialmente agravadas, quando lhes está associada situações de grave carência económica.

“A exposição aos estereótipos raciais começa muito cedo, permanecendo ao longo do ciclo de vida e em todos os domínios sociais. A cultura transmite os estereótipos raciais aos indivíduos através de diversos meios que incluem os livros de história, a apresentação de exogrupo pelos meios de comunicação

social, as redes familiares, as organizações comunitárias e outras interações quotidianas” (Operário, et al. 1998) citado por Ramos (2004, p.250).

Deste modo, urge formar sistemas sociais que promovam o respeito pela diferença étnica, linguística e cultural e que, na sua concepção organizacional, reconheçam a diversidade como um factor enriquecedor da própria comunidade (Seabra, 2005).

Ramos (2001, p.156), diz-nos que *“A problemática intercultural está relacionada com o diálogo e a comunicação, com a abertura ao outro, às culturas, às línguas, às relações internacionais, implicando uma abordagem global, multidimensional e multidisciplinar.”*

Sendo a interculturalidade um processo dinâmico, baseado na relação, a comunicação desempenha um papel central e de extrema importância para o estabelecimento de interações harmoniosas entre os indivíduos e as culturas.

“A comunicação intercultural pode ser facilitada se aprendermos a reconhecer a existência de uma pluralidade de modos de pensamento, subjacente à utilização da língua nas diferentes culturas, assim como se tivermos em conta que, no interior de uma mesma cultura, as palavras poderão não ter o mesmo significado, segundo a subcultura ou o subgrupo ao qual pertence aquele que as utiliza. A comunicação e educação intercultural visam desenvolver em todos os indivíduos, pertencentes a grupos minoritários ou não, atitudes e comportamentos mais bem adaptados ao contexto da diversidade individual e grupal, desenvolver um olhar sobre nós mesmos e o outro, desenvolver aptidões que conduzam a um processo de consciencialização cultural e a uma melhor capacidade de comunicação e de participação na interacção social, assim como, desenvolver uma melhor compreensão dos mecanismos psicosociais e factores sócio-políticos susceptíveis de originarem a rejeição, a intolerância, a violência, o racismo, o «fundamentalismo»” (ibidem, 2001, p.169).

Para Oliveira (1996), *“...o maior ou menor esclarecimento das pessoas não parece influenciar os mecanismos geradores dos preconceitos e estereótipos,*

que se mantêm atravessando o tempo e os lugares e que só uma pedagogia intercultural poderá vir a erradicar.”

O Conselho da Europa, reconhece a impotência dos meios jurídicos no combate à discriminação e às atitudes racistas e xenófobas e, alerta aos governos, para a importância do seu papel na definição e implementação de políticas específicas, no sentido de minimizar ou mesmo erradicar este problema. Chama igualmente a atenção para o poder interventivo das acções continuadas no domínio da educação e da formação.

De entre as diversas políticas possíveis, a educação desempenha um papel primordial dada a sua função duplamente socializadora e instrumental. Se por um lado é através dela que se transmitem valores, se moldam atitudes e comportamentos que irão influenciar a forma de interagir com elementos de outras culturas, por outro lado, ela serve de veículo de transmissão de conhecimentos onde se exercitam capacidades e aptidões necessárias ao desempenho de uma profissão qualificada (Rocha-Trindade, 1995).

Assim, a escola surge como o mais importante veículo de mudança de atitudes e concepções sociais.

Ramos (2004, p.250), defende que a *“escola constituiu para a criança e família migrante um espaço importante de contacto, integração e inclusão na sociedade de acolhimento e desempenha um papel muito importante para a criança e sua família. As famílias depositam na escola (a qual muitos não conheceram, nem frequentaram) as esperanças e o êxito social não concretizados no país de origem, expectativas que a escola não está, muitas vezes, em condição de oferecer”*.

Adragão (1993) citado por Seabra (2005) defende a importância da existência de escolas interculturais, que funcionarão como locais de contacto de indivíduos de origem diversa, portadores de cultura diversa, onde se reconhece e valoriza a diferença, se distingue valores, relacionando-os com a vida original das comunidades, reforçando sempre a importância da cultura de origem e melhorando a auto-imagem de cada indivíduo.

Para Rocha-Trindade (1995), as escolas interculturais não estão no entanto isentas de riscos e estes residem essencialmente na forma de «gerir» as diversidades presentes. A abordagem didáctica das várias culturas é frequentemente simplificada, segmentada e reduzida a escassas representações que, poderão ter o efeito oposto ao pretendido, ampliando a distância cultural e social entre os grupos minoritários e a sociedade de acolhimento e suscitar o aparecimento ou o reforço de estereótipos que tem subjacente uma hierarquização cultural.

Assim e dentro das «políticas de gestão» existentes poderemos encontrar: Políticas assimilacionistas ⇒ onde se eliminam as características particulares dos grupos minoritários ou se verifica a criação de uma cultura homogénea.

Políticas multiculturais ⇒ onde se respeita e se valoriza essas características, tentando dar resposta às necessidades educativas de todos os elementos da população escolar.

Políticas interculturais ⇒ onde se criam capacidades de relacionamento com pessoas de diferentes culturas e através da negociação interpessoal se constituam espaços de mútuo entendimento.

“A educação intercultural na escola, introduzindo um currículo multicultural, estratégias e intervenções, educativo/pedagógicas interculturais, disposições contra a discriminação, uma formação adequada dos professores, metodologias e práticas adequadas às necessidades individuais das crianças e uma maior comunicação entre a escola, a família e a sociedade, poderá desempenhar um papel importante na prevenção do insucesso escolar e das patologias que podem estar na origem e promover a auto-estima e bem-estar das crianças e das famílias migrantes ou não” (Ramos, 2004, p.251).

Para finalizar, há que fazer referência aos meios de comunicação de massas que, com a sua capacidade de atingir elevadas porções da população, e com o seu enorme poder persuasivo e de influência junto às mesmas, assumem

especial importância. O seu papel deverá ser orientado no sentido de promover a compreensão, a aceitação e o reconhecimento da diferença, combatendo deste modo a formação de preconceitos e de estereótipos e promovendo a harmonia entre imigrantes, minorias étnicas e população autóctone (Rocha-Trindade, 1995).

“Reconhecer a diferença no Outro, é (...) aceitar que existem outras motivações, outras referências, outras maneiras de estar diferentes das minhas, é evitar interpretar os seus comportamentos segundo um padrão que não seja o da sua cultura, isto é, adoptar uma atitude de descentração em relação à posição egocêntrica (...). Reconhecer o outro como semelhante é admitir que a diferença não exclui a semelhança. É considerá-lo como pertença da mesma humanidade que eu. É admitir que a diferença não constitui um obstáculo à comunicação mas pode, pelo contrário, tornar-se um estímulo e um meio de enriquecimento” (Abdallah-Pretceille, 1986) citado por Guerreiro (1999, p.75).

3.5. MIGRAÇÃO E SAÚDE

3.5.1. Conceitos de Saúde

“A saúde é um dos direitos fundamentais de todo o ser humano sem distinção de raça, religião, opiniões políticas e condição económica e social” (OMS, 1948).

A saúde, bem como a doença, existem desde que existe o homem. Fazem parte do ciclo da vida e foram encarados nos primórdios, como estados naturais da nossa existência.

Com o tempo e nas sociedades tradicionais, estes dois conceitos passaram a estar associadas à religião. Estar doente era sinónimo de ter violado alguma «norma» sagrada; era a punição por ter agido contra os desígnios de Deus. O tratamento, era da responsabilidade dos sacerdotes ou de personagens representativas de Deus na terra e visava a cura da alma e não do corpo.

A evolução e a modernização alteraram esta perspectiva, centralizando no corpo os malefícios da doença. Os avanços da medicina desde então, contribuíram grandemente para as descobertas que foram sendo feitas no sentido de combater a doença e restaurar a saúde (Silva, 2004).

Os conceitos de saúde e doença, acompanharam este percurso, começando a integrar na sua definição outras realidades que não apenas a física, mas também a psicológica, a social e a cultural.

Assim, indo para além do conceito simplista que definia saúde como o estado de ausência de doença e a doença como a falta ou perturbação da saúde, a OMS em 1948 definia saúde como *“O estado completo de bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou incapacidade”* (Ramos, 2004, p.101).

Esta definição contudo, foi alvo de críticas de diversos autores por a considerarem uma utopia. Lewis citado por Sousa (2003, p.54) afirma que *“...ao descreverem a saúde como um estado de perfeição, tal como teria sido talvez gozado por arcanjos e por Adão e Eva antes do Pecado Original, os redactores da carta da OMS foram reconduzidos a uma fórmula nunca atingida de conformação do corpo, espírito e alma imaginada para uma Idade de Ouro nos tempos primitivos, mas uma utopia, perdida para sempre...”*

Nos finais da década de setenta, a conferência de Alma-Ata marcou o início de uma nova etapa ao afirmar que o estado de saúde é grandemente condicionado pelos desequilíbrios sócio-económicos e pelos problemas ambientais, co-responsabilizando o indivíduo, a comunidade e o governo pela condição de saúde.

“A conferência de Alma-Ata anuncia uma nova era, ao reforçar e expressar em termos concretos o tema do desenvolvimento alternativo em saúde (...) necessidade de dar nova definição ao conceito de saúde, levando em consideração os determinantes sócio-económicos e sócio-culturais da condição de saúde (...) trata-se de uma responsabilidade do indivíduo, da comunidade e

do governo e, portanto, em última análise, de uma questão política” (Barton), citado por Silva (2004, p.25).

Em 1986, na Conferência de Ottawa no Canadá, a OMS completa a sua definição anterior ao considerar que a saúde “...*envolve a capacidade dos indivíduos ou grupos para realizarem as suas aspirações e satisfazerem as suas necessidades, assim como, para lidarem ou modificarem o meio que os envolve*” (Ramos, 2004, p.101). Nessa perspectiva, a saúde seria um recurso para o desempenho e para a vida quotidiana, bem como uma dimensão da qualidade de vida.

Thorensen e Eagleston (1985) salientam, entre outros aspectos presentes na sua definição de saúde, o seu carácter dinâmico, temporal e adaptativo que varia em função das exigências internas e externas percebidas pelo indivíduo.

O'Donnell (1986) considera que a saúde envolve várias dimensões que deverão coexistir de forma equilibrada; a emocional, a intelectual, a social, a espiritual e a física (Ramos, 2004).

Qualquer que seja a definição do conceito de saúde, esta é, actualmente, bastante alargada, estando presente uma dimensão muito importante como a promoção da saúde.

“ A promoção da saúde resulta da participação efectiva e concreta da comunidade na fixação de prioridades, na tomada das decisões e na elaboração das estratégias de planificação com vista a um melhor nível de saúde” (OMS, 1994) citado por Silva (2004, p.26).

Segundo a mesma entidade, a promoção da saúde tem por objectivo a transformação da população em sujeitos responsáveis pelas suas próprias escolhas, onde as suas opiniões e opções relativamente ao conteúdo dos cuidados, aos contractos de prestação de serviços, à qualidade da interacção prestador/paciente, à gestão das listas de espera e ao seguimento das reclamações, sejam ouvidas e valorizadas. No entanto, para que isso aconteça, é necessário que existam meios correctos e oportunos de informação e de educação à disposição da população (OMS, 1994, 1996) citado por (ibidem).

O que se verifica na prática contraria algumas das disposições preconizadas. *“A saúde, na realidade concreta das nossas instituições, continua a ser responsabilidade de serviços médicos (embora estes sejam apelidados de serviços de saúde) que conservam uma tônica voltada para a doença e esquecem o contributo do ambiente, excepto nas suas consequências imediatas com impacto na situação do doente”* (Silva, 2004, p.27).

3.5.2. Desigualdades Sociais em Saúde

Como foi definido anteriormente, o conceito de saúde engloba diversos factores como os físicos, os psicológicos, os sociais, os económicos, os culturais e os ambientais e, através desses mesmos factores, é possível delinear os perfis de saúde de uma determinada população.

A abordagem a este sub capítulo, terá como referência as classes mais desfavorecidas, cientes no entanto que *“...muitos dos factores que aumentam a vulnerabilidade à doença nos grupos sociais mais desfavorecidos afectam igualmente muitos dos indivíduos migrantes e de minorias étnicas”* Goldberg et al. 1980; Robinson et al. 1984) citados por Ramos (2006, p.333).

3.5.2.1.Desenvolvimento e Saúde

As desigualdades relativamente ao desenvolvimento sócio-económico entre os diversos países, reflectem os desníveis do estado de saúde das populações e, recriam as discrepâncias existentes entre os ricos e os pobres, os favorecidos e os desfavorecidos, havendo actualmente regiões no mundo em que a esperança média de vida é equivalente à da Europa Ocidental no início do século XX (Silva, 2004).

“Como é reconhecido pela Organização Mundial de Saúde, a saúde é principalmente determinada pelas condições materiais da existência (alimentação, água potável, habitat e condições de trabalho) e não como muitas vezes se supõe (e frequentemente os políticos dão a entender), pela acessibilidade aos serviços e aos bens de saúde” (ibidem, p.58).

As sociedades ocidentais mais industrializadas e desenvolvidas, alteraram o ciclo de fome, doença e morte, combatendo, entre outras coisas, a má nutrição crónica e as infecções. Assim sendo, as taxas de mortalidade desses países são significativamente menores e as suas causas de morte são sobretudo doenças degenerativas, doenças do aparelho circulatório e neoplasias o que está directamente ligado aos estilos de vida adoptados (alimentação demasiado calórica e o sedentarismo). As doenças infecto-contagiosas aqui têm pouca expressão, devido ao esforço conjugado da melhoria das condições de vida, (resultando num aumento da capacidade de defesa natural do organismo e numa menor probabilidade de contágio) e pelo avanço da medicina que desenvolveu formas de luta mais eficazes como vacinas e antibióticos, que se vão tornando cada vez mais específicos. Todos estes factores conjugados resultam, em termos práticos, numa esperança de vida igualmente superior.

Nos países menos desenvolvidos, bem como nas classes sociais mais desfavorecidas dos países mais desenvolvidos, as pessoas morrem mais e mais cedo, pela elevada probabilidade que têm de contrair as doenças infecto-contagiosas que constituem a principal causa de morte nesses países (Silva, 2004).

3.5.2.2. Pobreza e Saúde

“A pobreza é o crime mais desumano e é o maior factor de sofrimento em todo o mundo. É a principal causa de diminuição da esperança de vida, da incapacidade e da fome. A pobreza é um factor de risco importante para as doenças mentais, para o stresse, para o suicídio, para a desintegração familiar e para o abuso de substâncias. Actualmente, para muitos indivíduos em todo o mundo, o caminhar da infância até à velhice é acompanhado pelas sombras gémeas da pobreza e da injustiça e pelo duplo fardo do sofrimento e da doença” (OMS, 1995) citado por Ramos (2004, p.30).

Quando se fala em pobreza refere-se, de uma maneira geral, à indisponibilidade de recursos económicos e/ou materiais para fazer face às

necessidades, algumas vezes básicas (alimentação, habitação, electricidade, água potável, saneamento, aquecimento, etc.) da vida quotidiana.

Consequentemente ser pobre, é não dispor dos recursos, geralmente monetários, suficientes para possuir as condições mínimas de conforto material necessárias à realização pessoal.

“Os pobres são um grupo misto que compreende pessoas desempregadas ou com empregos marginais, pessoas que trabalham, pessoas que muitas vezes recebem subsídios da acção social; outros grupos de pobres são famílias monoparentais e outros são idosos ou os pensionistas por invalidez. O apoio que lhes é fornecido pelos serviços públicos ou assistenciais quase nunca é adequado às suas necessidades de abrigo, alimentação ou vestuário. Alguns têm fraca saúde porque são pobres, e outros são pobres por causa da sua fraca saúde; mas para muitos, existe um ciclo vicioso da pobreza que mutuamente se reforça: pobreza – fraca saúde - pobreza – fraca saúde” (Last, 1987) citado por Silva (2004, p.77).

Mas a pobreza não pode ser encarada de forma tão redutora como apenas a ausência de recursos económicos. Em franco crescimento, quer nos países em desenvolvimento quer em países desenvolvidos, ela engloba um conjunto de deficiências, não só económicas mas também culturais e sociais, exigindo uma abordagem multidimensional e pluridisciplinar (Ramos, 2004)

Dubois (2001) considera que, para que isto seja possível, a pobreza tem de ser considerada nas suas diferentes dimensões:

“- A pobreza monetária, resultando de uma deficiência de recursos que origina um consumo de bens insuficiente;

- A pobreza das condições de vida ou de existência, representando a impossibilidade de satisfazer algumas das necessidades fundamentais e traduzindo-se por um défice em matéria de alimentação, de saúde, de escolarização, de alojamento, etc;

- *A pobreza das potencialidades ou das capacidades, que provém do facto de não ter sido possível constituir-se um capital suficiente para tirar proveito das capacidades individuais*” (ibidem) citado por Ramos (2004, p.31).

A pobreza está, na grande maioria das vezes, associada à exclusão social pois dificulta ou impossibilita o acesso aos principais recursos sociais de integração no sistema social (instrução, qualificação profissional e emprego estável). *“Os indivíduos excluídos encontram-se impedidos do pleno exercício de cidadania que se traduz no acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos em diferentes domínios: económico, social, institucional, territorial, simbólico”* (Bruto da Costa, 1998) citado por Ramos (2004).

Outro dos aspectos, vedado às pessoas que vivem em situação de pobreza, é uma «forma de vida normal». Ter uma casa razoavelmente equipada, ter um bom nível de higiene e boa apresentação, fazer as refeições a horas certas, levar as crianças à escola e ajudá-las com os deveres escolares, etc. *“...são exigências difíceis ou impossíveis de realizar por quem não tem salário nem emprego certo, vive em locais impróprios, muitas vezes improvisados e sem água canalizada, sem electricidade, com reduzido espaço, mal isolados do exterior, sem aquecimento, etc”* (Silva, 2004, p.67).

Desse modo, a vida torna-se numa ameaça quotidiana, que se vai dando resposta à medida que os problemas vão surgindo. Como consequência directa da pobreza e do isolamento social e cultural, temos a delinquência e os comportamentos anti-sociais entre as famílias desfavorecidas a viver em meio urbano. As condições de vida adversas e o stress quotidiano em que vivem *“...faz com que tendam a apresentar disfuncionamentos psicológicos e familiares, diversas formas de psicopatologia, não exercem as competências afectivas e comunicacionais, de apoio, supervisão, controlo e autoridade na educação dos filhos. As crianças destas famílias carenciadas e pobres têm, muitas vezes, modelos anti-sociais e de violência em casa”* (Patterson et al., 1991, 1992) citados por (Ramos, 2005).

Para Silva (2004), a situação de pobreza e exclusão social em que as pessoas se encontram, condiciona também o seu acesso aos serviços de saúde. Sem recursos para abraçar uma política de saúde preventiva, procuram ajuda apenas em situações extremas, acabando por recorrer maioritariamente aos serviços de urgência e em estadios tardios da doença. As causas para esse afastamento prendem-se com a escassez de recursos e, mais frequentemente com motivos de ordem financeira, seguida de razões de ordem administrativa e por fim com o défice de informação sobretudo referente aos seus direitos. Outros factores vêm complementar essa relutância em aceder aos serviços de saúde e dizem respeito, ao grau de insatisfação pessoal sentido em experiências anteriormente vividas ao nível dos próprios cuidados e sobretudo relativamente às suas expectativas face aos mesmos:

“Assim, forçadas a lutar contra as agressões à dignidade e à auto-estima, algumas destas pessoas apresentam-se aos médicos em atitude de vigilância e de desconfiança. Os médicos não correspondem às suas expectativas. Relatam experiências estigmatizantes em que se sentiram julgadas e infantilizadas. Não sendo tomadas em consideração, não tiveram o sentimento de serem ouvidas no relato que fizeram dos seus sofrimentos físicos ou morais. É amplamente expresso o desejo de uma relação de proximidade” (Aillet, 1998) citado por Silva (2004, p.66).

Este facto, vai de encontro às palavras do médico Philippe Meyer, citadas por Hasbeen (2000, p.3) quando diz: *“Não é das práticas médicas que os doentes se queixam, mas da maneira como elas são exercidas. (...) De facto, os doentes temem aquilo que concorre para a alienação da sua liberdade, para a imersão num anonimato fabril, para a irreverência ou para o desinteresse dos prestadores de cuidados e das iniciativas médicas tomadas sem informação do paciente (...). A medicina hospitalar ganhou, sem dúvida, em ciência, mas não em humanidade.”*

A escassez dos recursos económicos, muitas vezes agravada pelo desemprego, afecta, por todas as restrições e limitações que impõe, não só a saúde física mas também a saúde mental devido ao aparecimento ou

agravamento dos factores stressantes. Drulhe (1996) citado por Silva (2004, p.71) defende que *“O facto de as famílias viverem em espaços muito pequenos, com grande densidade de pessoas e fracas condições de privacidade, aumenta o cansaço e a irritabilidade contribuindo para relações tumultuosas e potencialmente mais violentas. Tais factores contribuem para o aumento do «stress» (estado de tensão psicológica) e têm consequências ao nível da diminuição da resistência à doença.”*

Conclusões semelhantes apresentaram Benzeval et al. (1995) citados por Ramos (2004, p.34) no seu estudo sobre desigualdades sociais em 14 países diferentes: *“Os indivíduos vivendo em condições precárias têm mais doenças, mais sofrimento psicológico, mais deficiências e uma menor longevidade do que aqueles que vivem sem problemas económicos.”*

Silva (2004), fala-nos de um estudo de Brown e Harry (1978) sobre a depressão, onde os investigadores concluíram que esta é mais frequente nas mulheres que nos homens e prende-se com a vivência de situações de stress, especialmente as que se referem a situações de perda, com sérias repercussões emocionais. A classe de mulheres que oferece maior risco, são as trabalhadoras manuais com crianças de idade inferior a seis anos. Estas situações são similares às encontradas nas classes mais carenciadas e sem recursos para lidar com as adversidades, onde as exigências da vida familiar, se sobrepõe à vida de trabalho profissional. Numa tentativa de solucionar todos os problemas, as mulheres acabam por se desgastar originando consequências graves para a sua saúde mental.

“Numa revisão de literatura relativa à etiologia da saúde mental, Tousignant (1992) mostra que a associação entre pobreza e perturbações mentais é grandemente condicionada pelo facto de o espaço da pobreza dar lugar a uma exposição acrescida a acontecimentos críticos, recentes e antigos, a uma rede de suporte social inadequado, a conflitos psíquicos e a negligência familiar durante a infância, ao desemprego e a empregos precários, etc” (Massé. 1995) citado por Silva (2004, p.72).

O ciclo da pobreza, quando não contrariado, torna-se «hereditário», sendo transmitido de pais para filhos e perpetuando, se não mesmo agravando, as situações que colocam em risco, a saúde dos indivíduos e famílias:

“A pobreza pode ser uma situação episódica na vida de uma pessoa, resultado de razões circunstanciais (perda de emprego, ou situação de doença prolongada de um dos membros da família, por exemplo), mas é frequentemente crónica, isto é, constante ao longo de grandes períodos da vida, muitas vezes transmitida de pais para filhos. As crianças das famílias que vivem em situação de pobreza têm menos oportunidades (objectivas e subjectivas) para se instituírem e para virem a ter um emprego bem remunerado no futuro o que está na base da reprodução social das situações de classe ao longo das gerações” (Silva, 2004, p.67).

3.5.3. A Cultura e suas Repercussões na Saúde em Contexto Migratório

Cada sociedade tem uma maneira muito própria de interpretar os acontecimentos que se vão sucedendo na vida real, particularizando de modo especial este ou aquele pormenor. Esta interpretação, feita à luz da cultura pela e na qual foi moldada, acaba por determinar, na generalidade das vezes e de forma inconsciente, a sua maneira de ver o mundo.

A partilha de saberes, de formas de fazer, de ser e de estar, de crenças e de valores entre os seus semelhantes, é feita de forma tão natural e intuitiva que passam a ser consideradas certezas absolutas. A tomada de consciência das diferenças culturais existentes entre «nós» e os «outros», apenas surge quando «tropeçam» nos limites culturais traçados por cada grupo, tornando-as então visíveis aos olhos (Pearce, 1999).

O contexto cultural influencia a nossa relação com a saúde e a doença. Como tal *“...os fenómenos da saúde e da doença não podem ser abordados de forma universal, uma vez que são culturalmente determinados”* (Abreu, 2001, p.15).

Falar do conceito de saúde e de doença, não é apenas elaborar uma definição, mas sim evocar e exprimir toda uma cultura colectiva com os seus valores e

crenças, tomando no entanto consciência, de que as outras sociedades possuem diferentes noções (Ramos, 1993, 2004, Silva, 2004).

Apesar de não ser um fenômeno recente, os problemas que a migração acarreta continuam a ser intemporais. A vulnerabilidade do indivíduo e família, causada pelo isolamento, a falta de informação, a situação de pobreza com carências sanitárias, alimentares, habitacionais e de saúde, são fruto da desorganização do seu mundo através de rupturas laborais, familiares, sociais e culturais. Sem o apoio da “sua” comunidade e tendo de sobreviver sozinhos num mundo do qual desconhecem elementos como a língua, a cultura, a organização social, política, laboral e burocrática e quais os recursos de saúde disponíveis, os migrantes sentem-se ameaçados e desenraizados, excluindo-se e sendo excluídos pela sociedade de acolhimento, com grandes riscos para o desenvolvimento e para a saúde do indivíduo e da sua família.

Todos esses conflitos fazem dos migrantes um grupo de risco e a gestão que deles fazem, pode ser causa de futuras perturbações e desequilíbrios a nível da sua saúde física e mental. Como nos diz Grinberg (1986) “...a reacção mais comum face à experiência da migração é a angústia” (Ramos, 2004, p.276).

Couvreur (2001) afirma que a saúde e a doença não são elementos estáticos nem independentes. Eles estão em constante interacção e proporcionam um equilíbrio instável, onde a doença surge como um sinal de desequilíbrio da homeostasia do nosso organismo, ocasionado por uma mudança.

A complementar essa opinião cita a teoria de Holmes que nos diz que: “As pessoas não são capazes de ultrapassar um certo número de unidades de mudança; uma vez ultrapassado o limiar, a sua saúde sofre consequências” (ibidem, p.39)

No caso específico dos migrantes e minorias étnicas, esse limiar de unidades de mudança encontra-se, grande parte das vezes, no seu limite se não largamente ultrapassado, potenciando o risco de vir a desenvolver um processo de doença, contribuindo desse modo para uma deterioração da sua qualidade de vida.

Doyle (1991), Narang(1994), Anderson (1995), Reijeneveld (1998), Lazarus et al. (1995), Maisondieu (1997), Ramos (1993), são autores citados por Ramos (2006) e que defendem que os migrantes e as minorias étnicas, devido à precaridade das suas condições de vida, à discriminação, à perda das suas referências culturais, ao isolamento social, à exclusão, à limitação aos serviços e bens que promovem a saúde e previnem a doença e à maior dificuldade apresentada no acesso aos serviços de saúde, originando diagnósticos e tratamentos tardios, etc., desenvolvem quadros de sofrimento psicológico e desespero sobretudo no período inicial da migração.

“Trata-se de um sentimento de vergonha, desespero e impotência, face a uma situação dolorosa e stressante que o indivíduo não consegue controlar, que o afecta nas suas vivências e expectativas quanto ao futuro, nas suas relações, nas suas capacidades em exigir e defender os seus direitos, podendo associar-se a outras síndromes depressivos e pós-traumáticos” (Maisondieu, 1997) citado por (Ramos, 2006, p.342).

De acordo com esta opinião está Oliveira (1996, p.69), quando cita Simões (1986) ao afirmar que *“...os especialistas concordam com o facto de que as diferenças entre a cultura dos migrantes e a cultura do país de imigração (Língua, crenças, comportamentos face à doença) configura a manifestação de síndromas psiquiátricos. Entre estes síndromas consideram-se como típicos: as reacções paranóides, síndromas depressivos, condições psico-somáticas e neuroses sexuais.”*

O mesmo autor, considera ainda que existem dois períodos de maior risco para os migrantes: o que precede imediatamente a imigração e outro após vários anos de permanência no país de acolhimento (ibidem).

Opinião algo diferente, sobretudo quanto à sua saúde apresentava o Ministério da Saúde Português (2000), através das actas da conferência de Évora citado por Sousa (2003, p.61):

“Os padrões do estado de saúde dos imigrantes podem ser melhores ou piores do que o estado de saúde da população nativa do país de acolhimento. Na verdade, as pessoas que imigram são, em média, mais saudáveis do que a população do país de origem e, frequentemente, são mais saudáveis do que as

populações do país de acolhimento. Esta constatação vai contra a percepção dos países de destino que vêem os imigrantes como um importante factor de risco na introdução de doenças que afectarão a saúde global da população...”

De acordo com Ramos (2004), para fazer face às perturbações do seu estado de saúde físico e/ou mental, o migrante necessitará de possuir uma base de apoio, onde poderá restabelecer o seu estado de desequilíbrio ou conseguir melhorar o seu equilíbrio precário.

As redes de apoio social são, como o próprio nome indica, um conjunto de pessoas e contactos sociais com o qual o indivíduo se relaciona, capazes de proporcionar a este e/ou à família um apoio e uma ajuda efectiva e duradoira. Podem ser formais, o que inclui os técnicos e os serviços que estão organizados para proporcionar um tipo de assistência mais técnico e administrativo ao nível das estruturas formais da sociedade; ou podem ser informais, onde estão englobadas o grupo de pessoas com o qual o indivíduo possui laços afectivos, que lhe permita obter apoio a nível psico-emocional. Desse conjunto de pessoas, o grupo mais privilegiado e sem dúvida o mais importante é a família, nuclear e/ou alargada. É nela que o migrante vai buscar as suas referências culturais, sociais e relacionais e, é através dela que mantém vivos os laços com o seu país de origem, revivendo e recriando as práticas tradicionais.

A autora (1993, 1998) citada por Soares (2003), salienta ainda a importância do grau de coesão familiar na preservação dos valores e referenciais culturais. Assim, se a coesão do grupo é fraca, existe uma ruptura com as tradições do país de origem, desaparecendo as referências às práticas tradicionais de educação e de cuidados a prestar à criança. A ausência, em substituição, de uma interiorização dos novos referenciais culturais da sociedade receptora, gera um vazio, uma ansiedade e uma insegurança no comportamento dessas famílias. Por oposição, quando o grau de coesão é forte, verifica-se que apenas os comportamentos com expressão para o exterior sofrem uma modificação. As crenças ancestrais mais profundas, nomeadamente em relação à saúde e desenvolvimento das crianças, mantêm-se intactas. Existe também a preocupação de manter vivas as tradições e os elos ao país de

origem, recriando dentro das paredes do lar, as práticas mágico-religiosas, a postura, a gestualidade, a transmissão da história através da oralidade, etc.

3.5.4. Cuidados de saúde

“A saúde é um direito de todos; todos os indivíduos têm um valor equivalente e deverão ser respeitados nas suas diferenças; o utente, nacional ou migrante, é um cidadão que não deverá ser discriminado qualquer que seja a sua origem social ou étnica, a natureza da sua doença, a sua esperança de vida, a sua situação legal” (Ramos, 2006, p.332).

Os serviços de saúde são procurados por diferentes indivíduos, em diferentes estadios da sua doença. Esta procura é feita de forma variável e está dependente do modo como os utentes percebem o contexto e evolução da sua doença e das expectativas que possuem relativamente aos profissionais de saúde e aos cuidados por eles prestados (Serra, 2005).

Os migrantes, como resultado do seu percurso de vida e da inter-acção de uma série de factores, constituem um grupo vulnerável, com um estado de saúde muito deficitário. Alguns dos factores que contribuem para que isso aconteça são citados por Ramos (2004, p.282):

- *“As dificuldades de acesso aos serviços de saúde e o desconhecimento dos serviços de cuidados de saúde da sua área de residência;*
- *Cuidados demasiado caros para os seus recursos financeiros;*
- *A tendência em recorrerem aos cuidados pontuais (urgências hospitalares) ou específicos (dispositivos caritativos ou associativos);*
- *A não utilização dos mecanismos de saúde preventiva, em favor da utilização da medicina curativa quando a doença já está instalada;*

- *A tendência para a auto-medicação;*
- *O baixo recurso aos rastreios de saúde, exemplo, rastreio de cancro;*
- *A falta de informação e dificuldade dos prestadores de cuidados em lidar com os diferentes grupos étnicos;*
- *A não adequação, preparação e organização dos serviços de saúde para responder às necessidades das minorias;*
- *As diferenças linguísticas, as crenças, representações e comportamentos de saúde, os quais, quando não tidos devidamente em conta, podem conduzir a uma menor adesão à terapêutica e afectar a adopção de comportamentos preventivos.”*

Embuídos de um sistema cultural distinto, os migrantes encaram com ansiedade, desconfiança e receio a equipa de saúde e os cuidados que lhe são prestados. Sentem-se incompreendidos, julgados e ignorados nas decisões que são tomadas relativamente a aspectos importantes da sua vida e, na maioria das vezes, «forçados» a aceitar práticas que vão contra a sua maneira de ser e de estar.

Sentindo-se isolados e ameaçados, as suas “...crenças e hábitos de vida actuam como mecanismos de defesa culturais. Vigilantes em relação a novas formas de proceder, desempenham um papel protector em relação aos movimentos de mudança, mas a sua excessiva estabilidade ou não explicitação pode entravar a adaptabilidade das pessoas e dos grupos” (Collière, 1999, p.276).

3.5.4.1. Os Profissionais de Saúde

Numa sociedade claramente multicultural, é importante que os profissionais de saúde estejam sensibilizados para trabalhar com todos os utentes, qualquer que seja a sua proveniência.

O migrante, quando chega ao país de acolhimento, carrega consigo todo o peso de uma cultura que lhe foi transmitida desde a nascença, e que lhe confere um sentimento de pertença e segurança. Esse referencial cultural determina, não só a maneira deste se posicionar perante a vida, as situações e as pessoas, mas também a sua resposta perante a doença.

“O comportamento de doença é uma resposta aprendida socialmente e as pessoas respondem aos sintomas de acordo com as suas próprias definições da situação. Essas definições são influenciadas pelas dos outros, largamente moldadas pela aprendizagem, socialização e experiências passadas, sendo ainda medidas pelo nível cultural da pessoa” (Paul e Constança, 2001) citados por Serra (2005, p.33).

Hasbeen, vai de encontro a Serra ao afirmar que: *“A doença, qualquer que ela seja, não será vivida da mesma forma por cada pessoa, pois inscreve-se numa situação de vida única, animada por um desejo de viver também único. É que, por mais que a doença seja objectivada no corpo que se tem, ela não afecta, no fim das contas, senão o corpo que se é”* (2000, p.27).

Isto explica o porquê de respostas díspares de diferentes pessoas a um mesmo estímulo:

“Já tinha ouvido falar do estoicismo dos tubus e sua resistência à dor, mas nunca tinha visto nada assim. (...) Mais tarde voltamos a ter uma doente tubu, já idosa a quem tínhamos de operar um tumor no peito. Como estava muito fraca não pudemos dar-lhe anestesia geral, apenas anestésias locais. Enquanto preparávamos a mesa operatória, improvisada sobre caixas de munições líbias, chegam cinco homens da tribo que espetando as lanças no chão se acocoram à nossa volta para assistirem à operação. Tiramos-lhe o peito apenas com uma anestesia e ela não disse nada. No dia seguinte já estava de pé, a cozinhar com as outras anciãs da tribo!” (Fernando Nobre – AMI, 1981) citado por Pestana (1995, p.49).

O reconhecimento da pessoa em todas as suas dimensões, psicológica, cultural, social, familiar e histórica é fundamental para a relação de ajuda.

“Encontramo-nos pois num período de viragem, de mudanças, condicionados provavelmente pela cultura, pelos valores, pelo que os debates sobre o cuidar têm sido cada vez mais frequentes” (Ribeiro, 2000, p.16).

A tomada de conhecimento das especificidades culturais dos doentes, não só proporcionam uma nova abertura sobre um mundo marcadamente multicultural, revitalizando a maneira de ser, de ver e de agir dos profissionais de saúde, como também, permite interpretar atitudes ligadas à vida quotidiana.

“As pessoas, como os objectos, são investidas de toda a espécie de poderes que têm valor simbólico num dado meio, quer dizer, portadores de um significado preciso” (Collière, 1999, p.274). Para se prestar cuidados adequados e de qualidade é necessário descodificar esse «valor simbólico». O doente e a sua família, constituem uma fonte primária e privilegiada de conhecimentos, não apenas pelo que dizem deles próprios, mas sobretudo, pelo que deixam transparecer pelo olhar, pela expressão, pela postura, pelo traje, enfim, pela linguagem silenciosa do não verbal. Resumindo, pode-se dizer que eles são detentores do fio condutor que irá guiar os profissionais de saúde ao longo de todo o processo de cuidar (ibidem).

A mesma autora defende que toda a situação de cuidados é uma «situação antropobiológica», entendendo o processo antropobiológico como sendo *“... uma abordagem global, que situa as pessoas no seu contexto de vida, tentando compreendê-lo em relação aos costumes, hábitos de vida, crenças, valores que veicula, bem como situar o impacto da doença e das limitações que lhe são inerentes em relação a esse contexto”* (ibidem, p.296).

Esta perspectiva de abordar o doente vem no seguimento da Teoria dos Cuidados Transculturais, elaborada por Madeleine Lenninger na década de 60, ao reconhecer a inquestionável importância da cultura no processo de cuidar. Apesar de ser dirigida aos enfermeiros, pode no entanto ser aplicável a qualquer área de prestação de cuidados de saúde.

A autora define a enfermagem transcultural como sendo “...a formal area of study and practice in nursing focused upon comparative holistic culture care, health, and illness patterns of individuals and groups with respect to differences and similarities in cultural values, beliefs and practices with the goal to provide culturally congruent, sensitive, and competent nursing care to people of diverse cultures” (Leininger, 1995, p.4).

Segundo Fernandes (2000), tem havido um aumento de queixas contra os profissionais de saúde por “...negligência cultural, ignorância e imposição de práticas nos cuidados de saúde” (Leininger, 1995) citada por ibidem (p.34).

Para contornar esta realidade, estes terão de criar um novo corpo de conhecimentos e de práticas, que visem uma prestação de cuidados mais aberta e culturalmente mais competente, adoptando uma nova abordagem ao objecto dos seus cuidados.

A identificação e avaliação da fase de adaptação migratória e o modo de aculturação, tornam-se importantes na planificação cuidada de respostas adequadas, dos cuidados de saúde e da intervenção psicossocial (Ramos, 2004).

É fundamental que os profissionais verdadeiramente reconheçam o utente/doente, estrangeiro ou não, em todas as suas dimensões. Reconheçam a sua presença, reconheçam a sua diferença, pois é ela que faz dele uma pessoa singular, e o reconheçam como igual apesar das diferenças.

Tudo isto demonstrará que o respeitam como pessoa, independentemente da sua origem (Hasbeen, 2000).

“No entanto, não nos podemos esquecer que somos pessoas também e que cuidamos de pessoas...” (Romão, 2002, p.24). Assim, e embora se trate de um contexto profissional, os técnicos de saúde partilham o seu papel de representantes da instituição, com o de representantes da sociedade receptora, e como tal, frutos de uma socialização e portadores de uma cultura. É importante que se debrucem sobre os seus próprios processos psico-afectivos e culturais, os seus sistemas de valores, os seus modelos de papéis sociais, as

suas normas, ideologias, modos de pensar, as suas técnicas de análise, interpretação e resolução de problemas.

Examinando e clarificando os seus sentimentos e posicionamentos relativamente às diversas influências culturais, deixarão de assumir os seus pontos de vista, os seus modelos de crenças educativas e de saúde como referências únicas e universais, evitando não só comportamentos de intolerância e de exclusão, muitas das vezes aplicados de uma forma rígida, como abandonarão os jogos de relações de poder dominador/dominado, cuidador/cuidado, que tendencialmente se desenrolam ao longo de todo o processo de cuidados (Camilleri, 1989, Fernandes, 2000).

“O único meio de escapar ao dogmatismo das crenças é manter-se aberto a novas maneiras de ver, de compreender, a novos conhecimentos que venham enriquecer o núcleo de certezas indispensáveis a toda a existência” (Collière, 1999, p.277-278).

Caso isso não aconteça, o profissional de saúde incorre no risco de desenvolver sérios problemas comunicacionais e conseqüentemente problemas relacionais, pois como nos diz Sundden (1981) citado por Ribeiro (2000, p.8), *“Se não há comunicação não pode haver relação já que a comunicação não é só uma manifestação observável de um conceito abstracto (relação), ela é a própria relação.”*

Berg (1990) citado por Soares (2003, p.115) defende que as *“Cultural gaps affect the physician’s and patient’s ability to communicate, to agree upon the nature of the problem and settle upon a mutually acceptable treatment plan.”*

Na mesma linha de pensamento, Rocha-Trindade (1998) afirma que, mesmo quando os dois interlocutores do diálogo de saúde falam a mesma língua, os diferentes hábitos ou referências culturais impedem a compreensão, gerando desconfiança. É importante ultrapassar estas dificuldades, garantir uma comunicação fácil e compreensão recíproca para que haja um completo entendimento de conceitos, dos sintomas, dos procedimentos, dos tratamentos, das doses e prazos de medicação, bem como da necessidade da continuidade do tratamento e vigilância, mesmo após o desaparecimento dos sintomas. Só

desse modo, o doente se sentirá envolvido no processo de tratamento e recorrerá a ajuda destes profissionais sempre que necessitar.

3.5.4.2. O Doente Migrante em Contexto Hospitalar

Na maior parte dos países ocidentais, o hospital é a instituição por excelência no contexto da saúde, com uma cultura própria de funcionamento praticamente intocável, intimidando a maioria das pessoas, não só pela associação negativa imediata que se faz ao fenómeno doença, como também, pela destituição da autonomia de que os indivíduos são alvo quando entram nesse universo “...do utente apenas se espera que passivamente aceite o que lhe fazem, sendo remetido ao papel de objecto em vez de sujeito de cuidados. Metaforicamente, quase se poderá dizer que se espera que ele saiba que tem corpo, mas não mente” (Fradique Ribeiro, 1994, p.26).

Este sentimento de intimidação, exacerba-se no indivíduo migrante. Se por si, a doença e a hospitalização são sinónimos de ansiedade, stress, ruptura com laços familiares e sociais, perda da intimidade da privacidade e vulnerabilidade, este quadro agrava-se, quando o utente é portador de um referencial cultural marginal ao da sociedade onde se encontra e se vê confrontado com valores, símbolos, normas e regras das quais desconhece. É um reviver doloroso de uma nova situação de perda e de ruptura (Camilleri, 1989, Ramos, 2004).

As normas hospitalares fazem-se sentir desde o primeiro instante, onde os rituais da admissão determinam que o doente seja despersonalizado e despojado dos seus suportes de identidade cultural e social, passando a ser identificado com um número, que por associação é geralmente o número da cama que lhe é destinada (Ramos, 2004, Lopes, 2005, Serra, 2005).

Paralelamente a tudo isto, existe um sem número de regras e normas que terá de aprender e obedecer, sobre o funcionamento da instituição. “O processo de socialização ao serviço onde é realizado o internamento é muitas vezes facilitado com uma apresentação sumária da geografia do serviço, por parte da equipa de enfermagem ou de auxiliares, da entrega de um folheto informativo

sobre o serviço e algumas das rotinas como horários de visitas, de refeições ou da explicitação dos recursos que existem no serviço e no hospital, à disposição do doente e família” (Serra, 2005).

Como forma de reacção, o doente irá desenvolver os seus próprios padrões de resposta, que não são mais que mecanismos de adaptação que desenvolveu, de forma a minimizar os custos físicos e psico-emocionais que acarreta um internamento, para ajudá-lo a ultrapassar esta fase da sua vida que se quer transitória.

O doente migrante, vive todo este contexto de doença com dificuldades acrescidas, pois vai estar submetido a um conjunto de normas e regras, determinadas pela instituição e pelos profissionais de saúde, que não estão adaptadas a esta nova realidade que é a multiculturalidade e, conseqüentemente, não direccionadas para as diferenças culturais, sociais e relacionais que apresenta.

Estas dificuldades fazem-se sentir desde o momento da entrada no hospital, em que ele se esforça para entender no labirinto de portas e corredores, sem que haja uma sinalização adequada e adaptada.

As disposições administrativas e burocráticas que lhe são exigidas no acto de admissão, são cumpridas com muito esforço, ou por desconhecimento da documentação necessária, ou pelo analfabetismo, ou mesmo pelo conhecimento deficiente/total desconhecimento da língua da sociedade receptora. Alguns hospitais tentam combater essa lacuna, recorrendo formal ou informalmente ao uso de intérpretes, o que proporciona ao doente e aos profissionais de saúde, um sentimento de segurança e uma plataforma de entendimento, respectivamente. Aos primeiros permite verbalizar correctamente as suas queixas e sintomas e ajuda os últimos a manterem o doente a par do que for feito e fazer correctas avaliações e diagnósticos (Ramos, 2004).

A alimentação também pode ser geradora de grande ansiedade. Como nos diz Camilleri (1989, p.175), *“Manger ce n’est pas seulement se nourrir d’aliments, c’est aussi se nourrir de symbolismes”*. Assim e no seio de determinadas culturas, os alimentos e o ritual da alimentação é carregada de simbolismo pleno de significado e de valores que deveriam ser respeitados.

As visitas nos grupos habituados a viver em comunidade são numerosas. Quando aparecem ficam durante horas e manifestam-se livremente, numa tentativa de confortar e dar alento a um elemento do seu grupo. É uma forma de protecção contra as agressões externas e internas que o doente migrante vai sentindo, durante o período de ausência, longe da sua comunidade.

O corpo também pode ser motivo de conflito pois está repleto de simbolismos e a relação que cada grupo estabelece com o corpo é muito subjectiva e obedece a padrões culturais estritos. A questão é muito delicada uma vez que o corpo, em contexto hospitalar, é o objecto de todos os cuidados e, como tal, é necessário manipulá-lo diversas vezes ao dia e por diferentes pessoas. A sua exposição, frequentemente necessária, é feita arbitrariamente, não considerando o pudor, nem respeitando a privacidade e a intimidade de cada indivíduo.

Outros problemas mais delicados poderão surgir relativamente à religião ou à morte. Os rituais que os rodeiam revelam-se estranhos e incompreensíveis para os técnicos de saúde que, não só mantêm um certo distanciamento, pleno de juízos de valor, como, ao imporem as normas da instituição, impossibilitam o migrante de praticar o seu culto, preparar a sua morte e/ou prestar as últimas homenagens a um ente querido (Camilleri, 1989, Ramos, 2004).

Tudo isto somado, a hospitalização do doente migrante é revestida de grandes dificuldades e obstáculos. Longe de adoptarem uma atitude de apoio e compreensão, os profissionais de saúde evitam a comunicação e o relacionamento com o doente, refugiando-se em aspectos práticos e técnicos, e impondo atitudes e condutas que ele não entende e desconhece, algumas

das quais contraditórias aos seus hábitos, costumes e crenças. Isto aumenta o seu grau de ansiedade e pode ser geradora de problemas comunicacionais e conflitos, difíceis de ultrapassar devido aos estereótipos e preconceitos enraizados nos profissionais de saúde, geralmente associados aos jogos de poder dominador/dominado, cujas atitudes são exercidas à luz da instituição. Como resultado, a relação terapêutica fica seriamente comprometida conduzindo a uma ineficácia dos cuidados e a baixos níveis de adesão ao tratamento, à realização de exames e à adopção de medidas protectoras da saúde. Ainda, se o migrante se encontrar em situação ilegal, evitará recorrer a qualquer unidade de cuidados de saúde com receio de ser denunciado (Ramos, 2004).

Para a grande maioria dos doentes, esta realidade está a mudar, em resultado de uma maior consciencialização por parte de todos os profissionais envolvidos no processo de cuidar, sobre os direitos dos doentes e da sua exigência no cumprimento dos mesmos. Estes por sua vez, e de uma maneira geral, sentem-se mais intervenientes nas decisões globais e muito mais envolvidos nas que especificamente lhe dizem directamente respeito (Lopes, 2005).

“Une médecine efficace ne peut être qu’une médecine de la personne. Elle doit soigner un malade et non une maladie. L’état de santé n’acquiert un sens plein que si l’on prend en considération la vision du monde et les modes de vie du sujet. Les soins médicaux, comme les soins infirmiers, répondant à un concept variable d’un espace humain à un autre” (Camilleri, 1989, p.185).

3.6. REALIDADE PORTUGUESA

O fenómeno migratório não é inédito em Portugal, podendo dizer-se que teve a sua origem na época dos descobrimentos e expansão marítima. O intuito de descobrir novas terras, estava associado à ambição de conquista de novas riquezas. Uma vez atingido esse propósito, tornou-se imperativo preservar os territórios, defendendo-os dos nativos que eventualmente quisessem reaver as suas terras e/ou de outros povos, também eles em busca de novas conquistas. Iniciaram-se então os primeiros fluxos migratórios de portugueses para estas terras longínquas, com o duplo propósito de busca de fortuna e novas oportunidades, e o de protecção dos novos territórios conquistados. Desse modo demarcariam de forma clara e inequívoca a presença dos portugueses, contribuindo para o desenvolvimento destas novas terras e para a exploração de todas as suas potencialidades.

Para Portugal, foi iniciado um lucrativo comércio de tráfico de escravos, introduzindo um carácter multicultural, de grande expressão, à sociedade de então. Segundo Soares (2003), cerca de 10% da população residente em território nacional, era imigrante.

Rocha, Agualusa e Semedo (1993), no seu livro *Lisboa Africana* revelam-nos que o investigador brasileiro, José Ramos Tinhorão, no seu livro *Os Negros em Portugal – Uma Presença Silenciosa* (Editorial Caminho, Lisboa, 1988), estudou a forma como essa significativa comunidade negra se integrou na sociedade portuguesa, acabando por se dissolver nas diversas classes sociais, incluindo o clero e a nobreza. Relatam-nos também que os negros e mulatos, tiveram grande expressão a nível das artes. Destacam o poeta santomense, Caetano da Costa Alegre, proveniente de uma família de São Tomé enriquecida com o comércio de cacau e, que veio para Portugal estudar medicina. Segundo os autores, os seus poemas reflectem a grande angústia e perplexidade de um homem negro, mergulhado numa sociedade, preconceituosa que, se por um lado o rejeitava pela sua cor, por outro o adulava devido à sua condição social. Exemplo disso é este poema que escreveu às senhoras europeias.

*“Tu tens horror de mim, bem sei, Aurora
Tu és o dia, eu sou a noite espessa,
Onde eu acabo é que o teu ser começa.
Não Amas!...Flor que esta minha alma adora.*

*És a luz, eu a sombra pavorosa,
Eu sou a tua antítese frisante,
Mas não estranhes que te aspire formosa,
Do carvão sai o brilho do diamante.*

*Olha que esta paixão cruel, ardente,
Na resistência cresce, qual torrente;
É a paixão fatal que vem da sorte,*

*É a paixão selvática que vem da fera,
É a paixão do peito da pantera,
Que me obriga a dizer-te ‘amor ou morte!’”*

No final da década de vinte, teve início em Portugal um novo regime político denominado o Estado Novo. Durante as cerca de quatro décadas da sua duração, Portugal manteve-se fechado para o mundo, devido às dificuldades criadas à entrada dos estrangeiros em território nacional e, também, porque as condições de vida existentes eram pouco atractivas para o exterior. Existia uma elevada percentagem de analfabetos, as condições de vida da grande maioria da população portuguesa eram modestas, as possibilidades de mudança eram muito limitadas e os contactos da população nacional com os estrangeiros eram escassos. As únicas excepções diziam respeito aos refugiados das antigas possessões Portuguesas na Índia, a alguns estudantes das colónias portuguesas e aos ciganos. Isto originou um retardamento da modernização em Portugal, condicionando assim o acompanhamento da evolução que se ia operando nos restantes países Europeus. Esta escassez de contactos manteve inalteráveis os traços culturais do país, permitindo a manutenção de uma forte identidade cultural, estável e etnicamente homogénea ao longo de várias décadas (Covas, 1998) citada por Soares (2003).

Mas esta realidade estava prestes a mudar. A falta de condições económicas e sociais, levaram a população portuguesa a procurar a sua sorte no exterior através da emigração, que foi ganhando uma dimensão de tal maneira elevada, chegando mesmo a serem “...mais de 4 milhões os portugueses emigrados, o que corresponde a cerca de 40% dos residentes em Portugal” (Ramos, 1995) citada por Moreira (1997, p.16).

3.6.1. Portugal Emigrante

“Portugal tem sido um Estado secular de Emigração” (Lopes, 2005, p.36). Os primeiros anos do século XX, caracterizaram-se por uma saída significativa de emigrantes, maioritariamente para o Brasil. Embora o número de pessoas tivesse aumentado gradualmente de década para década, há a salientar o elevado número atingido em 1912 antes da primeira guerra mundial – 89.000 (Rocha-Trindade, 1995).

Nos anos 50 o panorama modificou-se, dando início a fluxos de emigração para a Europa, nomeadamente a França e a Alemanha. Após a II Guerra Mundial, estes dois países grandemente devastados, empenharam-se na sua reconstrução económica, estrutural e de desenvolvimento. A mão-de-obra que possuíam era diminuta e foi canalizada para quadros superiores mais diferenciados. Com a escassez de mão-de-obra pouco qualificada devido às baixas causadas pela grande guerra, tornou-se imperativo recrutá-la noutros países e Portugal aderiu em massa. Embora se verificasse uma grande saída de portugueses por via legal, o número de pessoas que optaram pela via ilegal foi muito elevada. (Ramos, 1996, Rocha-Trindade, 1995, Sousa, 2003, Lopes, 2005). “As partidas clandestinas aumentaram, assim, desmesuradamente a partir de 1962 e chegam a ultrapassar mesmo, em mais de metade (61%), as partidas legais” (Rocha-Trindade 1995).

Outros destinos se seguiram como a Bélgica, Suíça, Holanda e Inglaterra. O Luxemburgo também é digno de destaque pois, os portugueses, representam quase 1/3 da população local (ibidem).

Este fenómeno traduziu-se, a nível nacional, por um intenso despovoamento das áreas economicamente mais desfavorecidas, generalizando-se esse êxodo para o estrangeiro, às restantes zonas do país, embora com números diferentes. Como consequência, verificou-se um aumento dos níveis de pobreza das áreas menos desenvolvidas e um aumento da falta de mão-de-obra em outras áreas onde o desenvolvimento de infra-estruturas era absolutamente necessário.

A crise petrolífera nos anos 70, originou um período de recessão económica em toda a Europa. Os países, então de acolhimento, mudaram as suas políticas de imigração, encerrando as fronteiras e incentivando os trabalhadores migrantes a regressarem aos seus países de origem.

O fenómeno emigratório também decaiu em Portugal, ressentindo-se das alterações políticas que paralelamente se vivia no país, à beira da democratização.

A década de 80 e 90, foram marcadas por diversas oscilações quanto ao número de migrantes, em perfeita consonância com as oscilações do mercado económico internacional, uma vez que dele dependem. *“Muito embora o fluxo de emigração portuguesa tenha diminuído consideravelmente (a título de exemplo em 1970, o mesmo era de 173.000 e em 2003 de cerca de 27.000, segundo o INE), Portugal continua a ser um país de emigração, estimando-se actualmente que o número de portugueses e descendentes no estrangeiro é de 4,9 milhões, cerca de 50% da população residente em Portugal, tendo-se transformado este país num dos grandes berços das diásporas”* (Ramos, 2004, p.246).

Esses dados poderão ser confirmados através da análise do quadro a seguir representado.

Quadro 3 – Emigrantes legais portugueses por países de destino
de 1956-1988

Anos	África			Américas						
	África do Sul	Outros Países	Total	Argentina	Brasil	Canadá	Estados Unidos	Venezuela	Outros Países	Total
1956	1 255	447	1 672	463	16 814	1 612	1 503	3 773	184	24 349
1957	757	313	1 070	518	19 931	4 158	1 628	4 324	421	30 980
1958	647	327	974	662	19 829	1 619	1 596	4 073	382	28 161
1959	729	257	986	385	16 400	3 961	4 469	3 175	232	28 722
1960	668	142	830	190	12 451	4 895	5 679	4 026	339	27 580
1961	1 126	147	1 273	434	16 073	2 635	3 370	4 347	245	26 104
1962	739	215	954	790	13 555	2 739	2 425	3 552	270	23 301
1963	699	236	935	368	11 281	3 424	2 922	3 109	250	21 354
1964	1 437	148	1 585	207	4 929	4 770	1 601	3 784	171	15 462
1965	2 802	223	3 025	159	3 051	5 197	1 852	3 920	174	14 353
1966	4 721	290	5 011	225	2 607	6 795	13 357	4 697	186	27 867
1967	1 947	174	2 121	192	3 271	6 615	11 516	4 118	365	26 077
1968	921	239	1 160	124	3 512	6 833	10 841	3 751	322	25 383
1969	713	372	1 085	139	2 537	6 502	13 111	3 044	401	25 734
1970	702	257	959	124	1 669	6 529	9 726	2 927	255	21 230
1971	339	428	767	55	1 200	6 983	8 839	3 500	182	20 759
1972	274	202	476	17	1 158	6 845	7 574	3 641	160	19 395
1973	359	130	489	18	890	7 403	8 160	4 294	165	20 930
1974	452	139	591	19	729	11 650	9 540	2 550	100	24 588
1975	217	150	267	18	1 553	5 857	8 975	1 903	101	18 407
1976	212	106	318	22	837	3 597	7 496	1 833	169	13 954
1977	209	199	408	12	557	2 335	6 822	3 681	89	13 496
1978	159	710	869	38	321	1 868	8 176	3 575	86	14 064
1979	164	951	1 115	42	216	2 805	8 177	3 934	94	15 268
1980	162	1 042	1 204	76	230	2 334	4 999	2 734	135	11 508
1981	422	879	1 301	48	228	2 196	4 295	2 484	182	9 433
1982	142	502	644	1	187	1 484	1 889	2 827	104	6 492
1983	101	303	404	-	197	823	2 437	1 376	103	4 936
1984	150	220	370	-	121	764	2 651	661	111	4 308
1985	125	131	259	-	136	791	2 783	631	107	4 448
1986	27	44	71	-	91	983	2 704	160	134	4 072
1987	27	38	65	-	28	3 398	2 643	81	193	6 343
1988	26	15	41	-	21	5 646	2 112	81	137	7 997

(Continua)

(Continuação)

Anos	Ásia	Europa								Oceania	Total Geral
		Alemanha	França	Países Baixos	Luxemburgo	Reino Unido	Suíça	Outros Países	Total		
1956	5	6	772	8	-	97	4	58	945	46	27 017
1957	63	5	3 102	8	1	60	14	16	3 206	37	35 356
1958	15	2	4 694	6	-	103	9	9	4 823	57	34 030
1959	27	6	3 542	2	2	76	8	42	3 678	45	33 458
1960	1	54	3 593	3	2	84	8	61	3 805	102	32 318
1961	8	277	5 446	55	20	137	49	43	6 027	114	33 526
1962	11	483	8 245	70	4	163	20	178	9 163	110	33 539
1963	19	1 039	15 223	152	115	239	53	278	17 099	112	39 519
1964	10	3 868	32 641	297	328	331	193	756	38 414	175	55 646
1965	15	11 713	57 319	480	363	421	171	1 032	71 499	164	89 056
1966	8	9 686	73 419	1 308	462	597	205	1 296	86 973	288	120 239
1967	2	2 042	59 415	401	205	631	191	1 033	63 918	347	92 502
1968	3	4 886	46 515	467	215	537	176	642	53 438	381	80 452
1969	5	13 279	27 234	420	361	783	276	429	42 782	446	70 165
1970	1	19 775	21 962	393	269	506	362	434	43 701	360	66 360
1971	1	16 997	10 023	338	175	303	344	258	28 438	435	50 400
1972	2	14 377	17 800	149	529	309	527	271	33 962	249	54 084
1973	-	31 471	20 692	394	2 870	586	1 246	152	57 426	672	79 502
1974	-	3 049	10 568	278	2 123	666	735	156	17 575	643	43 397
1975	374	1 072	2 866	44	649	630	123	123	5 507	256	24 811
1976	277	346	1 780	19	137	299	94	36	2 731	213	17 493
1977	481	210	1 417	34	198	201	238	102	2 400	441	17 226
1978	874	112	1 604	25	155	145	212	69	2 352	500	18 659
1979	918	76	2 159	19	519	177	30	69	3 042	231	20 574
1980	2 411	69	1 867	38	448	99	40	567	2 628	320	18 071
1981	2 344	41	1 565	50	188	46	50	75	2 015	1 420	16 513
1982	822	25	546	12	92	27	48	106	856	1 462	10 276
1983	35	23	665	15	49	24	45	33	854	867	7 096
1984	24	25	658	16	15	24	31	30	809	1 045	6 556
1985	17	18	1 180	13	23	16	27	30	1 307	1 121	7 149
1986	13	25	924	18	13	16	55	178	1 229	868	6 253
1987	3	26	167	13	12	11	91	31	351	1 346	8 108
1988	7	38	370	5	28	6	112	47	606	889	9 540

Fonte: Boletim Anual da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (1988)

Fonte: Rocha-Trindade (1995)

Mas inegáveis eram as vantagens económicas e de desenvolvimento que a emigração acarretava. Com o intuito de regressar eventualmente ao seu país de origem, ou simplesmente de melhorar as condições de vida dos seus familiares aqui residentes, os emigrantes investiam no país, especialmente a nível do parque habitacional, construindo casas novas ou reconstruindo e remodelando as antigas, mudando o panorama das áreas antigamente

abandonadas e substituindo-as por zonas de habitação com alguma densidade populacional. As remessas enviadas pelos emigrantes, constituem uma contribuição importante para equilibrar o deficit da balança de pagamentos (Rocha-Trindade, 1995)

C. Ramos (2003b) citada por Seabra (2005, p.99), corrobora esta opinião quando diz que *“...é importante realçar o papel da emigração nos ajustamentos macroeconómicos de Portugal: importância das remessas do PIB, no equilíbrio da balança de pagamentos (...). As remessas dos emigrantes têm um forte impacto na economia portuguesa (representam nos últimos anos 3% do Produto Interno Bruto, segundo o Banco de Portugal), contribuindo para o equilíbrio da balança de pagamentos e constituindo uma importante fonte de rendimento disponível das famílias, principalmente no Norte e Centro do país.”*

Seabra (2005, p.98), avança com alguns números ilustrativos dessa importância: *“Em 2000, as remessas dos portugueses residentes na Alemanha, Espanha, França, Luxemburgo, Reino Unido, Canadá, Estados Unidos da América, Brasil e Venezuela totalizaram 3,45 mil milhões de euros. Em 2001, registou-se uma subida para 3,73 mil milhões de euros, mas em 2002, Portugal recebeu menos 331 milhões de euros que em 2001. Em 2002, as remessas tiveram a sua menor expressão de sempre em percentagem do Produto Interno Bruto dos últimos sete anos. (...) 2,6%. Nos primeiros cinco meses de 2003 o volume de transferências cifrou-se em 1,17mil milhões de euros. Os emigrantes residentes em França canalizaram a maior quantia (419 milhões de euros), seguidos dos da Suíça (253 milhões de euros) e da Alemanha (117 milhões de euros).*

Mas estes valores, escondem um preço muito elevado a pagar pela Nação Portuguesa. *“Com eles vem, também, o sofrimento, o sacrifício, a desesperança dos milhões de portugueses que ao longo dos séculos, não foi em Portugal que puderam encontrar uma forma de vida condigna, a que tinham legítimo direito, que lhes foi e continua a ser negado na Pátria Mãe. (..) estará aqui definido a hipocrisia desta realidade no sentido que para tornar mais pungente o drama da emigração, para tornar mais viva a injustiça que ela*

traduz, somos forçados a reconhecer que centenas de orçamentos nacionais deficitários se equilibram com esse ouro conseguido lá fora, em meio de sacrifício e amarguras, pelos que não fomos capazes, por incúria e inconsideração, de integrar na comunidade nacional sendo eles que tendo sido desprezados contribuem de forma decisiva para o sustento do País” (Aguiar, 1986) citado por Seabra (2005, p.100).

Quadro 4 – Diáspora Portuguesa em 2002

Universo da Diáspora Portuguesa	
EUROPA	1.371.273
Alemanha	123.000
Andorra	9.000
Bélgica	38.000
Espanha	80.000
França	798.837
Holanda	9.230
Itália	5.741
Inglaterra	90.000
Luxemburgo	54.490
Noruega	675
Suécia	1.800
Suiça	151.500
ÁFRICA	441.106
Africa do Sul	400.000
Angola	20.000
Cabo Verde	500
Congo	400
Guiné-bissau	900
Marrocos	1.000
Moçambique	13.299
Namíbia	794
Quénia	494
S. Tomé e Príncipe	532
Suazilândia	884
Zimbabué	2.300
AMÉRICA	3.291.091
Antilhas Holandesas	2.540
Argentina	16.000
Brasil	1.200.000
Bermudas	2.500
Canadá	515.000
E.U.A.	1.153.351
Panamá	500
Uruguai	1.200
Venezuela	400.000
ÁSIA e OCEÂNIA	83.249
Hong Kong	20.700
Índia	6.000
Paquistão	860
Japão	350
Austrália	55.339
Total	5.186.719

Fonte: www.seccomunidades.pt, consultado em 2002.10.01.

Fonte: *Percursos Migratórios de Imigrantes Brasileiros e do Leste Europeu em Portugal* (Seabra, 2005).

A emigração, nunca foi encarada de uma forma pacífica e consensual. A nível político haviam os apologistas de que ela representava uma mais valia para o país, um mal menor, pois permitia o escoamento da mão-de-obra disponível e sub-empregada, que um dia regressaria com qualificações profissionais eventualmente valiosas; havia quem considerasse que a médio prazo, a emigração iria ser responsável pelo agravamento da crise económica, pois a perda da população, originaria uma falta de mão-de-obra e um conseqüente aumento dos salários dos trabalhadores; as causas apontadas para esse fenómeno poderiam ser políticas, sociais, económicas, a conjugação de alguns desses factores ou de todos, dependendo de quem perspectivasse. Mas sendo um processo complexo e multifacetado, acabava por conter uma parcela de todas as «verdades».

3.6.2. Portugal Imigrante

Portugal apresenta hoje uma nova realidade social e multicultural, devido à constante entrada de imigrantes, provenientes de diversos países, confrontando-se assim com um universo de diferentes aptidões linguísticas, afiliações religiosas e pertenças culturais. Esse facto, tem influído progressivamente nos respectivos comportamentos psicossociais, vendo-se o país, muitas vezes «obrigado» a tomar sérias medidas na eliminação de estereótipos e estigmas de natureza psicossocial de que são alvo as comunidades imigrantes, minoritárias e de classes desfavorecidas (Seabra, 2005).

De acordo com Rocha-Trindade (1995) e, embora com números pouco significativos até então para a sociedade portuguesa, o fenómeno migratório ganhou nova expressão a partir dos anos 60, com a ocupação do antigo Estado da Índia, contribuindo para um aumento relevante de pessoas em Portugal e Moçambique à procura de um novo recomeço. Simultaneamente, dava-se o início das guerras de libertação das antigas colónias portuguesas e, a conseqüente chegada de fluxos migratórios significativos, sobretudo de jovens africanos cuja formação académica era incentivada por Portugal.

Dadas as contingências sociais, a realidade económica seriamente abalada, determina o recrutamento de mão-de-obra africana, maioritariamente cabo-verdiana, a fim de preencher o vazio deixado pelos portugueses ausentes devido à emigração e, pelos militares que se encontravam a cumprir o serviço militar nas antigas colónias. Este facto faz dos cabo-verdianos a mais antiga comunidade de imigrantes e uma das maiores. Carreira (1977) citado por Rocha-Trindade (1995, p.198-199), comenta este facto afirmando: *“Em Portugal, esta onda de trabalhadores sem qualificação profissional veio substituir os metropolitanos fugidos da sua terra com destino a países ricos da Europa onde foram executar tarefas duras e menos desejadas, que os seus nacionais recusaram. Também estes metropolitanos, em grande parte, não possuíam qualificação sócio-profissional. Deu-se apenas uma mera substituição nos mercados de trabalho: o metropolitano deu lugar ao cabo-verdiano.”*

A partir da segunda metade da década de 70, deu-se uma reviravolta no panorama migratório português. De país com forte componente emigratória para as Américas e Europa, Portugal tornou-se num país de destino, acumulando há largos anos, o duplo papel de país de emigração e país de imigração (Ramos, 1996).

Após o 25 de Abril de 1974, na sequência da instabilidade política e social que se gerou devido ao processo de descolonização e das guerras civis que então deflagraram nas antigas colónias, Portugal assistiu à chegada de milhares de «retornados» e imigrantes africanos. Esta situação continuou a aumentar, devido ao agravamento da instabilidade política, económica, social e de desenvolvimento que cobriam estes territórios. *“Nestas condições, a fome e o medo têm afugentado milhares de pessoas do seu lugar de origem, as quais, dada a afinidade resultante de séculos de história e língua veicular comum, têm procurado em Portugal estabilidade e condições mínimas de sobrevivência”* (Rocha-Trindade, 1995, p.200).

Outro dos fenómenos que contribuiu para o aumento da população migrante, foi o reagrupamento familiar, definido pela mesma autora como sendo o

“...processo de reconstituição da família no estrangeiro, em fase subsequente à emigração do primeiro dos seus membros” (1995, p.49).

Uma vez que não existe definição do conceito de família a nível da legislação internacional, é de consenso geral, que esta abrange pelo menos o cônjuge e os descendentes menores (família nuclear) (ibid, ibidem).

Apesar do número de estrangeiros em território nacional ter aumentado significativamente durante os últimos anos, é impossível saber com precisão o seu valor absoluto, por não haver meios de contabilizar a elevada parcela de imigrantes ilegais, que se supõe ascenderem aos milhares. Contudo, os valores do SEF relativamente aos imigrantes legais citados por Rocha-Trindade (1995) e por Ramos (2004) são ilustrativos da sua inegável presença.

1975 – 31.983	1992 – 128.500
1980 – 50.750	1993 – 131.593
1985 – 79.594	1995 – 168.316
1990 – 107.767	2000 – 223.60

A análise do quadro 5 permite-nos observar a evolução da população imigrante legalizada em território nacional entre 2001-2003

Quadro 5 – Evolução da população estrangeira em Portugal entre 2001-2003

		2001	2002	2003
AP	Concessões	126.191	47.657	9.097
	Renovações	223	78.184	109.401
AR		223.602	238.944	250.231
Total (1)		350.016	364.785	368.729

(1) Estimativa da população imigrante em Portugal (AP + AR)

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Em 2004, manteve-se a tendência crescente deste categoria populacional. Pela análise do quadro 6, podemos observar a distribuição da população portuguesa

por grupos etários e, qual a percentagem representada pela população estrangeira.

Esta representa 4,3% da totalidade da população residente em território nacional. O seu grupo etário mais representativo é o dos 15-64 anos, em plena idade activa, correspondendo a 5,5% da população activa portuguesa. É de salientar também os 2,6% do grupo etário dos 0-14 anos, representativo da importante contribuição deste grupo populacional para o rejuvenescimento da população portuguesa.

Quadro 6 – Estimativas da população em Portugal por grandes grupos etários em 2004

Grandes Grupos Etários	População Total*		População Estrangeira		% Pop. Estrangeira por População Total
	N	%	N	%	
0-14	1.647.400	15,6	42.983	9,6	2,6
15-64	7.091.300	67,3	390.999	87,0	5,5
65+	1.790.500	17,0	15.212	3,4	0,8
Total	10.529.300	100	449.194	100	4,3

* Estimativas aferidas para os Resultados definitivos dos Censos 2001

** População com AR + AP

O quadro 7, revela-nos o total da população imigrante em 2004, caracterizando-a de acordo com a sua origem e estabelecendo uma comparação entre estes valores e os obtidos em 2000. É no entanto importante referir, que esta comparação, não é totalmente precisa, pois os valores referentes a 2000 apenas dizem respeito aos cidadãos com autorização de residência e os de 2004 englobam a totalidade dos que possuem autorização de residência e autorização de permanência.

É inegável a superioridade do grupo populacional não comunitário, relativamente aos cidadãos comunitários, tendo os primeiros sofrido uma variação positiva de 148,5%, enquanto os segundos apenas revelaram um acréscimo de 31,1%.

Quadro 7 – Total de imigrantes não comunitários e cidadãos estrangeiros da União Europeia entre 2000-2004

	2000 (1)	2004 (2)	Variação % 2000/2004
Imigrantes não comunitários	150.748	374.652	148,5%
Cidadãos de Estados EU	56.859	74.542	31,1%
Total Absoluto	207.607	449.194	116,4%

Fonte: SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

Legenda: (1) = AR; (2) = AP + AR

O quadro 8 representa a distribuição dos imigrantes em Portugal, pelos diferentes distritos, englobando as regiões autónomas da Madeira e Açores.

É notório a sua elevada concentração nos grandes centros urbanos destacando-se de forma inequívoca Lisboa com 202.030 imigrantes (45%), seguida de Faro com 35.928 (13,3%), Setúbal com 42.280 (9,4%) e Porto com 15.256 (7,2%).

De acordo com diversos autores como Rocha-Trindade (1995) e Ramos (2004, 2006), os migrantes tendem a fixar-se nas grandes áreas urbanas e do litoral, atraídos pelas grandes oportunidades de trabalho e de negócios existentes. Como sequência natural, aos primeiros migrantes juntam-se os familiares, amigos e compatriotas, transformando as áreas urbanas em regiões marcadamente multiculturais.

Quadro 8 – Número de imigrantes em Portugal por distrito

(AP + AR – Autorizações de Permanência + Autorizações de Residência)

Distritos	AP (2001-2004)	AR 2004	Total	%
Viana do Castelo	852	2.107	2.959	0,7
Vila Real	972	871	1.843	0,4
Bragança	722	580	1.302	0,3
Braga	5.652	4.272	9.924	2,2
Porto	17.058	15.256	32.314	7,2
Aveiro	7.234	9.240	16.474	3,7
Viseu	3.404	1.911	5.315	1,2
Coimbra	6.087	7.978	14.065	3,1
Guarda	1.291	1.094	2.385	0,5
Castelo Branco	1.736	992	2.728	0,6
Portalegre	2.423	1.075	3.498	0,8
Leiria	8.883	3.882	12.765	2,8
Lisboa	62.992	139.038	202.030	45,0
Santarém	14.727	2.493	17.220	3,8
Setúbal	13.176	29.104	42.280	9,4
Évora	3.957	1.343	5.300	1,2
Beja	2.965	1.499	4.464	1,0
Faro	23.840	35.928	59.768	13,3
Madeira	3.813	3.767	7.580	1,7
Açores	2.049	2.931	4.980	1,1
Total	183.833	265.361	449.194	100

Fonte: SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

“Nos espaços urbanos cruzam-se (...) identidades culturais diversas, elas próprias de traços híbridos, fruto da combinação de pertenças múltiplas, que atravessam as diferentes esferas da vida económica, social e cultural” (Santos, 1998) citado por Soares (2003, p.66).

Segundo Rocha-Trindade (1995), a concentração espacial dos imigrantes e das minorias étnicas, acentua a visibilidade do fenómeno migratório e as diferenças culturais dos seus protagonistas.

Quanto à sua fixação, Ramos (2004, p.248) afirma: *“Estes migrantes tendem a concentrar-se por origem étnica, muitas vezes em bairros ilegais e zonas degradadas, sem condições de habitabilidade e higiene, partilhando idênticas condições de vida e factores de precariedade e exclusão social. A homogeneidade das populações que residem em bairros e/ou habitações degradadas, em termos de escolarização, rendimento e muitas vezes origem étnica, a concentração de populações que vivem em condições sócio-económicas precárias, é um elemento que agrava as dificuldades de integração na sociedade, que pode conduzir a situações de gueto e a sentimentos de intolerância e discriminação da população autóctone.”*

Esta situação de degradação das condições habitacionais e de higiene, agravam-se quando há um acréscimo familiar, quer pelo reagrupamento familiar, quer pelo casamento, quer ainda pelo nascimento de novos elementos, ou quando se acolhem familiares e amigos. Nessa altura procedem-se a readaptações espaciais, pois as casas são pequenas, ocupando os espaços públicos circundantes, conferindo um aspecto ainda mais desordenado e anárquico nessas zonas habitacionais.

Estas áreas segregadas espacialmente, que se assemelham a verdadeiros guetos, são propícias ao aparecimento de conflitos e práticas anti-sociais. As deficientes condições de vida, as elevadas carências económicas e pais com níveis de instrução e qualificação profissional muito reduzidos, impossibilitam o incentivo dos filhos no prosseguimento nos estudos e verifica-se uma certa complacência relativamente ao insucesso escolar e ao abandono precoce da escola por parte dos jovens, a fim de aumentar o rendimento familiar.

Enquanto que os rapazes são introduzidos no mercado de trabalho, muitas vezes antes de atingirem a idade mínima legal, as raparigas ocupam-se do trabalho doméstico, a fim de permitir que as mães consigam uma ocupação remunerada fora de casa (Soares, 2003).

Esta marginalização urbana, origina por parte da população local, fortes sentimentos de insegurança, atribuídos à presença dessas minorias étnicas,

conduzindo a atitudes de intolerância e estigmatização relativamente ao bairro inteiro.

A sociedade e a opinião pública exigem segurança, sendo irrelevante que esta alegada ameaça, seja fruto de factos imaginários e de preconceitos raciais profundamente enraizados e não baseada em factos concretos (Soares, 2003).

A contribuição da comunicação social, junto à população autóctone, na destruição de preconceitos e estereótipos, na promoção da compreensão, aceitação, e reconhecimento da diferença, na promoção da educação cívica e da vivência na diversidade é inegável e de extrema importância.

Mas o que se assiste diariamente mostra-nos uma realidade bem diferente. Como forma de satisfazerem as necessidades implícitas e explícitas da opinião pública e aumentarem o nível das audiências, os «media» alimentam controvérsias e exacerbam as notícias apetecidas pelo público. Dado os inúmeros factores estigmatizantes que os caracterizam, tais como, a situação de extrema pobreza e de exclusão social, o desemprego, o insucesso escolar, o tráfico e consumo de droga, a marginalidade, a insegurança, habitações e espaços públicos degradados, os meios de comunicação social potenciam o problema da criminalidade associada aos imigrantes e minorias étnicas, explorando até à exaustão qualquer notícia que identifique estas comunidades com práticas desviantes (ibidem).

Exemplo disso, foi a maneira como foi abordado o chamado «arrastão», que teve lugar na praia de Carcavelos no verão de 2005. A este respeito, António Filipe escreveu uma crónica no jornal «Público», datado de 5 de Julho de 2005, onde afirma:

“A propósito do chamado «arrastão», cuja gravidade não subestimo, desencadeou-se uma verdadeira campanha política e mediática de culpabilização dos imigrantes no seu conjunto pela criminalidade praticada entre nós, servida por um maniqueísmo levado ao extremo com uma lógica simples: quem não atacar os imigrantes está a defender os criminosos. Acontece que se todos nos conformarmos com esta lógica irracional estaremos

a colaborar para que se gere um clima de confrontação social sem saída e de consequências imprevisíveis.

A forma com esta questão foi tratada na Assembleia da República e a projecção mediática desse tratamento foram verdadeiramente sintomáticos. Na primeira reunião plenária após os acontecimentos de Carcavelos, a questão subiu ao plenário da Assembleia da República pela mão do CDS/PP. Apesar de ter integrado o governo nos últimos três anos e de ter assumido responsabilidades precisamente na área da Administração Interna e da Imigração, (...) o CDS/PP não se coibiu de usar os problemas da insegurança e da imigração como arma de arremesso político e social.”

Quando teve a oportunidade de intervir, o cronista e deputado do PCP fê-lo, não para desvalorizar a preocupação do CDS/PP sobre o problema da criminalidade mas “...para criticar a forma como o fez, associando os problemas da criminalidade e da imigração como se um decorresse directamente do outro.”

Sobre este assunto afirma ainda que: “...seria demagógico dizer que não há qualquer relação entre a criminalidade e a imigração. Como poderia deixar de haver? Ninguém ignora que as máfias do Leste actuam em Portugal e que a sua actuação se relaciona precisamente com a imigração clandestina. Ninguém pode estranhar que jovens africanos de segunda e terceira geração, privados de uma inserção escolar e profissional normal, deixados à sua sorte em guetos suburbanos, assumam comportamentos desviantes.

Posto isto não é aceitável que se lance toda uma campanha, que não é inocente nem original, destinada a dar a entender que o problema da criminalidade é assacável por inteiro aos imigrantes, que esse problema se resolve expulsando-os e impedindo a sua entrada e que se afirme que todos os que recusam esta lógica maniqueísta não passam de avestruzes e defensores de criminosos.

Não há nenhuma contradição entre a defesa do justo direito dos cidadãos à tranquilidade e à segurança e a defesa dos direitos dos imigrantes a viver e a trabalhar entre nós em condições de dignidade, e já agora, de segurança. As condições de degradação económica e social que o nosso país atravessa, e

que são responsáveis pela dimensão preocupante da criminalidade urbana, afectam sobretudo as camadas sociais mais desfavorecidas, imigrantes ou não. Só que estes problemas não se resolvem com o acicatar de ódios raciais ou de tensões xenófobas, mas antes com políticas socialmente mais justas.”

Quadro 9 – Nacionalidades de imigrantes não comunitários mais numerosas em 2004

Autorizações de Permanência (2001-2004) + Autorizações de Residência (2004)

Nacionalidade	2004	%
Brasil	66.907	14,9
Ucrânia	66.227	14,7
Cabo Verde	64.164	14,3
Angola	35.264	7,9
Guiné Bissau	25.148	5,6
República Moldava	13.689	3,0
Roménia	12.155	2,7
São Tomé e Príncipe	10.483	2,3
China	9.518	2,1
Federação Russa	8.211	1,8
Total Parcial	311.766	69,4
União Europeia	74.542	16,6
Total Absoluto	449.194	100

Fonte: SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

O quadro 9 acima representado, é revelador dos países mais representativos e com maior expressão, a nível da realidade migratória portuguesa em 2004.

À cabeça, situa-se o Brasil com 66.907 (14,9%). O aumento deste grupo populacional está relacionado com a existência de inúmeras afinidades culturais, nomeadamente a similaridade da língua, o que se traduz em termos práticos numa maior facilidade de comunicação. O clima de instabilidade

política que se vive actualmente no Brasil, a inflação galopante, a dificuldade de entrada no mercado de trabalho de certos quadros técnicos e a aplicação da Convenção sobre a Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros, também foram determinantes para o êxodo brasileiro que se tem verificado nos últimos anos (Rocha-Trindade, 1995).

Seguidamente e com valores muito próximos, vem a comunidade Ucraniana com 66.227 imigrantes, (14,7%), apresentando um aumento significativo ao longo dos últimos anos. Segundo Rocha-Trindade (1995), em 1993, existiam em Portugal apenas 1000 cidadãos nacionais dos países do Leste Europeu. Seabra (2005), diz-nos que a sua expansão além fronteiras se deve a uma grave crise económico-social, consequência das transformações políticas, que tiveram como ponto de partida, o desmoronamento da URSS e de todo o Bloco Soviético. A necessidade de busca de meios de subsistência trouxe-os a Portugal, que é descrito no seu país de origem como um país onde a mão-de-obra é necessária, se ganha bem e a legalização é rápida (Seabra, 2005, Soares, 2003).

Cabo-Verde constitui actualmente o terceiro país mais representativo a nível da imigração em Portugal, com 64.164 indivíduos (14,3%), tendo já liderado esta lista em 1993, com 21.279 (Rocha-Trindade,1995). Segue-se Angola com 35.264 (7,9%) e a Guiné-Bissau com 25.148 (5,6%).

Com menor expressão temos a República Moldava representada com 13.689 indivíduos (3%), seguida da Roménia com 12.155 (2,7%), São Tomé e Príncipe com 10.483 (2,3%). A China aparece representada com 9.518 (2,1%) a confirmar o aumento progressivo da comunidade chinesa em território português. Por último temos a Federação Russa com 8.211 indivíduos (1,8%). A União Europeia, no seu conjunto de países, tem apenas 74.542 (16,6%), quase a totalidade dos imigrantes brasileiros. Isto é demonstrativo do baixo índice de migrações europeias para Portugal.

Quadro 10 – Imigrantes com autorização de residência por sexo em 2004

Nacionalidade	Homens	Mulheres	Total
EUROPA	44.016	39.843	83859
União Europeia	39.247	35.295	74542
Federação Russa	411	747	1158
República Moldava	637	405	1042
Roménia	648	563	1.211
Ucrânia	656	841	1.497
AFRICA	70.259	52.834	123.093
Angola	14.597	12.105	26.702
Cabo Verde	31.096	24.494	55.590
Guiné Bissau	13.821	7.004	20.825
Moçambique	2.670	2.340	5.010
São Tomé e Príncipe	3.800	4.128	7.928
AMÉRICA	22.654	22.507	45.161
Brasil	13.815	15.141	28.956
Canadá	1.130	733	1.863
EUA	4.526	3.472	7.998
ASIA	6.996	5.414	12.410
China	2.998	2.311	5.306
Índia	885	814	1.699
Paquistão	919	439	1.358
OCEANIA	301	252	553
APATRIDAS	152	121	273
DESCONHECIDOS	5	7	12
Total	144.383	120.978	265.361

Fonte: SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

O quadro 10 permite-nos analisar a população imigrante feminina e masculina residente em Portugal em 2004.

Em média, o número imigrantes do sexo masculino é superior ao do sexo feminino, especialmente na comunidade africana, exceção feita ao grupo oriundo de São Tomé e Príncipe onde as mulheres apresentam uma ligeira

superioridade numérica. Esta tendência no entanto, tem-se vindo a esbater, nomeadamente entre os países provenientes do Brasil e da Europa do Leste (Federação Russa e Ucrânia). Neste último grupo, Soares (2003) aponta como razão principal o reagrupamento familiar e, caracteriza as mulheres como sendo jovens, em busca de um futuro melhor para os seus filhos aquando do regresso ao seu país de origem. Em consonância e para Rocha-Trindade (1995), os homens estão sobrerrepresentados e Ramos (2004, p.247) afirma: *“Quanto à relação entre homens e mulheres imigrantes, ela é favorável ao sexo masculino, embora se tenha vindo a atenuar ligeiramente, indo ao encontro das tendências internacionais e de outros estudos noutros contextos migratórios (...) Em 1980, os indivíduos do sexo masculino representavam 57% e os do sexo feminino, 43%. Em 2003, as percentagens eram de 55% e de 45% respectivamente. É de destacar que a masculinidade é mais acentuada no grupo de imigrantes africanos, sendo a relação mais equilibrada no grupo de imigrantes europeus”.*

Quadro 11 – Idade média dos estrangeiros por nacionalidade em 2001

Nacionalidade	Idade Média
França	26,8
Angola	28,5
São Tomé e Príncipe	29,6
Guiné-Bissau	29,8
Roménia	30,3
China	30,5
Brasil	31,2
Total Estrangeiros	32,3
Moldávia	32,9
Rússia	33,8
Ucrânia	34,2
Cabo Verde	34,4
Alemanha	38,4
Espanha	41
Reino Unido	45,3

Fonte: Recenseamento Geral da População de 2001

Quadro 12 – População activa segundo escalão etário em 2001

Escalões Etários	Portugal		Estrangeiros	
	N	%	N	%
15-19	179642	3,8	7581	3,8
20-24	513341	10,7	29664	14,7
25-29	677126	14,1	43467	21,6
30-34	638528	13,3	37308	18,5
35-39	639416	13,4	29371	14,6
40-44	590580	12,3	21918	10,9
45-49	532481	11,1	14612	7,2
50-54	446543	9,3	8290	4,1
55-59	301274	6,3	5044	2,5
60-64	181077	3,8	2753	1,4
65 +	88553	1,8	1639	0,8
Total	4788561	100	201647	100

Fonte: Censos 2001

A análise dos quadros 11 e 12 será feita em simultâneo, uma vez que são complementares. Assim, podemos verificar no quadro 11 que a média de idades dos imigrantes em 2001 era de 32,3 em plena idade activa. Os países que fogem ligeiramente a esta faixa etária são a Espanha e claramente o Reino Unido com 41 e 45,3 anos respectivamente, seguidos de perto pela Alemanha com uma média de 38,4 anos. Isto vem em seguimento de Soares (2003, p.56) quando caracteriza esse grupo de imigrantes como *“...indivíduos de elevado estatuto sócio-económico oriundos de alguns países europeus (Reino Unido, França e Alemanha), com actividades ligadas a certos sectores de economia nacional, ou de outras nacionalidades, que se tinham refugiado ou escolhido o país como local de residência devido ao seu clima ameno...”*

A análise do quadro 12 confirma os dados do quadro revelados no quadro 11, como vem também reforçar o facto de que na faixa etária entre os 20 e os 44 anos é significativa a presença da população activa imigrante, chegando a sua representatividade, em termos percentuais, e relativamente ao universo da população portuguesa, ser superior à da população autóctone.

Esses dados realçam, de forma inequívoca, a importância dos imigrantes no desenvolvimento e crescimento sócio-económico do país. Este importante contributo é também extensível a toda União Europeia. Os imigrantes são vitais, quer para o crescimento económico, quer para manter o sistema de Segurança Social. Como refere Ramos (2003^a) citado por Seabra (2005, p.90): *“... até 2050, a União Europeia precisa de mais 44 milhões de trabalhadores estrangeiros, que disponibilizem força braçal e assegurem as pensões de reforma no futuro, pelo que, feitas as contas, a média de entradas na Europa terá que subir dos cerca dos 800 mil imigrantes legalizados em 2000 para mais de um milhão (...). De acordo com as Nações Unidas, a média anual de imigrantes terá ainda de subir de forma a colmatar as necessidades de mão-de-obra, o envelhecimento demográfico e assegurar as pensões de reforma de futuro.”*

Existem alguns sectores da sociedade civil, que acreditam existir excesso de imigrantes e conseqüentemente, defendem o encerramento das fronteiras à entrada de cidadãos estrangeiros. Caso contrário, afirmam, irão escassear postos de trabalho aos trabalhadores nacionais. Outros sectores mais moderados, defendem o enquadramento do número de imigrantes necessários, com o número de postos de trabalho disponíveis, recorrendo a medidas que visem a sua legalização e a integração e limitando o acesso aos que pretendem entrar no país. Mas a realidade é que Portugal, tem necessidade de recrutar mais 27000 imigrantes (cerca de 13% mais que no ano anterior), de acordo com o Relatório sobre oportunidades de emprego elaborado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (Soares, 2003).

A confirmar a importância e os benefícios dos imigrantes na economia do país, Seabra (2005) revela os dados do estudo sobre o impacto dos imigrantes nas contas públicas do estado, elaborado por C. Almeida, que mostram que em 2001, Portugal terá lucrado 325 milhões de euros com os imigrantes existentes no país, após feita a diferença entre os impostos cobrados e os custos que implicaram. O estudo conclui, entre outras coisas que, embora esteja

associada aos imigrantes uma imagem de parasitismo, a verdade é que existe um claro benefício financeiro para as contas do estado.

Quadro 13 – Pessoas singulares estrangeiras activas inscritas na Segurança Social por país de origem entre 2000-2004

Região de Origem	2000	2004	Taxa de Mudança 2000-2004 (%)	Estrutura 2000	Estrutura 2004
África	4.755	12.577	164,5	2,5	2,6
PALOP	85.441	134.625	57,6	45,5	27,6
América Central	624	1.405	125,2	0,3	0,3
América do Norte	3.336	4.445	33,2	1,8	0,9
América do Sul (excepto Brasil)	4.251	6.914	62,6	2,3	1,4
Brasil	22.375	92.821	314,8	11,9	19,0
Ásia	4.296	13.346	210,7	2,3	2,7
Índia	1.793	6.377	255,7	1,0	1,3
Médio Oriente	1.692	7.393	336,9	0,9	1,5
Países da UE (excepto Portugal)	41.252	64.713	56,9	22,0	13,3
Europa de Leste	14.905	139.035	832,8	7,9	28,5
Restantes Países Europa	2.327	3.013	29,5	1,2	0,6
Oceânia	300	435	45,0	0,2	0,1
Timor	362	456	26,0	0,2	0,1
Total	187.709	487.555	159,7	100	100

Fonte: IIESS – Ministério da Segurança Social e do Trabalho

Observando o quadro 13 e, indo de encontro ao que foi referido anteriormente, podemos constatar a evolução do número de imigrantes inscritos na Segurança Social entre 2000 e 2004. É visível o seu aumento nesse intervalo de tempo, acompanhando por um lado, o claro aumento da população imigrante no país e por outro, beneficiado certamente do regime de legalização extraordinária de 2001.

Houve igualmente uma inversão dos percentuais de representatividade dos diversos grupos. Em 2000, o número de contribuintes da Segurança Social era claramente liderado por indivíduos oriundos dos PALOP com 45%, seguido

pelos países da União Europeia (à excepção óbvia de Portugal) com 22% e pelo Brasil com 11,9%.

Em 2004, o grupo com maior representatividade é oriundo da Europa do Leste com 28,5 %, seguido pelos PALOP com 27,6%, pelo Brasil com 19% e pelos países da União Europeia com 13,3%.

Outro dos motivos pelo qual Portugal necessita de imigrantes, prende-se com a renovação populacional do país. Com o desenvolvimento industrial, económico, social e de saúde, o país tem conseguido aumentar a esperança de vida da população. Como contrapartida, tem assistido a uma diminuição clara e progressiva da sua taxa de natalidade. Sintetizando Portugal tem uma população cada vez mais idosa, nascem menos portugueses e como consequência não se procede ao renovamento da população activa e que se mostra claramente insuficiente para suportar o restante da população não produtiva (Sousa, 2003).

Barreto (1995) citado por Soares (2003, p.53) afirma: *“A taxa de natalidade baixou fortemente de 24 para 11 por mil, sendo hoje uma das mais baixas da Europa (...) o índice sintético de fecundidade (...) é, em 1995, de cerca de 1,5 (...) as taxas de fecundidade descem em todos os grupos etários, com especial incidência nos de 15 a 19 e 20 a 24 anos, assim como nos superiores a 35 anos (...) as mulheres têm filhos cada vez mais tarde, mas deixaram quase drasticamente de ter filhos depois dos 40 anos.”*

O mesmo autor afirma ainda que *“A dimensão média das famílias diminuiu consideravelmente: de quase 4 pessoas passou para 3 por família (...) crescem muito os agregados com um só ou dois indivíduos; e cresce moderadamente o número de famílias nucleares compostas por 3 a 5 pessoas”* (ibid, ibidem).

Segundo o estudo «Contributos dos imigrantes na Demografia Portuguesa» (Almeida, 2003), realizado com base nos censos de 2001, para que se evite o envelhecimento da população portuguesa, é necessário que entrem no país nos próximos 18 anos, cerca de 200 mil imigrantes por ano. O estudo também

faz referência ao facto dos estrangeiros a residirem em Portugal, já terem contribuído com 1/5 do acréscimo da população, ajudando a reequilibrar os sexos, masculino e feminino, diminuindo o predomínio quantitativo das mulheres (Seabra, 2005).

A corroborar os dados acima apresentados, Lopes (2005, p.54) apresenta um quadro comparativo das taxas de natalidade e fecundidade das populações de nacionalidade portuguesa e estrangeira em 2001, que irá ser reproduzido na íntegra:

Quadro 14 – Taxas de natalidade e fecundidade das populações de nacionalidade portuguesa e estrangeira em 2001

	Portugueses	Estrangeiros
Taxa de Natalidade Masculina (%)	21,1	51,1
Taxa de Natalidade Feminina (%)	20,4	55,8
Taxa de Fecundidade Geral Feminina (%)	41,8	80,4

Fonte: Contributos dos «Imigrantes» na Demografia Portuguesa (Rosa *et al* 2003)

Observando este quadro, é notória a contribuição da população imigrante no aumento das taxas de natalidade, quer masculina quer feminina.

A redução da natalidade por parte das mulheres portuguesas, pode ser explicada pelo facto de existirem cada vez mais mulheres a exercer uma actividade profissional. Portugal apresenta uma taxa elevada de actividade feminina, a terceira mais alta da Europa, para o grupo etário dos 25-49 anos, tendo a maior parte delas uma formação deficiente ou baixa, duras condições de trabalho, fracas perspectivas de carreira e um salário reduzido. Estes factores, aliados ao facto de, em Portugal, nunca ter havido uma política concreta de encorajamento à natalidade, das redes de entajuda ficarem limitadas às avós quando existentes e/ou quando residem próximo, a continuar a caber à mulher a função de cuidar dos filhos e da casa, pesam significativamente para a decisão das mulheres limitarem o número de filhos.

Quadro 15 – Distribuição percentual de imigrantes por nível de qualificação académica em 2001

Nacionalidades	Não sabe ler nem escrever	Sabe ler e escrever sem possuir qualquer grau	Ensino Básico	Ensino Secundário e/ou Médio	Ensino Superior
EUROPA	6,2	6,2	37,4	26,1	24,0
União Europeia	7,0	6,8	38,3	24,5	23,4
Federação Russa	3,7	3,9	29,0	27,0	36,3
República Moldava	2,3	2,2	33,5	33,9	28,0
Roménia	3,6	3,0	39,1	38,2	16,0
Ucrânia	3,0	3,0	36,2	30,6	27,3
AFRICA	12,6	11,2	58,8	13,8	3,7
Angola	8,2	9,7	60,4	17,8	3,9
Cabo Verde	19,5	13,4	58,5	7,1	1,4
Guiné Bissau	12,0	12,6	56,3	14,4	4,7
Moçambique	5,7	5,1	61,3	21,5	6,4
São Tomé e Príncipe	10,1	11,1	61,9	12,6	4,3
AMERICA	5,8	6,7	48,1	25,0	14,3
Brasil	6,0	6,4	46,9	26,7	14,0
Canadá	6,8	11,8	50,9	20,2	10,2
EUA	8,4	9,5	39,8	20,8	21,5
ASIA	11,2	10,4	45,1	21,8	11,4
China	12,5	14,5	48,7	19,4	4,9
Índia	11,5	9,0	48,3	22,3	8,8
Paquistão	14,2	9,7	49,4	19,6	7,2
OCEANIA	5,3	7,8	45,5	20,8	20,6
APÁTRIDAS	38,4	14,3	34,1	9,5	3,6
Total	9,3	8,7	49,4	20,1	12,5

Fonte: Recenseamento Geral da População 2001 - INE

Quadro 16 – Distribuição da população estrangeira por grupos sócio-económicos em 2001

Nacionalidades	Empresários e pequenos patrões	Independentes	Dirigentes e quadros superiores	Quadros intelectuais e científicos	Quadros Inter-médios	Empregados do Comércio e Serviços	Operários qualificados e semi-qualificados	Operários não qualificados	Outros Activos	Total de activos	Inactivos	Total
EUROPA	4097	2334	1868	4614	2779	5388	12619	8508	1157	43364	29257	72621
União Europeia	3553	2105	1740	3899	2246	4097	4032	2083	575	24330	25832	50162
Federação Russa	72	31	15	168	92	175	594	550	53	1750	339	2089
República Moldava	72	16	7	57	44	136	1569	906	52	2859	125	2984
Roménia	100	49	14	61	47	191	1140	754	56	2412	249	2661
Ucrânia	145	33	32	253	206	625	4886	3868	377	10425	368	10793
AFRICA	4106	2191	572	1686	2211	9260	23136	19510	2426	65098	38173	103271
Angola	1406	650	214	630	998	4019	7635	5810	1101	22463	14550	37014
Cabo Verde	1295	724	103	239	327	2297	7702	8179	531	21397	11748	33145
Guiné Bissau	630	284	112	338	314	1085	4780	2475	372	10390	5434	15824
Moçambique	258	162	61	162	204	783	649	659	143	3081	1604	4685
São Tomé e Príncipe	295	141	26	208	190	747	1468	1830	166	5071	3446	8517
AMÉRICA	3824	1301	879	2323	2474	5973	6754	4776	767	29071	15263	44334
Brasil	3004	860	602	1643	1900	4753	5555	4105	555	22977	8892	31869
Canadá	138	61	43	79	78	204	163	90	30	886	1066	1952
EUA	146	105	72	302	127	206	126	94	67	1245	2224	3469
ASIA	801	295	116	153	109	1192	778	826	64	4334	1718	6052
China	575	78	34	25	20	792	27	55	15	1621	555	2176
Índia	83	72	15	33	24	162	322	397	20	1128	443	1571
OCEÂNIA	37	16	12	33	21	56	27	10	3	215	222	437
Total	12900	6161	3453	8819	7613	21912	43428	33716	4440	142442	85348	227790

Fonte: Recenseamento Geral da População 2001

Os quadros 15 e 16, caracterizam os imigrantes relativamente ao seu nível de qualificação académica, profissional e grupo sócio-económico.

Podemos observar que existem acentuadas diferenças, consoante a origem dos diferentes grupos populacionais. De uma maneira geral, podemos afirmar que: os grupos provenientes da Europa e da América que possuem qualificações académicas mais elevadas, são provenientes; os africanos são os que detêm a maior percentagem de indivíduos iletrados ou sem qualquer grau académico, apesar de saberem ler e escrever. Isto faz com que sejam relegados para os trabalhos menos diferenciados e mal remunerados.

Segundo Ramos (2004), Rocha-Trindade (1995) e Soares (2003), os imigrantes provenientes das ex-colónias portuguesas são maioritariamente jovens, com baixos níveis de escolarização e qualificação profissional, com dificuldades linguísticas que dificultam a sua adaptação/integração social e profissional. Isso faz com que sejam colocados em sectores, onde é mais precária e instável a relação salarial, onde o nível de remuneração global é mais reduzido, e onde existe uma maior percentagem de imigrantes clandestinos desprovidos de qualquer sistema de protecção social.

Sem opções, são forçados a aceitar qualquer tipo de trabalho, aplicando-se mais do que qualquer outro trabalhador legalizado. Os homens trabalham predominantemente como trabalhadores indiferenciados, na construção civil, e como vendedores ambulantes e do pequeno comércio (é mais visível na comunidade indiana e chinesa) e as mulheres dedicam-se basicamente a serviços domésticos e ao comércio.

A precariedade da sua posição social, torna-os particularmente vulneráveis aos empresários, que se aproveitam dessa fragilidade para os explorar, ameaçando denunciá-los ao SEF, mantendo-os nesses empregos em condições bastante adversas e negando-lhes os contratos de trabalho de que necessitam para regularizarem a sua situação.

Como medida para combater estas situações, Rui Marques, Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), defende a criação de uma Agência de Contratação de Imigrantes, de forma a regularizar os fluxos migratórios e impossibilitar as fraudes e as injustiças que o actual modelo de

contratação permite. Esta consiste na implementação de uma rede de balcões nos países de origem seleccionados, a partir dos quais a Agência efectuará a gestão integrada da oferta e procura de emprego. Desse modo seria possível ir ao encontro das necessidades da economia, oferecendo aos empregadores uma alternativa viável e desincentivando o recurso à mão-de-obra ilegal (Rui Marques, Revista do Jornal Expresso, 2005)

O quadro 17, abaixo representado, revela-nos a percentagem de acidentes mortais nos diversos sectores de actividade da população imigrante, entre 2001 e 2003. É notória a liderança do sector da construção nos três anos consecutivos, relativamente ao número de acidentes mortais, tendo no entanto esta tendência diminuído no ano de 2003 apresentando um valor percentual de 57,7%.

O sector da indústria transformadora, apresenta valores crescentes, atingindo em 2003 o segundo lugar com 19%.

O sector dos serviços, que ocupava o segundo lugar em 2001, tem vindo a diminuir o número de acidentes mortais, apresentando em 2003 o valor de 7,7%. semelhante ao do sector do comércio e da agricultura, pesca e extractivas.

Quadro 17 – Sinistralidade laboral mortal de estrangeiros por sector de actividade entre 2001-2003

Sector de Actividade (CAE)	2001		2002		2003	
	N	%	N	%	N	%
Agricultura, pesca e extractivas (011-145)	2	4,4	1	4,0	2	7,7
Indústria Transformadora (151-410)	4	8,9	3	12,0	5	19,2
Construção (451-455)	31	68,9	18	72,0	15	57,7
Comércio (501-527)	1	2,2	0	0,0	2	7,7
Hotelaria e restauração (551-555)	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Serviços (601-990)	7	15,6	3	12,0	2	7,7
Total de Estrangeiros	45	100	25	100	26	100
Total Geral	280		219		181	

Fonte: Inspeção Geral do Trabalho

Nos últimos anos, os países da União Europeia têm assistido a uma progressiva mudança do seu panorama económico, social e cultural devido à presença de um número cada vez mais significativo de diferentes grupos étnicos nos seus territórios. A chegada maciça de imigrantes e asilados, resulta em grandes preocupações nos governos dos países mais desenvolvidos, incentivando a tomada de medidas políticas, visando a restrição à imigração e à concessão do estatuto de asilados políticos. A complexidade das implicações económicas e sociais advindas desses movimentos populacionais, leva a que o fenómeno migratório seja encarado como *“...uma questão prioritária, com um peso político igual ao de outros grandes desafios globais, como o ambiente, o crescimento demográfico e os desequilíbrios económicos entre regiões”* (Relatório FNUAP citado por Rocha-Trindade, 1995, p.196-197). Assim sendo torna-se urgente *“...(re)definir as políticas de imigração e de gerir os fenómenos sociais que decorrem”* (ibid, ibidem).

Álvaro Gil-Robles, Comissário dos Direitos Humanos do Conselho da Europa, defendeu na conferência de imprensa realizada a 30 de Maio de 2002, aquando da apresentação do relatório anual dos Direitos Humanos, que os migrantes *“...não são lenços de papel (...) Neste momento, cada país faz como quer. A Europa necessita dos imigrantes para a colheita do tomate ou dos morangos, mas o que falta na Europa é uma política comum de imigração que controle todo o processo. Não nos enganemos, as pessoas que estão dispostas a fazer milhares de quilómetros escondidas em camiões, a arriscarem a vida passando pelo estreito de Gibraltar e a endividarem-se durante anos para pagar a um passador, não vão desistir facilmente de entrar na Europa. A minha preocupação é ver com que espírito vamos fazer essa política comum, se será com um espírito aberto, com respeito pelas pessoas e preocupação pela integração que a vamos elaborar. Legalizar a presença destes migrantes na Europa é indispensável para impedir a visão negativa que recai sobre os estrangeiros em situação irregular”* (citado por Seabra, 2005, p.190).

Rui Marques (ACIME), acha possível construir uma Europa, que contribua à escala global, para que o mundo seja «uma mesa com lugar para todos». Afirma que *“Os europeus têm que estar disponíveis para empobrecer um pouco, para que outros possam atingir um nível de desenvolvimento um pouco maior e a riqueza seja melhor distribuída no mundo. (...) A Europa tem perante si o desafio de repensar um outro modelo de relação com os bens. E isto não é uma pura questão ética ou moral, é uma questão de sobrevivência, porque se a riqueza não se globaliza, a pobreza de certeza que se globalizará”* (Revista do Jornal Expresso, 2005).

A elaboração de uma política comum no domínio da imigração e do asilo, não se revela tarefa fácil para muitos estados membros, devido à dificuldade em compatibilizá-la com acordos e convenções bilaterais anteriormente assumidos, nomeadamente e no caso de Portugal com as suas ex-colónias.

Portugal, que até há bem pouco tempo não possuía legislação especificamente direccionada aos imigrantes e minorias étnicas residentes em território nacional porque *“...os governos têm assumido uma atitude não interventiva ou até omissa, o que se traduz quer numa certa permissividade relativamente à entrada e permanência de imigrantes clandestinos em Portugal, quer na inexistência de medidas políticas especificamente dirigidas a estes sectores da população...”* (Santos, 1998) citado por Soares (2003, p.71), foi forçado a alterar o seu posicionamento legislativo relativamente ao fenómeno migratório, como consequência da conjugação de um conjunto de factores que revelaram ser determinantes. Rocha-Trindade (1995, p.206) destaca:

- *“A radicação de comunidades imigrantes e o aumento do respectivo peso demográfico;*

- *A visibilidade social do fenómeno imigratório e a percepção política das consequências que, em termos de estabilidade social, podem advir das condições sócio-económicas em que vivem muitos imigrantes;*

- *O aparecimento de formas organizadas de promoção da defesa dos direitos das populações imigradas junto do governo e da sociedade civil, protagonizadas essencialmente por associações de imigrantes, partidos políticos e organizações não governamentais;*
- *Uma prolongada crise económica, o conseqüente aumento do desemprego e a crescente fragilidade do sistema de segurança social.”*

A acção governativa demonstra por um lado, interesse em enquadrar e apoiar a população imigrante legalizada, por outro lado, expressa uma intolerância para com os imigrantes ilegais e uma total indisponibilidade para o acolhimento de novos imigrantes. Esta atitude, embora em consonância com as directrizes preconizadas pela União Europeia, onde Portugal assume um papel relevante no controle da entrada de naturais de países terceiros, dado o seu posicionamento fronteiriço comunitário do extremo ocidental europeu, choca com um passado de diáspora e com os laços que histórica e culturalmente Portugal entreteceu com países onde a cultura portuguesa deixou marcas visíveis.

Dividido entre estas duas fronteiras, Portugal ainda não possui uma política claramente definida sobre a imigração, que defina como se processará a integração de milhares de imigrantes legalizados que residem e trabalham no país, que regularize os fluxos migratórios e que resolva o problema da imigração clandestina.

Numa tentativa de dar resposta a estas questões, o governo “...definiu na nova *Lei da Imigração a necessidade da realização de estudos anuais, sobre as oportunidades de trabalho no país e os sectores de actividade em que elas existem. (...) É com base nesses pareceres elaborados pelo Instituto de Emprego e Formação profissional, e ouvidas as associações patronais e sindicais, que o governo decide quais os contingentes máximos aceitáveis, em cada ano, de trabalhadores estrangeiros por sector de actividade”* (Soares, 2003, p.72).

3.6.2.1 Como são vistos os imigrantes pelos portugueses

Portugal é clara e inequivocamente um país multicultural, visto coabitarem em território nacional uma pluralidade de pessoas, provenientes de várias origens, e portadoras de diferentes culturas. Estas tão diferentes pessoas, não se limitam a cruzarem-se no seu dia-a-dia. Elas estabelecem laços relacionais, afectivos, sociais e culturais, influenciando-se e interagindo mutuamente. Esta troca recíproca, faz deste país, uma nação claramente intercultural. Mas com que espírito encaram os portugueses esta realidade? O que pensarão eles dos imigrantes e o que acham que pensam os restantes portugueses? Na impossibilidade de fazer um estudo exaustivo que respondesse a estas questões e, com este interesse presente, foi realizada uma pequena pesquisa bibliográfica que fornecesse algumas respostas e que satisfizesse alguns espíritos mais curiosos.

Sofia Pereira, no seu trabalho de investigação (2004), englobado no âmbito de uma Dissertação de Mestrado, teve como intuito analisar as imagens produzidas e o modo como grupos de portugueses, oriundos de meios sócio-económicos distintos, percebem três das mais representativas comunidades de imigrantes fixadas em Portugal: neste caso os brasileiros, os cabo-verdianos e os ucranianos. O estudo foi conduzido, através da análise do fenómeno das imagens e dos estereótipos produzidos por parte destes exogrupos, em dois ambientes distintos, uma universidade e um centro de formação, originando algumas respostas interessantes. Assim passamos a citar as conclusões mais relevantes:

A amostra revelou, que mantém pouco ou nenhum contacto com estrangeiros, resumindo-se este à escola e/ou ao trabalho. Se tivermos presente o facto de Portugal ser um país com uma matriz sócio-cultural que engloba milhares de imigrantes, é de estranhar o distanciamento social mantido relativamente aos

estrangeiros, que partilham com os portugueses o seu quotidiano. Eles existem mas são invisíveis ao olhar.

Isto leva-nos a concluir que a informação processada relativamente aos imigrantes, assenta em premissas pouco fidedignas e baseia em preconceitos e estereótipos.

A propósito desta realidade muito comum entre os portugueses, Leitão (s/d) afirma que *“Na sociedade portuguesa existe um deficit de conhecimentos da diversidade cultural existente e de diálogo intercultural, que há que ultrapassar sem sobrestimar nem subestimar a realidade existente.”*

Relativamente à comunidade ucraniana, a amostra não possui ideias muito claras devido essencialmente ao facto de serem fruto de uma imigração recente e de serem uma comunidade muito reservada. Logo, uma vez mais, as opiniões sobre este grupo foram amplamente influenciados pelas imagens estereotipadas veiculadas pelos «media».

Quanto aos Cabo-verdianos, embora exista algum contacto no seu dia-a-dia, a imagem que a amostra possui deste exogrupo, é um pouco dúbia mas tendencialmente negativa. Eles são apontados como sendo lutadores e explorados, mas racistas, agressivos, desconfiados e negativos. Esta construção negativa, poderá estar associada à imagem pouco construtiva veiculada nos órgãos de comunicação social, sobretudo relativamente à criminalidade perpetrada pela chamada segunda geração.

Por último os brasileiros transmitem uma imagem mais agradável, sendo apontados como alegres, divertidos, exóticos, românticos e educados. Esta percepção poderá ser o resultado da influência das telenovelas brasileiras a que diariamente se assiste na televisão, que veiculam a imagem de um Brasil idealizado.

Outra conclusão do estudo prende-se com o facto de estar implícito, de no actual contexto político-social português, não ser politicamente correcto manifestar tendências e/ou discursos discriminatórios, a propósito do «outro»

que agora partilha o mesmo território. Apesar da amostra se autoavaliar como não sendo ou sendo pouco racista, avalia o seu endogrupo como racista. Contudo, a análise das questões formuladas revela a existência de sentimentos discriminatórios latentes.

Margarida Marques (s/d) ao pronunciar-se sobre os estereótipos e o racismo estabelece uma correlação entre o analfabetismo e a tolerância. Afirma que, perante níveis de analfabetismo tão elevados como os apresentados por Portugal, seria de esperar mais manifestações de intolerância e eventualmente mais fortes.

Faz referência a um inquérito dirigido por Luís de França em 1990, cujos resultados demonstravam que, o grau de intolerância em Portugal para com grupos considerados externos e internos era muito forte. Ela afirma (s/d) *“O que isto nos diz é que Portugal é um país onde o confronto com a diversidade é muito mal aceite. Primeiro porque não estamos ainda habituados à diversidade e por outro, porque de facto não existe a abertura cultural para aceitar a diversidade. Tudo isto requer tempo e uma rápida educação da sociedade portuguesa, nomeadamente através do alargamento da sua escolaridade. Mas não podemos concentrar as atenções única e exclusivamente na questão do racismo, o que se verifica é que há, na verdade, uma grande incapacidade de admitir o diferente seja na cor, língua ou cultura, ou o diferente por ter um comportamento diferente.”*

3.6.2.2. Como são vistos os portugueses pelos imigrantes

De forma a conhecer algumas opiniões, sobre como percebem os imigrantes, o povo que os acolheu, foram reunidos excertos de algumas entrevistas, realizadas e publicadas na Revista do Jornal Expresso de 10 de Dezembro de 2005, nas quais alguns imigrantes revelam o que pensaram e o que pensam sobre o povo português e que passamos a citar:

Mariola, polaca, artista plástica em Portugal há 13 anos

“Era um Portugal de mulheres solitárias, sentadas, os homens à parte jogando cartas, bebendo. As pessoas não falavam.”

“...as pessoas continuam muito trancadas por dentro, muito sérias...”

“...os portugueses são seres de interiores, de cafés e restaurantes. Pouco curiosos e pouco reivindicativos, mas muito preocupados com a forma de tratamento, com o «doutor» que vem antes do nome próprio, seguido do «tudo bem?» A pergunta irrita-a profundamente. “É totalmente impessoal. As pessoas respondem que sim de maneira automática, mas às vezes é absurdo porque se nota que elas não estão bem.”

Gostaria em geral que as pessoas comunicassem mais.

Ângela Kvapil, brasileira, trabalha na Assembleia da República, em Portugal há 17 anos

Ainda não convive bem com alguma «aspereza» verbal que encontra nos portugueses. *“Muitas coisas não funcionam porque eu tenho medo de falar directamente e você, depois, responde com brusquidão. Então começamos todos a preferir o silêncio.”*

“Tornei-me menos simpática, aprendi a ser mais fria, mais rude.”

Tentou estabelecer-se por conta própria. *“Os portugueses adoravam a ideia, mas diziam-me «essa não é a minha formação». Alguém que estudou uma coisa, raras vezes admite trabalhar noutra, mesmo que a opção seja ficar desempregado.”*

Katia Hernandez, mexicana, licenciada em Comunicação e produtora de programas para a televisão, em Portugal há 2 anos e meio

“ Ser imigrante ou estrangeiro é uma condição de fragilidade à partida, está-se mais exposto do que o normal, fora do contexto – ainda que seja por vontade própria. Nunca sabemos como é que os outros vão reagir. Mesmo que nos adaptemos, ficamos sempre um bocadinho excluídos, há sempre qualquer coisa que falta, um hiato de compreensão.”

O que lhe pareceu um mar de simpatia, mais tarde converteu-se num verdadeiro enigma: a proverbial hospitalidade portuguesa actua ao nível do primeiro contacto, mas dificulta o aprofundamento e a continuidade das relações. *“Entrar em casa de alguém é complicado. Coisas de todos os dias, como apresentar os pais ou os amigos, tão normais no México, aqui correspondem a ocasiões especiais.”* Agora sabe tratar-se de um moroso processo que, uma vez concluído, dá lugar a uma *“solidez e uma lealdade ímpar.”*

“...aceitam bem a rotina mas não o diferente, embora tenham uma espécie de nostalgia pelo que não fizeram ou que não viveram.”

A tendência para falar e fazer pouco e o pessimismo demonstrado quando alguém, português ou não, pretende encetar mudanças não lhe passou despercebida.

As pessoas trabalham *“pior quando têm liberdade e melhor quando são obrigadas.”*

“Nunca tinha visto tantos medicamentos contra a depressão. Preferem dizer que tomam anti-depressivos, porque o médico lhos receitou a frequentar uma analista.”

Andrés Malamud, argentino, investigador auxiliar, em Portugal há 3 anos

“Há uma queixa inconsciente e automática. “

“...perdoam ao imigrante qualificado certos hábitos que seriam entendidos como má conduta se fossem praticados por nativos.”

Irrita-o o desrespeito pelo que é público e vê os baixos níveis de participação cívica como um sinal de falta de desenvolvimento *“...os portugueses são críticos e resignados. Não mostram indiferença, sentem-se incomodados, mas pensam que não vão poder mudar nada.”* Por ser formal, *“...a própria sociedade inibe, sair da linha gera situações desconfortáveis.”*

“a estagnação portuguesa é menos trágica do que se pensa.” Portugal tem uma visão “egocêntrica negativa” de si própria e acha-se pobre por se comparar com a Europa. “Seria pobre se o mundo fosse a Europa, mas a sociedade portuguesa está dentro das 15 % mais ricas do mundo.”

“Os portugueses são emigrantes estruturais e, pela primeira vez, estão a receber pessoas. Há uma compensação para os que se vão embora. Os africanos têm uma inserção paternalista enquanto «filhos» de um Portugal que “tem a responsabilidade histórica de os ajudar, embora nem sempre o faça.” Os brasileiros bem como os cidadãos do Leste já são vistos de outro ângulo. Para estes últimos “...loiros e mais preparados...” a integração “...parece mais facilitada...”

Costa Neto, Moçambicano, músico, em Portugal há 17 anos

“Houve uma clara distinção na forma como esses imigrantes do Leste foram recebidos na sociedade, comparando com os africanos. Não direi se os receberam melhor ou pior, mas foram recebidos como pessoas normais, sem preconceito.”

“Quando me dizem «és estrangeiro» tenho de fazer um esforço para me lembrar que, de facto, não tenho documentos que atestem a minha nacionalidade portuguesa. Mas alguém tem de me lembrar.” É olhado como estrangeiro “...simplesmente por ter outra cor da pele.”

“Não acredito que 80% dos políticos tenham uma noção real da partilha que existe entre brancos e pretos em Portugal. Ainda vêem duas realidades distintas. Toco todas as semanas num sítio onde as pessoas se misturam sem preconceitos e sem qualquer intenção. Ninguém sai de casa a dizer «vou conviver com pessoas de outras cores para combater o racismo». Fazem-no naturalmente.”

“Temos de lutar pela liberdade de podermos estar onde queremos.”

Frédéric Vidal, Francês, licenciado em História, em Portugal há 8 anos

“Portugal é um lugar muito agradável para viver, gosto do ritmo lento, do lado desorganizado. Vai com o meu feitio.”

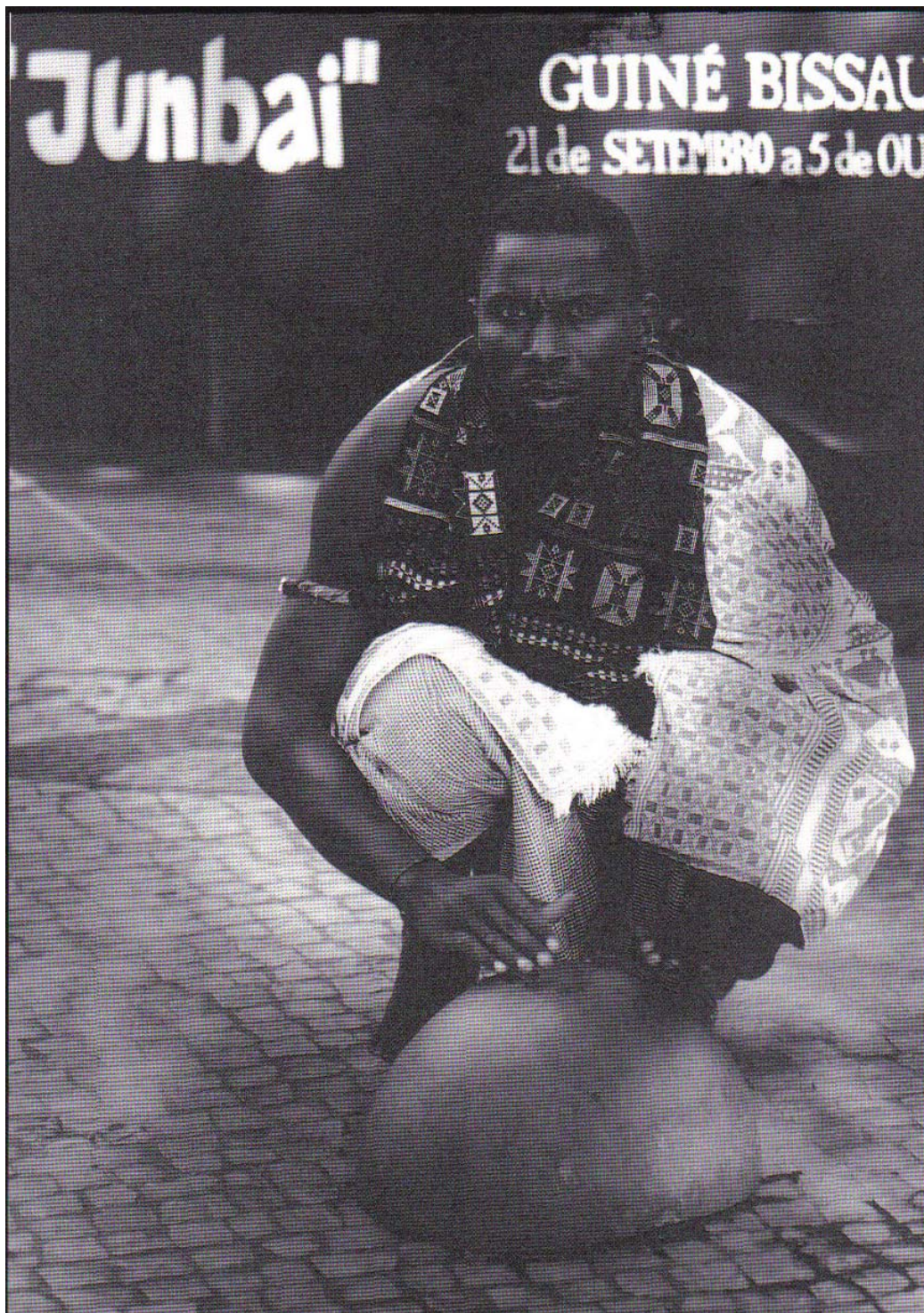
Portugal tem *“...problemas sociais e económicos bastante importantes.”*

“Estamos perante uma contradição. Valorizamos a abertura, a globalização, mas, na prática, dificultamos a inserção das pessoas, burocratizando a obtenção de documentos.”

“Quando se fala em 3ª geração de imigrantes está-se a discriminar. Vamos contar até quando, até à 5ª ou à 6ª? Quando é que as pessoas passam a ser apenas...”

“Nenhuma sociedade consegue sobreviver muito tempo com mortos à sua porta.”

PARTE II - INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA



Fotografia 4: Junbai – Portugal (1991)

4. METODOLOGIA

Apesar de não ser um fenómeno recente, os problemas que a migração acarreta continuam a ser intemporais. A vulnerabilidade do indivíduo e família, o isolamento, a falta de informação, a situação de pobreza com carências sociais, alimentares e de saúde, são fruto da desorganização do seu mundo através de rupturas a nível laboral, familiar, social e cultural. Sem o apoio da “sua” comunidade e, tendo de sobreviver num mundo do qual desconhece elementos como língua, cultura, organização social, organização política, organização laboral, burocrática e mesmo de saúde, os imigrantes sentem-se ameaçados e desenraizados, excluindo-se e sendo excluídos pela sociedade de acolhimento.

Para contrariar essa tendência, é necessário uma política de apoio ao imigrante, que integre profissionais de diferentes áreas, de modo a criar redes de suporte social *“...capazes de proporcionar ao indivíduo e/ou à família um apoio e uma ajuda efectiva e duradoira”* (Ramos, 2004, p.271).

Podendo ser de carácter formal ou informal, as redes de suporte social operam a vários níveis e incluem relações sociais, familiares e de amizade existentes na comunidade.

Desse modo, *“As grandes redes sociais, uma boa integração social e um nível de apoio/suporte social elevado fornecem aos indivíduos experiências positivas, todo um conjunto de papéis sociais estáveis na comunidade e sentimentos de pertença, de serem amados e reconhecidos, o que poderá conduzir a estilos de vida mais saudáveis, melhorar a saúde física e o bem-estar e saúde mental* (Cohen e Wills, 1985) citado por Ramos (2004, p.271).

Há portanto que interiorizar nas pessoas e nas instituições, a noção de que *“...cada cultura tem as suas especificidades e, como tais respeitáveis; - o multiculturalismo é potencialmente uma riqueza; - é necessário instaurar uma interpenetração entre todas as suas culturas sem anular a especificidade de nenhuma delas”* (Ghionda, 1994, p.31) citado por Moreira (1997, p.27).

Mas a resolução destes problemas não se apresenta simples. Apesar de um quarto de século de convívio com gentes de outras culturas, ainda não existem redes de informação eficazes, que permitam uma maior proximidade sócio-cultural como nos afirma Leitão (s/d) *“Na sociedade portuguesa existe um deficit de conhecimentos da diversidade cultural existente e de diálogo intercultural, que há que ultrapassar sem sobrestimar nem subestimar a realidade existente”*. Conscientes deste desconhecimento e desinteresse, a maioria dos migrantes experienciam sentimentos de insegurança e de exclusão que os conduz ao isolamento, não só relativamente à população em geral, mas também relativo às instituições e organizações da própria sociedade que, temporária ou definitivamente, adoptaram como sua.

Tendo presente todos estes factores, era inevitável uma preocupação real pela preparação que os países, nomeadamente Portugal, aparentam ter sobre este assunto em particular. Cada vez mais o mundo caminha num sentido, onde as fronteiras na classificação de raças deixará de existir e onde, as diversas culturas, de maior ou menor visibilidade, terão obrigatoriamente de co-existir. Essa co-existência, só trará vantagens para todas as partes envolvidas, se tiver como base o respeito e a valorização dos aspectos positivos de cada cultura, enriquecendo deste modo a cultura de cada país.

Este contexto, foi gerador da questão de investigação mobilizadora deste estudo e de determinados objectivos.

Questão de investigação

- ✎ Conhecer e compreender o percurso migratório e os principais problemas dos imigrantes de diferentes nacionalidades no distrito de Lisboa.

Objectivos para este estudo

- ✎ Conhecer quais as motivações que levaram o migrante a “abandonar” o seu país de origem.

- ✎ Identificar os problemas encontrados no país de acolhimento a nível cultural, social, sanitário, educativo, económico e laboral.

- ✎ Compreender que estratégias de adaptação foram utilizadas para fazer face a estes problemas.

- ✎ Identificar quais os problemas de saúde mais comuns.

- ✎ Compreender a relação migrante/pessoal de saúde dentro das unidades de saúde.

Quivy afirma que numa investigação é importante que *“...o investigador seja capaz de conceber e de pôr em prática um dispositivo para a elucidação do real, isto é no seu sentido mais lato, um método de trabalho”* (1998, p.15).

Neste trabalho, foi importante que a nossa escolha recaísse sobre um método que ajudasse a *“...compreender com mais nitidez como determinadas pessoas apreendem um problema e a tornar visíveis alguns dos fundamentos das suas representações”* (ibidem, 1998, p.19).

Assim, e para dar resposta aos objectivos traçados, optámos pela escolha do método qualitativo, que pelas suas características vai de encontro ao pretendido. Nele *“...a abordagem à investigação não é feita com o objectivo de responder a questões prévias ou de testar hipóteses. Privilegiam, essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação”* (Bogdan e Bilken, 1994, p.16). Para além disso *“...o carácter flexível deste tipo de abordagem permite aos sujeitos responderem de acordo com a sua perspectiva pessoal, em vez de terem de se moldar a questões previamente elaboradas”* (ibidem, p.17).

O contexto desempenha um papel primordial “...os actos, as palavras e os gestos só podem ser compreendidos no seu contexto;” por isso “... os investigadores procuram compreender os sujeitos a partir dos quadros de referência desses mesmos sujeitos” (Carmo e Ferreira, 1998, p.180).

4.1. TIPO DE ESTUDO

“Um investigador de campo que começa a trabalhar com pessoas que não conhece apercebe-se rapidamente que estas pessoas dizem e fazem coisas que compreendem, mas que ele não. Uma destas pessoas pode fazer determinado gesto que põe todos os outros a rir. Eles partilham uma compreensão do significado do gesto, mas o investigador não. Quando o começa a partilhar, começa a compreender. Passa a deter parte da perspectiva daqueles que estão por dentro” (Wax, 1971) citado por Bogdan e Bilken (1994, p.59).

Para ter um pouco da perspectiva e compreender a população imigrante em Portugal, mais especificamente em Lisboa, sentimos que seria fundamental fazer um tipo de estudo, onde os participantes pudessem verbalizar as suas opiniões, sentimentos e experiências, sem estarem limitados a balizas impostas pelo investigador. Ao optar pela metodologia qualitativa para estudar esta problemática específica, estamos a optar por um estudo exploratório, pois tal como Polit e Hungler (1995) citado por Monteiro (2005, p.121) afirmam, estes estudos *“...buscam explorar as dimensões do fenómeno, a maneira pela qual ele se manifesta e os outros factores com os quais ele se relaciona”*.

Trata-se igualmente de um estudo descritivo pois *“...implica estudar, compreender e explicar a situação actual do objecto de investigação”* (Carmo e Ferreira, 1998, p.213). Para além disso *“...a descrição deve ser rigorosa e resultar directamente dos dados recolhidos”* (ibidem, p.180).

Porque os conceitos são desenvolvidos e, consegue-se chegar à compreensão dos fenómenos a partir de padrões provenientes da recolha de dados, podemos classificá-lo de indutivo (ibidem).

Por fim podemos dizer que se trata de um estudo transversal pois o grupo em estudo encontra-se em estádios diferentes de imigração (ibidem). Desse modo,

é possível compreender a problemática da imigração aliada à história pessoal impressa por cada imigrante em estudo e, os diferentes estádios por si vivenciados.

Em resumo, trata-se de um estudo exploratório, descritivo, indutivo e transversal.

4.2. POPULAÇÃO ALVO

Segundo Carmo e Ferreira (1998, p.191), *“população ou universo é o conjunto de elementos abrangidos por uma mesma definição”* e têm *“...uma ou mais características comuns a todos eles, características que os diferenciam de outros conjuntos de elementos”*

Tomando em linha de conta esta definição, decidimos dirigir este estudo para a população imigrante residente na grande Lisboa, abrangendo diversas nacionalidades, com domínio razoável da língua portuguesa que os permitisse compreender o que lhes era transmitido e expressar de forma compreensível as suas experiências, problemas e emoções.

A limitação da área à zona da grande Lisboa, prende-se essencialmente com dois factores: primeiro lugar, o investigador pertencer à mesma área e como tal ter maior facilidade nas deslocações para a recolha dos dados; o segundo factor tem a ver com o facto de Lisboa ser um ponto importante de chegada de grandes fluxos migratórios de diferentes nacionalidades, o que permitia atingir uma das nossas pretensões - a diversidade cultural. Esta opinião é partilhada por Baptista e Cordeiro (2002) citado por Monteiro (2005, p.124) quando afirmam que *“A grande Lisboa, que já vai sendo o destino migratório mais frequente entre as populações oriundas dos países africanos de língua oficial portuguesa, ganha na actualidade uma importância acrescida, tornando-se uma metrópole também no sentido de grande receptora de imigrantes.”*

4.3. SELECÇÃO DA AMOSTRA

Como é evidente, seria impraticável incluir no estudo toda a população migrante a residir na grande Lisboa. Não só devido ao seu elevado número, mas também devido à imprecisão dos registos, principalmente se entrarmos em linha de conta com o factor ilegalidade, que naturalmente implica uma exclusão de um número incontável de imigrantes nos números oficiais existentes.

Assim, e para seleccionarmos a nossa amostra, recorreremos à técnica de amostragem não probabilística que nos diz que os participantes “...podem ser seleccionados tendo como base critérios de escolha intencional sistematicamente utilizados com a finalidade de determinar as unidades da população que fazem parte da amostra” (Carmo e Ferreira, 1998, p.197).

Os critérios de inclusão da amostra eram os mesmos que os da população alvo e, o aspecto mais relevante a ter em conta, era a diversidade cultural, a fim de podermos dar diferentes perspectivas consoante a origem cultural dos participantes.

Ruquoy (1997) citado por Monteiro (2005, p.125) afirma que “ *Nos estudos qualitativos interroga-se um número limitado de pessoas, pelo que a questão da representatividade no sentido estatístico do termo, não se coloca. O critério que determina o valor da amostra passa a ser a sua adequação aos objectivos da investigação, tomando como princípio a diversificação das pessoas interrogadas e garantindo que nenhuma situação importante foi esquecida.*”

Procedeu-se então à selecção de dois a três participantes de cada nacionalidade, dentro do nosso círculo de conhecimentos ou que tivessem sido indicados por alguém próximo. A escolha de participantes num universo tão próximo, teve como factor preponderante, o factor tempo. Neste estudo, onde o que se pretende é que os participantes falem abertamente da sua experiência migratória e onde se irão evidenciar aspectos delicados como a ilegalidade (geralmente associada à deportação se exposta) e opiniões sobre a maneira de estar/ser dos portugueses, seria necessário existir uma base de confiança que

permitisse uma livre verbalização das suas vivências e opiniões ,sem o receio das repercussões.

São pessoas comuns com histórias para contar, até porque com nos diz Poirier *“...a colecta de histórias de vida não deve privilegiar nem uns nem outros; as pessoas mais interessantes são precisamente aquelas por quem ninguém se interessa”* (1999, p.14).

4.4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realizar este estudo, tornou-se necessário proceder antes de mais, a uma pesquisa bibliográfica aprofundada sobre a problemática das migrações. Actualmente a migração possui muitas facetas ocultas. As graves crises que as várias sociedades estão a atravessar, impõem que sejam tomadas medidas muito restritivas à entrada de cidadãos estrangeiros, que por sua vez, encaram como única solução, o arriscar a sorte num outro país.

O conhecimento conceptual, pôs a descoberto questões sensíveis que no dia-a-dia se procura camuflar. Questões como exclusão, marginalização, racismo, xenofobia, pobreza, dificuldade de integração, fazem parte de uma realidade presente em todos os países, mas às quais a grande maioria é indiferente pois as suas vítimas não têm rosto.

O conhecimento das particularidades culturais de cada sociedade, permite compreender determinadas atitudes e comportamentos e, contextualiza-los na realidade de cada grupo, abolindo desse modo alguns pré conceitos estandardizados.

O recurso à entrevista semi-estruturada ou semi-directiva como instrumento privilegiado para este estudo era evidente.

Quivy (1998,p.192) afirma que a entrevista *“...é, antes de mais, (...) um método de recolha de informações, no sentido mais rico da expressão.”* e que se distingue *“...pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interacção humana...”* (ibidem,p.191).

Camille Lacoste, citada por Poirier (1999, p.92), reforça a riqueza de informações colhidas na primeira pessoa ao afirmar que *“a história dos factos pessoalmente vividas pelo autor encontra-se enriquecida por uma carga*

emocional apta a tornar esse discurso mais sensível e, conseqüentemente, mais acessível, mais compreensível.”

Quivy (1998), caracteriza a entrevista semi-directiva com sendo a mais utilizada em investigação social. Nela o entrevistador dispõe de uma série de perguntas guias, relativamente abertas, que irão sendo colocadas ao entrevistado, não necessariamente pela ordem em que as anotou, de modo a deixá-lo falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que melhor lhe convier. Ao entrevistador, cabe apenas o papel de redireccionar o sentido de entrevista sempre que o entrevistado dele se afastar.

Carmo e Ferreira (1998), completam esta caracterização acrescentando duas particularidades essenciais. A flexibilidade, quanto ao tempo de duração e à adaptação a novas situações e diferentes entrevistados; e a profundidade pois o estar presente, permite que o entrevistador observe o entrevistado e recolha informações adicionais que podem mesmo a ser íntimas ou confidenciais.

Bogdan e Bilken afirmam ainda que *“...ser flexível significa responder à situação imediata, ao entrevistado e não a um conjunto de procedimentos ou estereótipos pré-determinados”* (1994, p.137).

Consideram fundamental que o entrevistado não seja alvo de nenhuma avaliação, nem que lhe sejam atribuídos juízos de valor mesmo que o entrevistador discorde com as suas opiniões porque, o que interessa é a sua perspectiva pessoal (Bogdan e Bilken, 1994).

4.4.1. Construção do Instrumento de Colheita de Dados

Para a aplicação da entrevista, foi necessário proceder à elaboração de um inquérito que permitisse a recolha dos dados. Carmo e Ferreira afirmam que *“...o que define um inquérito não é a possibilidade de quantificar a informação obtida mas a recolha sistemática de dados para responder a um determinado problema”* (1998, p.123).

Assim, e tendo este objectivo presente, foi elaborado um inquérito que, embora com perguntas orientadoras, permitisse aos entrevistados expressarem livremente e pelas suas palavras, as suas vivências.

Estas perguntas foram distribuídas por cinco grupos.

O grupo I, destinava-se à recolha de dados para a caracterização sócio-demográfica dos participantes tais como sexo, idade, naturalidade, estado civil, etc.

O grupo II, tinha como objectivo contextualizar o processo de decisão de saída (Quais as razões que o levaram a emigrar, os critérios que estiveram na base da escolha do país de acolhimento, etc).

O grupo III, era destinado à caracterização do período correspondente à fase de primeira instalação e de inserção do percurso migratório, bem como à avaliação do estado de saúde do participante e suas possíveis alterações.

O grupo IV, destinava-se identificar a existência de projectos futuros por parte do participante, nomeadamente quanto ao destino dos seus rendimentos e à intenção de permanência em Portugal.

Para finalizar, o V grupo tinha como objectivo que os participantes, com base nas suas experiências, fornecessem sugestões sobre como melhorar o acolhimento e o atendimento aos imigrantes.

4.4.2. Aplicação do Instrumento de Colheita de Dados

Antes da aplicação do instrumento de recolha de dados, foi feita uma apresentação sumária do entrevistador aos sujeitos e foi-lhes explicado em termos gerais, os objectivos do estudo e da entrevista. Solicitamos a sua colaboração reforçando a importância da sua contribuição, foi garantida a confidencialidade e pedida a sua permissão para o uso do gravador áudio no decorrer da entrevista. Foi-lhes igualmente informado que o tempo de duração da entrevista seria de cerca de 30 a 40'.

4.4.3. Limitações do Estudo

Foram várias as limitações encontradas ao longo da elaboração das entrevistas.

A disponibilidade do investigador era muito limitada, estando reduzida ao período pós laboral e aos fins-de-semana. Desse modo, tornou-se difícil conjugar os seus horários com o dos entrevistados, tendo a maior parte das

entrevistas sido realizadas no local de trabalho dos sujeitos. Isso implicou que, embora não houvesse limitações de tempo uma vez que foi realizado no seu período de descanso, houvesse, em algumas situações, uma certa falta de privacidade, com algumas interrupções, apesar de nos encontrarmos numa sala isolada.

A personalidade pouco comunicativa de alguns participantes. Embora tivessem acedido à gravação áudio das entrevistas, encontravam-se um pouco constrangidos com esse facto. Isto traduziu-se em respostas curtas e pouco expressivas.

As diferenças culturais e a limitação da língua portuguesa, levou a que existisse alguma incompreensão relativamente a certas questões, devido ao vocabulário escolhido, tendo sido necessário reformulá-las.

O pouco domínio da gravação áudio, obrigou a que duas entrevistas tivessem de ser regravadas, felizmente sem prejuízo em termos de conteúdo. Para isso, foi importante a compreensão dos participantes que inclusivamente se mostraram mais à vontade na segunda entrevista que na primeira.

A pouca experiência do investigador relativamente à técnica da entrevista, permanecendo a dúvida se devido à sua inexperiência, terá de alguma forma influenciado algumas respostas através de expressões faciais, olhares e inflexão da voz ao proferir as perguntas.

4.4.4. Organização e Tratamento dos Dados

As entrevistas, após a sua realização, foram ordenadas cronologicamente e posteriormente transcritas, tentando reproduzir na íntegra, não apenas as palavras, mas também o verdadeiro sentido, de modo a não adulterar a mensagem. Este processo foi moroso devido às constantes escutas e retornos efectuados, a fim de garantir precisão e rigor na transcrição.

Poirier (1999, p.58) afirma que só *“através de reescutas, assegurar-nos-emos de que o escrito é a reprodução muito fiel do falado. Deve dizer-se, no entanto, que, quando se colocou a pontuação, já se fez uma modificação. Qualquer que tenha sido o escrúpulo posto nessa tarefa, a nossa intervenção será sempre sensível.”*

A análise de conteúdo foi o método escolhido para proceder à análise dos dados obtidos. Segundo Quivy, *“O lugar ocupado pela análise de conteúdo na investigação social é cada vez maior, nomeadamente porque oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade como, por exemplo, o relatório de entrevistas pouco directivas”* (1998, p.227).

Há a ressaltar que, na análise de conteúdo efectuada, não se procedeu à sistematização em categorias. Foi-se *“...valorizando o seu conteúdo e enquadrando o discurso das entrevistadas num contexto mais abrangente”* (Monteiro, 1995, p.141).

Como complemento do tratamento dos dados, recorreremos ao programa informático Excel, o que nos permitiu construir numa primeira fase, uma tabela com os dados que iriam ser submetidos a uma análise estatística descritiva e, numa segunda fase, elaborar os vários gráficos e quadros resultante dessa análise.

“Nós não podemos mendigar ao mundo uma outra imagem. A nossa única saída é continuar o difícil e longo caminho de conquistar um lugar digno para nós.”

Mia Couto (2005)

5. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como foi referido anteriormente, a nossa amostra é constituída por 20 participantes, homens e mulheres, de nacionalidades diversas, mas todos residentes na área da grande Lisboa.

Para uma melhor caracterização da amostra, iremos começar por fazer uma breve apresentação de cada imigrante entrevistado, onde serão apresentados os dados mais relevantes dos seus percursos enquanto imigrantes, para posterior análise

No final de cada resumo, é efectuada uma breve apreciação relativamente à atitude e ao processo comunicacional do sujeito no decorrer da entrevista.

O nome utilizado é fictício e o sujeito é igualmente identificado com um número que indica o seu posicionamento por ordem cronológica.

Posteriormente, iremos apresentar os dados referentes à estatística descritiva, que foram organizados em gráficos e quadros e onde são realçados aspectos relevantes encontrados. Sempre que possível, serão utilizados excertos das entrevistas para melhor fundamentar os resultados.

Para terminar iremos realizar uma análise mais aprofundada dos seus discursos, pôr a descoberto as suas vivências, sentimentos quer sejam positivos ou negativos e os contextos a eles relacionados.

Os contextos são relevantes para nos situarmos relativamente à sua maneira de perspectivar, interiorizar e reorganizar as suas atitudes, opiniões e afectos.

O método utilizado é a análise de conteúdo sob a forma de análise de discurso. Esta análise será dividida em sub capítulos, tomando como referência os grupos temáticos presentes no inquérito aplicado.

5.1. RESUMO DAS HISTÓRIAS MIGRATÓRIAS DOS PARTICIPANTES

Gui – E1

A Gui tem 44 anos, viúva e é natural do Brasil. A sua escolaridade é baixa tendo estudado apenas até à 4ª série inclusivé. É católica e no Brasil, Surucaba de onde é originária é dona de uma pensão que actualmente encontra-se ao cuidado da sua mãe. A sua vinda vem em seguimento de uma oportunidade que surgiu para poder concretizar um sonho que era “... trocar minha casa no Brasil, comprar outro carro que eu tive de meu carro...” Veio com o filho e um amigo tendo deixado para trás a sua mãe e uma filha de 11 anos. Refere não ter tido qualquer problema desde que chegou. Inicialmente ficou num hotel, depois em casa de uma amiga brasileira que conheceu cá e actualmente vive num apartamento alugado com o filho, com a sobrinha e o namorado desta. Começou a trabalhar cerca de 2 semanas após a sua chegada numa loja chinesa e agora trabalha em casa de duas famílias como empregada doméstica onde refere ser muito bem tratada. Pessoalmente nunca foi alvo de qualquer atitude discriminatória por parte dos portugueses mas pronuncia-se com alguma reserva sobre a abertura dos portugueses aos imigrantes. Está ilegal e não tenciona regularizar a sua situação porque pretende regressar em Setembro embora só tenha conseguido amealhar o suficiente para concretizar metade do sonho (o carro). Ao fim de quase 2 anos de permanência, não se arrependeu da experiência mas quanto a ficar cá “*Não, não, não. Gostei muito, valeu mas tou indo mesmo*”.

Apesar de se ter disponibilizado prontamente para esta entrevista, era quase palpável um certo nervosismo e uma certa contenção nas opiniões proferidas sobre os portugueses e as suas atitudes relativamente aos imigrantes. Denotava-se um certo nervosismo por a entrevista estar a ser gravada. Segundo referiu não estava habituada.

Chin – E2

A Chin é uma moçambicana de 53 anos, casada mas com origens chinesas por parte de ambos progenitores. Com o 9º ano de escolaridade e não professante de qualquer religião era recepcionista de um hotel aquando da sua saída. Esta foi motivada pelas circunstâncias político-sociais em redor da independência de Moçambique há 30 anos. Primeiramente tentaram ficar em Angola sem sucesso. Fizeram uma 2ª tentativa em Moçambique mas

acabaram por decidir por Portugal devido à confirmação da falta de condições e sobretudo devido aos sogros portugueses que residiam cá. A sua adaptação foi muito difícil a vários níveis; climático, cultural e social sobretudo na maneira de estar dos portugueses. Ela e os filhos foram alvo de várias atitudes discriminatórias e o sofrimento que daí adveio foi suportado sozinha e em silêncio ocultando os factos inclusive do próprio marido “...*eu acho que nem tinha nada que lhe dizer porque não valia a pena*”. Tornou-se numa pessoa muito reservada. Os seus filhos actualmente lutam com um problema de identidade. Fruto de um casamento misto, são apontados como chineses pelos portugueses e como portugueses pelos chineses mas Chin afirma que com o tempo tudo se irá resolver. Actualmente a exercer funções de distribuidora personalizada numa empresa de alimentação diz que a sua integração foi morosa e demorou cerca de 10 anos. Não tenciona regressar à sua terra até porque fez uma tentativa nesse sentido em 2001 que não resultou “...*fiquei decepcionada com o país (...) o que a gente deixou já estava tão apagado, tão apagado...que até o ar cheirava a um pó...vá mórbido...*” Como sugestão para que o acolhimento ao imigrante melhore aponta apenas a compreensão.

A Chin, quando abordada para fazer esta entrevista aceitou prontamente. No seu decorrer, revelou ser uma pessoa calma, ponderada e reservada fruto do muito sofrimento pelo qual passou. O seu discurso foi fluente e sem receio em verbalizar as suas opiniões.

Sharad – E3

Indiano, 47 anos casado, praticante da religião hindu veio para Portugal quando ainda era estudante passar férias com a mulher em casa da irmã e do cunhado que residiam cá e decidiu ficar. Lentamente conseguiu regularizar a sua situação legalizando-se e estabelecendo-se por conta própria já lá vai 18 anos. Refere que o seu percurso tem sido feito de forma pacífica sem qualquer tipo de problema e reconhece nos portugueses a simpatia e a afabilidade. Pretende ficar cá e não aponta qualquer sugestão sobre a maneira de melhorar o acolhimento ao imigrante.

Apesar de ter concordado de imediato com a entrevista mostrou-se posteriormente um pouco desconfiado receando que as perguntas fossem de carácter pessoal. Insistiu em visualizá-las previamente e necessitou de um certo tempo para ponderar sobre elas antes do início da sessão. Ficou um pouco perturbado quando lhe foi comunicado que a entrevista seria gravada. Esta teve lugar no seu estabelecimento comercial, durante o período e no espaço de atendimento aos clientes.

Dani – E4

Brasileira de 21 anos, solteira, exercia a profissão de empregada de balcão mas decidiu tentar a sua sorte em Portugal devido à total falta de perspectivas no seu país natal “...*É que aqui a gente ainda tem uma esperança de conseguir algo (...) No Brasil a gente trabalha, trabalha mas é sempre na mesma.*” Veio há 10 meses com o namorado e residem com a sua tia e primo. É empregada doméstica. Embora reconheça ter sido difícil conseguir emprego acha que é uma questão de persistência. Uma das grandes dificuldades sentidas foi relativamente à maneira de ser dos portugueses, muito reservada e agressiva, diferente dos brasileiros.

Refere não ter sido alvo de discriminação até por que em situações delicadas e dúbias prefere falar de imediato e esclarecer a situação para não originar mal-entendidos.

Acha que os portugueses não têm de melhorar a sua atitude para com o imigrante mas sim ser o próprio imigrante a mudar a sua maneira de estar. As dificuldades no país são gerais mas existe sempre a possibilidade de conseguir emprego desde que não se acomodem e desistam de lutar.

A Dani mostrou ser uma jovem simpática e de discurso fácil, não aparentando qualquer receio ou reserva relativamente à entrevista. Embora um pouco retraída no início, devido ao gravador, foi-se abrindo progressivamente. A entrevista decorreu no seu local de trabalho.

António – E5

46 anos, natural de Moçambique, músico de profissão, divorciado mas vive em união de facto com a sua companheira. Têm uma filha desta relação. A sua vinda para Portugal há 17 anos foi puramente obra do acaso. Aproveitando uma vinda em tourné decidiu ficar seguindo um impulso e os conselhos de um colega de profissão. Para isso também contribuíram a instabilidade política, económica social e cultural que o seu país estava a atravessar e que condicionava de forma muito limitativa e castradora o seu futuro. Foi uma decisão muito difícil emocionalmente pois isso representou deixar para trás os seus filhos “*Eu deixei os meus filhos...de facto foi muito difícil conviver com essa realidade ao longo de muitos anos (...) continua a ser difícil, mas já foi pior. Já foi muito mais difícil de gerir*”. Durante a entrevista ele foi levantando alguns problemas e colocando questões sobre a problemática da imigração que ele gostaria de ver resolvidas e respondidas tais como: as dificuldades e limitações na legalização, a falta de informação sobre a organização social e sobre as várias estruturas existentes tão diferentes dos seus países de origem, as questões sócio-culturais, o desconhecimento mútuo apesar de um passado histórico próximo durante cerca de 500 anos “...*não nos conhecemos, não nos conhecemos uns aos outros.*”, a discriminação mais sentida pelos africanos que pelos imigrantes do leste e que na sua opinião não faz sentido devido ao passado histórico que fez com que nascesse português e como tal “...*não precisava de mendigar a estadia em Portugal*” . Considera que a discriminação está instituída a ponto de

humilhar e ofender os imigrantes e levá-los a “...mendigar identidade para os nossos filhos” nascidos em Portugal.

Apesar de se sentir integrado tem bem presente a vontade de regressar a Moçambique. Apresenta com sugestões para melhorar o acolhimento ao imigrante a educação a começar desde muito novos, a questão do emprego e a criação de associações que levem à ocupação dos tempos livres dos mais jovens ao mesmo tempo que criam um sentimento de esperança no futuro.

Revelou ser uma pessoa bastante atenta e crítica dos problemas económicos, sócio-culturais e políticos do mundo em geral e de Portugal e Moçambique em particular. É notório que o problema da migração lhe toca de perto não só porque é um deles, mas por todo o sofrimento e injustiças que isso envolve.

Guilherme – E6

45 anos, solteiro, natural de Angola onde era estudante e desportista. Veio há 25 anos fugido de uma situação que assumiu contornos políticos após divergências com um dos políticos de então. O que começou por ser uma situação provisória prolongou-se ao longo destes 25 anos. Apesar de possuir em Portugal uma boa rede de suporte emocional, social e económica que tinha por base familiares e amigos, deparou-se com alguns problemas nomeadamente no campo da sua formação académica; “...ao pedir equivalência percebi que tinha que voltar a fazer o 12º ano, que fiz, depois entrei para a universidade mas logo fui percebendo que para além do deficit de conhecimentos que tinha porque o ensino lá ainda não tinha o nível e o background que o ensino aqui nos permitia, percebi que o registo de vida era outro, um registo muito mais concorrencial...”. Isto aliado ao facto de ser africano, negro “...em algumas circunstâncias criava alguns empecilhos...” que conseguiu ultrapassar devido à sua forte personalidade. Prosseguiu os seus estudos até ao 3º ano de direito e hoje é jornalista e apresentador de televisão e rádio. Considera que os portugueses, actualmente perante um mundo em constante mudança, se encontram um pouco mais abertos aos imigrantes. Para este facto contribuíram fenómenos como a globalização, a integração de Portugal na União Europeia, a facilidade de comunicações apenas para citar alguns exemplos. Já foi vítima de discriminação mas considera quem tem esse tipo de atitudes “...pessoas com baixo índice de formação cultural e até cívico.” Apesar de tudo sente-se completamente integrado. Não sente que a sua saúde tenha sofrido qualquer agravamento relativamente ao que era no seu país de origem e a sua passagem pelos serviços de saúde portugueses decorreram sem sobressaltos de maior até porque se considera uma pessoa atenta e preocupada nesse campo. Tenciona um dia voltar a Angola mas é um projecto a longo prazo que precisa de ser bem estruturado pois não pretende abandonar tudo o que conquistou cá. Para reverter a situação que se vive actualmente em que caracteriza como um desconhecimento quase total de grupos com um passado comum de mais de 500 anos apesar de conviverem lado a lado, acha essencial que

os portugueses adquiram uma maior disponibilidade para ouvir os outros e dialogarem deixando para trás as ideias pré-concebidas que possuem.

Pessoa bastante informada sobre a problemática da imigração e, dos problemas que afectam as comunidades oriundas dos PALOP. Fala abertamente e sem receio de divulgar a sua opinião. Postura relaxada e calma, provavelmente fruto da sua profissão.

Fendes – E7

Músico e relações públicas em Angola de onde é natural, veio há 15 anos em busca de melhores condições de trabalho e condições sociais devido a uma total ausência de perspectivas para o futuro. Portugal acabou por ser o destino escolhido devido às boas referências que tinha tido por parte de amigos e colegas de profissão. Refere no entanto se ter sentido desiludido pois o que encontrou foi um país muito burocratizado, pouco desenvolvido a nível económico, social, cultural e sobretudo a nível de mentalidades. O preconceito contra o estrangeiro, principalmente o estrangeiro negro está sempre presente desde o primeiro instante mas nem sempre é verbalizado abertamente *“...nota-se na forma como é recebido a partir de um aeroporto, a própria emigração portuguesa quando recebe um passaporte e olha para o cidadão com um ar arrogante tipo o que é que este animal veio fazer aqui na nossa terra (...) o português é um cidadão camuflado que nunca mostra aquilo que é e gosta muito de exercer esse tipo de poder, o racismo e outros aspectos duma certa arrogância atrás, não perante as pessoas mas quando tem hipótese de exercer de facto perante o estrangeiro então aí exerce a força de toda a maneira e feitio e vai até ao extremo.”* Profissionalmente conseguiu singrar não só no panorama musical africano como também conseguiu transpor a barreira e ingressar no seio da música portuguesa. Mas reconhece que não foi um percurso fácil e que é um “privilégio” de poucos. Já foi vítima de discriminação racial e viu esta ser dirigida à sua filha na altura a frequentar a escola primária. Acha que em Portugal existe um índice de analfabetismo cultural por isso acha essencial e premente que se invista na educação e formação de todos especialmente dos mais novos pois *“...esta história de ser preto ou ser branco ser seja o que for já não existe”*. Considera que os portugueses não estão abertos aos imigrantes e acima de tudo que Portugal se esqueceu que é também um país de emigrantes nos 4 cantos da terra, inclusive em África. Sente-se apenas parcialmente integrado pois *“...na cultura em si, no desenvolvimento cultural do ser humano, da formação penso que ainda há muitas deficiências...”*.

Durante a entrevista foi notório, pela rapidez e profundidade das respostas, que esse assunto merece da sua parte uma análise cuidada e regular. O descontentamento por algumas situações vividas e presenciadas, transparece

nas suas palavras e acima de tudo expressões. Sem qualquer inibição perante o gravador.

Maria – E8

Natural de Cabo Verde, tem 44 anos, solteira e possui como escolaridade a 4ª classe. Empregada doméstica na sua terra natal “...nunca tinha pensado em imigrar.” Veio acompanhar uma irmã doente há 22 anos e desde então luta no dia a dia por aquilo que a fez ficar; procurar uma vida melhor o que de acordo com as suas palavras “...às vezes é ilusão”. Actualmente a exercer a profissão de cantora “...mais vezes desempregada que empregada”, vive num apartamento alugado com os irmãos e uma sobrinha. Os problemas com que se deparou à chegada foram o clima, a língua, o emprego e o aspecto racial tendo sido ocasionalmente vítima de discriminação, aspecto que conseguiu ultrapassar. Sente que os portugueses no dia a dia estão um pouco mais receptivos do que quando chegou mas o mesmo já não se passa a nível governamental. Quanto à saúde nunca teve problemas de maior. Elas limitam-se a gripes e constipações e o atendimento de que foi alvo foi sempre muito bom por parte do pessoal de saúde. A parte administrativa precisa de ser menos burocratizada.

Espera acabar os seus dias em Cabo Verde e embora não se sinta arrependida de ter vindo “...se fosse hoje era capaz de não sair de Cabo Verde...”.

Acha que Portugal deveria facilitar mais o acesso à legalização.

Durante a entrevista deu para entender que, embora se sinta bem em Portugal, anseia pela altura de voltar à sua terra. Mas ainda tem objectivos a alcançar aqui, nomeadamente, relativos à sua carreira artística.

Luciana – E9

Natural do Brasil, 34 anos, solteira, frequentou o 2º ano do curso de psicologia inclusive não o tendo concluído por falta de condições económicas apesar de trabalhar num escritório de contabilidade. A sua vinda há cerca de 2 anos foi motivada por carências económicas. O facto de ter cá família e a proximidade da língua fez com que tentasse a sua sorte em amealhar um pé-de-meia a fim de conseguir obter uma maior estabilidade quando regressasse.

Refere ter sido muito discriminada por ser brasileira e vítima de preconceito “...por vir para cá muitas brasileiras para se prostituírem eles acham que todas de um modo geral são.” Trabalha como empregada doméstica, tendo sido muito maltratada e explorada “Fui muito discriminada no meu trabalho também. As patroas tratam a gente como bichos lá no trabalho. Eu fui interna no Porto, fui interna aqui em Lisboa. Emagreci 10 quilos por falta de comida”. Por estar ilegal sente-se impotente para alterar a situação. Manda algum dinheiro para a mãe e para as irmãs

sempre que pode mas planeia regressar dentro de um ano. Apesar de tudo não se arrepende da decisão que tomou pois *“o sofrimento me fez aprender muito”*

Sugere que deveria ser feita um acompanhamento a fim de determinar quem realmente trabalha e quais as suas condições de trabalho. Considera que apesar de tudo que os imigrantes embora *personnas não gratas* são úteis e necessárias ao desenvolvimento do próprio país e isto deveria ser levado em consideração.

No início da entrevista encontrava-se um pouco insegura e receosa, por não saber ao certo com o que contar. Chegou acompanhada de uma amiga brasileira e referiu que se aconselhou com a sua patroa, sobre se deveria aceder fazer a entrevista. No decorrer da mesma foi-se soltando, ficando cada vez mais à vontade para falar dos problemas com os quais se tem deparado, prolongando inclusive a conversa após ter terminado o período da entrevista. Era notório a mágoa sentida pela discriminação de que tem sido alvo, apenas por ser brasileira.

Vicente – E10

27 anos, natural de Timor Leste, solteiro, católico, pertenceu aos órgãos de resistência timorense e actualmente encontra-se a frequentar o curso de Ciências da Comunicação. Possui uma ideia arraigada de que a formação é algo muito importante e pelo qual todos os sacrifícios são justificáveis porque para além de um contributo pessoal representa uma mais valia para o desenvolvimento do seu recente país. Esteve inicialmente na Indonésia a frequentar o curso de Direito que não chegou a concluir devido à mudança do regime político (2000 - autodeterminação). Aproveitando uma bolsa de estudos do governo português viu concretizado o sonho de poder vir formar-se em Portugal. Cá concluiu o curso de Ciências Políticas e ingressou no curso que frequenta actualmente. As despesas são custeadas por ele. A ajuda económica muitas das vezes provém dos pais em Timor. A língua foi e continua ser o seu maior obstáculo que tem de ultrapassar até porque como nos diz é a língua oficial de Timor e há que dominá-la na perfeição. Embora alvo de discriminação sente-se integrado e afirma que esse preconceito racial é fruto de uma minoria. É português mas tenciona regressar ao seu país que está à sua espera. Em termos de saúde está estável mas preocupa-lhe o facto de estarem encerrar alguns centros de saúde e maternidades.

Ao longo de toda a entrevista, foi notória uma certa preocupação e nervosismo, não só pelo conteúdo das suas palavras, mas também pela sua forma em expressar-se em português. Embora hesitante, demonstrava um raciocínio organizado e ponderado, a fim de transmitir correctamente as suas ideias.

Filomena – E11

Solteira, 43 anos, natural de Timor onde exercia a profissão de educadora de infância e do elementar. Católica praticante pertencente à ordem religiosa das Canossianas é actualmente estudante de Teologia.

A sua saída de Timor foi motivada por uma ambição em aumentar o seu grau de conhecimento para um dia poder contribuir de uma forma qualitativa para o desenvolvimento do seu país. Com a destruição deste ao longo dos 24 anos de guerra, muito do que tinham foi destruído e o que lhes foi transmitido pelos indonésios *“...não é um conhecimento a nível qualitativo mas a nível de quantidade. E por isso não é muito útil para a formação do nosso povo...”* Essa formação abrange igualmente os aspectos morais. Veio sózinha e foi passando por vários locais como Bali, Hong-Kong, Inglaterra até que por fim Portugal onde permanece há 3 anos. Adquiriu a nacionalidade portuguesa até porque como diz o renovar da autorização de residência periodicamente acaba por ser mais dispendioso. Cá deparou-se com vários problemas. A impotência de não conseguir comunicar naturalmente com os portugueses; primeiro devido às profundas lacunas que apresenta a nível da língua e depois pela falta de abertura que aparentam; a frustração de não conseguir entrar no mercado de trabalho mesmo que este seja dentro da sua área e ao qual dedicou toda uma vida apenas pela demora no processo burocrático de reconhecimento do diploma. Tem problemas económicos sérios que levam a que o gasto de cada cêntimo seja muito bem ponderado. Na verdade este aspecto condiciona inclusive a ida ao médico pois na grande maioria das vezes não tinha dinheiro para comprar medicamentos.

Já foi vítima de discriminação racial verbal e considera que nem todos os portugueses estão abertos à imigração até porque como afirma aqui existe distinção entre os daqui e os que vêm de fora *“...certas pessoas têm uma atitude diferente. Sem falar mas a gente nota(...) põe à parte a outra pessoa que é de outro país (...) não mostra um bom acolhimento”*. Embora acalente uma esperança de poder um dia voltar à sua terra, afirma que irá para onde precisarem dela. Reconhece as dificuldades que Portugal atravessa mas acha que a situação pode melhorar para todos se o governo souber governar o país e procurar meios para ajudar o seu povo para que por sua vez o povo possa ajudar outros povos porque como afirma *“...ninguém dá se não tiver.”*

Foi uma preocupação constante, ao longo de toda a entrevista, o procurar fazer-se entender e expressar correctamente as suas opiniões. As lacunas na língua portuguesa são óbvias, havendo uma preocupação constante em passar a mensagem que desejava. Muito frontal nas opiniões proferidas.

Helge – E12

Norueguês, 36 anos, engenheiro de informática e casado com uma portuguesa motivo pelo qual decidiu vir morar para Portugal. Veio sozinho há 3 anos e cá só conhecia a família da

mulher. O desconhecimento da língua foi factor condicionante no conseguir emprego e no estabelecer relações. A incapacidade em comunicar correctamente era extrema. Isto foi superado após aprender o português numa escola de línguas. Como problema principal aponta a elevada burocracia existente a todos os níveis. Não tenciona regressar à Noruega pois tem a vida estabilizada cá.

Sugere uma mudança radical no SEF não só a nível da burocracia como no tratamento das pessoas pois existe uma clara atitude discriminatória *“...para mim era mais ou menos fácil porque há 2 filas na SEF; uma para pessoas da Europa e outra para outros países. E eles ficam à espera dias e dias e dias. Eu fui lá e tive de esperar talvez meia hora. Mas é uma diferença grande. Não gostei disso.”*

Pessoa algo tímida e de poucas palavras, apresentou um discurso claro e conciso. Possui ideias muito claras e organizadas sobre o que pensa de Portugal, fruto de uma reflexão que teve de fazer quando decidiu vir morar cá.

Tore – E13

Norueguês, 34 anos, licenciado em Informática de Gestão, solteiro mas vive com a namorada portuguesa razão pela qual veio viver para Portugal há 7 anos atrás. O desconhecimento da língua foi limitativo no campo profissional e também para estabelecer novas amizades mas rapidamente os dois aspectos foram superados assim que aprendeu o português. Apesar de possuir todas as condições reconhece que foi para ele um problema ter que levar uma vida mais modesta *“...é preciso fazer alguns sacrifícios comparado com a Noruega que tem salários muito altos.”*. Conhecer a cultura portuguesa revelou-se importante para compreender os relacionamentos das pessoas. Não encontrou grandes demoras para conseguir emprego pois na época o mercado era favorável.

Nunca foi alvo de discriminação e quanto a abertura dos portugueses aos estrangeiros de forma geral não se sente capacitado para responder. No seu caso particular foram muito receptivos. A nível de saúde considera-se uma pessoa saudável tendo tido apenas algumas pequenas perturbações como uma gripe de vez em quando. Sempre que necessita prefere recorrer aos hospitais privados pois não tem grande confiança no equipamento hospitalar público que considera muito velho e ultrapassado. De momento sente-se integrado em Portugal mas põe a hipótese de ir viver para outro país por motivos profissionais.

Sugere como forma de melhorar o acolhimento ao estrangeiro a criação de um serviço que fornecesse informações úteis dos procedimentos a seguir para se estabelecer aqui no país e que paralelamente lhes facultasse o ensino da língua portuguesa.

Embora demonstrasse alguma timidez inicial, isso foi ultrapassado ao longo da entrevista. Revelou ser uma pessoa calma, expressando-se bem em

português, conseguindo exprimir exactamente o que pensa sobre os assuntos questionados.

Roma – E14

Cidadão ucraniano de 26 anos, solteiro, ortodoxo, tirou o curso de chefe de cozinha após 11 anos de escolaridade. Lá exerceu funções de empregado de balcão, empregado de mesa e chefe de cozinha. Veio para Portugal para ganhar dinheiro a fim de poder comprar uma casa na Ucrânia algo que não conseguiria fazer com o seu salário mensal de 250 dólares americanos. Chegou há cerca de 4 anos ajudado por uma tia que já se encontrava cá e com quem reside que lhe emprestou quase 5000 euros para custear as despesas da viagem. Um dos principais problemas e dos mais graves com que se deparou à chegada foi a língua. O não compreender e o não conseguir fazer-se entender fê-lo “...sentir parece que um cão”. Demorou cerca de três anos para legalizar a sua situação e durante esse tempo aprendeu o português na “...na rua. Com os meus amigos, com o meu trabalho.” Trabalhou inicialmente nas obras cerca de 14 horas por dia a receber 350 euros mensais. Posteriormente arranhou emprego como ajudante de cozinha e depois como chefe. Trabalhava 12 horas/dia a receber um salário de 450 euros e depois de 500 euros mensais. Em todas as situações foi claramente explorado pelos patrões mas não tinha alternativa. O último patrão chegou a despedir o chefe de cozinha português por ganhar 1200 euros para substituir por ele que recebia apenas 500 euros. A situação de ilegalidade condicionou-lhe o acesso aos serviços de saúde pois tinha medo de ser descoberto. Assim foi-se tratando em casa como pôde sempre que adoecia. Actualmente trabalha como empregado de mesa e sempre que pode manda algum dinheiro para a sua família na Ucrânia. Não pensa regressar tão cedo pois ainda não conseguiu reunir as condições financeiras que ambiciona apesar de ocasionalmente ouvir alguns comentários maldosos.

Acha essencial para a integração do imigrante a aprendizagem da língua e a rapidez no processo de legalização a fim de conseguirem trabalho rapidamente.

Muito à vontade desde o início da entrevista, ilustrando o seu discurso com exemplos concretos. Embora com algumas deficiências na língua, exprime-se de forma a se fazer entender. A entrevista decorreu antes de entrar para o seu local de trabalho.

Ana – E15

Espanhola, 36 anos, licenciada em Gestão de Empresas, casada com um português razão pela qual veio para Portugal há 7 anos. Apesar de conhecer cá só os familiares do marido não sentiu qualquer dificuldade no seu processo de integração. Reconhece que as coisas estavam à partida facilitadas porque já vinha com emprego garantido praticamente em regime de

efectividade. Exceptuando a língua que foi mais problemático nunca sentiu qualquer problema a nível de relacionamento nem profissionalmente nem socialmente. Aponta com um grave problema deste país o excesso de burocracia a todos os níveis incluindo na saúde. Aqui considera também que o grande handicap do nosso sistema de saúde é a sua má gestão aliada à elevada burocratização. No entanto afirma ter sido sempre bem tratada por parte dos profissionais de saúde.

Nunca foi alvo de atitudes discriminatórias e considera os portugueses abertos aos imigrantes ao contrário destes. Neles reconhece atitudes racistas em relação ao país de acolhimento, que chegam a ser manifestados através de discursos agressivos em meios públicos.

Não sabe se pretende regressar mas sugere como forma de melhorar a situação do país, não só para os imigrantes mas para toda a gente a sua rápida desburocratização.

A Ana é uma pessoa de discurso fácil e fluido, sem receios em verbalizar o que sente. Isto fez com que a entrevista, embora no seu local de trabalho e em final de expediente, decorresse a um ritmo bastante agradável.

Maria – E16

Oriunda de S: Tomé e Príncipe, tem 55 anos, é casada e veio para Portugal em 1971/1972 tirar o curso de Enfermagem Geral. Após um regresso ao país de origem de cerca de 5 anos durante os quais casou regressa a Portugal onde reside há 24 anos para acompanhar o marido que vinha tirar uma especialidade. O desenraizamento foi um processo muito difícil principalmente a nível emocional com a separação familiar. Os problemas com que se deparou cá foram vários. A discriminação racial, a dificuldade em alugar uma casa principalmente para uma família negra, a adaptação profissional, as dificuldades económicas (o marido era estudante e dependia de uma bolsa de estudo), etc. dificultaram as coisas no início.

Acha que embora estejam mais abertos à imigração do que há uns anos atrás os portugueses ainda não estão muito receptivos ao cidadão estrangeiro. Já foi alvo de discriminação a nível social e também profissional. Considera que este tipo de comportamento é fruto de desconfiança e de ideias pré concebidas relativamente aos negros mas com o tempo e com o convívio estas coisas tendem a mudar. Acha que o seu estado de saúde piorou desde que cá está facto que atribui também ao factor idade. Tenciona regressar a S. Tomé assim que se reformar até porque tem investido no seu país natal.

Sugere que a melhoria do acolhimento ao imigrante passa por uma interligação e um trabalho conjunto entre os dois países, o de origem e o de acolhimento. Faz referência também ao facto dos africanos serem um pouco indisciplinados e não obedecerem a certas regras de conduta o que perturba a ordem.

Pessoa experiente e vivida, deixa no entanto transparecer alguma mágoa quando relata algumas situações de que foi alvo. Tenta no entanto desvalorizar as ofensas sofridas, a fim de evitar que o rancor condicione a sua vida.

Manecas – E17

Natural da Guiné-Bissau, 38 anos, casado, tem o 12º ano de escolaridade e é músico de profissão. Veio para Portugal à procura de uma vida melhor, de novos horizontes e para ele isto passava naturalmente por uma maior projecção da sua carreira musical o que só viria a concretizar se conseguisse gravar um CD. Consciente das grandes carências existentes no seu país o que impossibilitava que conseguisse reunir as condições para atingir o seu objectivo arriscou a sua sorte em Portugal há 19 anos atrás, em companhia da sua esposa que por sua vez pretendia alargar o seu campo académico. A existência de familiares cá e a proximidade da língua criaram-lhe a ilusão de que as coisas seriam fáceis. Rapidamente percebeu que a sua integração não seria um percurso fácil e que teria de abdicar de alguns dos seus costumes, abraçar outros novos e adquirir uma nova visão das coisas. O processo de legalização foi moroso o que lhe leva a nomear o que considera ser um dos graves problemas do país – a burocratização existente em praticamente todas as áreas. Lentamente foi conseguindo realizar-se a nível profissional mas não sem vivenciar alguns dissabores. As dificuldades económicas por que passou chegando muitas vezes a não ter dinheiro nem para um telefonema aos pais que tinham ficado lá, o ter que pedir para poder tocar a fim de lhe ver reconhecido o seu valor e uma atitude discriminatória relativamente ao negro são apenas alguns exemplos. Afirma que directamente nunca foi alvo de discriminação mas presenciou situações algo graves que acarretaram muito sofrimento. Acha que apenas algumas pessoas estão abertas aos emigrantes e que é necessária uma mudança a nível das mentalidades, que deverá passar pelas escolas, para se perceber que a relação entre o cidadão nacional e o cidadão estrangeiro pode ser benéfico desde que haja disponibilidade para valorizar os aspectos positivos de cada lado. Considera que a relação com a saúde é importante até para nos sentirmos bem na nossa pele. Acredita na prevenção e em comportamentos saudáveis. Tem a ambição de um dia poder investir no seu país a nível da formação musical em particular e cultural em geral assim que as condições estiverem reunidas. Embora reconheça que existam imigrantes com comportamentos perturbadores, valoriza todos quanto se têm esforçado e sofrido para obter uma vida melhor. Sugere que os portugueses em geral tentem compreender o imigrante e o seu percurso pois certamente deixariam para trás muitos dos preconceitos que agora possuem.

Postura descontraída, discurso fácil e reflectido, o que permitiu a verbalização de muitas ideias válidas no que toca à problemática da migração. Tendo uma rede de amigos de várias nacionalidades e, sendo uma pessoa viajada, tem acesso a informações sobre determinadas realidades, que a maioria das pessoas não tem.

Isaura – E18

Caboverdeana, 44 anos, solteira, 5º ano de escolaridade e vendedora de profissão. Como conhecia o país das várias viagens que fez para comprar mercadoria para revenda no seu país natal, decidiu-se ficar cá para tentar uma vida melhor. Mãe de 3 filhos veio inicialmente com o mais novo dando-se o reagrupamento familiar após ter adquirido alguma estabilidade. Tinha cá uma tia e uma madrinha que lhe apoiaram nos primeiros tempos. Está legalizada e actualmente é distribuidora personalizada numa empresa de alimentação. Sempre foi bem tratada em qualquer serviço a que se dirigiu, quer seja da função pública quer seja de cuidados de saúde. Esta não tem sofrido grandes alterações exceptuando uma gripe ocasional. Nunca foi vítima de discriminação mas ouve diariamente histórias que deixam “...*uma pessoa mesmo revoltado.*” Tenciona regressar em breve para Cabo-Verde mas não está arrependida em ter vindo. Considera que se deveria acabar com o racismo.

Muito reservada e parca nas palavras, denotava pouco à vontade em responder às perguntas, apesar de se ter prontificado imediatamente para responder a estas questões. A entrevista decorreu no seu local de trabalho mas sem interrupções.

Sara – E19

42 anos, natural da Guiné-Bissau, divorciada, possui o 8º ano de escolaridade e exercia no país de origem a profissão de dactilógrafa. Veio para Portugal há 24 anos para acompanhar o marido que veio por motivos profissionais (era futebolista). Apesar de na altura não conhecer cá ninguém refere não ter tido problemas nem mesmo de adaptação. Encontra-se divorciada e é auxiliar de acção médica num hospital de Lisboa.

Refere que os portugueses não estão totalmente abertos à imigração e que já foi alvo de discriminação quando começou a trabalhar.

Nunca teve doenças de maior, apenas umas constipações e umas gripes e considera estar a ter a evolução normal de acordo com a idade. Considera existir no Serviço de Saúde Português falhas significativas como um mau atendimento, dificuldade na marcação das consultas e uma demora considerável até que o doente consiga ser observado. Mesmo no Serviço de Urgência. Considera-se integrada e não tenciona regressar ao país de origem. Sugere maior facilidade no acesso ao mercado de emprego e na documentação.

Descontraída e calma durante a entrevista. Esta decorreu no seu local de trabalho num espaço isolado para que ela pudesse falar abertamente e com a privacidade que lhe é devida.

Adelina – E20

Natural de S. Tomé e Príncipe, 55 anos, casada, licenciada em enfermagem, curso frequentado em Portugal há cerca de 33 anos. Na altura veio sozinha. O facto de nunca ter saído do país, o corte com a sua cultura, a língua que embora fosse o português não era igual ao falado em S. Tomé e principalmente a quebra dos laços familiares são aspectos que contribuíram para que os primeiros tempos tenham sido duros. Considera que os portugueses não estão abertos aos imigrantes principalmente quando se trata de imigrantes negros *“Não estão abertos aos imigrantes nem, nem, nem... não é um país acolhedor. Portanto muito menos os imigrantes... imigrantes negros porque quando imigrantes brancos já são tratados doutra maneira. Os imigrantes negros são tratados com uma certa discriminação.”* Também ela foi alvo de discriminação mas tenta passar por cima disso e fingir que não percebe mas sabe que existe. Mesmo a nível profissional. Tenta ultrapassar para não estar em permanente conflito. Apesar de tudo sente-se integrada pois veio para cá muito nova e grande parte do seu ciclo de vida foi feito cá *“Eu estive lá como jovem e criança e aqui sou adulta (...) vivi cá, eu formei cá, eu casei cá, eu tenho filhos cá, eu sinto-me... às vezes eu esqueço a cor que tenho.”*

A nível de saúde acha que esta tem vindo a deteriorar-se de acordo com a idade. Tem sido sempre bem tratada mas sente que não pode avaliar bem o sistema porque não sente na pele o que as outras pessoas sentem devido à sua profissão.

Não tenciona regressar ao seu país porque já não se sente lá bem *“...já desabituei a maneira de estar africana.”* Não se arrepende de ter vindo pois conseguiu realizar-se como pessoa e como enfermeira.

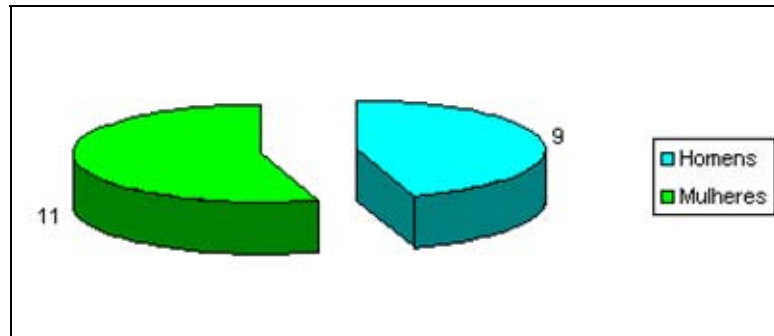
Sugere que se diminua a burocracia existente no processo de legalização, pois isso evitaria muitos dissabores e, permitiria que as pessoas alcançassem um estado saudável de equilíbrio.

Durante a entrevista, a Adelina revelou-se uma mulher madura, com uma visão de vida particular e, sem se alienar dos problemas existentes, toma opções conscientes a fim de evitar dissabores maiores. Faz uma análise cuidada de todo um trajecto passado num país que acabou por abraçar como seu. A entrevista decorreu no seu local de trabalho num espaço privado.

5.2. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA DOS PARTICIPANTES

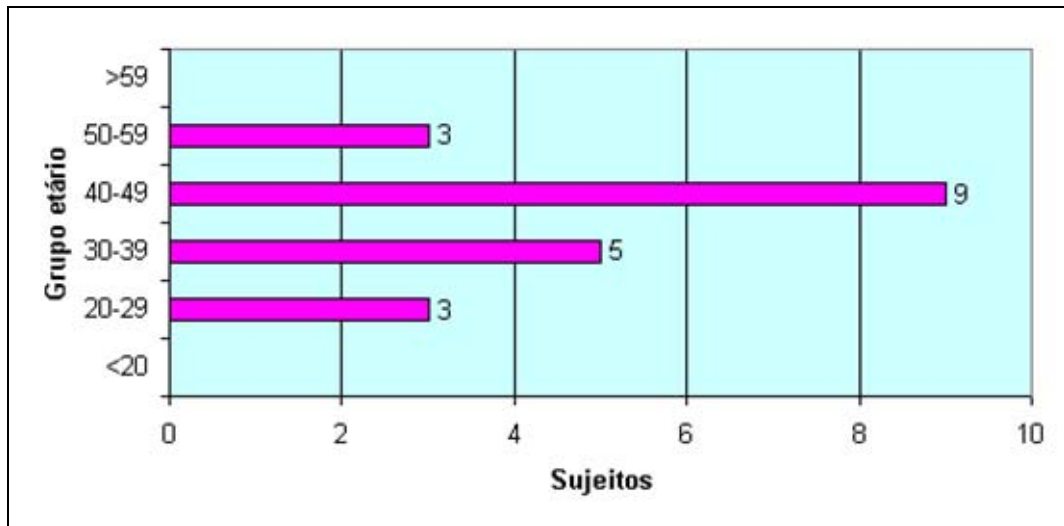
Aqui irá ser feita uma caracterização dos sujeitos na sua vertente sócio-demográfica, baseando-nos em variáveis como sexo, idade, naturalidade, estado civil, habilitações literárias, crença religiosa e profissão.

Gráfico 1: Distribuição da amostra segundo o sexo



No gráfico 1 pode-se observar que a amostra é constituída maioritariamente por mulheres, sendo estas num total de 11 (55%), em oposição aos homens que são em número de 9 (45%). De acordo com autores como Ramos (2004) e Rocha-Trindade (1995), o elevado número de mulheres, está em consonância, com a tendência generalizada do aumento da população feminina em contexto migratório, quer pelo reagrupamento familiar, quer isoladamente.

Gráfico 2: Distribuição da amostra segundo o grupo etário

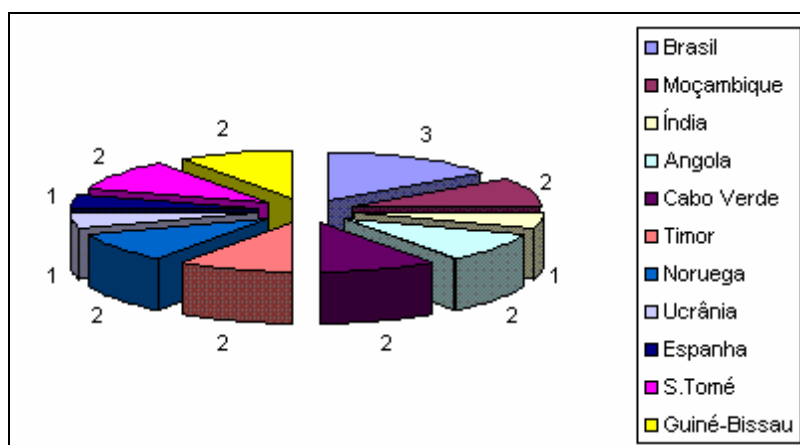


O gráfico 2, mostra-nos a distribuição dos participantes por grupos etários. Podemos verificar que a grande maioria dos imigrantes - 9 (45%) - situa-se no grupo etário de 40 – 49 anos, seguido de 5 participantes (25%) que se situam na faixa etária dos 30 – 39 anos. Os restantes participantes da amostra 6

(30%), distribuem-se equitativamente pelos grupos etários de 20 – 29 anos (15%) e de 50 – 59 anos (15%).

Daqui se conclui que a nossa amostra, embora não sendo jovem (a média de idades apresentada é de 40,6 anos), encontra-se em plena idade activa, incluindo-se no grupo etário dos 15-64, (ver quadro 6) o mais representativo da população imigrante no país.

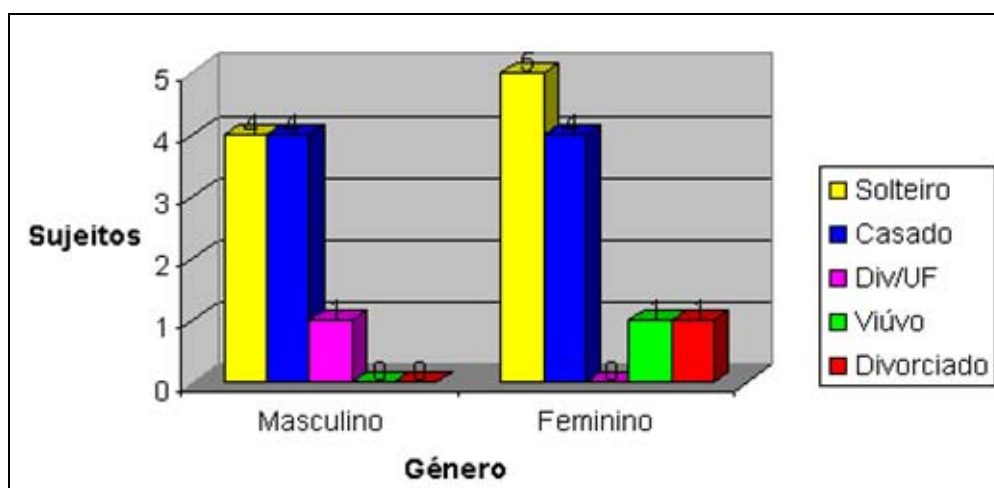
Gráfico 3: Distribuição da amostra segundo a naturalidade



O leque das nacionalidades dos participantes é muito variado. Pela análise do gráfico 3 podemos verificar que a sua distribuição é a seguinte. Brasil 3 (15%), Moçambique 2 (10%), Angola 2 (10%), Cabo Verde 2 (10%), Timor 2 (10%), Noruega 2 (10%), S.Tomé e Príncipe 2 (10%), Ucrânia 1 (5%), Espanha 1 (5%), Índia 1 (5%) e Guiné-Bissau 2 (10%).

Deste modo foi conseguida uma amostra bastante diversificada que era um dos objectivos deste estudo.

Gráfico 4: Distribuição da amostra segundo o estado civil e o sexo



O gráfico 4, resulta de um cruzamento de duas variáveis, o estado civil e o sexo. Os resultados daí auferidos revelam-nos que, na população masculina constituinte da nossa amostra 4 (20%) são solteiros; 4 (20%) são casados; 1 (5%) é divorciado mas vive uma relação de união de fato com a sua companheira e têm uma filha comum de 12 anos. A população feminina é ligeiramente diferente: 5 (25%) são solteiras; 4 (20%) são casadas; 1 (5%) é viúva e 1 (5%) é divorciada. O elevado número de mulheres casadas e solteiras, pode ser justificado pela alteração do papel desempenhado pela mulher na imigração. Se antigamente a mulher emigrava apenas devido ao reagrupamento familiar, actualmente ela começa a assumir o protagonismo principalmente no caso das mulheres solteiras. Soares (2003, p.79) citando Carmo (2001) afirma: *“No passado, os movimentos de trabalhadores e de refugiados eram maioritariamente masculinos, e os movimentos das mulheres eram, na maioria das vezes, justificados pelo «reagrupamento familiar». A partir da década de 60 as mulheres têm assumido um papel cada vez mais importante em todos os tipos de migrações.”*

Também Lopes (2005, p.57) afirma: *“Cada vez mais habitual é, no entanto, a existência de mulheres que imigram sozinhas à procura de melhores condições económicas.”*

Quadro 18 – Distribuição da amostra segundo o sexo, a naturalidade e habilitações literárias

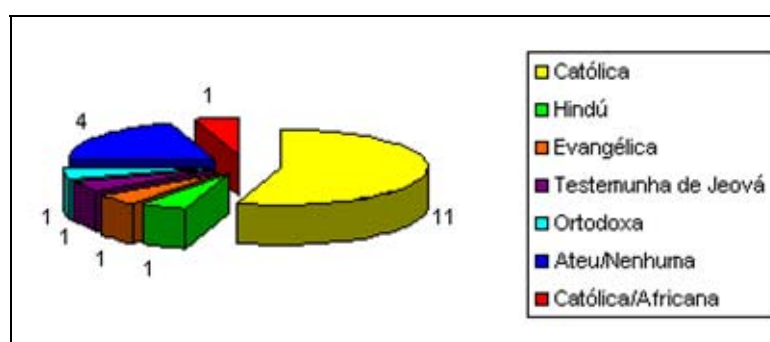
	Naturalidade	Sujeitos	Habilitações Literárias
Masculino	Moçambique	1	9º ano
	Ucrânia	1	11º ano + 3 anos de curso de cozinha
	Timor	1	estudante de ciências de comunicação
	Índia	1	12º Ano + 4 Colégio
	Angola	2	3º ano de Direito
	Noruega	2	licenciatura em engenharia de informática/licenciatura em informática de gestão
	Guiné-Bissau	1	12º Ano
Feminino	Brasil	3	4ª série/3ª série/3º ano de Psicologia
	Cabo Verde	2	4º classe/5º Ano
	Guiné-Bissau	1	8º ano
	Moçambique	1	9º ano
	Espanha	1	Licenciatura em gestão de empresas
	S. Tomé e Príncipe	2	curso de enfermagem
	Timor	1	estudante de teologia

O quadro 18 mostra-nos um cruzamento de dados relativos ao sexo, à naturalidade e às habilitações literárias. É possível, pela sua observação, afirmar que as habilitações literárias mínimas dos homens são o 9º ano de escolaridade: Existem 2 participantes com licenciatura, 3 participantes com frequência universitária, 1 participante com o curso de chefe de cozinha e um último participante com o 12º ano de escolaridade. O grupo das mulheres por oposição apresenta 3 participantes com habilitações literárias baixas (apenas 3 a 4 anos de escolaridade), 1 participante com o 8º, 1 com o 9º ano de escolaridade, 2 participantes com frequência universitária e 3 com licenciaturas. Pela análise destes dados podemos afirmar que o nível mínimo de escolaridade é inferior nas mulheres. Estes resultados, confirmam a menor escolarização das mulheres migrantes relativamente aos homens, estando em consonância com Ramos (2004) quando afirma que, o analfabetismo, associado a factores como dificuldades de comunicação, a problemas de legalização, situações de discriminação relativamente ao sexo e à condição de imigrante, contribuem para uma maior vulnerabilidade psicológica, social e cultural, dificultando a sua integração na nova sociedade.

Entrando em linha de conta com o país de origem, podemos observar que, dos 4 participantes provenientes de países europeus, 3 participantes (2 do sexo masculino e 1 do sexo feminino) possuem uma licenciatura e o 4º tem o curso de Chefe de cozinha, o que vai de encontro ao perfil traçado por Rocha-Trindade (1995, p.202) “De um modo geral, estes imigrantes são jovens, com elevado grau de instrução, exercendo profissões qualificadas ligadas à ciência, à tecnologia e à gestão. Ocupam habitualmente cargos superiores que possibilitam uma mobilidade profissional e social ascendente.”; dos 15 (75%) participantes provenientes dos PALOP’S (no qual estão incluídos Brasil e Timor), apenas 6 atingiram o nível universitário, mas só 1 conseguiu fazê-lo no seu país de origem; Os 2 participantes provenientes de S. Tomé, possuem a licenciatura em Enfermagem que foi adquirida em Portugal, os 2 participantes de Timor encontram-se a frequentar Universidades portuguesas em Lisboa, o participante proveniente de Angola, que possui o 3º ano de direito, frequentou a Universidade em Lisboa e apenas um dos participantes proveniente do Brasil, chegou ao nível universitário no seu país de origem, frequentando o 3º ano do curso de psicologia tendo de desistir por razões económicas.

O participante proveniente da Índia possui o 12º ano de escolaridade seguido de 4 anos de “colégio” que o participante, devido a limitações na língua não soube especificar, mas que se deduz tratar-se de uma frequência universitária.

Gráfico 5: Distribuição da amostra segundo a convicção religiosa



O gráfico 5, representativo das convicções religiosas, mostra-nos que 11 (55%) dos participantes professam a religião católica. Constituem sem margem para dúvida o grosso da nossa amostra. São secundados por 4 (20%) participantes sem qualquer convicção religiosa. Em igual número 1 (5%) seguem-se os

seguidores da religião hindu, evangélica, testemunha de Jeová, ortodoxa e por fim temos 1 participante que afirma “*sou culturalmente católico e olho também para a tradição africana como uma espécie de religião...*” (E5,António)

Todos os participantes que professam a religião católica, são oriundos de países outrora colonizados por Portugal, país com fortes raízes religiosas, maioritariamente católico e que deixou fortes marcas de cariz religioso por onde passou excepto Ana (E15) que é espanhola e que partilha a solidez e a tradição do catolicismo no seu país.

O quadro 19 abaixo representado, não só caracteriza a amostra quanto à profissão como permite estabelecer uma comparação entre a profissão que os participantes exerciam no país de origem e a que exercem no país de acolhimento.

Passando à análise propriamente dita podemos verificar que apenas 8 dos sujeitos mantiveram a mesma profissão após a imigração (E5, E7, E12, E13, E14, E15, E16 e E17).

E5, E7 e E17 são provenientes dos PALOP, onde já exerciam a profissão de músicos. Para continuar a exercer a mesma profissão, não foi necessário estarem dependentes de nenhuma entidade que os habilitasse a tocar, nem passar por nenhum processo de burocracia para o poderem fazer, o que lhes permitiu manterem o mesmo ramo de actividade. E12, E13, E15 são provenientes de países europeus, e têm uma licenciatura. O reconhecimento das suas habilitações não constituiu um problema e, após ultrapassarem as dificuldades linguísticas foi fácil ingressarem no mercado de trabalho português. E14, proveniente da Ucrânia, apenas conseguiu entrar no seu ramo de actividade após a sua legalização há cerca de três anos, (está em Portugal há quatro). Até lá exerceu várias actividades inclusive no ramo da construção civil.

Quadro 19 – Distribuição da amostra segundo a profissão no país de origem e no país de acolhimento

	profissão no país de origem	profissão actual
E1	pensionista	empregada doméstica
E2	repcionista de hotel	distribuidora personalizada
E3	estudante	comerciante (conta própria)
E4	balconista	empregada doméstica
E5	músico	músico
E6	estudante e desportista	jornalista e apresentador de televisão e rádio
E7	músico e relações públicas	músico
E8	empregada doméstica	cantora
E9	empregada num escritório de contabilidade	empregada doméstica
E10	secretário de RENETIL	estudante
E11	educadora de infância e do elementar	estudante
E12	engenheiro de informática	engenheiro de informática
E13	informático	informático (freelancer)
E14	empregado de balcão/mesa + cozinheiro	empregado de balcão
E15	Gestora de projectos	Gestora de projectos
E16	professora de posto / enfermeira	enfermeira
E17	músico	músico
E18	vendedora	distribuidora personalizada
E19	dactilógrafa	auxiliar de acção médica
E20	estudante	enfermeira

Todos os restantes participantes, exercem actualmente uma actividade diferente da que exerciam.

E10 e E11, deixaram de exercer qualquer actividade profissional e são actualmente estudantes encontrando-se a frequentar a Universidade.

E3, E6 e E20, eram estudantes nos seus países e agora encontram-se a exercer uma actividade profissional (comerciante por conta própria, jornalista e apresentador de rádio e televisão e enfermeira respectivamente).

E1, E4, e E9, eram nos seus países de origem, dona de uma pensão, empregada de balcão (balconista) e empregada num escritório de contabilidade respectivamente. Actualmente as 3 exercem uma actividade muito pouco diferenciada que é a de empregada doméstica, tarefas muito frequentemente atribuídas às mulheres em contexto migratório (Ramos, 2004, Rocha-Trindade, 1995, Lopes, 2005).

E2 e E18 eram, recepcionista de hotel e vendedora respectivamente e, actualmente, exercem a profissão de distribuidora personalizada numa empresa de alimentação, mantendo a pouca diferenciação a nível de trabalho no país de acolhimento.

E8 (Maria), era empregada doméstica e actualmente é cantora, facto que, embora seja o seu sonho, faz com que esteja “...mais vezes desempregada que empregada.”

Para finalizar, a E19 (Sara) na Guiné-Bissau era dactilógrafa e, actualmente, é auxiliar de acção médica numa unidade hospitalar.

5.3. ANÁLISE DE CONTEÚDO

Como foi referido anteriormente este sub capítulo, irá debruçar-se essencialmente sobre os participantes, analisando os discursos por eles proferidos, tomando como referência os grupos temáticos constituídos no inquérito.

Quivy afirma que “A escolha dos termos utilizados pelo locutor, a sua frequência e o seu modo de disposição, a construção do «discurso» e o seu desenvolvimento, são fontes de informação a partir das quais o investigador tenta construir um conhecimento” (1998, p.226).

É isso que procuraremos atingir. Um conhecimento sobre os efeitos da imigração, quais as motivações, quais os principais problemas encontrados, quais as estratégias de resolução adoptadas e, principalmente, qual o impacto da imigração nas suas vidas.

5.3.1. Decisão de Saída

Este primeiro grupo, tenta dar a conhecer os factores envolventes ao processo de tomada de decisão. Quais as principais motivações que levaram os participantes a optar pela imigração, como foi feita a escolha do país, e qual o custo emocional da separação.

5.3.1.1. Razões da Emigração

Relativamente às razões que levaram à imigração, a grande maioria dos participantes aponta como razão principal o factor económico. A instabilidade política, sócio-económica e cultural que se faz sentir em países pobres, faz com que exista uma ausência de perspectivas de futuro. O mercado de trabalho é escasso e oscilante, os rendimentos auferidos são reduzidos e não conseguem acompanhar os níveis de custo de vida que se revelam cada vez mais elevados, a ausência de meios para se bastarem a si próprios ou para sustentar uma família, leva as pessoas voltarem-se para o exterior como única solução para readquirirem novamente algum controlo sobre as suas vidas. Como nos diz Rocha-Trindade (1995, p.41), *“A mais generalizada das motivações é de raiz predominantemente económica: ela afecta os países mais pobres ou menos desenvolvidos, (...). A falta ou a insegurança de emprego; a insuficiência de recursos da terra ou do mar; a falta de horizontes de bem-estar para si e para os seus descendentes, são motivações próximas deste género de razões de partir.”*

Alguns relatos testemunham este facto:

- *“É que aqui a gente ainda tem uma esperança de conseguir algo né, porque estando no Brasil não é a mesma coisa que aqui, aqui passa uns meses a gente consegue juntar um dinheiro; no Brasil não. No Brasil a gente trabalha, trabalha mas é sempre na mesma. Aqui não, a gente ainda tem uma esperança de ter alguma coisa você entendeu”* (E4, Dani)

- *“Para ganhar dinheiro. Mesmo para ganhar para comprar uma casa minha, própria. Eu queria, pronto só uma casa. Porque na nossa terra coisas, frutas, por exemplo aquelas comida é barata, muito barata mas, por exemplo, comprar uma casa ou telemóvel pronto preço é igual como aqui em Portugal, como na Europa toda. Por isso eu tava a ganhar, na minha terra tava a ganhar 250 dólares americanos (...). Para alugar uma casa por exemplo para mim que aluguei uma casa de 3 quartos uma sala, aluguei por 50 dólares por mês. Tou a dizer que é tanto barato mas comprar um telemóvel o preço é igual como*

aqui em Portugal por isso eu cheguei mesmo para ganhar para comprar uma casa” (E14,Roma)

- *“Ah, um salário baixo no Brasil, a dificuldade de moradia, de estudar mesmo, a Faculdade...Não consegui terminar a Faculdade por falta de dinheiro. Aí resolvi vir pra cá” (E9, Luciana)*

- *“As razões...primeiro porque o meu país encontrava-se num situação entre aspas catastrófica, uma situação de guerra, uma situação de pobreza extrema, etc e havia que tentar virar a vida muito especialmente porque não havia qualquer condição para exercer a minha profissão e a minha arte e fiquei cá. Fiquei cá curiosamente numa tournée em que vim acompanhar um outro grupo a que eu não fazia parte (...) decidi ficar porque não havia qualquer possibilidade de projectar um futuro” (E5, António)*

Outra das situações que pode levar à escolha da imigração como única solução, são as razões de cariz político *“Quando os estados impedem ou reprimem a manifestação de posições contrárias às ideologias dominantes...”* Rocha-Trindade (1995, p.41).

Guilherme (E6), viu-se envolvido numa questão que aparentava ser pessoal, mas que ganhou contornos políticos, por pressão da outra parte envolvida. Desse modo, uma situação que à partida seria temporária passou a ser definitiva:

- *“Inadequação ao processo político que se vivia na altura, porque tive divergências com um dos políticos que lá estava e que me agrediu e depois passou a me ameaçar e eu, aconselhado pela família saí por um algum tempo que acabaram por ser já 25 anos.”*

As pessoas estabelecem as suas prioridades, consoante as suas necessidades. Neste caso Filomena (E10) e Vicente (E11), estabeleceram como primordial a formação. Assim, a sua saída, prende-se com a vontade de

adquirir conhecimentos numa determinada área, para melhor servir o seu povo e contribuir para o reerguer do seu recente país, mas com muitos anos de dor e sofrimento.

- *“Primeiro que tudo é ter um conhecimento mais amplo daquilo que o meu país um dia...e que me faltava ainda e por isso vim aqui para prestar mais conhecimento para depois um dia se possível voltar para dar um apoio ao meu país porque sabemos que o país é muito atrasado, apenas ficou independente e tudo foi destruído. Com esta destruição se faltava muitas coisas a nível de conhecimento embora durante 24 anos recebemos também conhecimentos de Indonésia mas tudo isto não é um conhecimento a nível qualitativo mas a nível de quantidade. E por isso que não é muito útil para formação do nosso povo neste tempo porque, muitos dos valores que o povo dantes tinha agora foram-se, como se diz, foram-se desaparecendo”* (E11, Filomena)

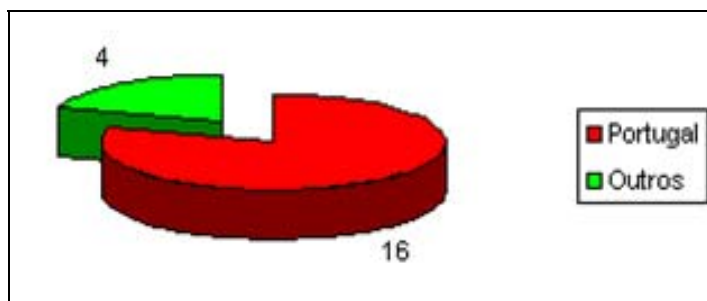
- *“...Vir para cá para estudar na Universidade. Em 98 fui na Indonésia na Universidade Cristã Indonésia, tirar o curso de Direito mas não consegui concluir por causa da mudança da política e da autodeterminação e então em 2000 continuei outra vez na Universidade... sobre Ciências Políticas mas Portugal, o governo de Portugal dá uma oportunidade para os Timorenses. Então através destes programas, deste plano do governo de Portugal então eu com os meus amigos timorenses viemos pra cá estudar (...) Estudo é muito importante para o futuro de Timor-Leste e não é só importante para os famílias mas para outros timorenses que precisam a minha capacidade, a minha...as ciências que eu receber e que vai aplicar para os timorenses”* (E10, Vicente)

Outro dos motivos encontrados na nossa amostra que levaram à saída do país de origem prende-se com razões de cariz afectivo. E13, E15 e E19, referem ter vindo para Portugal para acompanhar os seus cônjuges/companheiros e E12 veio para casar, tendo ficado a residir cá. As suas motivações, enquadram-se na categoria de reagrupamento familiar. Apenas há a salientar, que este processo é geralmente apontado às mulheres, que se reúnem aos maridos, uma vez que são eles o primeiro membro da família a migrar.

- “Amor. A minha mulher é portuguesa” (E12, Helge)
- “Razões pessoais, relação. Amor” (E13, Tore)
- “É assim, o meu marido é português portanto acabamos por decidir morar num país ou no outro. Calhou ser Portugal” (E15, Ana)
- “Razões conjugais. O meu marido veio e eu tive que vir também” (E19, Sara)

5.3.1.2. Trajecto Migratório

Gráfico 6: Distribuição da amostra segundo o país de primeira opção



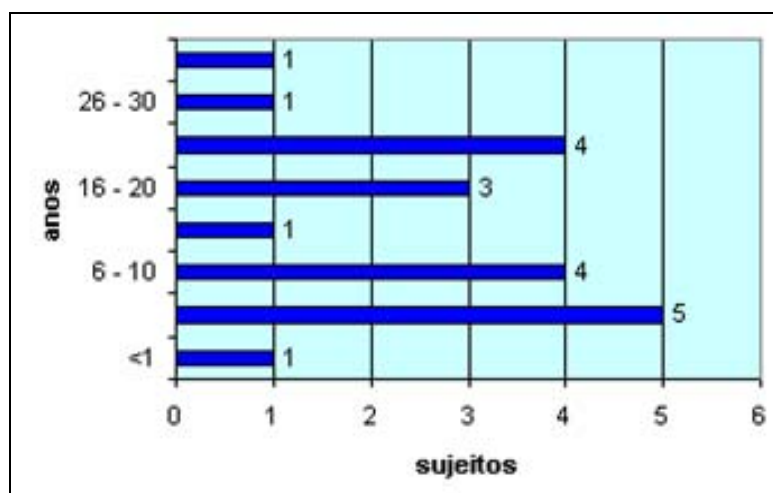
Analisando o gráfico 6, temos uma panorâmica do trajecto migratório dos participantes da nossa amostra. É notório o elevado número de participantes, 16 (80%), que elegeram Portugal como 1ª opção, tendo vindo directamente do seu país de origem.

Os restantes 4 (20%), elegeram outros destinos: Angola (E2, Chin), Bélgica (E7, Fendes) e Indonésia (E10, Vicente) e (E11, Filomena).

5.3.1.3. Tempo de Permanência em Portugal

Para uma análise mais sistemática e imediata dessa questão, foi elaborado um gráfico, onde o tempo de permanência em anos, foi condensado em 8 grupos que abrangem intervalos de 5 anos cada, excepto o primeiro.

Gráfico 7: Distribuição da amostra segundo o tempo de permanência em Portugal



Pela análise do gráfico 7, podemos observar que 5 (25%) dos nossos participantes residem em Portugal entre 1 a 5 anos. Temos dois grupos de 4 (20%) participantes cada que se encontram cá entre 6 a 10 anos e 21 e 25 anos; 3 (15%) permanecem em Portugal entre 16 a 20 anos; 1 (5%) entre 26 a 30; 1 (5%) entre 31 a 35; 1 (5%) entre 11 a 15 anos e por último 1 (5%) participante com o tempo inferior a 1 ano (E4, Dani que reside em Portugal há 0,8 anos ou seja há 10 meses.)

O tempo médio de permanência em Portugal é de 13,59 anos.

5.3.1.4. Escolha do País

As razões da escolha de Portugal como país de acolhimento, não são muito variadas. A grande maioria aponta como razões principais, a proximidade da língua e a existência em Portugal de familiares e/ou amigos, tornando-se para eles numa quase garantia de maior facilidade no seu processo de integração.

- *“Portugal porque, primeiro porque tinha sido o país que tinha colonizado Angola, tinha boas referências a partir de Angola e porque tinha amigos também que me tinham dado algumas boas indicações da vida social e profissional em Portugal. Então depois de ter andado em outros países*

européus essencialmente francófonos, achei por bem que se calhar em Portugal teria uma melhor oportunidade até porque alguns aspectos culturais e acima de tudo os amigos iriam ajudar” (E7, Fendes)

- “Porque eu conhecia uns primos que estavam aqui e achei que assim eu não ficaria tão deslocada sem conhecer nada e também pela língua. Porque falar, falamos praticamente a mesma língua o português. Muda algumas coisas” (E9, Luciana)

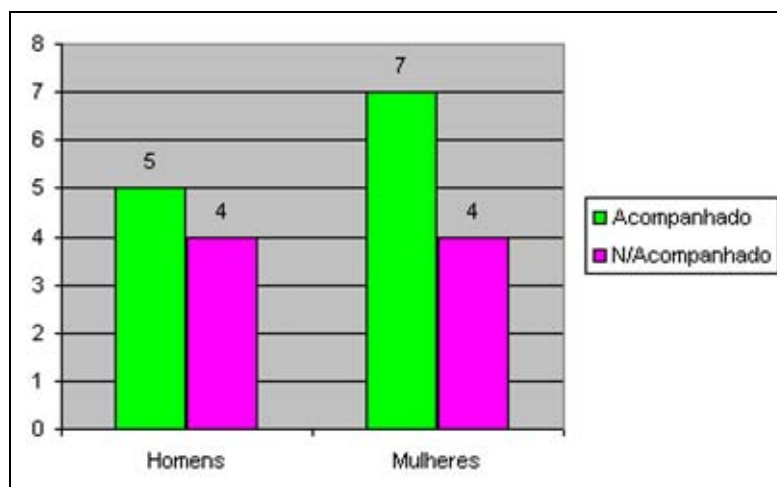
- “...Eu nem pensei ir para cá mas depois minha tia pronto arriscou e foi para cá. Tava cá já há meio ano e pronto disse se queres podes chegar para cá. Eu te empresto dinheiro, porque ela ganhou logo aqui dinheiro, emprestou-me, enviou com a Western Union e pronto eu cheguei para cá” (E14, Roma)

- “...Achei que não tinha que pensar noutra país a não ser Portugal porque por uma questão até do factor linguagem, linguística, factor de (...) tinha cá parentes tinha cá amigos, se calhar na minha integração facilitava as coisas” (E17, Manecas)

5.3.1.5. Com quem veio

Em resposta a esta pergunta, podemos afirmar que na nossa amostra, independentemente do facto de serem homens ou mulheres é sempre superior o número de participantes que veio acompanhado.

Gráfico 8: Distribuição da amostra segundo o sexo e acompanhamento na sua vinda para Portugal

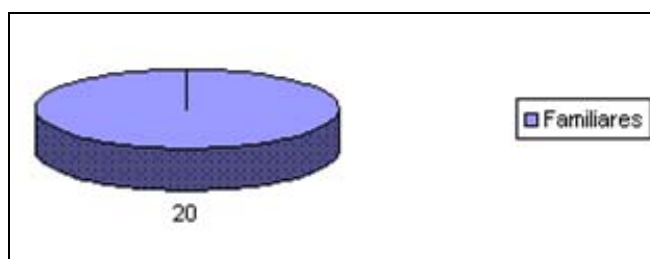


Observando o gráfico 8, podemos verificar que nos homens, 5 (25%) participantes afirmam terem vindo acompanhados e, nas mulheres, esse número eleva-se para 7 (35%). No entanto, quer o sexo masculino como o sexo feminino apresentam o mesmo número de participantes que não vieram acompanhados, ou seja 4 (20%). Em valores absolutos, é superior o número de participantes que vieram acompanhados (12), que os que vieram sós (8). Deste universo de 12 participantes, metade (6) vieram acompanhados do agregado familiar. Este facto apresenta-se contrário a Lopes quando afirma: “Menos frequentes são os casos em que famílias inteiras abandonaram o seu país para se deslocarem para outro” (2005, p.57)

5.3.1.6. Deixou alguém significativo para trás

A resposta a essa pergunta resulta numa clara unanimidade. Todos os participantes da amostra (100%), deixaram pessoas com quem têm laços afectivos muito fortes e por isso, o custo emocional a pagar foi e continua a ser muito elevado.

Gráfico 9: Distribuição da amostra segundo a presença de familiares no país de origem



- “Sim, não foi fácil. Eu deixei os meus filhos...de facto foi muito difícil conviver com essa realidade ao longo de muitos anos, mas talvez pela esperança que eu tenho de num futuro muito breve encontrar-me com eles muito mais vezes, já me sinto mais encorajado nesse aspecto. Mas de facto é uma situação que foi extremamente difícil e continua a ser difícil, mas já foi pior. Já foi muito mais difícil de gerir” (E5, António)

5.3.2. País de Acolhimento

Este grupo temático tenta caracterizar o período que decorreu desde a chegada dos participantes a Portugal (país de acolhimento), até ao momento da entrevista ou seja, as etapas de primeira instalação e inserção e em alguns casos a etapa de fixação dos seus percursos migratórios.

Para possibilitar uma análise mais imediata e simplificada iremos continuar a recorrer aos gráficos e tabelas elaborados como instrumento de apoio para a análise das entrevistas da nossa amostra.

Iremos analisar as questões mais relevantes para a compreensão de todo o percurso migratório dos nossos participantes a fim de atingirmos os nossos objectivos.

5.3.2.1. Presença de Conhecidos ou Familiares

Gráfico 10: Distribuição da amostra segundo a presença de familiares/amigos em Portugal



Esta questão torna-se relevante para determinar as redes de suporte que o imigrante tinha à chegada a Portugal, para o apoiar a nível emocional, logístico (inclui a habitação) e financeiramente, de modo a fazer face aos primeiros contratempos, ao período de adaptação e encaminhá-lo relativamente aos procedimentos mais prementes.

De acordo com Ramos (2004), as migrações, quer sejam internas ou externas, são sinónimos de rupturas familiares, sociais e culturais deixando o indivíduo e família num estado de grande vulnerabilidade. Oliveira (1996) aponta-nos para a possibilidade de ocorrerem perturbações psiquiátricas, dependendo do modo como a migração se procedeu. É por isso importante saber “...se o indivíduo imigra só ou em grupo; se a migração é temporária; se a família o acompanha ou se há reagrupamento familiar, etc., já que a maior ou menor gravidade de todos os transtornos causados pela imigração depende em boa medida destes factores” (ibidem, p.69).

Para fazer face a estes problemas, é necessário que o indivíduo possua uma boa rede de apoio social. Rutter (1993), Caplan (1976) e Sarenson (1990) citados por Ramos (2004), são unânimes ao afirmar que, uma sólida rede de

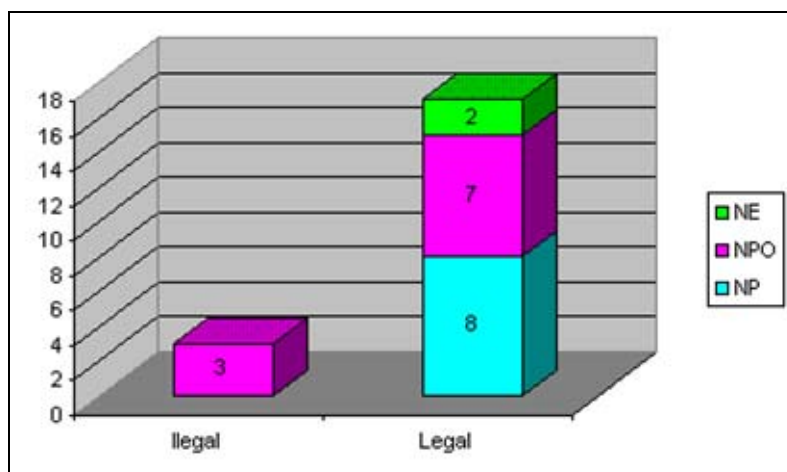
suporte social, sobretudo a nível emocional, diminui o risco de aparecimento de doenças.

O gráfico 10 acima representado, mostra-nos que todos os 9 (45%) homens da nossa amostra, tinham algum suporte afectivo aquando da sua chegada ao país de acolhimento.

Já no grupo das mulheres, este suporte apenas estava presente para 8 (40%) participantes. As restantes 3 (15%), emigraram conscientes de que teriam de se bastar a si próprias, pelo menos numa fase inicial, apesar da incerteza do que iriam encontrar. Isto revela-nos que algumas mulheres em caso de necessidade, conseguem-se distanciar do papel submisso e passivo que lhes foi atribuído ao longo dos anos e arriscar, a ponto de se aventurarem num país estranho, desligando-se dos contextos afectivo, social, cultural e familiar onde ela se reconhece. Mais uma vez, salienta-se a mudança no padrão migratório, com a mulher a assumir maior protagonismo.

5.3.2.2. Legalização

Gráfico 11: Distribuição da amostra segundo a situação de legalização



Pela análise do gráfico 11, podemos observar que apenas 3 (15%) participantes da nossa amostra estão em situação de ilegalidade. Curiosamente são 3 mulheres oriundas do Brasil, (E1, E4 e E9).

Em situação de legalidade temos a restante amostra, que constitui um total de 17 (85%) sujeitos. Desse número, 2 (10%) não especificam se adquiriram a nacionalidade portuguesa ou se mantêm a nacionalidade do país de origem; 8 (40%) adquiriram a nacionalidade portuguesa, embora esta assumam significados diferentes consoante os sujeitos.

Para E7 (Fendes), o ser português representa o ultrapassar de algumas dificuldades com que se deparou, nomeadamente a nível da documentação.

- *“Não, felizmente tenho dupla nacionalidade e talvez, talvez até conseguir a nacionalidade houve algumas dificuldades mas depois tive uma certa facilidade porque ser, ser imigrante com a nacionalidade de origem, complica, até porque é sabido das dificuldades que há a nível da documentação, conseguir emprego, ter livre circulação, etc. Com documentação portuguesa é mais fácil até determinado ponto.”*

Para E11 (Filomena), ser portuguesa representa uma maior facilidade na resolução de aspectos burocráticos e, de certa maneira, uma forma de economizar os seus escassos recursos

- *“Sou português aqui, português para depois ser um pouco, um pouco fácil para tratar dos documentos quando se precisa. “ (...)Então tem a documentação portuguesa?” Ah sim porque eu deveria ter o meu documento de Timor mas como para depois, como se diz...três em quantos anos, meses a gente deve renovar (...). Com a renovação a gente deve pagar um x e como o pior é que a gente não é deste país é preciso pagar um x por cada...como se diz, renovação. Eu paga muito não é. O euro Uhhh”.*

Os restantes 7 (35%) participantes restantes mantiveram a nacionalidade de origem. No entanto dentro da condição de legalizados existem muitos meandros que mesmo os próprios só vão descobrindo, à medida que se vão deparando com determinados problemas. Isto gera um sentimento de impotência e revolta pois faz com que se sintam “meros peões num tabuleiro de xadrez”.

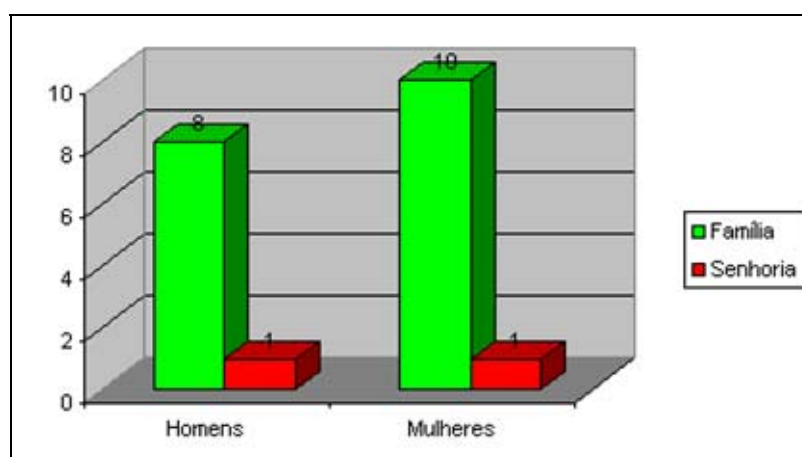
- “Estou legalizado entre aspas porque infelizmente é uma legalização que não oferece muitas garantias. Isto porque quando nós chegamos a este país vimos de uma realidade completamente diferente e eu não tenho problemas nenhuns em falar sobre estas coisas. O que se passa é que nós não conhecemos uma série de trâmites burocráticos para resolver os nossos problemas e por muito curiosos, por muita vontade e por muito sérios que sejamos e por querermos saber das coisas, em Portugal, talvez agora as coisas estejam um pouco melhor, mas nessa altura era muito mau porque não tínhamos onde recorrer para termos as melhores informações do que tratar. E eu tive a preocupação de tratar dos meus documentos, e tratei-os de facto...tenho praticamente tudo legal, mas quando digo que é uma situação tremida é porque existe uma situação que muitos emigrantes estão a viver em Portugal e provavelmente muitos não terão coragem de o dizer que é a questão da Segurança Social. Porque nós quando chegamos tratamos dos nossos documentos, conseguimos tratar pontualmente aquilo que nos aparece à frente e que é necessário tratar. Esta questão da Segurança Social é uma questão que vem a pôr-se muitos anos mais tarde porque nos nossos países não existe Segurança Social. E é uma questão que nós quando chegamos não nos lembramos e então à semelhança da minha situação existem muitas pessoas que só muito mais tarde perceberam que também era preciso tratar da Segurança Social. Mas nessa altura não era indispensável tratar da Segurança Social porque nós poderíamos continuar legais e a renovar os nossos documentos de autorização de residência sem precisar da Segurança Social. Há uns tempos para cá o Estado Português decidiu mudar as regras. Exige a Segurança Social para renovar os documentos. E então eu sinceramente acho que esta é uma chantagem do Estado Português perante o mais fraco que é o emigrante, porque de facto nós sabemos o que se está a passar com a Segurança Social Portuguesa que é uma Segurança Social que está a entrar em falência e como não se pode apertar, não se pode encostar à parede o nacional porque está cá a viver e ninguém lhe vai obrigar a pagar esta Segurança Social faz-se esta chantagem para equilibrar um pouco as contas da Segurança Social obrigando o emigrante ou pagas ou és corrido daqui. Porque é essa exigência que se faz hoje, depois de termos constituído família, depois de termos a nossa vida

organizada aqui, surge-nos mais um problema que compromete a vida de tal forma que podemos ver as famílias divididas por causa de uma simples renovação de um documento a que eu penso que atendendo ao que é evocado em termos humanitários temos todo o direito. Eu acho que não há direito de nos complicarem assim a vida” (E5, António)

5.3.2.3. Com quem reside

A partilha de habitação com pessoas unidas por laços de afectividade resulta num bom reforço da estrutura emocional, aumentando a capacidade de fazer face aos obstáculos que vão surgindo.

Gráfico 12: Distribuição da amostra segundo a partilha de habitação



A análise do gráfico 12, permite-nos observar que apenas 2 (10%) participantes da nossa amostra, distribuídos equitativamente pelos dois sexos, partilham a habitação com a senhoria, ou seja possuem o aluguer de um quarto. Os restantes 18 (90%) participantes, sendo 8 (40%) homens e 10 (50%) mulheres coabitam com familiares.

A família em contexto migratório, sofre mudanças na sua estrutura física e funcional, marcadas pela ruptura com a sua comunidade e cultura, obrigando-a a processos de reestruturação e adaptação psicológica e social. Ramos (2006, p.333-334) afirma: *“A família separa-se da vida comunitária tradicional, reduz-*

se a uma família nuclear, a qual deverá assegurar sozinha as responsabilidades partilhada até aqui pela família alargada ou mesmo pela comunidade. A perda de laços comunitários e familiares significa a perda da protecção física e psicológica. O indivíduo, tal como o grupo familiar, devem fazer face sozinhos ao choque cultural e ambiental, aos esforços de adaptação ao país de acolhimento, ao novo meio, ao trabalho de luto relativo ao país de origem.”

Silva (2004) diz-nos que, a maior parte das pessoas adultas vive em família, estando portanto a sociedade organizada em função disso. Embora haja cada vez mais pessoas a viverem sós, elas irão ter dificuldade em combater a tendência ao isolamento social, devido à falta de relacionamentos e falta de suporte social, sobretudo quando à sua volta as pessoas vivem em famílias nucleares. A falta de suporte familiar pode tornar-se assim num factor de risco para a saúde.

5.3.2.4. Problemas encontrados à chegada

A grande maioria da população migrante, quando decide fixar residência num determinado país, depara-se com problemas de várias ordens, de maior ou menor complexidade. O apoio na resolução destes problemas, passa por aspectos como, entre outros, as redes de suporte social e a capacidade de adaptação.

A nossa amostra não foge à regra, e as respostas obtidas a esta questão, são representativas de como a visão pessoal influencia o modo de perspectivar as situações.

Um dos problemas apontados é o conhecimento e/ou domínio da língua portuguesa, não só por sujeitos oriundos de países sem quaisquer afinidades culturais com Portugal, como também por sujeitos oriundos dos PALOP'S que como o próprio nome indica são países onde a língua oficial é o português.

- “...A língua, por mais que a nossa língua seja o português nós temos o nosso dialecto. Quando chega aqui é um bocado confuso, não muito mas são problemas que a gente apanha logo no princípio” (E8, Maria)

- *“Logo à partida, primeiro lugar eu tenho dificuldades na língua, na aprendizagem da língua portuguesa. (...) Porque a língua portuguesa é uma língua viva, todos nós sabemos isto. E também eu quero aprender mais a língua portuguesa porque o meu governo decidiu constitucionalmente a língua portuguesa como língua de Timor-Leste”* (E10, Vicente)

- *“A língua..., a língua...Esta língua portuguesa é muito difícil. Eu para mim é difícil. Estudava porque a gente vê só na aula, na faculdade, a gente vê. Tem esta diferença das notas, basta ver nas diferentes notas, depois a gente perde a motivação porque é uma coisa que os professores nos exigem e nos falam na língua. O português. E por isso para mim o português, embora o país...400 anos que foram colonizados pelos portugueses e agora? Quer dizer que a língua ainda não é correcto e ainda não é em grau de falar um português correcto segundo as regras”* (E11, Filomena)

- *“Língua. Mesmo língua porque quando cheguei para cá não conhecia nenhuma palavra, isso que foi mesmo incrível. Muito difícil porque estava a sentir parece que um cão. Toda a gente está a dizer contigo eu não estava a perceber nenhuma palavra”* (E14, Roma)

- *“...dificuldade da língua também que embora falássemos português mas é outro tipo de português, é o português da nossa terra mas também tive um bocado de dificuldade no português, na língua”* (E20, Adelina)

- *“Agora sim mas demorou tempo porque era difícil não falar a língua. Isso era uma limitação grande”* (E12, Helge)

- *“Talvez é mais difícil arranjar emprego e também para fazer amigos também...às vezes pronto...por causa da língua. A língua é sempre mais fácil no âmbito profissional do que no âmbito pessoal”* (E13, Tore)

- *“...A língua que realmente era complicado...”* (E15, Luciana)

A aprendizagem da língua como forma de comunicação, revela-se um factor importante para uma participação activa, visando a sua integração na sociedade de acolhimento, podendo constituir um condicionalismo limitativo em futuras oportunidades, pessoais e profissionais.

A chegada ao país de um número cada vez maior de imigrantes, sem qualquer afinidade linguística, levantou uma nova preocupação; a necessidade de ensinar o português não apenas às crianças e jovens mas também aos adultos. Para Soares (2003, p.59) *“O Ministério da Educação tem prestado ajuda directa a estes alunos, em termos de apoio educativo e, tem promovido a formação de professores na área do multiculturalismo. Também movimentos religiosos católicos, bem como várias organizações não governamentais, têm desenvolvido uma acção importante no ensino do português a estrangeiros adultos”* (ibidem, p.59).

Outro dos problemas mencionado nas entrevistas foi o da integração ou para ser mais exacta, das dificuldades sentidas no decorrer desse processo.

- *“O principal foi naturalmente a integração ou seja tinha que procurar, também tinha de aceitar os costumes de cá naturalmente. Tinha que compreender porque eu vim para cá primeiro. Vim procurar uma vida melhor. Comecei a entender que realmente não era nada igual ao meu país. Aqui há outros costumes mas naturalmente houve dificuldades; (...) Não foi fácil, foi um processo lento, um processo lento e continua a ser”* (E17, Manecas)

- *“A integração...As pessoas em si, o modo de vida cá é diferente de lá de Moçambique...completamente. Nós lá tínhamos uma vida muito mais aberta e aqui era uma educação muito fechada, a nível social era tudo muito fechado e isso chocou-me um bocado”* (E2, Chin)

A discriminação é um problema muito apontado em contextos migratórios. Principalmente a discriminação racial.

- *“...Eu, talvez por estar ligado a questões culturais estou muito mais atento a questões sócio-culturais e de facto há uma série de coisas que continuam a incomodar-me na nossa relação. Quando digo com a nossa relação, com a*

sociedade portuguesa. É o facto de evocar-se estes 500 anos de história comum, criarem-se instituições que têm a ver com os nossos povos comuns e entretanto o que eu observo é que de facto não nos conhecemos, não nos conhecemos uns aos outros. Portugal não conhece Moçambique, Portugal não conhece Angola. Para além de saber que em Moçambique existe a barragem de Cabora Bassa, em Angola existem petróleo e diamantes não sabe mais nada. E isto incomoda-me um pouco porque é totalmente... não faz sentido que se evoquem as relações que existem entre nós e depois... embora também se esteja muito na moda falar-se da não discriminação. Digo isto com muita mágoa porque afinal de contas eu tenho muitos amigos portugueses e com muita pena, e eu próprio preciso de pensar muito para me lembrar que não faço parte de... para me lembrar que não sou português, não tenho nacionalidade portuguesa. Com muita pena sinto estas coisas mas de facto acho que temos de falar de uma forma muito mais aberta sobre os assuntos para que esta maneira de se sentir e de discriminar as pessoas deixe de facto de existir e não seja apenas silenciada ou as pessoas andem disfarçadas. Não. Acho que tem de haver um trabalho social em que a gente se esclareça, a gente se conheça melhor e se percebam as coisas muito mais claramente porque penso que a própria discriminação entre portugueses e neste caso estrangeiros oriundos da África Palop, deve-se muito a essa ignorância; à falta de conhecimento real incluindo de pessoas que vieram, viveram, nasceram lá, pronto... filhos de portugueses, etc, nasceram viveram, cresceram e voltaram sem sequer conhecerem as terras onde estiveram. Isto é que me incomoda imenso” (E5, António)

- “...A condição de ser africano, negro que de certo modo em algumas circunstâncias criava alguns empecilhos mas isso também consegui resolver porque logo ao princípio eu tive um tio que me deu um conselho que na altura, de início não dei muito valor mas consoante o tempo foi passando fui valorizando cada vez mais e hoje é um dos meus princípios de vida. É que eu aqui para ser igual aos outros tenho que ser melhor que eles” (E6, Guilherme)

- *“...Conseguir alugar um apartamento, conseguir alugar um quarto ou seja o que for, o facto de não se ser português complica, primeiro. E depois tem a ver com a raça também. Independentemente de ser-se branco ou mestiço ou negro, desde que se tenha vindo de fora e seja de um país, de uma ex-colónia ou de um outro país qualquer, ou seja que não seja português o senhorio complica a vida. Não aceita porque...não sei...acham que não há segurança ou que nós não iremos pagar a renda ou que iremos por não sei quantos negros dentro de um quarto ou dentro de um apartamento portanto. São conceitos que eu senti e que aconteceram de facto quer dizer, alugar um apartamento foi difícil. (...) vim a descobrir que a música africana em Portugal era um gheto. (...) então o que aconteceu foi que primeiro passo nesse sentido no lado profissional foi de facto juntar-me aos africanos porque era uma forma de me defender perante a sociedade. (...) Infelizmente Portugal ainda olha para as ex-colónias como um país colonizador, ainda não percebeu que os respectivos países ou concretamente Angola já passou para o outro lado e hoje é um país independente e tem uma identidade própria. Mas isso são conceitos que eu acabei por perceber ao longo desse trajecto” (E7,Fendes)*

Ramos (2003^a) citada por Seabra (2005, p.47) afirma que: *“A imagem do «preto» está praticamente sempre associada à do «colonizado»*

Rui Marques, ACIME, na Revista do Jornal Expresso (2005), pronuncia-se sobre as situações de discriminação a que os imigrantes estão sujeitos: *“Não devemos deixar que a situação de discriminação e de ausência real de oportunidades com que muitos cidadãos imigrantes se deparam. É escandalosa, por exemplo, que alguns senhorios façam discriminação na possibilidade de elaboração de um contracto de arrendamento ou que cobrem 150 euros a cada uma das 20 pessoas que colocam num andar. Também temos de ter a consciência que não deve haver uma discriminação positiva que atribua aos imigrantes benefícios e condições que os cidadãos nacionais não têm.”*

Dois dos participantes provenientes da Europa (E12) da Noruega e (E15) de Espanha, referem como principal problema sentido, a excessiva burocracia.

- *“A burocracia. (...) Há muito mais papel e muito mais pessoas e muito mais tempo que é preciso utilizado nas coisas”* (E12, Helge)

- *“...O primeiro choque que eu senti foi a burocracia”* (E15, Ana)

Curiosamente E13, Tore, proveniente da Noruega, refere ter sentido como principal factor perturbador o baixo poder de compra.

- *“Talvez em termos de salários e financeiro não é a mesma coisa não é, é preciso fazer alguns sacrifícios comparado com a Noruega que tem salários muito altos, aqui era preciso talvez ter uma vida mais modesta...”*

Foram identificados ainda outros problemas em outras áreas como a cultura: - *“...Na cultura, com a minha cultura. Embora portuguesa na altura mas era uma cultura diferente. Portanto choquei com tudo”* (E20, Adelina)

O clima:

- *“Clima pelo menos foi bombástico. Foi uma diferença muito grande”* (E8, Maria)

Problemas de habitação e de adaptação profissional:

- *“Problema de habitação. Problema de habitação e não só, problema de adaptação profissional que parecendo que não uma pessoa fica já inadaptada. Os meios técnicos mais evoluídos e mesmo aquilo que aprendi na altura”* (E16, Maria)

Dificuldade na obtenção de documentação:

- *“Olha problema mais é ainda que tou maior dificuldade porque meu filho mais velho não tem documento. Tem 25 anos. Eu quando meti documento tinha 21 e depois vem resposta que não pode ser porque já é maior* (E18, Isaura)

A demora no reconhecimento das habilitações profissionais:

- *“Primeiro de tudo é a gente não consegue entrar aqui neste...como se diz neste mundo não; neste mundo. A entrar a fazer aquilo que nós podemos fazer. Porque aqui cada qual tem a sua regra, tem a sua lei. É difícil uma pessoa entrar num outro país e conseguir trabalhar. Por exemplo, eu sou uma educadora, eu venho para aqui não posso, não posso entrar e ensinar. Porque aqui tem outra lei. Tem outra lei e os postos também são determinados para a gente daqui...”* o que contribui grandemente para o desenvolver de um forte sentimento de inutilidade *“...É muito difícil mesmo uma pessoa que sente no seu país sede de fazer alguma coisa mas vai num outro país sente-se inútil, inútil. Embora tenha qualidades, embora tem capacidades mas sente-se inútil. Porquê? A possibilidade não tem para ela”* (E11, Filomena)

O déficit de conhecimentos a nível da formação académica:

- *“O principal problema tinha provavelmente um bocado a haver com a minha idade e falta de formação. Eu estava, ainda era estudante, tinha acabado o pré-universitário em Angola mas aqui, ao pedir equivalência percebi que tinha que voltar a fazer o 12º ano, que fiz, depois entrei para a universidade mas logo fui percebendo que para além do deficit de conhecimentos que tinha porque o ensino lá ainda não tinha o nível e o background que o ensino aqui nos permitia, percebi que o registo de vida era outro, um registo muito mais concorrencial”* (E6, Guilherme)

Para finalizar há a salientar o facto que E1, E3, E4 e E19 referem não terem tido qualquer problema aquando da sua chegada.

5.3.2.5. Abertura dos Portugueses aos Imigrantes

Esta questão pretende definir qual o grau de receptividade dos portugueses em relação à população migrante, na óptica do imigrante:

As respostas, embora com algumas variações, podem ser divididas em três grupos. Os que consideram que os imigrantes são bem recebidos:

- *“Acho que sim. Acho que os imigrantes acabam por ser muitas vezes piores, adaptam-se menos que os próprios portugueses adaptam-se aos imigrantes*

(...) Acho que os portugueses...não os considero nada racistas muito pelo contrário eu acho que acolhem bem os emigrantes” (E15, Ana)

- “Neste momento no meu ponto de vista os portugueses acolhem bem os imigrantes só que o próprio português faz diferenciação. Nós sabemos todo o país mesma coisa. Eles dizem que os imigrantes são os imigrantes mas há um pouco diferenciação de raça mas isso só para minoria portugueses que não gostam adaptar e acolher os imigrantes em Portugal” (E10, Vicente)

Os que consideram que nem todos os portugueses se mostram receptivos aos cidadãos estrangeiros:

- “Alguns portugueses são abertas, algumas portuguesas. Penso que cada qual com o seu modo de ser. É diferente. Não somos todos iguais embora portuguesas. Assim também como eu sou timorense, alguns timorenses são bons, outros timorenses também não são bons. Por isso nós temos o nosso bom e temos também o nosso mau. E depende, depende de cada um se exprimir aquilo que ela é. Que ela é. Por isso eu vou como que não exprime naquele momento; pode ser que tenha outra coisa, podemos desculpar sempre com outro. Pode ser alguma preocupação que agora também Portugal tem desemprego, tem um certo nível desemprego...eles não podem respirar também, que fará mais ver os imigrantes que continuam a vir ocupar o seu lugar. Para ele sente mais um problema mais” (E11, Filomena)

- “Algumas sim algumas não. Algumas eu já muito vez ouvi na rua que Ah ucranianos, está cheio de ucranianos, por causa de vocês nós não temos trabalho e não sei quê...mas...é só isso. Mas há outra gente posso dizer que boas” (E14, Roma)

E finalmente, os que consideram que os portugueses não estão abertos aos imigrantes:

- “Não nem um pouco. Talvez porque já haja muita, muita imigração e, o país está passando, acho, que por uma crise, os governantes aqui não fazem nada

e isso está fazendo os portugueses se fecharem mais pra nós imigrantes” (E9, Luciana)

- “Hoje começam a estar um bocadinho mais mas nunca o bastante ou pelo menos até agora ainda não estão o bastante para perceberem que eles próprios são emigrantes, muitos de outros pontos do mundo, nomeadamente em África, estou-me a lembrar concretamente da África do Sul para não falar dos PALOP’s para além do Brasil, Estados Unidos e outros países mas até por via do regime ditatorial em que viveram de 48 anos eles próprios vivem alguns condicionalismos. Conhecem-se mal a si mesmos, conhecem mal os outros e isso cria alguma rejeição mas...com a integração de Portugal na União Europeia, a abertura para o mundo, a globalização de que estamos a ser alvo, a facilidade de comunicações cada vez maior, vai fazendo deles pessoas diferentes e também mais abertas porque percebem que há muito boa gente um pouco por todo o mundo e que eles têm que conviver com eles começando logo por saber recebe-los” (E6, Guilherme)

- “...Um pouco mais abertos do que há 17 anos quando eu cá cheguei mas mesmo assim existe alguma dificuldade. Eu sinto que as coisas vão melhorando, mas sinto com alguma preocupação a forma, a forma como esta situação é abordada que eu devo observar por exemplo que foi muito mais fácil a integração de...está a ser muito mais fácil por exemplo a integração dos imigrantes do leste, por um lado provavelmente porque culturalmente e literariamente estarão melhor preparados mas não só por isso. Penso mesmo, penso e se estiver errado alguém que me corrija, penso mesmo que por razões raciais a integração do pessoal do Leste tornou-se muito mais fácil em Portugal o que não faria sentido se atendêssemos a que nós tivemos essa convivência toda de 500 anos e digo mais, eu costumo dizer que não faz qualquer sentido por exemplo, o tratamento que eu tenho porque eu nasci português, nasci com documentos portugueses; eu tinha nacionalidade portuguesa; a primeira, o primeiro registo que eu fiz, e vivi com isso até à minha juventude, até à minha adolescência, eu era português. E portanto eu nem precisava de mendigar, não precisava de mendigar a estadia em Portugal, e ainda por cima ter que

observar esta situação. Está a ser muito mais fácil por exemplo a integração do pessoal do Leste, sinto isso porque eles são europeus e nós que devíamos pertencer já a esta grande família que teoricamente pertencemos mas que para mim é tudo mentira, criou-se os CPLP's mas que não têm feito nada, nada, nada que se possa considerar útil, portanto eu sinto as coisas dessa forma.”
(E5, António)

Relativamente a esta percepção observada por António (E5), relativamente aos imigrantes oriundos da Europa do Leste, ela vai de encontro a Pereira (2004, p.36-37) quando afirma: *“Estamos perante uma comunidade de imigrantes considerada pela opinião pública portuguesa como sendo possuidora de elevadas habilitações escolares assim como de elevadas qualificações profissionais. Assim, logo de início espalhou-se a ideia que se tratavam de imigrantes com elevadas qualificações profissionais e habilitações muito superiores às dos portugueses.”*

Apesar do elevado grau de instrução, estes imigrantes inserem-se em actividades como a construção civil, a limpeza, a agricultura e trabalhos indiferenciados, devido às suas dificuldades em relação à língua. A sua elevada eficiência nos locais de trabalho, leva-os a ser frequentemente preferidos aos imigrantes africanos, suscitando algumas tensões sociais entre membros de diferentes comunidades de imigrantes, que os passaram a considerar como uma ameaça.

Como forma de facilitar a inserção e integração da sua comunidade na sociedade portuguesa, os ucranianos têm vindo a criar diversas associações, que funcionam como redes de suporte, para superar aspectos como a língua, que constitui actualmente o seu principal obstáculo.

5.3.2.6. Discriminação

Esta é uma questão a ser tratada com alguma sensibilidade pois envolve sentimentos negativos muito fortes como a rejeição e a marginalização.

Gráfico 13: Distribuição da amostra segundo a vivência de situações de discriminação



Relativamente à nossa amostra, a maioria dos imigrantes afirma já ter sido vítima de discriminação como é possível observar no gráfico 13 acima representado.

Assim temos que, 12 (60%) participantes responderam positivamente:

- *“Lembro perfeitamente quando eu cheguei, os meus filhos eram pequenos houve um rebentamento de canos aqui em Lisboa e ali ao pé do jardim, nós tínhamos de buscar água ao jardim Cesário Verde para lavar as fraldas dos pequenos e nisto... tínhamos de estar na fila para chegar à vez para levar um garrafãozinho de água. Era normal, vários dias sem água...e éramos apontados como os retornados, o que é que estão aqui a fazer, estão-nos a tirar a água.(...) Eles possivelmente estavam a achar que eu não estava a perceber. Mas eu percebia e mantive a minha calma e deixei-os falar...”* (E2, Chin)

- *“Eu sinto que há uma discriminação instituída que é geral né, porque nós vemos as dificuldades que existem para se tratarem das coisas. Eu dou um pequeno exemplo: os nossos filhos nascem aqui em Portugal, se ambos formos estrangeiros no caso específico dos PALOP, mesmo estando aqui legais, mesmo estando aqui a viver há muitos anos, se não temos ainda a*

nacionalidade portuguesa, o nosso filho que cá nasceu não tem direito à nacionalidade nos seus primeiros anos de vida. Eu acho que isso é um insulto, eu acho que isso é uma ofensa, isto é humilhante. Nós temos que estar a mendigar identidade para os nossos filhos. Eu acho isto gravíssimo. É das piores formas de discriminação que podem existir. Isto aconteceu com a minha própria filha que hoje já tem a nacionalidade portuguesa estás a perceber, mas sinceramente fiquei indignado quando fui tratar dos seus primeiros documentos e me disseram que ela não poderia ter a nacionalidade portuguesa até que atingisse uma determinada idade” (E5, António)

A questão da nacionalidade portuguesa para os filhos de imigrantes que tenham nascido em território português, tem sido alvo de muita polémica entre os governos e as diferentes associações de imigrantes existentes.

Até 1981, vigorava a lei de 1959 que determinava que, quem nascesse em território português era considerado cidadão português. A partir dessa data, considerando o aumento significativo do caudal imigratório, o governo, como forma de controlar a entrada de imigrantes ilegais que dessa forma procuraria obter a nacionalidade, passou a determinar que os filhos de imigrantes estrangeiros, seriam igualmente estrangeiros embora tenham nascido em território nacional. Os pais, poderiam requerer a sua naturalização, desde que fizessem prova de residir no país legalmente há seis anos para os imigrantes dos PALOP e dez anos para os restantes.

As associações de imigrantes protestam e afirmam que existem centenas de jovens na faixa dos 12-13 anos, que legalmente não existem porque os pais ou estão ilegais ou não conseguem fazer prova da sua situação, muitas vezes por ignorância, por analfabetismo ou mesmo por situações de pobreza uma vez que têm de apresentar garantias de terem tido um vencimento médio durante três anos, igual ao salário mínimo nacional.

Recentemente o governo fez uma alteração na lei, contemplando a concessão da nacionalidade portuguesa a filhos de cidadãos estrangeiros desde que pelo menos um dos progenitores tenha já nascido em território português. Ou seja a atribuição imediata da nacionalidade portuguesa aos chamados «imigrantes de terceira geração» (Revista do Jornal Expresso, 2005 e Jornal Público, 9 de

Julho de 2005). Esta denominação é por si só geradora de conflitos. O Ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, considera incorrecta a expressão porque, como afirma “...na realidade nunca migraram para lado nenhum e sempre aqui viveram.” Para o ministro “...é inadmissível que sejam penalizados os filhos...” de quem já vive no país há vários anos (Jornal Público, 9 de Julho de 2005). Leitão, ex-ACIME afirma “A imigração não é hereditária. Há que ter em conta que a maioria dos jovens dessa segunda ou terceira geração, são cidadãos portugueses e devem ser reconhecidos como tal pelos restantes cidadãos portugueses” (s/d). Rocha-Trindade (1995) junta-se a Leitão quando afirma que estes jovens que nasceram em território português, são cidadãos portugueses. A grande maioria nem conhece o país de origem dos seu progenitores, exceptuando as memórias e histórias por eles contadas. Cresceram e foram socializados na cultura portuguesa, embora sejam fruto de uma socialização familiar da cultura dos seus progenitores. Esta dupla socialização, este duplo sistema de valores sócio-culturais pode ser geradora de conflitos de identidade e de personalidade, se não tiver sido bem gerida desde a mais tenra idade.

- “Eu lembro-me por exemplo de um episódio que para mim é quase que referencial. Eu trabalhava na rádio comercial e estava a fazer, em substituição porque o senhor havia morrido há pouco tempo, um programa que se chamava *Diário Rural*. A substituir uma pessoa que fazia o programa há quase 30 anos. E eu era novo, tinha 28/29 anos na altura. Os ouvintes habituais do programa gostaram muito do modo como eu substituí aquele velho guru da rádio portuguesa que é o falecido Costa Macedo e a dada altura um casal vem de Trás-os-Montes com uma caixa de presentes, vinho, chouriços, queijos e outros produtos típicos portugueses para oferecer ao Sr. Guilherme Galeano; eu fui chamado para ir à recepção recebê-los. Cheguei lá e ele virou-se para a mulher e disse eu não te disse que ele não vinha, mandou-nos este preto porque ele nunca acreditou que o Guilherme Galeano que fazia o *Diário Rural* era eu. Mas também com isso convivi bem porque eu disse-lhe: olhe só tem 2 alternativas ou acredita em mim ou vá a pé com a sua caixa. Ele entendeu que devia voltar com a caixa e eu vi a caixa com os presentes para mim irem-se embora” (E6, Guilherme)

- *“Por ser brasileira fui muito discriminada. Muito. Muito, muito, muito. E outros. As pessoas são muito frias. Há muita frieza aqui. Eles confundem porque por vir pra cá muitas brasileiras para se prostituírem eles acham que todas de um modo geral são. Então eu fui muito discriminada mesmo”* (E9, Luciana)

No estudo efectuado por Pereira (2004), ela avança a hipótese de existir um estereótipo de carácter sexual relativamente às mulheres brasileiras, em que elas, ao serem consideradas desinibidas do ponto de vista sexual, originam e são alvo de atitudes de discriminatórias.

- *“Fui muito discriminada no meu trabalho também. As patroas tratam a gente como bichos lá no trabalho. Eu fui interna no Porto, fui interna aqui em Lisboa...Emagreci 10 quilos por falta de comida”* (E9, Luciana)

- *“No serviço a ponto de pronto...tinham aquela mente que o negro é de tudo até de ladra mas as pessoas depois vieram a reconhecer que aquilo que pensavam de mim, não sou”* (E16, Maria)

- *“Quando comecei a trabalhar aqui no hospital, no serviço em que eu comecei notei isso. **Devido à cor da tua pele?** Sim, sim, sim. Às vezes faziam aquele...pronto, falavam mesmo naquele tom de...pretos, não sei quê, aquilo e aqueloutro...Pronto faziam, via-se. Eu notava que realmente que havia qualquer coisa e às vezes quando era eu que lá estava de noite até sentia-me mal porque faziam-se grupinhos e pronto. Na altura mas depois com o tempo...”* (E19, Sara)

- *Quer dizer se nós formos a pensar, pensar...no fundo há sempre racismo que eu muitas vezes tento passar por cima mas não quer dizer que eu não percebo que existe. Existe. Existe e aqui em Portugal de uma maneira discreta mas que existe, existe. Pronto...muitas vezes tocam à campainha e eu vou, perguntam-me se não está nenhuma enfermeira mesmo fardada de enfermagem. Mas quando vai uma empregada com o mesmo fato falam logo. Sendo branca é claro. Portanto é racismo. Mas eu consigo, consegui...tento sempre ultrapassar*

porque se nós formos a ver isto...estamos sempre em choque, não vale a pena. Eu finjo que não percebo e vou vivendo assim” (E20, Adelina)

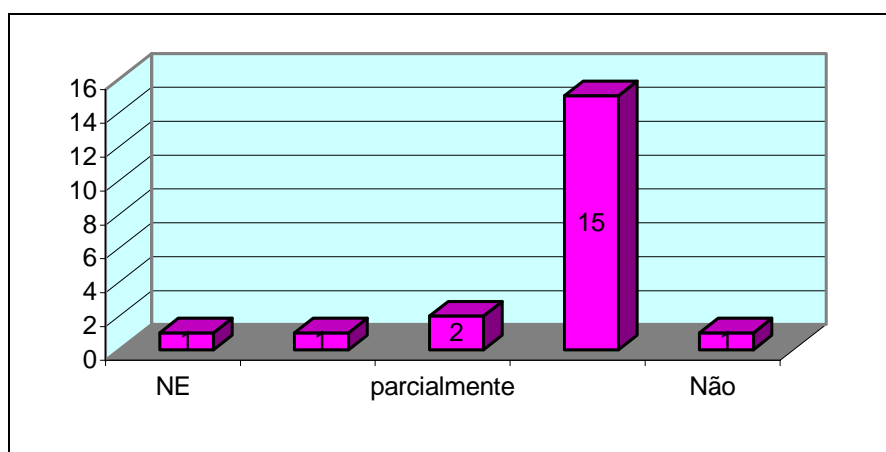
Oito (8) (40%) participantes responderam negativamente. É curioso notar que os que responderam negativamente quanto a serem alvos directos de atitudes discriminatórias, afirmam já as terem testemunhado ou terem conhecimento de outras situações envolvendo terceiros:

- *“Eu próprio não senti isso mas já, já senti, já tenho amigos, já tenho pessoas que me falaram e sinto frustrado naturalmente porque penso que a discriminação é coisa que não devia existir” (E17, Manecas)*

- *“...Eu não tenho razão de queixa essas coisas. Essas coisas já não...Onde que eu fui, fui bem recebida. Eu já ouvi no rádio, na televisão, muitas coisas mesmo que uma pessoa mesmo revoltado. Que toda a gente fica contra mas...olha a gente já estamos cá não é? O que é que a gente fazemos...” (E18, Isaura)*

5.3.2.7. Integração

Gráfico 14: Distribuição da amostra segundo o sentimento de integração



Relativamente ao sentimento de integração, foi elaborado um gráfico que nos permite visualizar de uma forma mais imediata, o leque de respostas obtidas.

Analisando o gráfico 14, podemos afirmar que a grande maioria dos participantes 15 (75%), referem sentirem-se integrados em Portugal:

- *“Sim. Eu sinto-me integrada...então eu vivi, eu formei cá, eu casei cá, eu tenho os filhos cá, eu sinto-me...às vezes eu esqueço a cor que tenho. Às vezes sinto, sinto...tou integrada”* (E20, Adelina)

- *“Sinto porque também fiz por isso”* (E17, Manecas)

- *“Sinto. Não me sinto imigrante. Sinto-me espanhola porque toda gente me lembra que o meu sotaque não é português”* (E15, Ana)

Um (1) (5%) sujeito respondeu negativamente

- *“Não, não; eu sou totalmente um palito fora do paliteiro”* (E9, Luciana)

Dois (2) (10%) referem sentir parcialmente integrados

- *“Eu posso dizer sinceramente 50/50%. Porque eu sendo uma pessoa que não é português não posso dizer integrada”* (E11, Filomena)

- *“Olha honestamente ainda não. Honestamente sinto-me parcialmente integrado. Eu ainda vivo com algumas dificuldades até da própria comunicação porque...não que me sinta um estrangeiro...o que eu posso explicar é que não me sinto um estrangeiro mas também não me sinto português em Portugal. Porque noto nas constantes viagens que eu faço de Angola para Portugal, que Portugal a nível de mentalidade quase ou nada cresceu. Cresceu alguma coisa, nas diversas áreas, desenvolvimento dum a própria cidade e talvez no tratamento do próprio cidadão. Mas agora na cultura em si, no desenvolvimento cultural do ser humano, da formação penso que ainda há muitas deficiências e então a minha adaptação a Portugal tem a ver com tudo isso. Tem a ver com muitas das vezes o português às vezes dizer assim por exemplo: eu chamo-te preto mas não chamo com propósito. Mas nós sabemos que eles não chamam com propósito mas tem propósito. Então isto são aquelas adaptações que eu não sinto muitas vezes, ou seja eu sinto que muitas das vezes não é real e isto*

faz-me uma certa confusão. Por outro lado o frio. Independentemente dos anos que estou em Portugal não me adaptei bem. Isto é outro aspecto. O outro aspecto da minha inadaptação tem a ver com a forma de estar das pessoas. Em Angola por exemplo quem mora num prédio conhece toda a gente do prédio e se precisar de um tomate, de uma cebola ou seja o que for o vizinho empresta ou dá. Em Portugal não. Nós cumprimentamos o vizinho da frente mas não temos confiança com o vizinho ou seja dificilmente se vive em comunidade, há pouco sentido de comunidade em Portugal o que por exemplo dificulta a nossa adaptação; as pessoas que vivem num prédio mal se conhecem e depois é aquela amizade entre aspas que não há. As pessoas pensam que são amigas mas quando de repente há um problema e necessitam do vizinho da frente para ajuda o vizinho nunca está disponível. Então esta minha inadaptação vem em relação a estes aspectos. Agora no meu dia-a-dia, no campo de trabalho, adaptei-me. Porque no princípio tive uma certa dificuldade mas depois soube como dosear as coisas” (E7, Fendes)

Ramos (2003^a) citada por Seabra (2005, p.47), faz referência à existência de um *“...racismo encoberto e difuso, inscrito na generalidade das instituições sociais, as quais, por acção ou omissão, contribuem para manter um grupo racialmente definido, como a população negra, numa posição de exclusão e subordinação social...”*

Também Pereira (2004, p.158), no estudo efectuado obteve resultados que demonstram que o racismo existe na sociedade portuguesa, mas de uma forma pouco visível. Isto prende-se com o facto de *“...nas actuais sociedades – globais e multiculturais – os actores sociais estarem conscientes de que o racismo aberto e manifesto é objecto de censura. Actualmente o racismo parece assumir cada vez mais, formas mais subtis, estando, no entanto, em latência no quotidiano.”*

Os restantes participantes da amostra encontram-se distribuídos do seguinte modo: 1 (5%) participante não especifica e 1 (5%) respondeu que necessita de mais tempo para responder a esta questão (E4, Dani, encontra-se em Portugal há 0,8 anos ou seja 10 meses).

Numa tentativa de compreender se haveria alguma relação causal entre o facto de ter sido alvo de atitudes discriminatórias e o sentimento de integração, foi elaborada uma tabela cruzando estas duas variáveis.

Pela análise do quadro 20 abaixo representado podemos verificar que todos os indivíduos que não foram vítimas de discriminação afirmam sentirem-se integrados com excepção de E1 que não especifica e de E4 que considera estar cá há pouco tempo para responder a esta questão.

Dos 12 participantes que sofreram atitudes discriminatórias apenas E9 não se sente integrada. E7 e E11 dizem-se parcialmente integrados e os restantes 9 participantes afirmam que se sentem integrados. Desta análise podemos concluir que, para esta amostra, o facto de ser alvo de atitudes discriminatórias por parte dos portugueses, não é factor exclusivo nem preponderante, para se sentirem integrados na sociedade uma vez que, 75% dos participantes discriminados partilham desse sentimento de integração.

Quadro 20 – Distribuição da amostra segundo as vivências de situações de discriminação e sentimento de integração

	Discriminação	Integração
E1	Não	NE
E2	Sim	Sim
E3	Não	Sim
E4	Não	Pouco tempo
E5	Sim	Sim
E6	Sim	Sim
E7	Sim	Não
E8	Sim	Sim
E9	Sim	Não
E10	Sim	Sim
E11	Sim	50%/50%
E12	Não	Sim
E13	Não	Sim
E14	Sim	Sim
E15	Não	Sim
E16	Sim	Sim
E17	Não	Sim
E18	Não	Sim
E19	Sim	Sim
E20	Sim	Sim

5.3.2.8. Cuidados de Saúde

Neste sub capítulo iremos abordar a relação dos imigrantes entrevistados com a saúde. Se nos basearmos na definição de saúde mais abrangente verificamos que, qualquer desequilíbrio no contexto social, económico cultural, emocional e psicológico do indivíduo irá influenciar a sua saúde e isso ir-se-á manifestar de uma forma variável mais ou menos visível.

Particularizando a imigração, todos os contextos acima mencionados foram alterados e naturalmente as consequências dessa alteração resultam perturbadoras para o bem-estar dos imigrantes. No entanto, para os nossos participantes, essas repercussões não se fazem sentir, pelo menos de maneira consciente, a avaliar pelas respostas às questões colocadas.

Quando inquiridos sobre se alguma vez já tinham recorrido a um serviço de cuidados de saúde, a resposta foi unânime. Todos já o tinham feito sem qualquer reserva, excepto dois sujeitos:

- *“Porque eu quando fico doente não vou ao médico; não vou muitas vezes ao médico. “ (...) **Porquê?**” Talvez, eu para mim talvez porque ir ao médico para depois voltar, precisa comprar os medicamentos, não? E alguns medicamentos custa. E por isso algumas vezes eu prefiro beber alguns chás, algumas coisas para depois melhorar-me. Eu sempre tomo só um comprimido, na minha vida não; Aqui, porque eu ir para depois voltar com um certo receio de até depois precisa comprar medicamentos que temos de pagar um x. E para nós que não temos nada nas mãos o que é que nós vamos comprar com aqueles medicamentos? Algumas vezes, medicamentos...a receita doutor algumas vezes podemos pôr na nossa pasta e lá fica. Fica não? Se tem um preço elevado não podemos comprar”* (E11, Filomena)

- *“É por causa de eu não ter legalização durante posso dizer 3 anos não fui nenhum vez mesmo por isso, porque não tinha nada de documentos, não tinha nada daquelas coisas. Também no primeiro ano tinha medo daqueles serviços. “ (...) **Tu nesses 3 anos ficaste doente alguma vez?**” Claro muito vez fiquei doente pronto nenhum vez não foi para hospital. Nenhum vez mesmo porque*

eu sabia que não tenho nem cartão de segurança social, não tinha nada por isso me tava a tratar em casa.

Depois fui para lá, depois quando já recebi documentos, quando já tinha segurança social, meu patrão estava a pagar segurança, só pronto, depois já sem medo eu fui para lá” (E14, Roma)

Silva (2004) e Ramos (2004), fazem referência à grande relutância dos imigrantes, em situação de ilegalidade ou de pobreza, em recorrerem aos serviços de cuidados de saúde. Quando o fazem é em situações extremas e dirigem-se maioritariamente aos serviços de urgência hospitalares.

Quanto à maneira como foram atendidos todos afirmam terem sido bem tratados, apenas dois participantes fizeram comentários mais esclarecedores sobre o atendimento a que foram submetidos:

- “Acho que fui bem tratado quer dizer; pronto tenho sempre aquela sujeição própria de um qualquer comum cidadão. Longas horas de espera porque eles avaliam o grau de gravidade do que pensam estar o doente a sentir. E eu já estive numa circunstância em que eu estava mesmo muito aflito porque tinha queimado o pé e com alguma gravidade mas eles à vista desarmada não era tão perceptível assim, eles entendiam dever-me fazer esperar e eu estava desesperado porque não suportava as dores. Foi para mim o momento mais dramático mas acho que tanto gritei que eles acabaram mesmo por me atender” (E6, Guilherme)

- “Basicamente há muita burocracia; penso que as pessoas falam muito ao telefone, as pessoas não gostam de despachar as pessoas, não sei se é o vício de...gostam de ver as pessoas na fila, na bicha não sei como falar isso...É um mau estar. Penso que isso devia ser melhorado mas quando se fala isto falo em todo o país. Porque existem essas dificuldades. Ainda há poucos dias fui levar o meu sogro à consulta para fazer uma análise, vi uma pessoa a atender, atender outra pessoa que estava à nossa frente nem acabou de atender a senhora já estava a falar ao telefone. Um assunto que não tem

nada a ver com aquele que a gente vai tratar. Penso que isto não é brilhante”
(E17, Manecas)

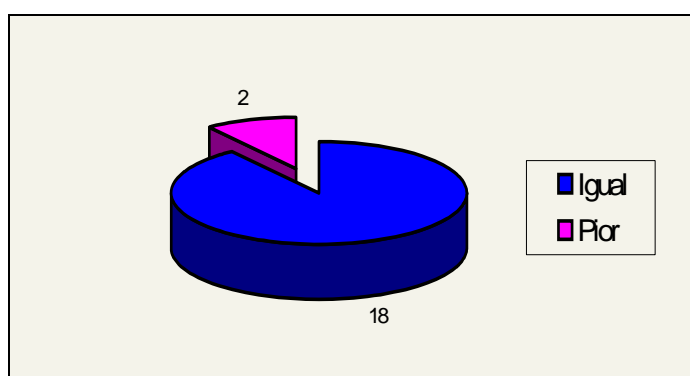
As doenças mais comumente referidas pela nossa amostra são doenças próprias de um país com um clima frio, principalmente se compararmos aos países de origem da grande maioria dos participantes. Foram então referidas como doenças mais comuns as gripes, as constipações e alergias. Paralelamente a isso a grande maioria referiu que com o avançar da idade se dá uma “degradação” natural do estado de saúde.

- *“Eu estou tendo as doenças que as pessoas têm na minha idade, consoante a idade. A hipertensão, se calhar a mais...com mais frequência na raça negra mas de qualquer forma surgiu-me depois dos 45/50 anos que é mais ou menos quando aparece de uma maneira geral nas pessoas, em toda a gente”* (E20, Adelina)

Quando lhes foi solicitado que avaliassem se tinha havido alguma alteração relativamente à sua saúde no país de origem e no país de acolhimento a grande maioria, 18 (90%) participantes respondeu que o seu estado de saúde se mantém igual ao que apresentavam no país de origem e apenas 2 (10%) participantes afirmaram que se tinha alterado para pior.

Esta desproporção está bem patente no Gráfico15 abaixo representado.

Gráfico 15: Distribuição da amostra segundo a alteração do estado de saúde



- *“Eu vim para cá cedo, vim para cá aos 22 anos, eu fiz-me...o meu estado de saúde não...pronto eu estou, eu estou a seguir gradualmente o ciclo de vida de, de um ser humano”* (E20, Adelina)

- *“Alergia; eu tenho sempre este problema de alergia. Quando verão começa a vir esta alergia; Inverno é outra alergia. Alergia sempre me ataca primeiro que tudo. “(...) **Mas já tinha este problema em Timor ou a coisa piorou desde que chegou cá a Portugal?**” Em Timor eu não tenho alergia. Só cá que eu tenho alergia. Pode ser, pode ser que, como se diz...o lugar não é apropriado para mim”* (E11, Filomena)

Para encerrar este sub capítulo foi pedido à nossa amostra que fizesse uma avaliação do Sistema de Saúde Português. As respostas foram variadas.

E1, E4 e E8 afirmam que não sabem opinar sobre esta temática devido ao seu desconhecimento:

- *“Ah eu não sei de nada...”* (E4, Dani).

E3 afirma que é bom, E9 que é melhor que o brasileiro e E16 afirma que é melhor que nos PALOP'S.

Outro grupo de participantes aponta a necessidade de melhoria em alguns aspectos e apresentam-se especialmente críticos:

- *“Não falarei da qualidade dos médicos porque aí eu não posso dizer nada; não entendo nada disso. Mas tenho razões, tenho razões seríssimas para ser extremamente crítico em relação aos serviços administrativos nas instituições de saúde em Portugal. Razões mesmo familiares, pessoais que só evito falar delas porque foram situações que chocaram tanto a minha esposa e que não falo delas porque foram muito graves para a condição dela psicológica então eu tenho evitado falar delas”* (E5, António)

- *“Eu penso que a nível de saúde em Portugal, no campo de trabalho há algumas dificuldades mas não há grandes dificuldades. O que se passa é a nível da burocracia. O atendimento por exemplo num hospital público até que o paciente chegue ao médico ou ao enfermeiro passa por tanta papelada desnecessária que o doente se calhar é capaz de morrer antes de chegar a ser*

atendido. E Portugal nesse aspecto, mais uma vez em relação aos outros países europeus precisa de crescer. Diminuir a nível administrativo essa burocracia toda para que facilite que o cidadão chegue mais rapidamente ao médico e seja mais rapidamente atendido. Agora toda essa burocracia tem a ver com, penso eu, com as mentalidades criadas a nível de hierarquias. Passando pelas definições do próprio Ministério da Saúde e depois toda a parte de distribuição burocrática que vem daí para baixo” (E7, Fendes)

- “Eu acho que está mal gerido. Acho que os médicos podem ser bons, acho que a gestão é péssima. Há muitos entraves, muito burocrático...eu acho que os maiores entraves que eu encontrei no sistema de saúde não foi por os médicos nem por as enfermeiras, muitas vezes tem a ver com as assistentes que têm à frente que bloqueiam tudo e mais alguma coisa. Os processos são muito burocráticos, não estão habituados muitas vezes a tratar, acham que funcionário público é...ainda lhes temos de agradecer alguma coisa portanto serviço ao cliente há pouco; espero que isso mude. É o que eu sinto, puramente uma coisa de gestão. Porque acho que existem bons profissionais, que se formam bons profissionais só que acho que está mal gerido” (E15, Ana)

- “Acho que é boa mas existem muitas pessoas na lista de espera, existe muitas pessoas que já desistem, há muita gente que...pronto, penso que é lento, é lento. Devia haver mais dinâmica, devia haver mais talvez procurar outras experiências porque não falar com pessoas, com países que não têm listas de pessoas em lista de espera para operação, enfim...” (E17, Manecas)

Há outros que tecem opiniões negativas:

- “Deixa-me pensar um bocadinho. Está menos desenvolvido do que lá na Noruega. O equipamento está mais velho, a situação está pior que na Noruega.” (E12, Helge)

- “Sim eu penso que as condições dos hospitais públicas, o que eu vi não me dá muito confiança neles...A minha namorada também tem estado em contacto com...mais que eu... e de facto nós recorremos quase sempre aos privados.

Portanto não nos deu muito confiança haver muito tempo de espera, Havia alguma confusão também com papéis e era preciso ir várias vezes. A organização parece-me que não estava na altura.” (E13, Tore)

- “Acho que é muito fraca. Mesmo muito fraca porque um dia a minha tia caiu mesmo no chão e pediu minha ajuda; eu liguei para 112 e disse que “...olhe eu preciso urgente de uma ambulância, eu sou estrangeiro pronto falo mal português mas tou a dizer você percebe-me...” ele disse ...”sim percebo”. Eu disse “...o meu rua é assim, assim, morada tá, tá, tá...” “...e o que é que se passa com a mulher?” Eu disse “...não sei ela caiu no chão prontas sem sentidos sem nada. Não sei o que é que se passa. Eu não posso ajudar para ela nada. Pode ser problemas com o coração não sei quê. Ela já tem mais que 52 anos.” “...Ah, aguarda um bocadinho vou passar meu colega...” É assim eu falei com mais de 8 pessoas e afinal o último ele disse “... olha bem se ela morrer nós chegamos se ela não está a morrer pronto vai apanhar táxi vai para o hospital...”. Eu fiquei mesmo, bom. Mais nunca eu chamei ambulância ou qualquer coisa porque já percebi que não presta para nada estes médicos.” (E14, Roma).

5.3.3. Projectos Futuros

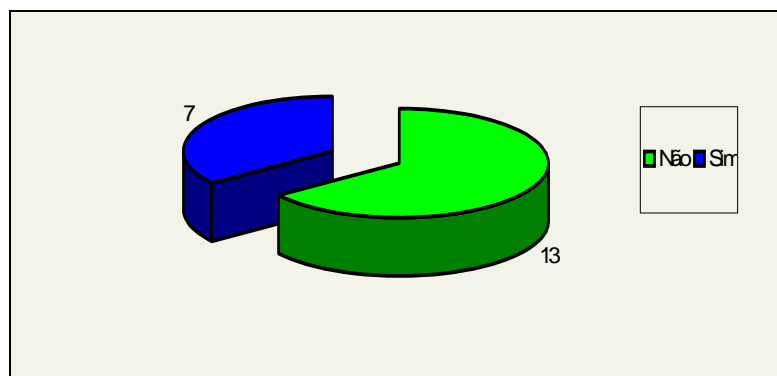
Este grupo temático analisa os projectos futuros dos participantes do nosso futuro. Qual o destino que dão ao seu dinheiro, se enviam para o país de origem como forma de investimento a fim de garantirem o seu futuro em caso de retorno ou se tencionam estabelecer-se em Portugal definitivamente.

5.3.3.1. Qual o destino do seu dinheiro

Pela análise do gráfico 16 verificamos que a grande maioria dos participantes 13 (65%), respondeu que não envia dinheiro, até porque na maioria das vezes este é totalmente gasto para as despesas do dia-a-dia.

- “Basicamente cá em Portugal. Pagar renda, água, luz e comida. Não estica para mais” (E8, Maria)

Gráfico 16: Distribuição da amostra segundo o envio de economias para o país de origem



- “Não... invisto aqui porque também não tenho muito para investir. Eu ainda sou daquele estrato social que vive muito do «chapa ganha, chapa gasta». E do pouco que tenho para investir ou constituir mais valia vou investindo aqui porque gosto de ter condição de vida aceitável e hoje faço questão também de poder oferecer essa condição de vida aos meus filhos até bem melhor do que eu usufruí quando tinha a idade deles. E por via disso e porque é aqui que eu vivo, é aqui que eu trabalho é aqui que eu invisto” (E6, Guilherme)

- “Ai meu país também não posso, não posso enviar porque é difícil. E aquilo que eu tenho nem basta para gastar naquilo que eu preciso realmente. Nós, a gente para gastar é preciso pensar muito. Para gastar um x. Comprar esta coisa precisa pensar se serve ou não. Comprar coisas necessárias que eu vê. Quando não é necessário eu não compro. Porque, vejo aqui uma distinção que eu vejo. Aqui os portugueses compram, compram, compram, compram. Compram, compram, compram. Mas eu às vezes penso. Porque compram, compram, compram? Porque muitas coisas que eu mando agora para o meu país são coisas que são bons que deitam fora. Eu apanho aquelas roupas meto junto e mando para o meu país. Quer dizer que eu não posso gastar além das minhas posses, daquilo que eu tenho. E nem resta para mandar para as minhas...famílias. Não, não mando nada. Não posso mandar, não tenho” (E11, Filomena)

Os restantes participantes da amostra 7 (35%) admitem enviar dinheiro para o seu país. É de ressaltar que E13 envia dinheiro para a Noruega para pagar uma dívida contraída antes da sua saída:

- *“Envio só para lá para pagar empréstimo que tenho lá. Mas não envio para ninguém lá”* (E13, Tore)

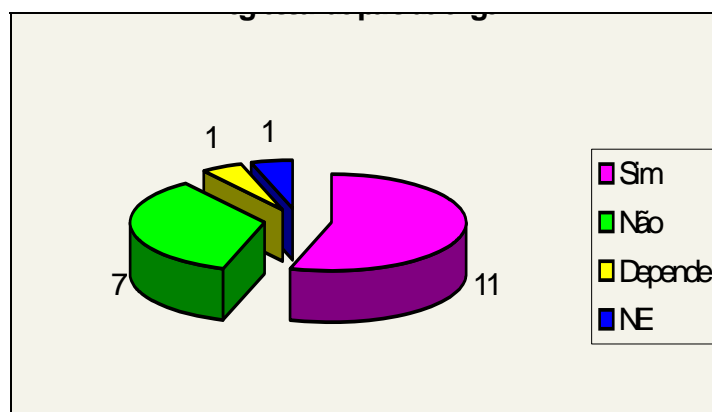
- *“Eu mando, mandei já pra minha mãe, mandei pras minhas irmãs, mas gasto aqui às vezes porque a vida aqui não é barata, é cara”* (E9, Luciana)

- *“Durante primeiros 2 anos eu estava pronto devolver para um bocadinho aqueles dinheiro que eu emprestei porque emprestei quase 5 mil euros para chegar para cá. Algumas tinha dinheiro aqui emprestou-me. Depois eu disse que trabalhei por 350 euros, 14 horas por dia e nós viver com a minha tia na pensão. Eu paguei 175 euros só por uma cama. Imagina se paguei quase 200 euros por aquela renda então a ganhar 350 euros durante o primeiro ano eu não estava mandar nada porque eu mesmo tinha problema. “ (...) **E depois desse 1º ano?**” Depois pronto quanto já trabalhei como cozinheiro, estava a ganhar já 500 euros, já prontos já mais ou menos dinheiro, já dá para alguma coisa. Pronto estava a tentar mandar para minha mãe 50, 100 euros como eu posso”* (E14, Roma)

5.3.3.2. Regresso ao País de Origem

De uma maneira geral, o regresso ao país de origem acontece após terem sido atingidos os objectivos que levaram à imigração, ou porque se alteraram as circunstâncias que foram determinantes para a partida.

Gráfico 17: Distribuição da amostra segundo o desejo de regressar ao país de origem



O gráfico 17 é revelador da vontade dos imigrantes em regressarem ao país de origem. Assim 11 (55%) participantes manifestam vontade em regressar:

- *“Até Setembro se Deus quiser. Eu tou querendo levar meu filho. Não sei se ele vai mesmo mas eu tou querendo levar ele. Gostei muito, valeu mas tou indo mesmo” (E1, Gui)*

- *“Regressar ao meu país de origem isto é uma coisa que tem de facto de acontecer provavelmente...quanto mais breve melhor. Agora é assim eu não gostaria de deitar abaixo tudo o que se conquistou sobretudo por razões profissionais, quer dizer se tenho não um grande mercado de trabalho em Portugal, conheço pessoas se tenho amigos se posso projectar a minha própria arte em Portugal eu acho que isto foi construído ao longo de todos esses anos e acho que não é de pegar e deitar fora num dia para o outro. Portanto eu tenciono regressar a Moçambique futuramente, quanto mais breve melhor mas gostaria de voltar amiúde a Portugal e também não queria romper por razões mesmo de educação da minha própria filha que nasceu aqui, eu gostava que ela concluísse os estudos dela cá e que também não perdesse o contacto com a terra onde nasceu afinal” (E5, António)*

Sete (35%) dos participantes refere não querer regressar ao país de origem embora houvesse quem tenha feito uma tentativa nesse sentido como é o caso de E2:

- “O meu país...Já lá fui com a intenção de ficar mas regresssei. Fiquei decepcionada. “ (...) **Ao fim de quanto tempo?**” Ao fim de que, de 15 dias. “(...) **Em que ano é que regressou?**” Foi em 2001. Fiquei decepcionada com o país. Não estava à espera da transformação tão degradante se bem que tinha ouvido falar que o país que já estava melhor, que já estava bom mas não. A nível de vias era uma coisa...o que nós deixamos lá, ao fim de 30 anos aquilo já não... até o ar que se cheirava já não tinha o mesmo cheiro. “(...) **A Chin estava à espera de ir encontrar um bocado o país que deixou?**” Eu encontrar o país encontrei só que já não era igual. O que a gente deixou já estava tão apagado, tão apagado que... até o ar cheirava a um pó, um pó, aquele pó de... vá mórbido que é uma coisa... Houve quem gostasse. A opinião das outras pessoas que chegaram lá...ficaram maravilhadas de ver aquilo mas eu não gostei. “(...) **Então neste momento tenciona ficar em Portugal até ao fim dos seus dias?**” Sim, sim” (E2 Chin)

- “É difícil responder a isto porque embora sou de lá, mas 31 anos cá já...tipo...quase só restam famílias. Sinto-me melhor aqui hoje do que...até estive lá de férias em, em...já não suporto o calor, já não suporto as condições de vida, já não consigo...estive em Dezembro lá, estive muito aflita com o calor, com o clima, com...já desabitei a maneira de estar africana” (E20, Adelina)

E7 (Fendes) diz que o seu regresso está dependente do grau de estabilidade do país:

- “Olha honestamente neste momento eu...tem a ver com a inadaptação também, é pensar o que é que será Portugal no seu futuro. Há toda uma incógnita que eu passo como imigrante em Portugal...sinto que por exemplo Portugal está numa incerteza a nível de futuro então também cria-nos uma certa incerteza a nós que não somos de cá. Se aos que são portugueses não sabem o que hão-de fazer da vida, vão de governo para governo, vão vendo oscilações né e a vida cresce, os salários são curtos e a vida está cada vez mais cara agora imagina nós que não somos de cá. Qual é a previsão do nosso futuro? Eu honestamente não... penso viver em Portugal se as coisas correrem

bem para o futuro, mas se nos próximos anos sentir que Portugal não está, estabilizado, não está a nível político, a nível social, quer dizer condições para alguém viver com dignidade; se Portugal não me oferecer essas condições é natural que eu futuramente não viva em Portugal, que vá para o meu país de origem ou outro país que me ofereça melhores condições mas essencialmente africano”

E11 (Filomena) não especifica se tenciona regressar a Timor apenas referindo que:

- “Eu vou onde precisa. De maneira que onde precisa eu dou uma mão. Aqui precisa. Presentemente precisam da minha presença aqui para ajudar. Embora aqui...pertença dum instituição. (...) Se um dia a casa fechar, fechar a casa, então eu vou para um lugar onde precisar. Para mim...trabalhar um trabalhar um lugar é para todos. Dar a minha mão para todos, a quem precisar da minha ajuda”

5.3.3.3. Arrependimento da opção tomada

Todos os 20 participantes da amostra, (100%), afirmam não se sentirem arrependidos da decisão tomada em emigrar:

- “Não porque eu aprendi muito. O sofrimento me fez aprender muito. Não estou arrependida” (E9, Luciana)

- “Não, não pelo contrário, pelo contrário. Não, não estou arrependida. Vim numa boa altura o que...e consegui fazer uma vida normal, se bem que eu disse e eu digo que eu sei que existe racismo mas eu consegui, com a minha maneira de estar, consegui ultrapassar. Finjo que não percebo que há discriminação como eu já tinha-lhe, dito, finjo que não percebo isto tudo...mas não estou bem. Consegui...eu acho que eu sou uma pessoa que eu...que eu estou...já meti papel para a reforma mas sinto-me realizada. Como enfermeira e como pessoa. Portanto consegui tudo que queria ter, tenho tudo que estava ao meu alcance, aproveitei tudo o que podia aproveitar como qualquer cidadão português aproveitava” (E20, Adelina)

À semelhança do que foi feito anteriormente, foi elaborado um quadro para analisar a relação entre a legalização dos sujeitos e a vontade em regressar ao país de origem.

Pela análise do quadro 21 podemos concluir que, todos os participantes da amostra que se encontram em situação de ilegalidade desejam regressar ao seu país. Curiosamente as três são oriundas do Brasil (E1, E4, e E9). Dos restantes 17 (85%) indivíduos que estão legalizados, 11 (55%) pretendem regressar ao seu país. Perante esses resultados apenas podemos concluir que mesmo com autorização oficial de permanecer em Portugal e com uma vida estável construída fora do seu país de origem, a vontade de regressar sobrepõe-se.

Quadro 21 – Distribuição da amostra segundo a situação de legalização e desejo de regressar ao país de origem

	Legalização	Desejo de regressar
E1	Não	Sim
E2	Sim	Não (tentativa de 15 dias)
E3	Sim	Não
E4	Não	Sim
E5	Sim	Sim
E6	Sim	Sim
E7	Sim	Depende
E8	Sim	Sim
E9	Não	Sim
E10	Sim	Sim
E11	Sim	NE
E12	Sim	Não
E13	Sim	Não
E14	Sim	Sim
E15	Sim	Não
E16	Sim	Sim
E17	Sim	Sim
E18	Sim	Sim
E19	Sim	Não
E20	Sim	Não

5.3.4. Sugestões para o Acolhimento ao Imigrante

Neste sub capítulo, os participantes da nossa amostra dão algumas sugestões, baseadas na sua experiência pessoal, de como se poderá melhorar o

acolhimento e o atendimento ao imigrante. A subjectividade da pergunta implica necessariamente uma variedade nas respostas.

E1, E19, E20 e E10 sugerem que se instituem medidas com o objectivo de facilitar o processo de legalização, nomeadamente dos filhos de imigrantes:

- *“Sei lá, não criar tanta burocracia em dar a residência. Portanto uma pessoa sem residência quase que não consegue fazer nada. Eu por acaso tenho um caso de um rapaz que veio com o irmão doente e durante a estadia davam-lhe 50 euros por mês. Ele precisou de trabalhar para comer e para pagar a casa, como não tinha, não tinha residência, não tinha cartão de residência não podia trabalhar; foi trabalhar com documento de outra pessoa, chegou ao fim do mês a pessoa levantou o dinheiro, foi-se embora e não lhe deu nada. Portanto como...se o rapaz como veio com o irmão doente tinha possibilidades de pelo menos arranjar um visto de estadia ou um visto qualquer que lhe dava, que lhe dava possibilidade de trabalhar não tinha esses problemas. Portanto eu acho que mudando essa burocracia da fronteira já, já melhorava muita coisa porque as pessoas conseguem trabalhar e ser autónomas e conseguem equilíbrio na vida porque muitas vezes as pessoas não conseguem é trabalho. Tendo trabalho conseguem fazer qualquer coisa.”* (E20, Adelina)

Conforme vem anunciado no Jornal Público de 9 de Julho de 2005, o Ministro da Presidência Pedro Silva Pereira reconheceu que *“...o maior inimigo é a burocracia.”* Garante ainda que *“...o governo vai empenhar-se muito na desburocratização”* para tornar mais célere o trabalho desenvolvido pelo SEF que *“continuará a combater a emigração clandestina.”*

E9 e E19 propõem a criação de postos de emprego para o imigrante com(o) valorização da mão-de-obra.

E8 e E13 reforçam a necessidade de existirem postos de informação que auxilie e encaminhe o imigrante de maneira eficaz e que promovam o ensino da língua portuguesa.

E2 e E17 sugerem uma maior compreensão para com o migrante e para com as suas razões de emigração:

- *“Eu acho que devia de haver mais compreensão. Muito mais compreensão. Porque a pessoas quando vêm lá de fora sentem-se tão desprotegidas que qualquer, qualquer mãozinha que venha de cá para essas pessoas, eu acho que já era um passo muito grande para eles. É verdade”.*(E2, Chin)

E12 (Helge) e E15 (Ana) reforçam a necessidade em desburocratizar:

- *“Não sei; eu posso dizer que não senti grandes dificuldades portanto não posso dizer que exista um ponto negativo no qual eles tenham algum ponto a melhorar. Acho que sim não só para os imigrantes mas para o país todo, deviam melhorar o tipo de gestão. É um país muito burocrático, muito demorado, tudo demora muito tempo, tudo...as coisas podem ser muito mais ágeis daqueles que são neste momento. E aplica-se em todos portanto tanto no sistema de saúde, tanto no sistema bancário, tanto...aplica-se em qualquer...em todo o lado. Todo o lado é muito burocrático, existe muita burocracia. Muita, muita, muita, muita...”* (E15, Ana)

E5 (António) diz-nos que:

- *“Uma das grandes preocupações seria a educação, em relação aos mais novos, aqueles que ainda estão a nascer, aqueles que ainda são pequeninos etc; a qualidade das escolas que existem, eu penso que deixa muito a desejar e provavelmente mas isso já é um problema nacional, questão do emprego, a questão de organizar as pessoas, em estimular a criação de associações ou outras formas de se estar, penso que muitas vezes os problemas nesses bairros que são considerados bairros problemáticos de...curiosamente os bairros problemáticos da grande Lisboa curiosamente são habitados maioritariamente por negros e acho que não se minimizam estes problemas e estas questões sociais porque também não existe a mínima preocupação de se criar nestes sítios infra-estruturas que permitam ocupação por exemplo aos jovens, que no mínimo criem um sentimento de esperança que...olha esses jovens pensem que possam lutar pela vida, que possam estudar, que possam pronto conseguir um futuro melhor.”*

E16 (Maria) é da opinião de que, para minorar os problemas existentes, deverá haver todo um trabalho de articulação país de origem/país de acolhimento.

E6 (Guilherme) acredita que é também uma certa dose de disponibilidade em ouvir o estrangeiro:

- *“Eu penso que isso passa um bocado pela disponibilidade que os portugueses vão ter de aprender a ter de conversarem com os outros, tentarem ouvir os outros. Os portugueses vivem muito, naquilo que é a minha ideia do que imaginam estarem os outros a pensar sem estarem disponíveis para os ouvir sequer à partida. No dia em que eles conseguirem parar um bocado para ouvir mais do que pensarem em função dos outros talvez percebam o quão os outros que escolheram Portugal para viver têm muito para lhes dar a eles, eles próprios portugueses terão para dar aos outros com uma outra disponibilidade de diálogo. Sinto isso particularmente até por via da análise que faço da relação entre os portugueses e os africanos oriundos dos chamados PALOP né. Foi uma relação de colonização de 500 anos mas percebo com alguma frequência nas conversas que tenho, das perguntas algo estapafúrdias que me são colocadas que vivemos muito tempo juntos no mesmo espaço mas não nos conhecemos. Isso é um handicap. Se Portugal hoje, até por via da situação geográfica que tem, de integração económica e social que tem na Europa é um país com um grau de desenvolvimento superior aos outros, penso que cabe a eles também por aí esse sentido e essa necessidade de disponibilização para ajudar a fazer-nos todos mais, mais próximos, mais conhecidos, mais dialogantes. De resto não só com África, também com o Brasil penso que seja necessário estabelecer essa ponte. Portugal só tem a ganhar tanto mais que além de não ter recursos é um país periférico e talvez a saída dele não seja tanto a Europa mas o Atlântico por onde eles anteriormente estabeleceram relações e fizeram pontes que era importante avivarem e darem mais vida, mais cor, mais essência.”*

A opinião de Guilherme (E6), vai de encontro a uma das conclusões de Pereira (2004, p.160) *“Verifica-se então, um certo distanciamento social face aos estrangeiros que partilham no quotidiano o território português.”* Isso faz com

que prevaleçam as imagens estereotipadas quer sejam veiculadas pelos órgãos de comunicação social quer pelos canais de socialização existentes na sociedade. *“A exposição aos estereótipos raciais começa muito cedo, permanecendo ao longo do ciclo de vida e em todos os domínios sociais. A cultura transmite os estereótipos raciais aos indivíduos através de diversos meios que incluem os livros de história, a apresentação de exogrupo pelos meios de comunicação social, as redes familiares, as organizações comunitárias e outras interações quotidianas”* (Operário, et al. 1998) citados por Ramos (2004, p.250).

E7 (Fendes) acredita que é necessária uma mudança de mentalidades e que isto só será possível através de formação:

- *“Acho que Portugal precisa acima de tudo educar o povo. Para se receber alguém que está lá fora...porque o português quando emigra também se queixa dos outros países, dos países onde eles emigram. E esquecem-se que também quando os emigrantes vêm para cá eles também recebem-nos mal mas isso tem a ver com o aspecto da formação. Enquanto Portugal não investir nas diversas áreas de formação e a própria CPLP não exercer força junto do governo português para que seja educado de uma certa forma, nós nunca teremos um tratamento como deve ser. Portanto o português irá olhar para nós sempre com uma certa desconfiança, acima de tudo porque é natural; nós estamos a, nós viemos ocupar, como eles dizem, um campo de trabalho que à posteriori seria dele mas eles esquecem-se também que vão para os nossos países e ocupam também lugares que naturalmente seriam nossos. Mas isso é uma forma de pensar à portuguesa. Penso que a formação que Portugal devia fazer junto das comunidades ou junto das câmaras trabalhar com os imigrantes, e sensibilizar os não imigrantes ou seja sensibilizar os portugueses faze-los ver que as pessoas que imigraram tiveram dificuldades nos seus países e naturalmente queriam encontrar um certo acolhimento em Portugal e algumas contrapartidas nas diversas áreas.”*

A mudança de atitudes e de mentalidades passa por uma formação intercultural, que deverá começar o mais precocemente possível. Se não

dentro do seio familiar, importante veículo de socialização, então através das escolas. A introdução de um currículo multicultural, de estratégias educativas e pedagógicas interculturais, medidas contra a discriminação, metodologias e práticas adaptadas às necessidades de cada criança, e uma correcta formação dos professores, poderão a médio, longo prazo, dar os seus frutos, permitindo-nos ver como resultados, uma sociedade intercultural, onde as diferenças de cada grupo cultural sejam consideradas e respeitadas (Ramos, 2004).

“Il n’y a rien de plus extraordinaire que la décision d’émigrer. Cette accumulation de sentiments et de réflexions qui conduit finalement une famille à faire ses adieux à la communauté dans laquelle elle a vécu durant des siècles, à briser des liens anciens, à quitter les paysages familiers et à se lancer sur les mers menaçantes vers une terre inconnue.”

John F. Kennedy

CONCLUSÃO

As migrações, apesar de terem sido sempre uma realidade presente no panorama dos movimentos populacionais a nível mundial, têm, nas últimas décadas, vindo a ganhar contornos preocupantes crescentes, devido ao aumento significativo dos seus números e aos efeitos do seu impacto no quadro económico, social e internacional.

As grandes discrepâncias existentes entre os países de origem, na sua maioria pobres e com elevado índice populacional e os países de acolhimento, mais ricos, industrializados, com decréscimos populacionais evidentes, promotores de fluxos de capitais, bens e serviços (de que são os principais fornecedores) e impositores de medidas restritivas à entrada de mão-de-obra, são geradoras de movimentos populacionais osmóticos, numa tentativa de atenuar as graves carências com que uma grande camada da população mundial se depara.

O número de imigrantes actualmente e segundo relatório divulgado pela UNESCO em 2005, situa-se entre 185 a 192 milhões sendo que uma percentagem significativa pertence aos africanos. Em certos países deste continente, os níveis de pobreza e a escassez de recursos, atingem proporções tais que as suas populações se lançam numa viagem motivada pelo desespero onde a incerteza do que irão encontrar, sobrepõe-se à realidade em que vivem: *“Algumas vezes, durante meses a fio, mulheres e homens africanos arriscam tudo, incluindo a vida, para empreender uma perigosa viagem durante a qual atravessam fronteiras e enfrentam as ondas traiçoeiras do Mediterrâneo, em*

busca de uma vida melhor no Norte. Alguns morrem no caminho, outros são devolvidos e outros ainda, que terminam a viagem, percebem que a vida pode não ser mais fácil do outro lado da fronteira. Mas perante a falta de emprego e as perspectivas sombrias nos seus países, milhares de jovens e de adultos jovens de África continuam a decidir migrar, muitas vezes clandestinamente” (Mutume, 2006, p.162)

As migrações trazem consigo diversas questões entre as quais figuram os direitos humanos, as oportunidades económicas, a escassez de mão-de-obra e o desemprego, a fuga de quadros especializados, os fluxos de refugiados, os requerentes de asilo, o multiculturalismo e a integração.

Considerando o seu carácter controverso, a gestão do problema das migrações não se afigura nem pacífica nem linear. Devido à escassez de mão-de-obra em certos sectores, a uma economia global em expansão e à tendência de envelhecimento da população a longo prazo, muitos países industrializados, precisam dos imigrantes. Muitos deles fecham os olhos e aceitam que imigrantes em situação irregular ocupem postos que os seus nacionais não querem. Mas há um limite para o número de migrantes que podem receber, por diversas razões, nomeadamente o aumento do desemprego nacional. Assim, cada vez mais os países de acolhimento se vão tornando mais selectivos, aceitando sobretudo aqueles que têm competências ou capital para investir.

Não podemos, no entanto, deixar de ressaltar os benefícios económicos advindos das migrações. Nos países de acolhimento isto é possível, devido ao aumento da população activa. Segundo o Banco Mundial, se esta sofresse um acréscimo de 3%, geraria benefícios económicos anuais de 356 mil milhões de dólares. Os países de origem beneficiam desse fenómeno pelas remessas recebidas regularmente e que actualmente se situam na ordem de 165 mil milhões de dólares (Mutume, 2006).

Em última análise, a questão é saber se é melhor promover ou restringir a mobilidade das pessoas que pretendem migrar. O encerramento das portas, poderia ter repercussões profundamente perturbadoras nos direitos humanos

dessas pessoas, poderia não ser eficaz e reduziria os efeitos benéficos das migrações quer para os países de origem como para os países de acolhimento.

Como reflexo da conjuntura mundial presentemente vivida *“A existência de grupos étnicos em Portugal apresenta hoje uma dimensão numérica assinalável e uma acentuada diversidade sócio-cultural, conferindo ao país um perfil verdadeiramente multicultural, característica que partilha actualmente com muitos dos países europeus e do mundo”* (Rocha-Trindade, 1995, p.204).

Consideramos por isso, pertinente a realização deste estudo de modo a contribuir para um melhor conhecimento e entendimento destas, já não tão novas, diversas realidades culturais que partilham o seu quotidiano a par com a sociedade portuguesa.

Particularizando a nossa amostra, e embora os dados obtidos neste estudo não sejam passíveis de extrapolação (nem era nossa pretensão), eles apresentam pontos comuns com resultados obtidos em outros estudos efectuados sobre a temática (Ramos 1993, 1996, 2001, 2003a, 2004, 2006, Pereira 2004, Seabra 2005, Sousa 2003, Soares 2003).

A nossa amostra era muito diversificada em termos de países de origem, conforme era nossa intenção, de modo a percebermos se a proveniência dos participantes condicionava de alguma maneira, não só a forma como eram recebidos, mas também o seu processo de inserção e integração na sociedade portuguesa, mais particularmente na cidade de Lisboa, onde foi efectuado o estudo. As vivências dos diversos participantes revelaram-se muito semelhantes, excepção feita aos três participantes provenientes de países europeus. A estes, a diferença de tratamento quer no seu acolhimento, quer na sua integração é marcante relativamente à dispensada aos restantes participantes. Um deles chega mesmo a verbalizar sentir diferenças de tratamento em algumas instituições relativamente aos indivíduos oriundos dos PALOP.

As razões de ordem económica são o factor comum mais apontado como força motivadora dos seus processos migratórios individuais, independentemente de se tratarem de participantes do sexo feminino (que constitui a maioria da nossa amostra e está em consonância com a tendência crescente, em número e em importância, do papel desempenhado pelas mulheres na migração), quer do sexo masculino.

Portugal, por questões de afinidade linguística, pela existência de familiares/amigos, por já ter havido um conhecimento prévio do país ou pela relativa facilidade na entrada no país comparativamente aos restantes países da Europa, foi o país de primeira escolha para 80% da amostra.

Após o período de instalação, o processo de integração passou pela legalização de seu estatuto de imigrante, quer através de manutenção da sua nacionalidade de origem (9 participantes – 45%), quer através da aquisição da nacionalidade portuguesa (8 participantes – 40%). Apenas três participantes (15%) se encontram em situação de ilegalidade, não dando mostras de querer proceder à sua regularização.

Não sendo uma questão fácil, a integração assume diferentes características dependendo do modo como é perspectivada. Assim dos 20 participantes, apenas um afirma não se sentir integrado, facto que está directamente relacionado com o tratamento marcadamente discriminatório de que tem sido alvo. Dois referem sentirem-se parcialmente integrados e um participante afirma necessitar de tempo para se pronunciar sobre o assunto. Os restantes 16 participantes afirmam sentirem-se integrados.

No entanto, e apesar desse sentimento, 11 (55%) imigrantes manifestam vontade de regressar aos seus países de origem, levando-nos a questionar se, o sentimento de integração expresso não estará a ser erradamente utilizado, em lugar de um sentimento de adaptabilidade que os leva a deslocarem-se no seu quotidiano com um relativo à vontade.

Os principais problemas referidos aquando da sua chegada ao país são inúmeros e podem ser resumidos em três grupos:

- O desconhecimento da língua, factor considerado muito limitativo condicionando as relações sociais e profissionais, gerando momentos de desespero e de inadaptação;
- A burocracia, que consideram excessiva e referem ser extensiva a quase todas as áreas;
- E por último a discriminação, o problema mais citado e que se manifesta não só nas relações sociais do dia-a-dia mas também em termos institucionais.

Estas práticas discriminatórias, consideradas pelos imigrantes como racismo, embora nem sempre manifesto, são dirigidas maioritariamente aos participantes provenientes dos PALOP, possuidores de características físicas visíveis – cor da pele, sotaque linguístico, traje, etc. - que os torna facilmente identificáveis como estrangeiros e portanto rotuláveis de imigrantes. Consideram que, muitas destas atitudes têm origem em estereótipos e preconceitos, apreendidos através de um longo processo de socialização e mantidos através de processos de socialização contínuos e dos canais de comunicação social. A realidade sentida é a de que a grande maioria dos cidadãos nacionais revela um profundo desconhecimento relativamente a outros povos, inclusive os dos PALOP, apesar de um passado histórico comum de cerca de 500 anos.

Considerada por um dos participantes como uma das mais graves formas de discriminação é o problema da legalização de menores nascidos em território nacional.

O diagnóstico do estado de saúde efectuado aos 20 participantes do estudo, não permite nenhuma conclusão, devido à pouca abrangência atribuída às questões que abordam esta temática. A totalidade dos participantes considera-se saudável, referindo apenas sofrer de perturbações de saúde naturais a um ciclo de vida «normal». No entanto, consideramos que os participantes, entendem a saúde no seu conceito mais simplista ou seja, saúde como sendo sinónimo de ausência de doença. O bem-estar psicológico, emocional, ambiental, relacional não foi tido em consideração. Por isso interrogamo-nos

sobre que possíveis problemas, físicos e mentais, latentes se escondem por detrás da “fachada” «*está tudo bem*».

Relativamente ao destino dado aos rendimentos obtidos, apenas 7 (35%) participantes afirmam enviar as suas economias ou parte delas para os seus países de origem. A restante amostra é unânime em referir que a sua totalidade é gasta nas despesas do dia-a-dia, devido ao elevado custo de vida em Portugal.

Como sugestões apresentadas pelos participantes para minorar a frustração, a dor, a solidão e as dificuldades encontradas em todo este processo e assim melhorar o acolhimento aos imigrantes, temos a compreensão, o diálogo, a desburocratização e, sobretudo, a mudança de mentalidades que deve ser iniciada o mais precocemente possível, sendo a escola o veículo de socialização mais sugerido.

Não é demais salientar, a importância da formação dos profissionais dos diferentes sectores na área da interculturalidade e das migrações, muito em particular dos profissionais de saúde, no processo de mudança de atitudes e comportamentos, visando uma maior aproximação entre os indivíduos de diferentes culturas.

Neste contexto, urge também encontrar, plataformas de entendimento entre os diversos grupos étnicos de modo a construirmos “...*uma sociedade aberta em que a livre elaboração da identidade individual não esteja prisioneira de qualquer origem, mas seja, tanto quanto possível, resultado de uma opção individual; em que a identidade nacional seja uma identidade aberta e não uma referência exclusiva a um passado próximo ou longínquo mitificado em que o respeito pelo outro seja a regra e não a rejeição do diferente*” (Leitão, s/d).

Fazendo um balanço pessoal do percurso percorrido ao longo de todo este processo de investigação, cremos não ter sido fácil. Quando se envereda por um tipo de estudo, em que a palavra é dada aos sujeitos, caímos sempre na

tentação de quereremos saber mais. Numa temática tão complexa como é a migração, é difícil colocar limites nas vivências e nos sentimentos.

Como resumir em cerca de quarenta minutos de entrevista as experiências vividas, os sentimentos que tocaram a alma, a dor sentida por tudo e por todas as pessoas deixadas para trás, a revolta por cada gesto, olhar ou palavra discriminatória, a frustração pelos sonhos não concretizados, mas acima de tudo como descrever o sentimento de solidão que se apodera nos momentos de desespero e angústia?

Se não é fácil reviver esta viagem, mais difícil é acompanhá-la na condição de investigador. Foi-nos particularmente difícil gerir os sentimentos e manter o distanciamento necessário para impedir o envolvimento e não permitir que os nossos sentimentos, as nossas expressões e as nossas opiniões influenciassem os sujeitos e enviesassem o estudo, sobretudo durante o momento da entrevista.

Assim, e considerando todos estes factores, cremos que o balanço é positivo e cremos ter atingido os objectivos a que nos propusemos no início deste estudo.

Para finalizar, gostaríamos de deixar como sugestão, a proposta de realização de um trabalho de investigação, que revelasse qual a perspectiva dos profissionais de diferentes áreas, nomeadamente da educação, saúde, serviços sociais, política e cultura, relativamente ao imigrante e sua postura perante a sociedade de acolhimento.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Wilson Correia (Março 2001) - ***Identidade, Formação e Trabalho – Das culturas locais às estratégias identitárias dos enfermeiros***. Formasau. Coimbra. 328p.

BOGDAN, Robert; BILKEN, Sari (1994) – ***Investigação Qualitativa em Investigação – Uma Introdução à Teoria e aos Métodos***. Porto Editora. Porto. 336p.

CAMILLERI, Carmel *et al* (1989) – ***Chocs de Cultures: concepts et enjeux pratiques de l’interculturel***. L’Harmattan. Paris. 398p.

CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro (1998) - ***Metodologia da Investigação – Guia para a Auto-aprendizagem***. Universidade Aberta. Lisboa. 353p.

CASTLES, Stephen (2002) – *Estudar as Transformações Sociais*. **Sociologia – Problemas e Práticas**. Nº 40. CIES/ISCTE. Celta. Lisboa

COLLIÈRE, Marie-Françoise (Março 1999) - ***Promover a Vida***. Lidel. Lisboa. 385p.

COUVREUR, Chantal (2001) – ***A Qualidade de Vida – Arte para viver no século XXI***. Lusociência. Loures. 197p.

DELORS, Jacques et al (1996) – **Educação, um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI.** 6ª Edição. Edições ASA. Lisboa.

FERNANDES, João José (2000) – **O Doente de Etnia Cigana – uma visão dos enfermeiros.** Dissertação de Mestrado em Comunicação em Saúde. Universidade Aberta. Lisboa.

GUERREIRO, Maria de Lourdes (1999) – **Intercâmbios e Interculturalidade – Um estudo de caso.** Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Universidade Aberta. Lisboa.

HESBEEN, Walter (2000) - **Cuidar no Hospital – Enquadrar os Cuidados de Enfermagem numa Perspectiva de Cuidar.** Lusociência. Loures. 201 p.

LEININGER, Madeleine (1995) - **Transcultural Nursing: Concepts, Theories, Research and Practices.** Second edition. McGraw-Hill, Inc. United States of America. 727p.

LEITÃO, José – *Identidade(s), Educação Intercultural e Sociedade Aberta.* s/d; s/n; s/l.

LOPES, Lídia (2005) – **Gravidez e Seropositividade em Mulheres Imigrantes na Região de Lisboa.** Dissertação de Mestrado em Comunicação em Saúde. Universidade Aberta. Lisboa. 250p.

MARQUES, Margarida – *Há pouca abertura para a Diversidade. Inde Informação.* Nº 5; s/d; s/n; s/l. Disponível em www.inde.pt acedido a 01-07-2004.

MONTEIRO, Ivete (2005) – **Ser Mãe Hindu – Práticas e rituais relativos à maternidade e aos cuidados à criança na Cultura Hindu em contexto de**

imigração. Dissertação de Mestrado em Comunicação em Saúde. Universidade Aberta. Lisboa. 315p.

MOREIRA, Branca Ferreira (1997) – **Políticas de Geminção e Interculturalidade.** Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Universidade Aberta. Porto.

MUTUME, Gumisai (2006) – *Migrações africanas: das tensões às soluções.* **África Today**; Março; pp 162-165.

OLIVEIRA, José F. Reis (1996) – **A Instituição Psiquiátrica em Contexto Multicultural.** Dissertação de Mestrado Relações Interculturais. Universidade Aberta. Lisboa.

PEARCE, W. Barnett (1999) - **Using CMM: The Coordinated Management of Meaning.** California. Disponível em www.pearceassociates.com.

PEREIRA, Sofia (2004) – **Imagem(s) do Outro no Quotidiano dos Portugueses – Estereótipos dos Portugueses face aos Ucrânios, Brasileiros e Caboverdianos a residir em Portugal.** Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Universidade Aberta. Lisboa. 170p.

PESTANA, Maria Teresa (1995) – **A Formação dos Enfermeiros e a Educação para a Saúde num Contexto Multicultural.** Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Universidade Aberta. Volume I. Lisboa.

POIRIER, Jean; CLAPIER-VALLADON, Simone; RAYBAUT, Paul (1999) – **Histórias de Vida – Teoria e Prática.** Celta Editora, 2ª edição. Oeiras. 181p.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (1998) - **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Gradiva, 2ª edição. Lisboa. 282p.

RAMOS, Maria da Conceição (1996) – *Migrações Internacionais e novos Desafios*. In J. Carvalho Ferreira et al. (org.). **Entre a Economia e a Sociologia**. Oeiras. Celta Editora; pp. 240-264.

RAMOS, Maria da Conceição (2003) – *Intervenção Social em Contexto Multicultural*. **Acção Social na área do emprego e da formação profissional**. Universidade Aberta. Lisboa; pp. 262-280.

RAMOS, Maria da Conceição (2004) – *Nouvelles dynamiques migratoires au Portugal et processus d'intégration*. **Revue Française des Affaires Sociales**. Nº 2; Avril-Juin; Ministère de l'Emploi et de la Solidarité; Paris; pp. 111-114.

RAMOS, Natália (1993) – **Maternage en milieu Portugais autochtone et immigré. De la tradition à la modernité. Une étude ethnopsychologique**. Tese de Doutoramento em Psicologia. Paris V: Universidade René Descartes, Sorbonne, I e II vol.

RAMOS, Natália (2001) – *Comunicação, Cultura e Interculturalidade: para uma comunicação intercultural*. **Revista Portuguesa de Pedagogia**. Ano 35; Nº 2; pp. 155-178.

RAMOS, Natália (2002a) – *Educação, Saúde e Culturas – Novas perspectivas de investigação e intervenção na infância*. **Revista Portuguesa de Pedagogia**. Ano 36; Nº1, 2 e 3; pp. 463-487.

RAMOS, Natália (2004) – **Psicologia Clínica e da Saúde**. Universidade Aberta. Lisboa. 367p.

RAMOS, Natália (2005) – *Famílias e crianças em contexto de pobreza e exclusão – do desenvolvimento à saúde e à educação*. **Psicologica**. Nº 38. pp. 241-263.

RAMOS, Natália (2006) – *Migração, aculturação, stresse e saúde. Perspectivas de investigação e de intervenção. Psychologica*. Nº 41. pp. 329-350.

Revista do Jornal Expresso (2005). Nº 1728. Lisboa. 79p.

RIBEIRO, Lisete (1994) – ***Cuidar, Tratar e Desenvolvimento Sócio-Moral em Estudantes de Enfermagem. Um estudo exploratório***. Dissertação de Mestrado em Ciências de Educação. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Lisboa.

RIBEIRO, Patrícia (2000) - ***Um Olhar sobre o Cuidar em Enfermagem***. Dissertação de Mestrado em Comunicação em Saúde. Universidade Aberta. Lisboa.

ROCHA, Elza; AGUALUSA, José; SEMEDO, Fernando (1993) – **Lisboa Africana**. Edições Asa. 1ª edição. Rio Tinto. 159p.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1995) – ***Sociologia das Migrações***. Universidade Aberta. Lisboa. 410p.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1998) – *Viver com a diversidade cultural. Revista Enfermagem*. Janeiro/Março 1998. 2ª série. pp. 42-47.

RODRIGUES, Adriano Duarte (1994) – **Comunicação e cultura. A experiência Cultural na era da Informação**. Ed. Presença. Lisboa.

ROMÃO, Maria Rosa (2002) – ***Cuidar a Pessoa em Fim de Vida: Contributo para o estudo das representações dos enfermeiros***. Dissertação de Mestrado em Comunicação em Saúde. Universidade Aberta. Lisboa.

SEABRA, Paulo (2005) – ***Percursos Migratórios de Imigrantes Brasileiros e do Leste Europeu em Portugal***. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Universidade Aberta. Porto. 288p.

SERRA, Adriano Vaz (1999) – **O Stress na vida de todos os dias**. Quarteto. Lisboa.

SERRA, Miguel (2005) – **Aprender a ser Doente – Processos de aprendizagem de doentes em internamento hospitalar**. Lusociência. Loures. 169p.

SILVA, Luísa Ferreira (2004) – **Sócio-Antropologia da Saúde – Sociedade, Cultura e Saúde/Doença**. Universidade Aberta. Lisboa. 168p.

SOARES, Paulo (2003) – **A Promoção de Saúde na Infância em contexto multicultural**. Dissertação de Mestrado em Comunicação em Saúde. Universidade Aberta. Lisboa.

SOUSA, José Edmundo (2003) – **A Oeste do Paraíso – Os Imigrantes Ucranianos em Portugal e os Cuidados de Saúde**. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Universidade Aberta. Lisboa. 204 p.

UNESCO (2005) – *United Nation Convention on Migrants' Rights*. Disponível em <http://portal.unesco.org>. acedido a 04/04/2006

VIEGAS, Telma (1997) – **Migrações e Associativismo de Migrantes: Estudo do Caso Timorense**. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Universidade Aberta. Lisboa.

ENDEREÇOS ELECTRÓNICOS

http://www.acime.gov.pt/docs/GEE/estatisticas_GEE_2005.pdf acedido a 04/04/06

http://portal.unesco.org/shs/en/file_download.php/cacc471f0f7f542cac63b080e54gblger acedido a 04/04/06

ANEXOS

ANEXO I – INQUÉRITO POR ENTREVISTA

I – CARACTERIZAÇÃO

- 1 – Nome
- 2 – Sexo
- 3 – Idade
- 4 – Naturalidade
- 5 – Estado civil actual
- 6 – Habilitações literárias
- 7 – Religião que professa
- 8 – Profissão que exercia no país de origem

II – DECISÃO DE SAÍDA

- 1 – Razões que o/a levaram a emigrar
- 2 – Qual foi o seu trajecto migratório?
- 3 – Há quanto tempo está em Portugal?
- 4 – Porquê Portugal? Local de destino ou ponto de passagem?
- 5 – Veio sozinho/ com amigos/ familiares?
- 6 – Deixou alguém significativo para trás?

III – PAÍS DE ACOLHIMENTO

- 1 – Conhecia cá alguém ou estava sozinho?
- 2 – Está legalizado/ ilegal/ em processo de legalização?
- 3 – Onde reside? Com quem e quais as condições de habitabilidade
- 4 – Quais os problemas que encontrou?
- 5 – Está empregado/ desempregado? Se sim qual o trabalho que exerce
- 6 – Já recorreu a algum serviço de utilidade pública? Como foi tratado(a)?
- 7 – Sente que os portugueses estão abertos aos emigrantes?
- 8 – Já se sentiu discriminado ou vítima de qualquer tipo de agressão (verbal, física ou emocional) apenas por ser estrangeiro? Se sim em que contexto?
- 9 – Alguma vez recorreu a um serviço de cuidados de saúde?
 - a – Por que motivo?
 - b – Como foi tratado?
- 10 - Que doenças teve desde que emigrou?
- 11 – O seu estado de saúde melhorou ou piorou desde que emigrou?
- 12 – O que pensa sobre o Sistema de Saúde Português?
- 13 – Sente-se integrado em Portugal?

IV – PROJECTOS FUTUROS

- 1 – Qual o destino do seu dinheiro? Envia para o seu país?
- 2 – Tenciona ficar em Portugal/ regressar ao seu país/ migrar para outro país
- 3 – Está arrependido(a) da decisão que tomou em emigrar? Repetiria a experiência?

V – SUGESTÕES

- 1 - O que pensa que seria importante fazer em Portugal para melhorar o acolhimento e atendimento aos imigrantes?